

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – PROPUR
CURSO DE DOUTORADO**

LUIZ FERNANDO DA SILVA MELLO

**O PENSAMENTO UTÓPICO
E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL
A COOPERATIVA DE CONSUMO DOS EMPREGADOS
DA VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – PROPUR
CURSO DE DOUTORADO**

**O PENSAMENTO UTÓPICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL
A COOPERATIVA DE CONSUMO DOS EMPREGADOS
DA VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL**

LUIZ FERNANDO DA SILVA MELLO

Tese de Doutorado apresentada
como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em
Planejamento Urbano e Regional

**Orientador
Dr. João Farias Rovati**

**Porto Alegre
2010**

LUIZ FERNANDO DA SILVA MELLO

**O PENSAMENTO UTÓPICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL
A COOPERATIVA DE CONSUMO DOS EMPREGADOS
DA VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL**

Tese de Doutorado apresentada
como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em
Planejamento Urbano e Regional

Aprovada em 04 de outubro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jacques Leenhardt – EHESS / Paris, França

Dra. Ana Lúcia Goelzer Meira – IPHAN / RS

Prof. Dr. Gilberto Flores Cabral – FAU / UFRGS

Profa. Dra. Célia Ferraz de Souza – PROPUR / UFRGS

Orientadora
Dra. Sandra Jatahy Pesavento (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR pela formação e apoio; aos professores Andréa Soler Machado, Éber Marzulo e Gilberto Cabral, componentes da banca de qualificação, pelas observações e críticas; ao professor Oberon da Silva Mello pelas conversas acadêmico-fraternais; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Profissionais de Nível Superior – CAPES por possibilitar estágio e acesso às fontes e lugares essenciais ao aprofundamento das pesquisas; à École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS por me acolher para estágio e particularmente ao professor Jacques Leenhardt pelas orientações e pelo seminário *Paysages et sociétés dans la littérature et les arts aux XIXème e XXème siècles*; ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria e à Direção do Centro de Tecnologia que possibilitaram condições para o desenvolvimento deste trabalho; à Direção da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul por permitir franco acesso à consulta de seus arquivos, especialmente ao professor Rodrigo Coelho de Mello que, ao zelar pela documentação da Cooperativa e fornecer informações valiosas, possibilitou a fidelidade dos fatos e dados.

Agradeço às pessoas que abriram portas facilitando o percurso: Sra. Caroline Teixeira, responsável pelo Museu do Trem; Sra. Therezinha de Jesus Pires Santos, responsável pela Casa de Memória Edmundo Cardoso; professor Carlos Blaya Perez por disponibilizar seu arquivo e às pessoas entrevistadas pela disponibilidade.

Agradeço à acadêmica Marina Alcântara, pelo apoio às pesquisas e à elaboração de mapas e ao publicitário Rafael Mello pelas ilustrações.

Agradeço especialmente, ao professor João Farias Rovati, pelo estímulo e pelas valiosas orientações à conclusão deste trabalho.

Professora Sandra Jatahy Pesavento

Só consigo explicar os rumos da minha trajetória acadêmica no pós-graduação a partir das orientações, da generosidade e da liberdade de pensamento da professora Sandra.

Orientações que estavam e estão nas suas aulas, nos seus livros, nas conversas, nos *cafés* e *promenades* pelas galerias e museus de Paris e Porto Alegre.

Generosidade que estava e está nos gestos mais triviais e nos textos mais complexos de sua obra exemplar, mas também no compartilhamento de sua experiência de vida, de sua visão de mundo e de sua crítica aguda.

Liberdade que estava e está no pensamento sem fronteiras disciplinares e na crítica aos métodos correntes como estratégia para a construção rigorosa e fundamentada do processo analítico e crítico dos fatos sociais. História, literatura, arquitetura, urbanismo, artes visuais, filosofia, política, lingüística, entre outras disciplinas, inter-relacionadas na busca de um tempo, de uma forma, de um sentido, de uma face compreensível dos fatos sociais comumente dissecados em parcelas pelas especializações.

E lá estava explicitada, no quadro negro, a equação social que as representações, muito além dos fatos denunciavam.

Este conjunto de situações conformou um ambiente intelectual rico em possibilidades e o livre trânsito do pensamento, a partir do qual, apenas minhas limitações cingiram os contornos desta tese.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo geral identificar relações entre *pensamento utópico* e a *produção do espaço social* e como objetivo específico investigar a existência destas relações no processo de instituição de uma associação, a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul – CCEVFRGS. O desenvolvimento deste trabalho considera que pensamentos utópicos se encontram potencialmente na origem de certas concepções sociais as quais, para se efetivarem, se apóiam em processos funcionais que necessitam de estruturas sócio-espaciais para seu exercício. Considera também que o espaço social construído a partir de um pensamento utópico, além de ser um reflexo material de uma aspiração social, também tem a potencialidade de representar contradições daquela sociedade. O trabalho conclui que as contradições verificadas em certos espaços idealizados indicam que o *moto* que os gerou – o pensamento utópico – se fragmenta em imaginários de um passado e não de um futuro ideal presentificado como faria supor a reificação de um projeto utópico. Disto depreendeu-se que, ao não se realizar, o pensamento utópico por si só não é paradoxal, pois sua ocorrência situa-se no campo imaginário onde surge e se desenvolve como resposta às demandas existenciais das sociedades sempre na lógica interna da sua impossibilidade e que, por outro lado, as estruturas sócio-espaciais dele decorrentes, ocorrem no campo da materialidade, portanto, dentro de outra lógica. Conclui-se também que investigações sobre ocorrência de pensamentos utópicos devem considerar, além das expressões materiais e funcionais dos fatos sociais analisados, as suas representações as quais têm a potencialidade de exprimir as subjetividades dos pensamentos. As análises demonstraram a ocorrência de traços de pensamentos utópicos não só no discurso dos agentes da CCEVFRGS como também nos discursos de representantes de setores sociais impactados pelas forças materiais e simbólicas geradas durante seu processo histórico de implantação. Por outro lado, a instituição imaginária da CCEVFRGS não prefigurou uma utopia, mas continha, além de pensamentos pragmáticos, componentes utópicos que resultaram na produção de espaços sociais os quais ainda se identificam com a história da sociedade onde se realizaram.

ABSTRACT

This thesis has as general objective to identify relations between *utopian thought* and the *social space production* and, as specific objective, to investigate the existence of these relations in the process of establishment of an institution, the Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul – CCEVFRGS. The development of this work considers that utopian thoughts potentially come from the origin of certain social conceptions, which rely on functional processes that need social-spatial structures in order to effectuate their exercises. In addition, the present work takes into account that the social space built from a utopian thought, beyond be a material reflex of a social aspiration, has the potentiality to represent the contradictions of those society. The work concludes that the contradictions verified in certain idealized spaces indicate that the *moto* that generate them – the utopian thought – is fragmented into imaginary figures of a past and not of an ideal future made-present as would suggest the reification of an utopian project. From that, it was concluded that, when it does not realize, the utopian thought by its own is not paradoxical, because its occurrence is localized in the imaginary field where it raises and develops as a response for the existential demands of societies, obeying the internal logic of its impossibility. On the other hand, the social-spatial structures that come from the utopian thought are realized in the material field, within a different logic. Also, it is concluded that investigations about the occurrence of utopian thoughts must consider, beyond material and functional expressions of the social facts analyzed, its representations, which have the potentiality to express the subjectivities of thoughts. Analyses demonstrate the occurrence of traits of utopian thoughts not only in the discourse of the CCEVFRGS agents but also in the discourses of the representatives of social sectors who were affected by material and symbolic forces generated along the historical process of the establishment of those institution. On the other hand, the CCEVFRGS imaginary institution did not prefigure a utopia, but it comprises, beyond pragmatic thoughts, utopian components that result in the production of social spaces which are still identified with the history of the society where they were realized.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	3
INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO I – UM PENSAMENTO SEM LUGAR	18
1.1 Origens do pensamento utópico	18
1.2 Utopia, pensamento utópico e ideologia	23
CAPÍTULO II – LUGARES DE “NÃO-LUGARES”	31
2.1 A New Harmony de Owen	31
2.2 O Falanstério de Fourier	35
2.3 As infra-estruturas do saint-simonismo	38
2.4 O Familistério de Godin	42
2.5 Considerações sobre pensamento utópico e materialidade	49
CAPÍTULO III – PENSAMENTO UTÓPICO	52
3.1 Pensamento utópico e utopia	52
3.2 Poder e pensamento utópico	64
3.3 Tempo e pensamento utópico	66
3.4 Classes sociais e pensamento utópico	68
3.5 Cooperativismo e pensamento utópico	70
3.6 Considerações sobre as características do pensamento utópico	82
CAPÍTULO IV – PENSAMENTO UTÓPICO E ESPAÇO SOCIAL	87
4.1 O espaço da utopia	87
4.2 A noção de espaço em More	91
4.3 A noção de espaço em Campanella	93
4.4 A noção de espaço em Fourier	94
4.5 Considerações sobre a importância do espaço para o pensamento utópico	97
CAPÍTULO V – A CCEVFRGS – O tempo vivido	102
5.1 O contexto institucional: a VFRGS	102
5.1.1 A ferrovia na região	104
5.1.2 O fim da linha	106
5.1.3 A ferrovia em Santa Maria	111
5.2 A CCEVFRGS	120
5.2.1 Um pensamento no <i>buffet</i> da estação	120
5.2.2 Sonhos e pesadelos: as ideologias da ordem e da desordem	125
5.2.3 Fourier, Owen e os inimigos na trincheira	132
5.2.4 Pensamento utópico ou pragmático: o dilema do discurso	136
5.2.5 O monumento e a metáfora	142
5.2.6 No meio do caminho tinha um Estado	147
5.2.7 A luta contra o novo Moloch	150
5.2.8 A massa inculta e bela	154
5.2.9 O início do fim	157
5.2.10 O Estado invasor: a distopia	162
5.3 Considerações sobre a instituição imaginária da CCEVFRGS	176

CAPÍTULO VI – A CCEVFRGS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL	180
6.1 Tipos e escalas dos espaços produzidos	180
6.2 O espaço regional	182
6.3 Os espaços urbanos	186
6.3.1 Santa Maria	186
6.3.1.1 Atividades comerciais e industriais	186
6.3.1.2 Atividades educacionais	193
6.3.1.3 Atividades da saúde	203
6.3.2 Porto Alegre	203
6.3.3 Pelotas	207
6.3.4 Passo Fundo	208
6.3.5 Bagé	209
6.3.6 Pedro Osório	210
6.3.7 Uruguaiana	211
6.3.8 Alegrete	212
6.3.9 Santiago	213
6.3.9.1 Cruz Alta	214
6.3.9.2 Rio Grande	215
6.3.9.3 Cacequi	217
6.3.9.4 Montenegro	218
6.3.9.5 Rio Pardo	219
6.3.9.6 Taquara	220
6.3.9.7 Porto Conde/São Jerônimo	221
6.3.9.8 Piratini	222
6.4 Considerações sobre os espaços produzidos pela CCEVFRGS	222
CAPÍTULO VII – O ESPAÇO SOCIAL DESCONSTRUÍDO	225
7.1 O espaço regional	225
7.2 Os espaços urbanos	227
7.2.1 Santa Maria	227
7.2.2 Outras cidades	235
7.3 Considerações sobre a desconstrução do espaço social da CCEVFRGS	236
CAPÍTULO VIII – CCEVFRGS – O Tempo revivido	239
8.1 A escrita	239
8.2 O desenho	241
8.3 A fala	245
8.4 A paisagem arquitetônica	249
8.5 Considerações sobre o tempo revivido	256
CONCLUSÕES	260
REFERÊNCIAS	269
CORPUS	275
LISTA DE FIGURAS	278
LISTA DE QUADROS	286
ÍNDICE REMISSIVO	287
ANEXO A – INSTRUMENTO DE PESQUISA: Questionário	289
ANEXO B – MANUSCRITO DO PRIMEIRO ESTATUTO DA CCEVFRGS	292

LISTA DE SIGLAS

CACFB – Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil.

CCEVFRGS – Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul

PMSM – Prefeitura Municipal de Santa Maria

RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

RS – Rio Grande do Sul

SM – Santa Maria

VFRGS – Viação Férrea do Rio Grande do Sul

INTRODUÇÃO

As sociedades por vezes se caracterizam por movimentos estimulados por projeções futuras de cenários idealizados onde e quando as condições morais, éticas, políticas e materiais, segundo sua cultura, seriam melhores que a contemporânea.

Encontramos tais projeções tanto em textos filosóficos e literários quanto em registros em placas sumerianas datadas de séculos antes de Cristo¹ e nas imagens das telas de cristal líquido e das holografias tridimensionais deste século. Todas elas manifestações de inconformidades com o *status quo* e da busca de novos mundos. Mundos que supram desde as necessidades mais elementares até as aspirações intelectuais mais complexas a procura de um equilíbrio que o autoconhecimento poderia trazer.

Por enquanto, este conhecimento nos dá conta da complexidade ainda imensurável da natureza e, especificamente, da natureza humana que apresenta uma dinâmica própria, que ao mesmo tempo em que leva a sondar em registros imemoriais explicações e causas existenciais, procura entender a contemporaneidade e também idealizar o futuro.

Esta dinâmica do conhecimento apresenta entre outros produtos, energias latentes imateriais e materiais extraordinárias que podem tanto salvar quanto extinguir sociedades. Muitas destas energias advêm da capacidade potencial do *imaginário* que tem, numa de suas potencialidades – o *pensamento utópico* –, uma das suas manifestações mais importantes acerca das possibilidades de um futuro circunstancialmente impossível. Isto porque, da sua formulação, surgem os estímulos para o exercício das práticas sociais que, na escala temporal, vai caracterizar a idéia de *processo* e de *acumulação* de experiências.

Portanto, a criação de projetos idealizados e circunstancialmente irrealizáveis e que surgem como reação de inconformidade a uma determinada

¹ SARGENT, Lyman Tower. Traditions utopiques: thèmes et variations in SHAER, Roland.; SARGENT, Lyman Tower (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Fayard, 2000, p. 20.

circunstância social ² são produtos de processos do *pensamento utópico*. Estas projeções geralmente expressam esperanças em novas relações sociais mais harmônicas e num homem em perfeito convívio com a natureza. Esta capacidade imaginária contempla temas que vão desde paraísos terrestres até a criação de vida artificial, passando por propostas de sociedades alternativas, cidades, sistemas políticos e instituições ideais.

Outra característica presente no processo de pensamento utópico é a noção de *espaço* na medida em que as circunstâncias sociais, então criticadas, ocorrem e se relacionam com o espaço em grau variável e grande parte das alternativas para solucionar os problemas é expressa mediante formas espaciais.

Estas reflexões foram suscitadas pela observação de um fato histórico e social: a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul – CCEVFRGS, fundada em 1913 em Santa Maria, Rio Grande do Sul ³ e que se constitui no *objeto empírico* desta tese.

A CCEVFRGS é uma instituição que se inseriu no contexto regional do Estado do Rio Grande do Sul atuando de forma significativa nas áreas do comércio, da indústria, da educação e da saúde. Ao atender seus objetivos, esta cooperativa produziu lugares de significativa importância, com repercussões não só na estruturação física de Santa Maria, de outras cidades e da região, como também no imaginário da sociedade na qual nasceu e se desenvolveu. A CCEVFRGS atingiu seu apogeu nas décadas de 1940 e 1950 quando tinha mais de 20 mil associados que eram atendidos em todo o estado do Rio Grande do Sul e sofreu um declínio que ocorreu, *pari passu*, com o declínio do sistema de transportes ferroviário no Brasil a partir da segunda metade da década de 1950. Mesmo tendo sofrido paulatino encerramento destas atividades, sua experiência ainda é considerada exemplar como uma via alternativa e independente para o desenvolvimento econômico e social de diversos setores da sociedade como a economia, a cultura, a saúde nos quais diversas cooperativas atuam.

² MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 220.

³ Situada na região central do estado, o município de Santa Maria criado em 16/12/1857, tem população total de 263.403 habitantes (2007). Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundação de Economia e Estatística,

As diretorias da CCEVFRGS produziram relatórios anuais além de publicações comemorativas cujos textos em sua grande maioria fazem referências a pensadores, obras, idéias, projetos e concepções de sociedades de corte utópico, as quais balizam e sustentam um discurso que sugere ser originário de pensamentos utópicos. Esta hipótese se fundamenta na ocorrência de citações de obras como *a República* de Platão,⁴ *a Utopia* de Thomas More,⁵ *A Cidade do Sol* de Tommaso Campanella,⁶ o socialismo que surge como a principal forma de representação das utopias nos séculos XIX e XX,⁷ o que é reforçado por Engels,⁸ as idéias comunitárias e igualitárias de Robert Owen⁹ (1771-1858) e de Charles Fourier¹⁰ (1772-1837); a idéia da rede de transportes como mediadora espacial entre representações e práticas como as propostas de Saint-Simon (1760-1825) e dos seus seguidores.¹¹

Outro aspecto indicador de que a instituição imaginária da CCEVFRGS continha matizes de pensamento utópico, é a grandeza da sua abrangência e da sua produção espacial em princípio desproporcional dada sua origem e suas condições econômicas iniciais.

Estas constatações não autorizam supor que a CCEVFRGS tenha sido um projeto utópico fechado a ser perfectilizado em algum lugar no futuro, mas autorizam a especular de que forma influenciaram na sua instituição imaginária. Neste sentido, esta tese exige como premissa o esclarecimento conceitual tanto no que se refere à *utopia* quanto a *pensamento utópico*. Diante desta questão, propomos distinguir *pensamento utópico* de *utopia* como categorias de análise diferentes na medida em que compreendemos que o

⁴ PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

⁵ MORUS, Thomas. *A Utopia*. Porto Alegre: L & PM, 1997.

⁶ CAMPANELLA, Tommaso.. *A Cidade do Sol*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

⁷ CLAEYS, Gregory. Socialisme et utopie in SHAER, Roland, SARGENT, Lyman Tower (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibliothèque Nationale de France / Fayard, 2000, p.205.

⁸ ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Fulgor, 1962, p.54.

⁹ Considerado o fundador do socialismo britânico e precursor do cooperativismo publicou *A New View of Society* (1813).

¹⁰ Fourier propôs uma nova ordem social apresentada, entre outras publicações, em *Le nouveau monde industriel et sociétaire* (1829). Fonte: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html

¹¹ Saint-Simon e seus seguidores, os saint-simoniens, propunham que as grandes cidades deveriam ser concebidas como um conjunto de redes de comunicação e como pontos nodais de um sistema de estradas, canais, estradas de ferro e vias navegáveis em escala mundial. Fonte: PICON, Antoine. *Les saint-simoniens. Raison, imaginaire et utopie*. Paris: Belin, 2002, p. 237.

pensamento utópico é um *processo* imerso nas circunstâncias individuais e sociais e que a *utopia* é um *projeto* concluso, definido em todas as suas particularidades.

Considerando estas observações iniciais, esta tese tem como objetivo geral avaliar as relações entre *pensamento utópico* e a *produção do espaço social* e como objetivo específico demonstrar que o processo de instituição da CCEVFRGS, além de se justificar pelo atendimento às necessidades de uma categoria de trabalhadores, se valia de pensamentos utópicos.

Estas observações iniciais suscitaram a hipótese de que um pensamento utópico foi o *leitmotiv* das iniciativas promovidas pela CCEVFRGS, isto é, esteve na origem e, muitas vezes, orientou as ações que a Cooperativa desenvolveu visando o atendimento de necessidades básicas de seus associados, como alimentação, vestuário, saúde e educação produzindo assim espaços sociais. Esta constatação, associada ao aprofundamento teórico do tema, provocou uma série de questões e hipóteses:

i) Em que condições podemos afirmar que um projeto ou ação social resultou de um *pensamento utópico* e não de um *pensamento pragmático*? Nossa hipótese indica que a identificação dos limites entre pensamentos pragmático e utópico não deve resultar apenas da abordagem das expressões materiais e funcionais dos fatos sociais analisados, mas também do estudo das representações que têm a potencialidade de exprimir as subjetividades dos pensamentos.

ii) Como parametrizar o pensamento utópico para efeito de análise do problema que se propõe? Supomos que as análises de pensamentos utópicos devem considerar as qualidades do indivíduo que constituem um “campo individual”, do ambiente que constituem um “campo ambiental” e das relações entre estes dois campos – “campo relacional”. Estes campos por sua vez seriam estruturas da superestrutura social onde ocorrem.

iii) Qual a importância da análise do pensamento utópico para a compreensão dos processos de produção do espaço social? Nossa hipótese é que o espaço social construído a partir de um pensamento utópico, além de ser um reflexo material de uma aspiração social, também tem a potencialidade de representar contradições daquela sociedade.

iv) Muitas experiências de realização de pensamentos utópicos os contradizerem; trata-se de um fato *paradoxal*? A precariedade das relações sociais verificadas em certos espaços idealizados indica que, o *moto* que os gerou (o pensamento utópico) se esvai em fragmentos, como notícias esparsas do imaginário de um passado e não de um futuro ideal presentificado como faria supor a reificação de um projeto utópico. Portanto, como atuam em campos diferentes, o imaginário e o sócio-espacial, o fenômeno não é paradoxal.

v) Qual a importância da noção de espaço social para o pensamento utópico? Nossa hipótese, nesse caso, é que pensamentos utópicos se encontram potencialmente na origem de certas concepções sociais as quais, para se efetivarem, se apóiam em processos funcionais que necessitam de estruturas espaciais para seu exercício.

vii) Grupos considerados não dominantes no espectro social podem determinar o que é utópico¹² e produzir “fatos urbanos”¹³? Supomos que grupos sociais não dominantes podem ser responsáveis tanto na determinação do que seja utópico quanto na qualificação da história da arquitetura da cidade.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi adotada metodologia que se iniciou com uma *revisão bibliográfica* voltada à definição de referenciais teóricos e focada em três assuntos principais: *utopia, pensamento utópico e representações do imaginário*.

Em sequência, foram efetivadas pesquisas em fontes primárias na busca de registros históricos e de representações sobre o fenômeno como: relatórios anuais e revistas comemorativas da CCEVFRGS, relatórios da VFRGS, álbuns comemorativos e jornais. Ainda nesta etapa de prospecção, foram entrevistados ferroviários e funcionários da CCEVFRGS ativos e aposentados, escritores e pessoas da comunidade. A partir destas pesquisas e entrevistas definiu-se o *corpus*.

¹² Contrariamente a Mannheim quando propõe que será sempre o grupo dominante que esteja em pleno acordo com a ordem existente que irá determinar o que se deve considerar como utópico e que o grupo ascendente, em conflito com as coisas como estão, determinará o que deve ser considerado ideológico. MANNHEIM. Op. cit. p. 227.

¹³ Contrariamente a Aldo Rossi que considera que a história da arquitetura da cidade é sempre a história da arquitetura das classes dominantes. ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 5.

As análises desenvolvidas focaram aspectos e relações fundamentais para o posterior cotejamento com as hipóteses de trabalho:

A conceituação do pensamento utópico, objetivando identificar o fio condutor do pensamento utópico e seus consequentes projetos, na perspectiva histórica onde se destaca a *Utopia* de Thomas More como obra referencial.

A conceituação da utopia, objetivando situá-la do ponto vista axiológico no campo do imaginário para fins de verificação da sua ocorrência no estudo de caso. Para tanto nos apoiamos principalmente nos conceitos desenvolvidos nas obras *Ideologia e Utopia* de Karl Mannheim (1893-1947), publicada em 1929 e em *O princípio Esperança – volumes 1,2 e 3*, de Ernst Bloch (1885-1977), escrita entre 1938 e 1947 e publicada em 1959.

As relações entre cooperativismo e pensamento utópico, com o intuito de identificar, nos fundamentos do cooperativismo, nas suas origens e experiências, seu viés utópico como um projeto alternativo ao debate entre comunismo e capitalismo no fim do séc. XIX e início do XX.

As relações institucionais entre a CCEVFRGS e as administrações do transporte ferroviário (CACFB, VFRGS e RFFSA), a fim de caracterizar os ambientes das relações históricas, políticas e econômicas que se estabeleceram entre as duas instituições.

A instituição da CCEVFRGS, objetivando, mediante análises textuais, a identificação de seu discurso fundador e a ocorrência de referências a doutrinas, ideais e projetos.

O pensamento utópico e a produção do espaço social, buscando identificar ocorrências de relações entre idealizações e espaços, e as edificações construídas na região e nas cidades atendidas pela CCEVFRGS.

As desconstruções do espaço e o imaginário social objetivando avaliar os discursos contidos em textos que denunciam, não só as desestruturações espaciais ocorridas, mas também a nostalgia de um tempo perdido, principalmente de pensamentos utópicos perdidos.

A abordagem analítica destes aspectos e das relações ocorreu no âmbito da *História cultural* e do *urbanismo*.

História cultural, na medida da sua possibilidade de “*repor, no centro da atenção das ciências humanas, a complexidade dos fenômenos a serem*

estudados e pesquisados”¹⁴ e de “ultrapassar as fronteiras disciplinares possibilitando enfrentar as complexidades dos fenômenos humanos, tal como eles se apresentam”.¹⁵ Com este objetivo, focalizamos as análises naquelas representações que fundamentam o campo do *imaginário* como sistema de idéias e imagens de representação coletiva e sua potencial capacidade de criar o real¹⁶ na perspectiva de que “a história é impossível e inconcebível fora da imaginação produtiva ou criadora”.¹⁷

Portanto, ao analisarmos o *imaginário social* a intenção é ir além da interpretação mais direta, aquela de ordem mais objetiva da visão “econômico-funcional” que busca explicar a existência e características das instituições *somente* como instâncias que atendem funções vitais para a existência de uma sociedade.¹⁸ Tal direcionamento objetiva compreender a existência da instituição sob o espectro simbólico que o imaginário permite e que, neste caso, poderá explicar aspectos constitutivos e fundamentais da CCEVFRGS.

Com este objetivo nos balizamos em Castoriadis quando afirma que

É impossível compreender o que foi, o que é a história humana, fora da categoria do imaginário. Nenhuma outra permite refletir estas questões: o que é que estabelece a *finalidade*, sem a qual a funcionalidade das instituições e dos processos sociais permaneceria indeterminada? O que é que, na infinidade das estruturas simbólicas possíveis, especifica *um* sistema simbólico, estabelece relações canônicas prevalentes, orienta em *uma* das inúmeras direções possíveis todas as metáforas e as metonímias abstratamente concebíveis? Não podemos compreender uma sociedade sem um fator unificante, que fornece um conteúdo significado e o entrelace com as estruturas simbólicas.¹⁹

Assim, se buscou o “fator unificante” *dentro* da “categoria do imaginário”. A escolha deste caminho deve-se a constatação de que, muito do valor atribuído à CCEVFRGS está associado ao simbólico (igualdade,

¹⁴ LEENHARDT, Jacques. Imagem e história em viagem pitoresca e histórica ao Brasil, de Jean Baptiste Debret: o enterro do filho de um rei negro *in* LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P.; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e linguagem: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 121.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 8.

¹⁷ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 176.

¹⁸ *Ibidem*, pp. 139-141.

¹⁹ *Ibidem*, p. 192.

modernidade, progresso, dinamismo), o que vai ao encontro da afirmação de Castoriadis de que existe um entrelaçamento entre o “*mundo social-histórico*” e uma rede simbólica e que mesmo que as instituições não se reduzam ao simbólico, elas só podem existir a partir dele.²⁰

Entendemos que o imaginário contém um referencial temporal que não pode ser desconsiderado e, para atender a este aspecto, adotamos método que propõe dois recortes que se referem ao *tempo vivido* e ao *tempo revivido*.²¹

No *tempo vivido* são analisadas as representações contemporâneas aos fatos e no segundo são analisadas as representações a cerca de fatos do passado. Este método permite avaliar comparativamente a significação dos eventos a partir da perspectiva do “tempo presente” e da perspectiva do “tempo passado” respectivamente. Diz respeito à possibilidade de se observar a correlação entre os espaços e suas funções sociais com o imaginário elaborado coletivamente com base nas percepções das experiências contemporâneas.

No *tempo revivido*, o espaço pode não existir na sua totalidade material e nem a dinâmica de suas funções/atividades, apenas no campo do imaginário em que assume caráter multidimensional. Assim, as reverberações da CCEVFRGS na comunidade são investigadas por meio dos discursos que possam ocorrer em textos, expressões artísticas e falas.

Para melhor compreender o processo de produção de espaços sociais, este *approach* ao objeto empírico procura, a partir da verificação da ocorrência de uma mentalidade utópica (Mamheinn) naqueles contextos, identificar aspectos correlacionais entre estes dois campos: o espacial e o imaginário.

Ou seja, quanto mais e consistentes forem as correlações entre realidade e o pensamento utópico, mais por meio dela se conhecerá a realidade implícita na expressão imaginária. Neste sentido, a análise dos perfis dos autores e ou agentes e das suas circunstâncias, vai permitir identificar a dialética entre seus pensamentos a realidade estabelecida.

²⁰ Ibidem, p. 142.

²¹ MELLO, Luiz Fernando da Silva. *O imaginário do espaço e o espaço do imaginário: a ferrovia em Santa Maria, RS*. Porto Alegre, 2002. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, PROPUR, UFRGS, p.120.

A partir destas considerações se poderia pensar em compreender melhor um espaço social por meio da interpretação das representações adotadas para exprimir pensamentos utópicos os quais, neste senso, negam a estrutura presente ou, parcialmente, seus elementos componentes – condição *sine qua non* do pensamento utópico. Esta negação utilizada como argumentação vai exigir a caracterização do, ou dos objetos negados. Assim, espaços sociais idealizados ao serem projetados ou implementados, automaticamente destacam os contornos do espaço social contemporâneo como numa imagem do tipo figura-fundo onde, por contraste, este se apresenta como “negativo” daquele.

Muito embora para Mannheim não seja apenas pela compreensão da negação ou da oposição de idéias que se pode chegar ao conhecimento da realidade,²² trata-se de uma abordagem que possibilita uma melhor compreensão das características de uma dada realidade, principalmente no âmbito das percepções dos agentes em relação a suas circunstâncias sociais e naturais e também no que diz respeito às suas aspirações enquanto classe ou categoria social.

Levamos em consideração também que os sistemas simbólicos de idéias e imagens de representação, que consubstanciam o imaginário social, são elaborados por meio dos “filtros” das percepções individual, coletiva e institucional. A partir desta consideração, buscou-se analisar as formas e significações das representações individuais, coletivas e institucionais relativas ao objeto investigado. Isso se deve à constatação de que podemos encontrar no processo de construção e manutenção do fenômeno em análise, manifestações desses três segmentos. Portanto, foi nestas manifestações que se buscou encontrar as causas e os efeitos das tensões sociais motivadoras da instituição da CCEVFRGS assim como suas repercussões na produção do espaço.

Valendo-se destes pontos de observação, analisar tais registros, vai permitir, juntamente com a configuração dos espaços sejam urbanos ou não, uma aproximação à dimensão real do espaço social em análise.

²² MANNHEIM. Op. cit., p. 235.

Neste sentido, para melhor compreender um fenômeno social hipoteticamente gerado a partir de um pensamento utópico, é necessário não limitar as análises aos “veículos” tidos como fundamentais de sua representação como a novela, o conto, o romance, o projeto ou o plano. Isto tem o objetivo de não desqualificar aprioristicamente certas manifestações as quais, se balizadas pelos parâmetros até agora propostos, não se enquadrariam como suportes para expressões de cunho utópico como, por exemplo, as artes plásticas, a música, a dança, que podem conter em seus discursos “uma sociedade criticada, um espaço modelo e uma sociedade modelo”, no dizer de Choay ao caracterizar a novela utópica.²³ Assim, um relatório institucional, como no caso da CCEVFRGS que, obviamente, não se enquadra como gênero literário, pode ser também um veículo de transmissão de imaginários como os pensamentos utópicos.

Entendemos que as representações do pensamento utópico podem ocorrer mediante discursos, projetos e materialidades os quais, ao se confrontarem se hierarquizam segundo valores da sociedade na qual se desenvolvem. Dentre estas representações do mundo social, consideramos que discursos do *pensamento utópico*, exercem papel importante na mobilização de forças sociais no sentido da realização de projetos sociais.

A partir desta proposta de “*decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e ao mundo*”,²⁴ procuramos identificar, mediante a análise de *textos* e *imagens* contidos em relatórios, o discurso norteador da instituição da CCEVFRGS, pois o consideramos como “*um dispositivo de enunciação que liga uma organização textual e um setor social determinado*”,²⁵ portanto, “*uma forma de ação social*”.²⁶ A sua análise ao considerar as circunstâncias históricas e sociais da sua elaboração, objetiva identificar as origens e razões imaginárias como o pensamento utópico que, como procuramos comprovar, impulsionou a instituição da CCEVFRGS.

²³ CHOAY, Françoise. *Pour une anthropologie de l'espace*. Paris: Editions du Seul, 2006, p. 355.

²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 42.

²⁵ MAINGUENEAU, Dominique. *L'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1991, p.13.

²⁶ *Ibidem*, p.66.

Consideramos também que, no universo discursivo, ou seja, num conjunto de discursos que interagem em um dado momento, a análise do discurso pode identificar *campos discursivos* que guardam relações.²⁷ Assim os discursos produzidos no mesmo contexto de uma instituição ou comunidade, para circulação interna ou externa, podem interagir não apenas entre eles, mas também com textos de outros campos discursivos o que caracteriza a *intertextualidade*.²⁸ Maingueneau destaca a possibilidade do que denomina de *intertextualidade interna* quando ocorrem discursos de um mesmo campo e de *intertextualidade externa* quando pertencentes a campos discursivos diferentes.²⁹ Assim, as análises dos textos dos relatórios da CCEVFRGS puderam ser feitas a partir de uma *intertextualidade interna* na medida em que apresentam dois discursos distintos dentro de um mesmo campo: *um doutrinário e subjetivo* e outro *técnico e objetivo*, segundo nossa avaliação.

Por outro lado, em relação a textos literários, Ainsa afirma que o “*componente imaginário do artístico literário torna-se fundamental numa leitura utópica de muitos textos literários*”³⁰ pois

A ilusão artística pode dar uma prefiguração da realidade, que aparece significada numa projeção que vai muito além do dado, inclusive por meio da fabulação e da exageração. (...) Pode também – e é o caso de outros textos – reconstruir espaços da nostalgia e do “paraíso perdido”.³¹

Considerando a dimensão física deste espaço, principalmente aquela percebida pelas imagens, a luz que Walter Benjamin (1892-1940) projetou sobre esta questão, ao propor a análise *fisiognômica*, nos impele a considerar também a imagem como potencial veículo do discurso sobre a CCEVFRGS. Bolle, de forma genérica, explica que a “*fisiognomia*”³²

²⁷ Ibidem, p.14.

²⁸ Ibidem, p.51.

²⁹ Ibidem, p. 52.

³⁰ AINSA, Fernando. *A reconstrução da Utopia*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2006, p. 39.

³¹ Ibidem, p. 39.

³² Neologismo introduzido por Bolle “*para expressar um vaivém entre o objeto estudado – a fisionomia da cidade – e o olhar do ‘fisiognomista’.*” BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 40.

benjaminiana’ é uma espécie de ‘especulação’ das imagens, no sentido etimológico da palavra: um exame minucioso de imagens prenhe de história”.³³

A imagem possibilita o acesso a um saber arcaico e a formas primitivas de conhecimento, às quais a literatura sempre esteve ligada, em virtude de sua qualidade mítica e mágica. Por meio de imagens – limiar entre a consciência e a inconsciente – é possível ler a mentalidade de uma época. É essa leitura que se propõe Benjamin enquanto historiógrafo. Partindo da superfície, da epiderme de sua época, ele atribui à fisionomia das cidades, à cultura do cotidiano, às imagens do desejo e fantamagorias, aos resíduos e materiais aparentemente insignificantes, a mesma importância que “as grandes idéias” e às obras de arte consagradas. Decifrar todas aquelas imagens e expressá-las em imagens “dialéticas” coincide, para ele, com a produção de conhecimento da história.³⁴

Se considerarmos apenas o aspecto etimológico da palavra utopia, representações do espaço como formas de expressão de não-lugares podem ser entendidas como paradoxais. Por outro lado, como seu discurso discorre sobre idealizações sociais e as relações sociais ocorrem invariavelmente no espaço, este passa a ser sugerido ou descrito em menor ou maior grau. Mesmo aqueles pensamentos utópicos originalmente expressos apenas através de descrições ou relatos são carregadas de imagens espaciais estimulando o leitor ou ouvinte, através de sua sensibilidade e imaginário, a compor cenários que conformam paisagens de forma complementar. Tais paisagens visuais ou não, se constituiriam em estruturas mentais ou visuais fundamentais na compreensão de pensamentos utópicos.

Neste sentido, as imagens produzidas por meios como a fotografia, a pintura e o desenho e também a literatura na medida das suas potencialidades expressivas a cerca do tema desta tese, foram compreendidas como *textos* para as análises, pois conforme Mannheim

na maioria dos períodos da história, a Arte, a Cultura e a Filosofia nada mais são do que a expressão da utopia central da época, configurada pelas forças sociais e políticas contemporâneas.³⁵

³³ BOLLE. Op. cit. p. 42.

³⁴ Ibidem, p. 43.

³⁵ MANNHEIM. Op. cit., p. 246.

Leenhardt, ao considerar que cada período da história social concebe a paisagem urbana e natural segundo categorias próprias e evolutivas, propõe a análise da transformação dos modos de leitura destas paisagens através de estudos de textos literários e obras de arte nas quais se manifestam as relações de uma sociedade com seu ambiente.³⁶ Nesta perspectiva, consideramos também a *paisagem* como imagem a ser investigada. Esta análise procura identificar relações entre os textos visuais e literários e os contextos do desenvolvimento da CCEVFRGS.

Mais precisamente, consideramos a paisagem como uma potencial expressão de um pensamento utópico na medida em que pode ser entendida como uma representação que contém elementos culturais simbólicos que exprimam desejos reconhecidamente inalcançáveis por um determinado grupo social numa dada circunstância histórica.

A análise urbanística se baseia em método desenvolvido por Rossi para o estudo da cidade. Esta abordagem parte da compreensão da cidade como *arquitetura*, não só no que refere à imagem visível, mas como um processo construtivo no tempo do ambiente onde vive uma comunidade.³⁷ Este processo histórico da arquitetura se manifesta mediante o que Rossi define como *fato urbano* – “*construção última de uma elaboração complexa*”³⁸ que pode ser compreendido por meio de *áreas-estudo* – “*abstrações relativamente ao espaço da cidade e serve para definir melhor um fenômeno*”³⁹ e de *elementos primários* – edifícios, monumentos, ruas, lugares, enfim, elementos “*que participam da evolução da cidade no tempo de maneira permanente, identificando-se frequentemente com os fatos constituintes da cidade*”.⁴⁰

Esta tese está organizada em oito capítulos e se inicia pela presente **Introdução**, onde são apresentados o objeto empírico, o problema, o embasamento teórico-conceitual, os principais questionamentos e hipóteses.

No **Capítulo I** são apresentadas as origens históricas da utopia e conceitos desenvolvidos objetivando a definição de quadro teórico referencial.

³⁶ LEENHARDT, Jacques (directeur d'études). “*Paysages et sociétés dans la littérature et les arts aux XIXe e XXe siècles*” (seminaire) – Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Janeiro a junho de 2007.

³⁷ ROSSI. Op. cit. p. 1.

³⁸ Ibidem, p. 4.

³⁹ Ibidem, p. 62.

⁴⁰ Ibidem, p. 115.

No **Capítulo II** são apresentadas experiências da aplicação prática de idéias consideradas utópicas como a *New Harmony* de Owen, o *Falanstério* de Fourier, as *infra-estruturas do saint-simonismo* e o *Familistério de Godin*,

O **Capítulo III** objetiva identificar características gerais do pensamento utópico e destacar e relativizar noções pertinentes ao tema desta tese como as noções de *Poder*, de *Tempo*, de *Utopia*, de *Classes sociais* e de *Cooperativismo*.

No **Capítulo IV** estão desenvolvidas análises sobre as relações entre pensamento utópico e a produção do espaço social.

O **Capítulo V** trata da origem e da progressão institucional da CCEVFRGS e do contexto de seu desenvolvimento notadamente aquele construído pela VFRGS na região e mais especificamente em Santa Maria.

No **Capítulo VI** é analisada a produção do espaço social nas escalas regional e urbana.

No **Capítulo VII** são analisados os impactos nos espaços regional e urbanos decorrentes do declínio das atividades da CCEVFRGS.

No **Capítulo VIII** estão desenvolvidas análises de textos, *lato senso*, que denotam ausências significativas para seus autores em relação às significações que a CCEVFRGS lhes representou.

Por último, as **Conclusões** contêm resultados das análises e reflexões que buscam responder as questões que motivaram esta tese.

CAPÍTULO I

O PENSAMENTO SEM LUGAR

O pensamento utópico só existe enquanto imaginário do circunstancialmente impossível ou, o imaginário da impossibilidade é que suscita o pensamento utópico. Como tal pensamento é processado no campo imaginário, ele enquanto expressão só existe como abstração, mesmo que representado materialmente por meio de textos, ilustrações ou verbalizações. Ele nasce e existe, sobretudo, como uma resposta às demandas das sensibilidades acerca de uma circunstância tida como adversa.

Diante destas considerações, impõe-se tratar das significâncias e das tentativas da sua materialização na medida da sua importância enquanto processo condicionante e ou determinante da qualidade dos agentes sociais e eventualmente dos espaços sociais produzidos.

Para este estudo importa destacar a noção de pensamento utópico para que as análises e investigações sejam direcionadas sob esta noção de forma a evitar que outros pensamentos transcendentais, aparentemente similares, como a ideologia, sejam confundidos.

1.1 Origens do pensamento utópico

As manifestações do pensamento utópico ganharam relevo no século XVI com a publicação em 1516 de *Utopia* de Thomas More originalmente intitulada *Libellus vere aureus nec minus salutaris quam festivus de optimo reip(ublicæ) statu, deq(ue) noua Insula Vtopia*.⁴¹ Nesta obra, o personagem Rafael, um navegador que teria viajado com Américo Vesúcio ao “novo mundo”, narra suas experiências na Inglaterra e numa ilha chamada Utopia. Dividida em duas partes, Rafael no *Livro Primeiro*, critica a monarquia inglesa e no *Livro Segundo*, descreve uma sociedade idealizada situada numa

⁴¹ SARGENT, Lyman Tower. Les traditions anciennes, bibliques e médiévales in SHAER, Roland, SARGENT, Lyman Tower (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibliothèque nationale de France/Fayard, 2000. p. 20. “Pequeno tratado verdadeiramente esplêndido e agradável e não menos útil sobre o ótimo Estado republicano da nova ilha descoberta, Utopia”. (Tradução nossa).

ilha cuja localização é desconhecida. A partir desta dualidade, More, subliminarmente propõe uma relação dialética entre as duas sociedades, uma real e outra imaginária.

More teria se inspirado nas cidades ideais descritas nas obras *República, Leis, Timeu e Crítias* de Platão (428-7 a. C. – 348-7 a. C.).⁴² Utopia abrigaria uma sociedade distribuída em núcleos urbanos iguais nos quais não existiria propriedade privada e as relações sociais seriam harmônicas de forma orquestrada e numa estrutura rígida onde, não só as funções estariam definidas, como também os tempos para executá-las. O equilíbrio das populações seria controlado mediante migrações conforme idade ou sexo. A educação e a saúde seriam serviços públicos e gratuitos e seriam fornecidos em edificações padronizadas e com perfeita higienização. A racionalização estaria presente até no comportamento das relações entre homem e mulher, entre diversos outros regulamentos, justificados pela busca do bem-estar e equilíbrio dos habitantes. Apesar desta preocupação com a harmonia da sociedade, esta idealização também comportava a figura do homem escravo.

Na medida em que propõe uma dialética entre um *status quo* e um projeto de sociedade alternativo, a obra de More deixa além das qualidades literárias e filosóficas, passa a ter também uma qualidade de crítica quando contextualizada às circunstâncias da monarquia inglesa.

Ao mesmo tempo em que cunha uma palavra em latim *utopia*, construída a partir do grego *ou*, que significa “negação” e de *topos* que significa “lugar”, More funda, mediante sua novela, a narrativa utópica, que no século XIX se desenvolveria. Com o apoio da perspectiva que vai permitir a representação espacial com precisão, o mito da *Cidade Ideal*, vai ser um tema recorrente. Inspirados em More, outros pensadores desenvolveram suas cidades como a *Cidade do Sol* de Tommaso Campanella e a *Nova Atlântida* de Francis Bacon, assim como pintores como Francesco di Giorgio que ilustrou por diversas vezes este tema.

⁴² Platão em suas obras *Timeu ou a Natureza* e *Crítias ou a Atlântida* descreve a lendária ilha de *Atlântida* que seria uma potência naval localizada "na frente das Colunas de Hércules", que conquistou muitas partes da Europa Ocidental e África 9.000 anos antes da era de Sólon, ou seja, aproximadamente 9600 a.C.. Após uma tentativa fracassada de invadir Atenas, Atlântida afundou no oceano "em um único dia e noite de infortúnio". Em *A República* defende que a justiça dependeria do cumprimento das funções *produção, defesa e administração* exercidas pelas pessoas conforme suas aptidões que se dividiriam em três classes: artesãos, soldados e guardiães que deveriam ser felizes por cumprirem cada um sua função social.

Em 1516, More confia a publicação da sua obra a seu amigo Erasmo de Roterdam ⁴³ que indicou um editor em Louvain na Bélgica. Desde esta primeira edição, a idéia de espaço implícita ao pensamento utópico se explicita, não só mediante o relato como também pelo desenho (Fig. 1). A acolhida da obra foi tão boa, que apenas três meses após a primeira tiragem, Erasmo encoraja More a reeditá-la. Assim, entre 1516 e 1689 são publicadas vinte e quatro edições em latim e foi traduzida nos séculos XVI e XVII para o alemão (1524), italiano (1546), francês (1550), inglês (1551), holandês (1553) e espanhol (1637).⁴⁴

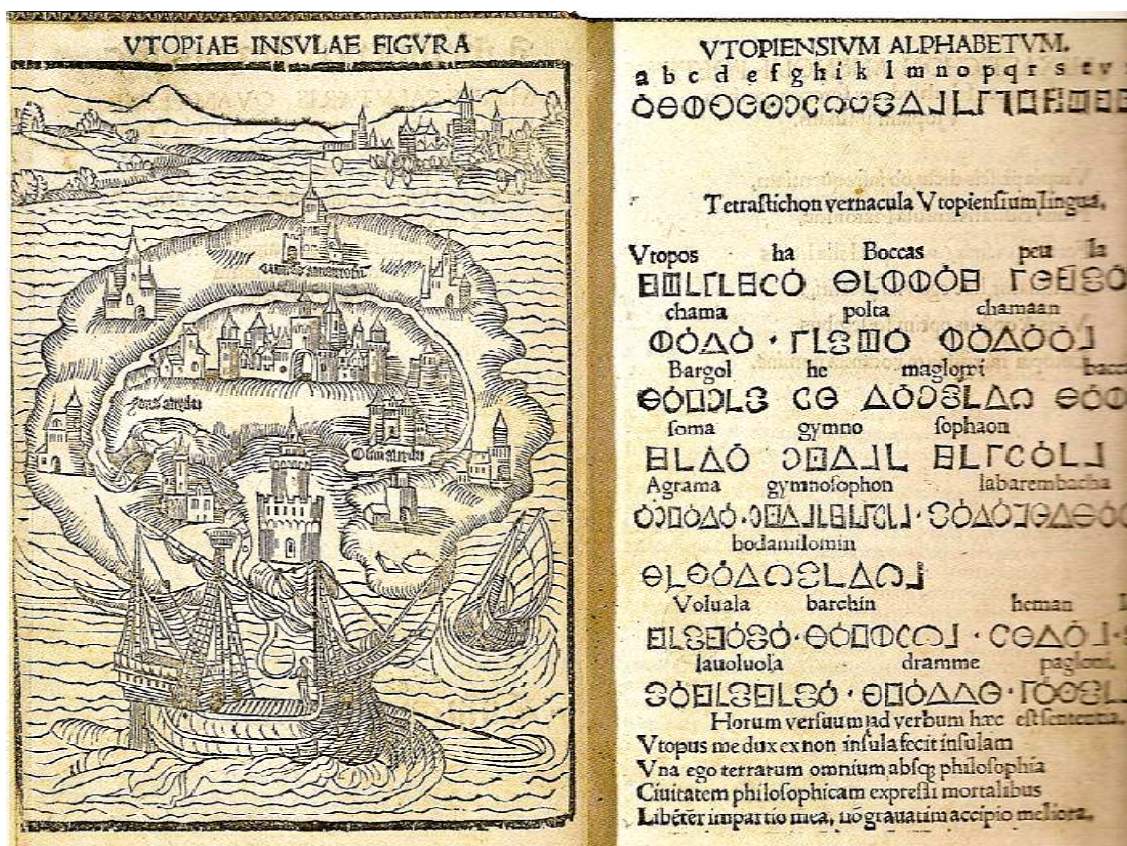


FIGURA 1 – Páginas da primeira edição de *Utopia* de Thomas More. Louvain: Thierry Martin, 1516. Fonte: Davis, J. C.. *L'utopie et le Nouveau Monde, 1500-1700* in SHAER, Roland.; SARGENT, Lyman Tower (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Fayard, 2000, p. 114.

Porém, somente no fim do século XIX que o pensamento utópico passou a produzir uma vertente literária que veio a caracterizar um tema

⁴³ Teólogo e humanista holandês (1466-1536) que publicou em 1509 o ensaio “Elogio à loucura”, obra dedicada a Thomas More.

⁴⁴ DAVIS, James Colin. *L'utopie et le Nouveau Monde, 1500-1700* in SHAER, Roland.; SARGENT, Lyman Tower (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Fayard, 2000, p. 114. Para RIOT-SARCEY, Michele; BOUCHET, Thomas; PICON, Antoine. Op. cit., a tradução para o francês ocorreu em 1517 como se pode constatar na página 243.

literário. Até então o pensamento utópico projetava-se mediante um complexo de idéias, como cidades perfeitas construídas por e para os homens que tomava eventualmente a forma de uma ficção literária como o romance, de um relato de viagem, de uma peça de teatro, de uma poesia, e também sob a forma de ensaios, códigos ou constituições, cantos ou manifestos.⁴⁵

Mas as manifestações do pensamento utópico são mais antigas que a palavra que passou a designá-lo e tem suas raízes na mitologia antiga, na filosofia grega ou na doutrina cristã sendo difícil de precisar, mas se identificam traços sobre placas de argila sumerianas (circa séc. IV a. C.), no Antigo Testamento e na poesia de Hesíodo (séc. VIII a. C.).⁴⁶



FIGURA 2 – Ilustração do Capítulo I - A idade de Ouro da obra Metamorfose de Ovídio. s.n., 1563. 16 x 19 cm. Fonte: Shaer, R.; Lecoq, D.. les traditions anciennes, bibliques et médiévales in Shaer, R.; Sargent., L. T. (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibiothèque Nationale de France/Fayard, 2000, p. 43.

O poeta grego Hesíodo (VIIº séc. a. C.) dá forma e estrutura ao mito da *idade de ouro* na obra *O trabalho e os dias*, quando descreve um estado primordial, evocando uma “raça de ouro” que vive sem sofrer nem envelhecer, onde a natureza é generosa dispensando os homens do trabalho, onde reina a paz e a justiça e todos vivem próximos de Cronos, o filho divino da Terra e do

⁴⁵ SHAER; SARGENT. Op. cit., p. 29.

⁴⁶ SARGENT. Op. cit., p. 20.

Sol.⁴⁷ A esta raça sucedeu outra com características opostas constituída de homens de prata, após a dos homens de bronze que eram guerreiros e finalmente a dos homens de ferro que eram infelizes e obrigados a trabalhar.

Este mito, ao evocar as relações harmoniosas entre os homens e a natureza, sugere relações entre “as raças” e paisagens as quais ganham representações nas edições impressas (Fig. 2).

Platão, dois séculos mais tarde retoma este mito em *A República* ao descrever uma “cidade ideal” alterando a significação metafórica entre os homens e os metais ao hierarquizar as “raças” de ouro, de prata e de bronze, misturado com ferro, vivendo juntos numa mesma época.⁴⁸ O elemento comum entre Hesíodo e Platão é que a raça de ouro estaria próxima dos deuses usufruindo uma vida de felicidade e justiça.⁴⁹

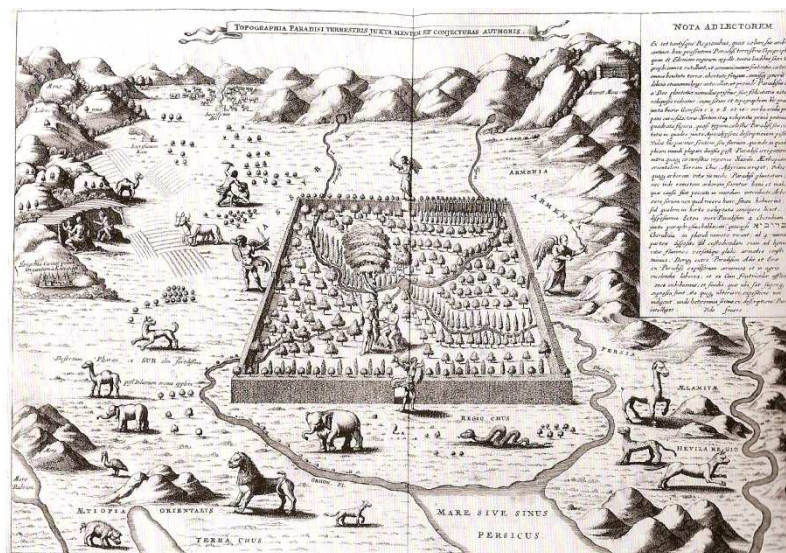


FIGURA 3 – Topographia paradisi terrestris iuxta mentem et coniecturas authoris in Kircher, Athanasius. Arca Noé, publicada em 1675. Fonte: Scafi, A.. Mapping Paradise. Londres: The British Library, 2006, p. 316.

Na descrição do paraíso em Gênesis II, 7-10, esta mesma proximidade com Deus ocorre também com Adão e Eva no jardim do Éden, lugar de delícias e perfeição situado na terra, mas inacessível aos homens.⁵⁰ Nesta descrição, Deus planta um jardim no Éden de onde brota todas as espécies de árvores entre as quais a árvore da vida no centro do jardim e a árvore do conhecimento do bem e do mal cujos frutos eram proibidos. Deus

⁴⁷ SHAER *et al.* Op. cit., p. 6.

⁴⁸ PLATÃO. Op. cit., pp. 242-243.

⁴⁹ RIOT-SARCEY. Op. cit., p. 2.

⁵⁰ SHAER *et al.* Op. cit., p. 6.

cria o homem do qual gerou a mulher e também todas as espécies de animais. Neste caso as mensagens morais que o texto bíblico objetiva divulgar estão associadas a um lugar perfeito, onde o homem tem a possibilidade de se encontrar com Deus, o que também demonstra o potencial imaginário do espaço a partir do qual se produziram diversas representações do paraíso (Fig. 3).

Desde que se tem conhecimento, pode-se identificar nos textos dois tipos de lugares idealizados: aqueles imaginados sem o esforço do homem como a *Idade de Ouro* ou o jardim do *Éden* e aqueles idealizados por meio das ações, dos comportamentos e das aptidões do homem como nas obras *Leis* e *A República* de Platão.⁵¹ De qualquer forma, todas as culturas conhecidas contam com utopias que se desenvolvem sem o esforço humano, como na China ou Índia e em numerosos países de cultura budista ou islâmica.⁵²

1.2 Utopia, pensamento utópico e ideologias

No âmbito das idéias que transcendem uma dada situação social, as análises de Mannheim buscam elucidar a existência de categorias distintas nestes processos imaginários. Ele indica a existência de duas categorias principais que poderiam ser confundidas: as *ideologias* e as *utopias*.

As *ideologias* seriam as idéias situacionalmente transcendentais que jamais conseguem de fato a realização de seus conteúdos pretendidos, ao passo que as *utopias* não são ideologias na medida e até o ponto em que conseguem transformar a realidade histórica existente em outra realidade, mais de acordo com suas próprias concepções,⁵³ ou ainda, as orientações utópicas são aquelas que “*transcendendo a realidade, tendem a se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento.*”⁵⁴

Para enfatizar a importância desta distinção, ele extrapola as caracterizações ao afirmar que

⁵¹ SARGENT. Op. cit., p. 20.

⁵² Ibidem.

⁵³ MANNHEIM. Op. cit., pp. 218-219.

⁵⁴ Ibidem, p. 271.

“(...) a completa eliminação de elementos transcendentais à realidade, em nosso mundo, nos levaria a uma ‘constatação de fato’ que significaria, em última análise, a decomposição da vontade humana. Neste aspecto reside a mais essencial diferença entre estes dois tipos de transcendência à realidade: enquanto o declínio da ideologia representa uma crise apenas para certos estratos, e a objetividade que nasce do desmascaramento das ideologias sempre assume uma forma de um auto-esclarecimento para a sociedade como um todo, a completa desaparecimento do elemento utópico do pensamento e da ação humanos, significaria que a natureza e o desenvolvimento humanos iriam assumir um caráter totalmente novo. A desaparecimento da utopia ocasiona um estado de coisas estático em que o próprio homem se transforma em coisa.”⁵⁵

Conforme Mannheim, um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre, sendo que a designação de idéias absolutamente utópicas se dá por serem consideradas irrealizáveis apenas no quadro da ordem em que eles próprios vivem.⁵⁶ Este “estado de espírito” dissonante teria a capacidade de traduzir a síntese de uma esperança fundamentada num restabelecimento da integralidade do homem e em harmonia com a natureza, seja ela terrena ou interplanetária.

Estas invenções de “novos mundos” contemplam questões relativas a sociedades alternativas, políticas e cidades ideais, energias alternativas, questões ambientais, planejamento social e de cidades, entre outras e que estimularam realizações práticas.

Neste raciocínio, a “nova realidade” suscitaria outras ideologias e utopias num *continuum* onde passado, presente e futuro contêm coordenadas referenciais dos pensamentos ideológicos e utópicos.

O pensamento utópico é necessariamente antagônico ao ambiente e às circunstâncias históricas e políticas onde se insere seus autores. Ele se apresenta como uma reação a um *status quo* e desta forma ela não o reproduz e nem apresenta laços com a sua contemporaneidade donde poderia se concluir que não existe pensamento utópico social sem processos históricos, movimentos sociais, contextos econômicos, sem espaços dramatizados, sem o *genius loci*. Mesmo assim, seu projeto – a utopia, não guarda relação com

⁵⁵ Ibidem, p. 285.

⁵⁶ Ibidem, pp. 217-220.

estas circunstâncias, à exceção das críticas subjetivas que seu projeto sugere nas quais podemos encontrar justificativas e razões para sua proposição.

A concepção de utopia de Mannheim, procura levar em conta o caráter dinâmico da realidade, na medida em que assume como ponto de partida, uma realidade concreta, histórica e socialmente determinada e que se acha em um constante processo de mudança quando então se estabelece uma relação dialética entre a utopia e a ordem existente.⁵⁷ Porém, a nosso ver, para esta relação dialética ocorrer é necessário ocorrer outro processo dialético – o pensamento utópico, tão ou mais importante para fins analíticos, pois é aquele que se estabelece entre as sensibilidades e as injunções sociais adversas da sua época e que não necessariamente são guiados por um projeto acabado e inalcançável como uma utopia.

Mannheim destaca que todos os grupos e classes conflitantes da sociedade buscam esta “realidade”, em seus pensamentos e em seus atos, não sendo, por conseguinte de estranhar que esta pareça ser diferente para cada um deles.⁵⁸ E nestes conflitos de classe, as utopias das classes ascendentes se acham muitas vezes permeadas por elementos ideológicos.⁵⁹ Nestes casos, o “processo” *pensamento utópico* invariavelmente sofre influência ideológica, no mínimo em seu *strictu senso*.

Em Bloch, que se apóia em Marx, encontramos que a ideologia não se esgota com o seu tempo e que a ideologia se origina da divisão do trabalho mais especificamente entre o trabalho material e o trabalho intelectual, a partir da qual a classe dominante cria suas representações que justificam a condição social existente e negam a raiz econômica, “*ocultando a exploração burguesa*”.⁶⁰ Bloch propõe que a formação ideológica das sociedades é composta por três fases: *a preparatória, a vitoriosa e a decadente*.

A fase *preparatória* com viés neo-progressista surge em contraposição à ideologia dominante, a fase *vitoriosa* seria quando a nova classe dominante consolida a nova ideologia mediante aspectos jurídicos,

⁵⁷ Ibidem, p. 222.

⁵⁸ MANNHEIM. Op. cit., p.124.

⁵⁹ Ibidem, p. 227.

⁶⁰ BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2005. Vol. 1, p. 152.

políticos e a promoção de um “certo equilíbrio” social e a fase *decadente* se caracterizaria pela busca da refundação ideológica da classe dominada.⁶¹

Para Bloch, a utopia, retira das ideologias o que lhe é próprio e propõe uma justificativa para o aspecto progressista da proposição utópica que continua a atuar historicamente.⁶²

Bloch conclui que, mesmo que esta categoria de pensamento imaginário transcendental tenha sido denominado pelo neologismo *utopia*, seu conceito é muito mais abrangente em termos filosóficos e que o “utópico” coincide tão pouco com a novela de More, que se faz necessário valer-se da totalidade da filosofia para que se possa compreender o que se designa como utopia.⁶³ Bloch coloca que, mesmo outras idealizações e planos de ordem técnica referentes a cidades e arquiteturas, não deram conta do potencial da esperança e que, da mesma forma o *“utópico permaneceu surpreendentemente encoberto nas situações e paisagens da pintura e da poesia, nas suas extravagâncias assim como especialmente nos seus realismos possíveis de visão profunda e longo alcance”*, mas que mesmo assim a *“função utópica”* continua agindo⁶⁴ pois,

“(…) a riqueza da fantasia humana, junto com o seu correlato no mundo (no momento em que a fantasia torna-se especializada e concreta), não pode ser investigada nem inventariada de outra maneira senão pela função utópica e tampouco ela pode ser testada sem o materialismo dialético.”⁶⁵

Podemos entender então que o pensamento utópico é latente na humanidade e a sua intelectualização, a partir de Platão, a colocou em patamares filosóficos e políticos sobre os quais More se apoiou para descrever sua “ótima república” de tal forma emblemática do tipo de pensamento imaginário que seu nome – Utopia – de substantivo próprio passou a ser substantivo comum para designar o ideal impossível e também um gênero literário.

⁶¹ Ibidem, p. 153.

⁶² Ibidem, p. 157.

⁶³ Ibidem, pp. 24-25.

⁶⁴ BLOCH. Op. cit., p. 25.

⁶⁵ Ibidem.

A partir desta compreensão, se iniciou um olhar retroativo na busca de manifestações literárias, artísticas, políticas, entre outras, que contivessem princípios, pensamentos e idéias de sociedades imaginárias idealizadas as quais viriam a se constituir num *corpus* para o desenvolvimento teórico e sistematização conceitual.

Neste sentido, Oswald de Andrade contribui com um olhar que parte dos trópicos que, embora não desenvolva especulação conceitual como Mannheim e Bloch, expressa um pensamento de alguém cuja origem e vivência se situam em coordenadas geográficas próximas aos lugares descritos a partir das viagens marítimas e das descobertas de novos continentes e considerados como utópicos. Ele chamou de “Ciclo das Utopias” o período que se inicia no começo do século XVI com a divulgação das cartas de Vespúcio e se encerra com o *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels em 1848⁶⁶ e em 1880 quando é publicado *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, de Engels.

Para Andrade, os pontos altos deste ciclo foram no século XVI, a miscigenação decorrente das descobertas; no século XVII, a luta brasileira contra a Holanda⁶⁷ e o Tratado de Westfália que, “*depois da guerra dos Trinta Anos jogava por terra as pretensões da Áustria de absorver a Alemanha, abrindo para a Reforma, os horizontes estatais do imperialismo germânico*”; no século XVIII, a Revolução Francesa e, no século IX, o *Manifesto Comunista*.⁶⁸

O aspecto peculiar da abordagem de Andrade está na proposição objetiva de que as utopias são conseqüências da descoberta do Novo Mundo e, sobretudo, da descoberta do novo homem, do homem diferente encontrado nas terras da América. Para tanto, coloca como argumento a obra paradigmática de More que teria tido contato com um dos vinte e quatro homens deixados na Feitoria de Cabo Frio por Américo Vespúcio, a partir do

⁶⁶ ANDRADE. Op. cit., *A marcha das...*, p. 147.

⁶⁷ Andrade explica que: “*Na guerra contra a Holanda (1624), vencia, evidentemente, uma compreensão lúdica e amável da vida, em face dum conceito utilitário e comerciante. O Brasil compusera-se de raças matriarcais que não estavam distantes das concepções libertárias de Platão e dos sonhos de Morus e de Campanella. Era o ócio em face do negócio. O ócio vencia a áspera e longa conquista flamenga, baseada no primeiro lucro e na ascensão inicial da burguesia.*” in ANDRADE. Op. cit., *A marcha das...* p. 184.

⁶⁸ ANDRADE. Op. cit., *A marcha das...* , p. 148.

qual, entusiasmado com a existência de uma sociedade alternativa à sua, teria criado a sua *Ilha da Utopia*.⁶⁹

Entretanto, cabe ressaltar que More não faz questão de localizar a ilha argumentando que se esqueceu de perguntar ao narrador Rafael onde ela se situava⁷⁰ o que não invalida o raciocínio de Andrade quando relaciona o desenvolvimento do pensamento utópico a um novo espaço e a um novo homem, agregando assim elementos os quais tiveram o poder de catalisar o imaginário do homem europeu que se confrontava com inúmeras adversidades.

Se por um lado Mannheim e Bloch mergulham na mente humana e nas relações sociais em busca das explicações para o fenômeno, Andrade recorre a fatos históricos, geográficos e antropológicos para justificar a ânsia pelo novo, pelo puro, pelo intocável, como forma de redenção, de uma cultura cujo imaginário social dava conta da iminência do caos em seus territórios.

Como Mannheim, Andrade destaca que, se houve uma utopia típica, esta foi a que Münzer, mediante idéias igualitárias, instigou e levou a população camponesa da Alemanha pré-reformada e apoiada no *milénarismo*,⁷¹ a pôr-se em armas contra os senhores, anunciando de novo o reino milenário, e o fim da desigualdade humana.⁷² Andrade destaca que os milenaristas buscavam *“justiça e vingança aqui na terra o que convulsionava a Europa interior, enquanto a Europa atlântica divisava no horizonte utópico da Américas, o sonho duma humanidade igual, feliz e sem pecado.”*⁷³

Andrade justifica esta perspectiva ao comentar que a cultura e a consciência européias teriam sofrido um forte impacto a partir do conhecimento da existência de outros lugares e de outros homens sem os estigmas e marcas da sua contemporaneidade.⁷⁴

Portanto, diante das circunstâncias adversas, a utopia situava-se além do horizonte marítimo para onde iam as caravelas como hoje ela parece estar no céu para onde apontam as espaçonaves.

⁶⁹ Ibidem, p. 150.

⁷⁰ MORUS. Op. cit., p. 12.

⁷¹ *milénarismo* – palavra que advém do latim *millenium* e que designa a doutrina religiosa, retirada da Bíblia (Apocalipse 20, v. 1 a 10), que anuncia o regresso de Jesus Cristo para constituir um reino com duração de mil anos.

⁷² ANDRADE. Op. cit.. *A marcha das...*, p. 186.

⁷³ Ibidem, p. 187.

⁷⁴ Ibidem, p. 165.

A geografia das utopias situa-se na América. É um nauta português que descreve para Morus a gente, os costumes descobertos do outro lado da terra. Um século depois, Campanella, na *Cidade do Sol*, se reportaria a um armador genovês, lembrando Cristóvão Colombo. E mesmo Francis Bacon, que escrevia *A Nova Atlântida* no século XVII, faz partir a sua expedição do Peru. A não ser *A República* de Platão, que é um estado inventado, todas as *Utopias*, que vinte séculos depois apontam no horizonte do mundo moderno e profundamente o impressionaram, são geradas a partir da descoberta da América.⁷⁵

Porém para outros estudiosos a oposição entre as duras realidades encontradas na América e os sonhos do imaginário utópico não resiste às análises, pois para a geração de então e para outras subseqüentes, o Novo Mundo era uma ficção ao mesmo título que a ilha de Utopia, ou seja, ambas construções míticas assombradas por fantasmas dos sonhos passados na Europa.⁷⁶

De qualquer forma, as representações enquanto manifestações simbólicas traduzem mais intenções e desejos utópicos de classes ou de categorias sociais do que propriamente a praxis para o atendimento de demandas básicas de um setor social ou mesmo de uma sociedade. Diante disso os pensamentos utópicos se chocam, se acumulam ou se anulam nos inevitáveis combates por melhores condições de vida, por espaços estratégicos, pelo controle territorial e cultural, pelo capital e até pela memória enquanto valor existencial, de uso e de troca.

Pode-se observar que, as limitações das práticas sócio-espaciais não permitem a realização completa de projetos utópicos confirmando sua premissa conceitual – sua impossibilidade factual. Por outro lado, os projetos utópicos têm a capacidade de atuar como “norte” em cuja direção a civilização vai encontrando soluções circunstanciadas e parciais para suas demandas. Neste sentido, as tentativas de experimentação prática de projetos utópicos, além de exporem suas limitações, indicam soluções e dão muitas vezes respostas às necessidades de equilíbrio social.

Para Mamheinn, a utopia surge a partir de um ambiente social que ele denominou de “mentalidade utópica”. Para nós, dada esta característica

⁷⁵ Ibidem, p. 151.

⁷⁶ DAVIS. Op. Cit., p. 104.

ambiental, anterior à utopia, existe o processo do pensamento do qual ela é produto, o qual tem, entre suas variáveis componentes, imaginários imponderáveis à luz da sua contemporaneidade.

Neste sentido, o pensamento utópico que percorre processos reflexivos, analíticos e propositivos tem, como ponto de partida, uma reação imposta pela sensibilidade. Uma sensibilidade que está aparatada instintivamente para reagir passiva ou ativamente, física ou intelectualmente, emocional ou racionalmente a uma dada realidade.

CAPÍTULO II

LUGARES DE “NÃO-LUGARES”

No século XIX foram implantados planos e projetos considerados utópicos⁷⁷ que, *a priori*, estavam fundamentados em ideais de convívio social das classes trabalhadoras que seriam alcançados mediante padrões comportamentais e morfologias arquitetônicas e urbanas específicas. Destacamos aqueles planos e projetos não só em razão de terem sido citados nos relatórios das diretorias da CCEVFRGS, mas também pela constatação de que guardam algumas semelhanças com as ações e projetos desta Cooperativa.

Neste sentido, a análise das iniciativas de Robert Owen, Charles Fourier e seu seguidor Victor Considerant, Jean-Baptiste Godin e Saint-Simon e seus seguidores objetiva corroborar as hipóteses enunciadas neste trabalho.

2.1 A New Harmony de Owen

Robert Owen (1771-1858), um industrial inglês filantropo, acreditava que a perfeição do ser humano resultaria de uma educação eficiente e personalizada, mas também da boa qualidade do ambiente de vivência. As idéias de Owen foram expostas em *A New View of Society* (1813), *Report to the County of Lanark* (1829), *The New Moral World* (1834) e no jornal *The Crisis* (1832-1834).

⁷⁷ BREMAND, N. "Charles Fourier (1772-1837)". Les premiers socialismes, bibliothèque virtuelle de l'Université de Poitiers. Publicado em sítio em 16/03/2009. <http://premierssocialismes.edel.univ-poitiers.fr/> (Acessado em 6/06/2010). CHOAY, Françoise. *L'urbanisme, utopies et réalités – une anthologie*. Paris: Editions du Seuil, 1965. SHAER, Roland, SARGENT, Lyman Tower (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibliothèque Nationale de France / Fayard, 2000. DEBU-BRIDEL, J.. *L'Actualité de Fourier. De l'utopie au fouriérisme appliqué*. Paris: Editions France-empire, 1978. DELABRE, Guy; GAUTIER, Jean-Marie. *Vers une republique du travail. J.B.A. Godin, 1817-1888*. Paris: Editions de la Villette, 200. ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Fulgor, 1962. MONCAN, Patrice. *Villes utopiques, Villes rêvées*. Paris: Editions du Mécène, 2003. DELABRE, G.; GAUTIER, J. M.. *Vers une republique du travail. J.B.A. Godin, 1817-1888*. Paris: Editions de la Villette, 2000. PAQUOT, Thierry; BERIDA, Marc. *Habiter l'utopie: Le Familistère Godin à Guise*. Paris: Édition de La Villette, 2004. PICON, Antoine. *Les saint-simoniens. Raison, imaginaire et utopie*. Paris: éditions Belin, 2002. RIOT-SARCEY, Michele; BOUCHET, Thomas; PICON, Antoine. *Dictionnaire des Utopies*. Paris: Larousse, 2006.

Suas reflexões e experiências vão focalizar mais a pedagogia e a vida comunitária do que em concepções de cidade ou habitação. Ao se instalar em New Lanark, em 1800, Owen se concentra em melhorar os processos técnicos a fim de aperfeiçoar o trabalho e a maquinaria da sua indústria.⁷⁸ Ao verificar que as condições da cidade eram péssimas, investiu no melhoramento do ambiente externo tornando-o mais confortável para “*propiciar que os trabalhadores fossem pessoas honestas*”. Assim a cidade foi toda limpa e recuperada, mas a limpeza de cada casa dependeria de seus ocupantes onde Owen não poderia interferir, daí a importância da educação.⁷⁹

Sua concepção de “comunidade cooperativa” visava ultrapassar a oposição cidade/campo, a renegar a idéia da grande cidade poluída e a promover uma espécie de vila urbana compreendida por habitações de uso privado, mas de propriedade coletiva e de construções para todos, como hospitais, escola e biblioteca.⁸⁰ Ele dá grande importância aos jardins junto às casas, aos parques públicos, aos campos cultivados e às árvores ao longo das ruas e estradas (Fig. 4 -1).

Bloch destaca que Owen se baseou principalmente na teoria do valor do trabalho de Ricardo,⁸¹ então recém publicada, na qual afirmava que a única medida de valor de um produto é a quantia de trabalho nele contida.⁸² A partir desta teoria, Owen desenvolveu plano de uma comunidade do futuro onde as pessoas chegariam a usufruir a quantia de trabalho por elas produzido, eliminando assim o lucro capitalista. Para tanto, Owen inicia em 1832 pela construção, em Londres, de um grande depósito para facilitar o armazenamento de bens de consumo fabricados pelos produtores os quais

⁷⁸ PAQUOT, Thierry; BERIDA, Marc. *Habiter l'utopie: Le Familistère Godin à Guise*. Paris: Édition de La Villette, 2004, p. 11.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ David Ricardo (1772-1823). Considerado como um dos fundadores da escola clássica inglesa da economia política, juntamente com Adam Smith e Thomas Malthus, entre as teorias por ele desenvolvidas encontra-se a *Teoria do valor-trabalho*. Segundo essa teoria, o valor econômico de uma mercadoria (especificamente uma mercadoria "reproduzível") é determinado pela quantidade de trabalho que, em média, é necessário para produzi-la, incluindo aí todo o trabalho anterior (para produzir matérias primas, máquinas, etc.). Por esta teoria o preço de uma mercadoria reproduz a quantidade de tempo de trabalho nela colocado, sendo o trabalho o único elemento que realmente gera valor. O exemplo clássico desta teoria é dado pela explicação de que a razão porque um diamante é mais valioso que um copo de água é porque encontrar e extrair um diamante exige, em média, mais trabalho do que se obter um copo de água.

⁸² BLOCH. Op. cit., Vol. 2, p. 112.

receberiam, em contrapartida, uma nota de trabalho equivalente ao valor do trabalho incorporado ao produto dando-lhes o direito de adquirir outros produtos de mesmo valor. Podemos entender esta iniciativa como uma “proto-cooperativa de consumo”.

Para Bloch, tratou-se de uma “*organização ingênua*” que acabou sucumbindo pouco tempo depois por ser uma ainda “*utopia pré-capitalista*” que tentava regular a economia a partir da distribuição e não da produção.⁸³

Porém, a verdadeira comunidade do futuro foi idealizada de modo mais radical do que a idéia de cooperativa de consumo mediante o fim da família e da propriedade privada, de assentamentos cooperativados e de novo sistema de produção. Nesta idéia, tais comunidades habitadas entre trezentas e duas mil pessoas imbuídas do espírito cooperativista cobririam o mundo.

Com este intuito, em 1824, Owen compra mais de dez mil hectares em Harmony, nos Estados Unidos da América para, em 1826, fundar juntamente com cerca de mil simpatizantes a comunidade de *New Harmony* que representa a primeira tentativa de uma cidade coletivista no mundo.⁸⁴ Lá ele busca renovar a pequena cidade e construir casas sólidas em madeira, sem cozinhas, pois as refeições deveriam ser feitas comunitariamente.⁸⁵ As condições climáticas, o solo e a economia doméstica funcionavam bem, mas a idéia de “igualdade perfeita” demonstra-se caótica e nem todos tinham o mesmo objetivo e surgiram divergências entre os líderes que enfraqueceram a experiência ao desestabilizar a coesão frágil do grupo.⁸⁶

A fraca produtividade do trabalho provoca declínio das atividades econômicas afetando a moral e dividindo ainda mais a comunidade. O saldo é negativo mas, mesmo assim, Owen conserva sua convicção utópica e declara em 13 de abril de 1828 que, para ter sucesso em tal empreendimento comunitário, seria necessário reunir pessoas livres de preconceitos e dotadas de sentimentos morais conforme as leis da natureza.⁸⁷

Os projetos para *New harmony* foram confiados ao arquiteto Stedman Whitewell, tendo como princípio a fusão de uma manufatura colocada

⁸³ Ibidem.

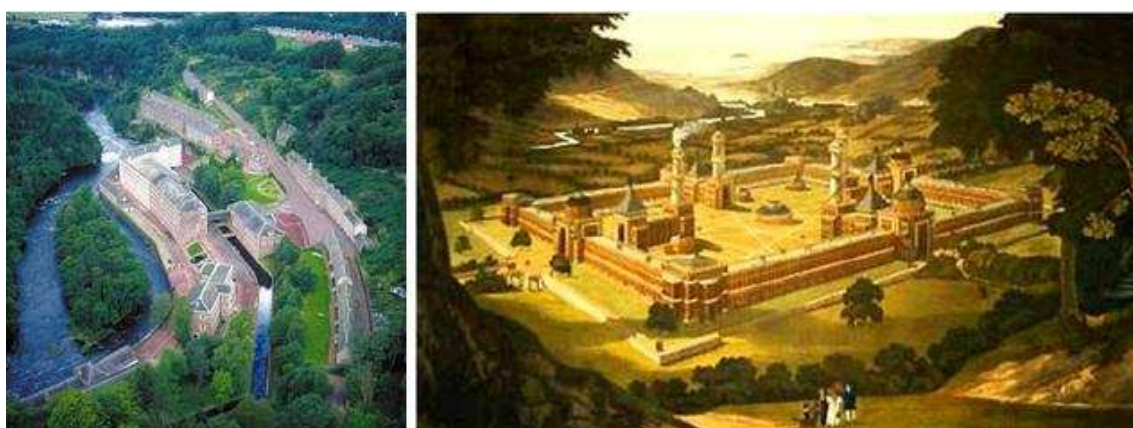
⁸⁴ PAQUOT; BERIDA. Op. cit., p. 11.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem, p. 12.

⁸⁷ Ibidem.

no centro de um conjunto habitacional e de uma comunidade religiosa. Três segmentos do conjunto são compostos de apartamentos com quatro compartimentos e são destinados à famílias com quatro pessoas e o quarto segmento é constituído por dormitórios destinados aos filhos excedentes aos dois admitidos por família.⁸⁸ As edificações deveriam se situar no centro a área agrícola e não deveriam conter pátios e nem ruelas, considerados como um dos inconvenientes da cidade tradicional. Para reforçar a idealização proposta, a paisagem é utilizada como expressão de uma utopia que buscava aliar “virtudes da vida comunitária” ao trabalho em meio à natureza (Fig. 5-2).



1

2

FIGURA 4 – Lugares da vida comunitária de Owen. 1 – New Lanark. 2 – New Harmony. Ilustração de F. Bate conforme proposição de Robert Owen, 1838. Fontes: <http://www.newlanark.org/pressimages/aerialview.jpg> (Acessado em 19/08/2010) e <http://en.wikipedia.org> (Acessado em 19/08/2010) e <http://en.wikipedia.org> (Acessado em 10/06/2010).

Godin, que mais tarde (1859), idealizaria o projeto social do Palácio do Trabalho – o *Familistério* –, ao analisar as idéias de Owen em *Devoir*,⁸⁹ observa que este se enganou ao pensar que somente a virtude da vida comunitária entre os homens seria suficiente para engajá-los a uma repartição igualitária do produto do trabalho. Para Godin, Owen estava exercendo um papel natural e justo quando melhorou as condições dos operários em New Lanark ao propiciar os direitos naturais à existência, ao substituir as responsabilidades do Estado e da sociedade frente à população. Porém, ao tentar praticar um comunismo igualitário, colocando em um mesmo nível

⁸⁸ CHOAY. Op. cit., p. 92.

⁸⁹ OWEN, Robert. *Devoir*, tome XIII, p. 265 in DELABRE, G.; GAUTIER, J. M.. *Vers une republique du travail*. J.B.A. Godin, 1817-1888. Paris: Editions de la Villette, 2000, p. 41.

“dedicados e corrompidos” e “hábeis e os incapazes”, se produziu as mesmas desordens e confusões vistas depois em *New Harmony*.⁹⁰

2.2 O Falanstério de Fourier

Charles Fourier (1772-1837), propôs uma doutrina social original que marcou a história do socialismo no século XIX a partir de uma crítica feroz à sociedade de sua época que foi marcada pela revolução industrial, período este que ele denomina de “civilização”.

Este projeto social se fundamenta numa nova organização das relações individuais baseada na exaltação das paixões humanas. Para ele, a atração comanda o mundo social assim como no mundo físico como tinha demonstrado Newton. Para tanto, ele transporta esta lei para as relações humanas e elabora uma organização social formada de indivíduos com caracteres diferentes e complementares reagrupados por combinações de paixões que levaria à “harmonia universal” não só objetivando a liberação dos desejos das pessoas como também o controle dos meios de produção. Esta doutrina é apresentada como uma ciência social onde a preocupação maior é a experimentação de suas próprias teorias.⁹¹

Fourier classifica os cinco sentidos⁹² como “sentimentos passionais”; a amizade, a ambição, o amor e a familiaridade como “paixões afetivas” e três características sociais como “distributivas”⁹³ que deveriam se combinar harmoniosamente na décima terceira paixão: a *unidade*.⁹⁴ Segundo esta lei, a humanidade após atravessar sucessivamente os períodos de *edenismo*, de *selvageria*, de *patriarcado*, de *barbárie* e de *civilização* (a sociedade do século

⁹⁰ Ibidem, p. 42.

⁹¹ Em 1808 ele edita no anonimato seu primeiro tratado - *Théorie des quatre mouvements et des destinées générales*. Em 1822 publica *Traité de l'association domestique-agricole*, em 1829 *Le Nouveau monde industriel et sociétaire*, sua obra mais acessível. Em 1835-1836 *La Fausse industrie*, na qual descreve em detalhes o funcionamento do Falanstério. Fonte: Brémand, N.. "Charles Fourier (1772-1837)". Les premiers socialismes, bibliothèque virtuelle de l'Université de Poitiers. Publicado em site em 16/03/2009. <http://premierssocialismes.edel.univ-poitiers.fr/> (Acessado em 6/06/2010).

⁹² paladar, visão, audição, olfato e tato

⁹³ “papillone” – aptidão para diversas profissões, “composite” – aptidão de unir a variedade e “cabaliste” – espírito de escola ou partido.

⁹⁴ PAQUOT; BERIDA.Op. ct., p. 12.

XIX), deveria chegar ao estado de *garantismo* que a levaria à harmonia perfeita.⁹⁵

Ao testemunhar a miséria crescente nas cidades da Revolução Industrial, Fourier conclui que o homem, seja qual for sua condição, tem o direito a um trabalho regular, a uma habitação decente e a formar e suprir uma família e, para tanto, imagina uma nova organização da sociedade, uma organização fundamentalmente comunitária que denominou de *Falange*.

Esta associação comunitária se baseava na responsabilidade comum sobre os meios de produção como fábricas, oficinas e sobre a própria terra e numa edificação habitacional coletiva que ele denominou de *Falanstério*.⁹⁶ Em síntese, a proposta de organização econômica do *Falanstério*, buscava associar uma cooperativa de consumo e uma cooperativa de produção o que permitiria a sustentabilidade da comunidade.

Para a organização da *Falange* e considerando a variedade de exigências dos trabalhos previstos, seria necessário reunir no mínimo quatrocentas pessoas, mas para o bom funcionamento da associação o ideal seria unir mil e seiscentas ou mil e oitocentas pessoas.⁹⁷ Não haveria salários, pois todos os associados seriam retribuídos com dividendos proporcionais a três agentes da produção: capital, trabalho e talento, na razão direta da importância da utilidade e inversa da atratividade, sendo o trabalho o mais remunerado por ser o mais necessário. Os trabalhos também se distinguiriam a partir do mesmo princípio em necessários, úteis e agradáveis: os mais desagradáveis ou mais penosos seriam receberiam melhores retribuições de forma a acabar com a pobreza. O societário desta comunidade teria direito a um mínimo de comida, vestimentas, alojamento, utensílios de forma a garantir o bem-estar para si e para sua família.⁹⁸

O espaço do exercício destas atividades, que ocorreriam no *Falanstério*, deveria ter características nobres, com ótimo aproveitamento dos espaços onde a beleza não seria negligenciada. Numa das alas se localizariam as oficinas ruidosas, noutra as funções mais calmas, refeitórios, salas de

⁹⁵ MONCAN. Op. cit., p. 90.

⁹⁶ Ibidem, p. 92.

⁹⁷ DEBU-BRIDEL, Jacques. *L'Actualité de Fourier. De l'utopie au fouriérisme appliqué*. Paris: Editions France-empire, 1978, p. 94

⁹⁸ Ibidem, p. 94.

estudo, de festas, de culto. Pátios centrais e galerias propiciariam passeio, proteção e comunicação fáceis para os pedestres.⁹⁹ O refeitório e a cozinha, dois espaços fundamentais para Fourier, se localizariam no térreo (Fig. 6-1).

A adoção desta tipologia arquitetônica, que Fourier também chamava de “palácio do povo”, visava ser o símbolo da organização social proposta tornando-se o centro da comunidade “falansteriana”.

Em torno do *Falanstério*, uma comuna de 1820 pessoas organizada em quatrocentos hectares aproximadamente com oficinas, fábricas, terras para a agricultura e criação de animais. O sucesso do empreendimento estimularia a criação de outros Falanstérios que acabariam por cobrir todo o mundo, pois para Fourier o problema da organização social no mundo se resume, antes de tudo, à determinação do melhor sistema de organização da comunidade em cujo centro se localiza o “palácio do povo”.¹⁰⁰

Victor Considerent, seguidor das idéias de Fourier, destaca as vantagens de uma construção coletiva indagando: o que seria mais econômico e mais sábio para alojar uma população que deveria crescer até duas mil pessoas? Construir um grande edifício ou construir cerca de quatrocentas casas isoladas com todos os muros necessários? Considerent defende a idéia do edifício, como forma de economia de construção e de manutenção além da otimização da infra-estrutura.

Em 1854, Considerant cria a *Société de Colonization Européano-Américaine du Texas* e funda às margens do Rio Vermelho, próximo de Dallas, nos EUA, um dos mais célebres falanstérios: *Réunion*.¹⁰¹

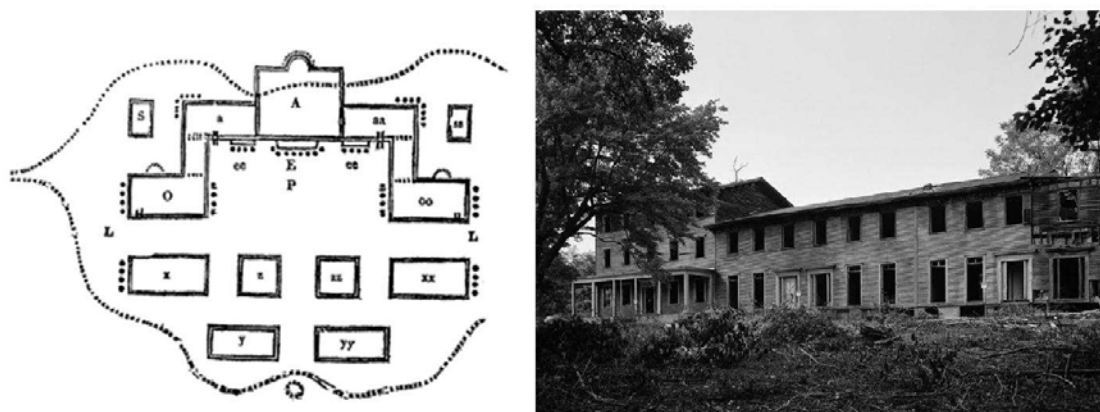
Outras experiências se sucederam como a *Falange Norteamericana*, uma comunidade experimental formada em 1841 nas proximidades de Red Bank, no Condado de Monmouth, Nova Jersey (Fig. 5 - 2). A falta de preparação e a multiplicação de micro-comunidades e controvérsias religiosas, além da guerra da Secessão (1861-1865), fizeram com que durassem menos de três anos.¹⁰²

⁹⁹ Ibidem, p. 96.

¹⁰⁰ MONCAN. Op. cit. p. 94.

¹⁰¹ Ibidem, p. 102.

¹⁰² RIOT-SARCEY; BOUCHET; PICON. Op. cit., p.112.



1

2

FIGURA 5 – Falanstério. 1 – Plano Geral. 2 – Edifício abandonado da Falange Norteamericana, Fontes: Fourier, C.. *Le Nouveau monde industriel et sociétaire*. Paris: Flammarion, 1845, p. 138. Edição digitalizada em <http://www.uqac.quebec.ca> (Acessado em 6/06/2010).

Em 1841, o médico francês Benoît Jules Mure tentou implantar no Brasil uma sociedade, a “Union Industrielle”, uma colônia nos moldes do *Falanstério* denominada *Colônia Industrial do Saí* em Saí, hoje São Francisco do Sul em Santa Catarina. O empreendimento não teve êxito desde seu início quando ocorreu dissidência no grupo de colonizadores franceses, ocasião na qual, os dissidentes fundaram outra colônia – a *Colônia Palmital*, hoje Vila da Glória.¹⁰³

2.3 As infra-estruturas do saint-simonismo

Claude-Henri de Rouveoy, Conde de Saint-Simon (1760-1825), ficou conhecido por sua análise incisiva da sociedade industrial então nascente e por sua vontade férrea de que os trabalhadores se apossassem do poder e, se fosse necessário, até pela força.

A sociedade seria meritocrática por meio das instituições industriais, o poder científico substituiria as formas mais antigas de autoridade espiritual e militar ao mesmo tempo em que o “sistema industrial” muito mais produtivo e eficaz, suplantaria as formas anteriores do “sistema parlamentar”.

Durante os anos 1830 e 1840, suas idéias foram retomadas por um grupo de discípulos os quais formaram uma seita quase religiosa. Este grupo, ao discutir e divulgar o que entendiam como malefícios da cultura e também da indústria, levantou questões sociais e econômicas importantes e propôs idéias

¹⁰³ <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10561.pdf> (Acessado em 30/8/2010)

baseadas em um novo sistema de organização familiar, social, industrial e político e repercutiram até o fim do século XIX.¹⁰⁴

Este conjunto de idéias e propostas constituiu-se numa doutrina – o *saint-simonismo*. Diferentemente de Fourier e de Owen que propuseram estabelecimentos limitados espacialmente e localizados na campanha, Saint-Simon e, na sequência, os projetos do saint-simonismo, defendiam a idéia de um mundo urbano. Para eles as cidades deveriam ser distribuídas na superfície do mundo de forma a estruturar o território por meio de uma rede de comunicações.¹⁰⁵ As grandes cidades seriam pontos nodais de um sistema de estradas, canais, estradas de ferro, vias navegáveis, concebidas em escala mundial. E mesmo a grande cidade deveria ser encarada como um conjunto de redes de comunicação.

Vinte anos antes de Haussmann e de seus engenheiros, os seguidores de Saint-Simon já propunham repensar a cidade em função de lógicas de circulação e de serviço que caracterizavam os conceitos de redes de comunicações.¹⁰⁶ Estas proposições buscavam responder às preocupações concretas como a urbanização desordenada, “suja e perigosa” e coincidiam com as preocupações de numerosos reformadores, quer políticos, médicos ou engenheiros. À diferença destes, o saint-simonismo não considerava as transformações urbanas apenas sob o aspecto material, considerava as cidades como Paris, Londres, Berlin e São Petersburgo como potenciais transformadoras do espírito pela realização de morfologias urbanas novas e de monumentos grandiosos.¹⁰⁷

Neste raciocínio, a *rede* e suas funções práticas e o *monumento* com sua finalidade espiritual, poderiam conferir à cidade uma nova intensidade ao fazê-la um reservatório de energia capaz de irradiar sobre vastos territórios.¹⁰⁸ Esta metrópole saint-simoniana é contemporânea ao surgimento de uma “poética do espetáculo urbano”, da multidão, dos lugares públicos e

¹⁰⁴ CLAYS, G.. *Socialisme et Utopie in Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Shaer, R. ; Sargent, L. T. (orgs.). Paris: Bibliothèque Nationale de France/Fayard. 2000, p. 217.

¹⁰⁵ PICON, Antoine.. *Les saint-simoniens. Raison, imaginaire et utopie*. Paris: éditions Belin, 2002, p. 245.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ PICON. Op. cit. p. 246.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 247.

das cerimônias coletivas e também de destinos individuais, da *flânerie*.¹⁰⁹ Assim, esta idéia de metrópole é ao mesmo tempo um problema de engenharia e um terreno de exploração literária.¹¹⁰

Saint-Simon elaborou grandes projetos de infra-estrutura de transportes, como a ligação entre o Atlântico e o Pacífico pela América Central ou ainda para um canal ligando Madrid ao mar. Para seus seguidores, a indústria seria sinônimo de vias de comunicação multiplicadas permitindo o estímulo à produção e às trocas.¹¹¹ Deste ponto de vista, a solidariedade entre os interesses materiais e as questões sociais aparece particularmente clara no caso das ferrovias considerada “o mais perfeito símbolo da associação universal”.¹¹² Em *Système de la Méditerranée* o saint-simoniano Michel Chevalier, evoca que

Aux yeux des hommes qui ont la foi que l'humanité marche vers l'Association universelle, et qui se vouent à l'y conduire, le chemin de fer apparaît sous un autre jour (...). Les chemins de fer changeront les conditions de l'existence humaine.¹¹³

Com estes princípios, Ferdinand de Lesseps dirige a construção do Canal de Suez e inicia a construção do Canal do Panamá.¹¹⁴

A obra de Chevalier constitui etapa importante para a generalização do termo “rede” principalmente em relação às ferrovias.¹¹⁵ Considerando os golfos situados no Mediterrâneo como entradas de grandes países, Chevalier propõe que sejam ligados por ferrovias que se constituiriam numa primeira rede a partir da qual surgiriam redes secundárias de forma que as comunicações

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem, p. 226.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ “Aos olhos dos homens que têm a fé de que a humanidade marcha para a Associação universal, e que se devotam a lá chegar, a ferrovia surge sob uma nova perspectiva (...). As ferrovias mudarão as condições da existência humana” (Tradução nossa). Debrune, J.. *Le Système de la Méditerranée de Michel Chevalier*. CONFLUENCES Méditerranée - N° 36 HIVER 2000-2001, p.187-194, p. 193. www.confluences-mediterranee.com (Acessado em 14/08/2010).

¹¹⁴ O Canal do Suez após 10 anos de construção foi inaugurado em 17 de novembro de 1869. Com a extensão de 163 quilômetros, interliga os mares Mediterrâneo e Vermelho permitindo a navegação entre Europa e Ásia sem ser necessário contornar a África. O Canal do Panamá tem 82 km de extensão e interliga os Oceanos Atlântico e Pacífico. A construção teve início em 1880 sob a direção de Lesseps que, após dificuldades incontornáveis, parou em 1885. Em 1903, o governo dos EUA, considerando o valor estratégico, assumiu o empreendimento que foi concluído em 10 de outubro de 1913.

¹¹⁵ PICON. Op. cit., p. 235.

convergissem para os portos. Outros iriam propor projetos de redes de canais interligados às ferrovias. Estava caracterizada a preocupação com o transporte intermodal.

A filosofia das redes inspirou os engenheiros que construíram as redes ferroviárias na França durante a Revolução Industrial. Nesta época, a rede sanguínea era usada como metáfora, sendo o sangue comparado ao dinheiro que circulava entre as empresas e os estabelecimentos financeiros. Barthélemy Prosper Enfantin outro seguidor de Saint-Simon, foi diretor da *Compagnie du chemin de fer Paris-Lyon-Méditerranée* onde aplicou os princípios da idéia de rede. Esta estratégia seguiu sendo empregada como pode ser observado na evolução da rede ferroviária da França (Fig. 6).

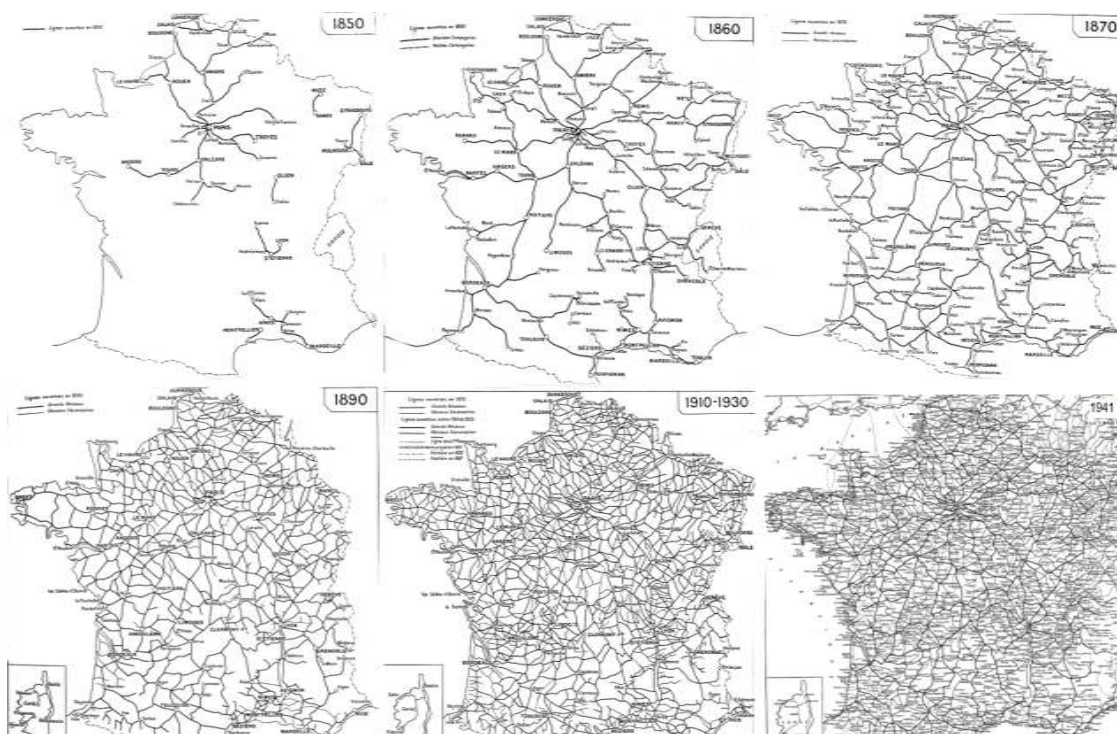


FIGURA 6 – Evolução da rede ferroviária na França entre 1850 e 1941. Fonte: <http://codegass.free.fr> (Acessado em 14/08/2010).

Podemos encontrar O emprego do termo rede, para além da categoria de objetos técnicos necessários à circulação e trocas, nas idéias dos saint-simonianos:

Le terme réseau renvoie em réalité à une double registre, celui d'un ensemble de représentations, d'une part, celui de pratiques de régulation permettant au réseau de fonctionner, d'autre part. Pas de réseau sans représentations emagées: à la différence de la machine

ou de l'infrastructure, le réseau se laisse difficilement appréhender au moyen d'une définition abstraite.¹¹⁶

Assim, a noção de rede remete a um gênero de mediação entre representações e práticas “sócio-técnicas”. Do capital à estrada de ferro, é um papel de mediação que se busca atingir de tal forma que as vias férreas são concebidas como um prolongamento da rede dos estabelecimentos bancários.¹¹⁷ Para Picon, em razão de seu papel de mediação entre representações e práticas, a figura da *rede* possui uma dimensão política muito importante, principalmente nas cidades.¹¹⁸

2.4 O Familistério de Godin

Jean-Baptiste Godin (1817-1888), industrial francês, foi por anos um defensor das idéias de Fourier e acreditava que a chave da felicidade dos homens estava na *Associação* e que seria suficiente uma experiência prática, numa escala de algumas centenas de pessoas, para comprovar que um sistema de fraternidade, paz e justiça poderia suplantar “o regime explorador e devastador da dominação do capital.” Porém, os insucessos das tentativas pontuais de comunidades que foram experimentadas, notadamente o projeto de uma colonização em Harmony, EUA, por iniciativa de Considerant, seguidor de Fourier, na qual Godin, como financiador, perdeu um terço da sua fortuna, fizeram com que se afastasse da escola falansteriana.¹¹⁹ Esta dissidência com Fourier permitiu uma bem sucedida passagem do “fourierismo escrito” para o “fourierismo praticado” e que serviu de referência ao movimento cooperativista que nascia ao final do século XIX, onde Godin seria um líder bastante respeitado como o foi Charles Gide¹²⁰ mais tarde.¹²¹

¹¹⁶ Ibidem, p. 236. “O termo ‘rede’ remete na realidade a um duplo registro, de uma parte um conjunto de representações e, de outra parte, as práticas de regulação que permitem uma rede funcionar. Não existe rede sem representações metafóricas: diferentemente da máquina ou da infra-estrutura, a rede dificilmente se deixa compreender por intermédio de uma definição abstrata.” (Tradução nossa).

¹¹⁷ Ibidem, p. 237.

¹¹⁸ Ibidem, p. 239.

¹¹⁹ DELABRE, Guy; GAUTIER, Jean-Marie. *Vers une republique du travail. J.B.A. Godin, 1817-1888*. Paris: Editions de la Villette, 2000, p.26.

¹²⁰ Charles Gide (1847-1932) foi professor de Economia Política da Universidade de Paris, principal sistematizador da doutrina cooperativista é frequentemente citado nos textos da CCEVFRGS.

¹²¹ DELABRE; GAUTIER. Op. cit., pp. 31-33.

O discurso de Godin vai de encontro ao liberalismo econômico e social que, a seu ver, conduz ao individualismo sem sentido e propõe o *associativismo* mediante soluções concretas e por vias pacíficas para os problemas dos trabalhadores.¹²² Delabre e Gautier destacam cinco temas principais na estratégia de Godin:¹²³

1. *Um fundamento moralista que rompe com o sistema passional de Fourier ao opor ao egoísmo a fraternidade, pois, segundo ele, não é por meio dos instintos egoístas e ambições materiais dos homens que se chegaria à felicidade social, mas ao contrário, mediante as virtudes superiores do sacrifício. Por meio do trabalho, se alcançaria a elevação moral;*
2. *A definição de uma nova justiça distributiva que reconheça os direitos legítimos do trabalho. Para ele, a oposição entre o capital e o trabalho é que engendra a miséria em razão da submissão dos trabalhadores. Seria necessário, então, inverter os papéis colocando o capital, sem deixar de ser remunerado, a serviço do trabalho e ao mesmo tempo garantindo a propriedade privada. No que se refere à distribuição do produto, ela não deveria ser igualitária, pois além do trabalho, o talento deveria ser valorizado conforme especificado nos estatutos da Associação do Familistério de 1880;*
3. *Considerando que a extinção da pobreza é o primeiro dever das sociedades, o Estado deveria estar a serviço do povo mediante a previdência social, mas não custeada pelos impostos, mas sim pelas heranças de fortunas quando das sucessões.*
4. *A emancipação intelectual e moral do indivíduo deveria ser buscada e, para tanto, Godin preconiza a necessidade do ensino público, laico, gratuito e obrigatório para propiciar uma educação integral e unitária fundamentada numa pedagogia ativa com aprendizagem da democracia e busca sistemática da melhoria dos conhecimentos. Esta emancipação para Godin, passa pela definição de uma nova arquitetura a serviço do homem, principalmente em relação ao progresso da qualidade da habitação dos trabalhadores corresponderia ao progresso social. Neste caso, o Familistério até hoje preservado se constitui num grande protótipo dentro*

¹²² Ibidem, p. 31.

¹²³ Ibidem.

do conjunto arquitetônico edificado em Guise. A emancipação feminina também faz parte desta diretriz ao defender o direito das mulheres de participar plenamente da vida produtiva e da vida política;

5. *Uma atitude reformista, eminentemente pacifista reúne estes pontos da doutrina que isoladamente não tem sua verdadeira significação. Neste sentido, a paz, o amor ao próximo e a vida são palavras recorrentes no discurso de Godin assim como a crítica a toda forma de violência. Para atingir este objetivo, o caminho estaria nos princípios da associação, da convergência de interesses, da concertação, da criação de sindicatos mistos. Neste sentido ele é precursor de legislações sociais, de convenções coletivas, de jurisdição arbitral e de mecanismos de diálogo nas empresas. Para o âmbito internacional, Godin postula o desarmamento, o federalismo e a cooperação econômica entre as nações antecipando as instituições internacionais como, por exemplo, a União Européia.*

Um dos elementos fundamentais do progresso social para Godin é a habitação como meio de bem-estar e de emancipação das classes trabalhadoras:

Il faut bien se persuader que l'amélioration du sort des classes laborieuses n'aura rien de réel, tant qu'il ne leur sera pas accordé les *équivalents de la richesse* ou, si l'ont veut, des avantages analogues à ceux que la fortune s'accorde. Or, pour donner à la pauvreté les équivalents de la richesse, il faut l'union, la coopération des familles ; il faut réunir, au profit d'une collectivité d'habitants, les avantages qu'on ne peut créer isolément pour chacun. Ne pouvant donner un château à chaque famille, il faut, pour une équitable répartition du bien-être, créer l'habitation sociale, le palais des travailleurs dans lequel chaque individu trouvera les avantages de la richesse, réunis au profit de la collectivité.¹²⁴

¹²⁴ GODIN, Jean-Baptiste André. *Etudes Sociales*, nº 5, p.78. Guise: Imprimerie Baré, s/d. (facsimile). “É necessário se convencer que, a melhoria da sorte das classes trabalhadoras não terá nada de real enquanto não lhes for concedido os equivalentes da riqueza, ou, as vantagens análogas àqueles afortunados. Ora, para dar à pobreza os equivalentes de riqueza, é preciso a união, a cooperação das famílias; deve-se reunir, em proveito de uma coletividade de habitantes, as vantagens que não podem ser criadas isoladamente por cada um. Não se podendo dar um castelo a cada família, deve-se, para uma repartição equilibrada do bem-estar, criar a habitação social, o palácio dos trabalhadores no qual cada indivíduo encontrará as vantagens da riqueza, reunidas em proveito da coletividade.” (Tradução nossa).

Godin decide construir, a partir de 1859, um conjunto arquitetônico que ele denomina de *Familistério* em referência a duas idéias principais: a *família* e o *Falanstério* (Fig. 7).

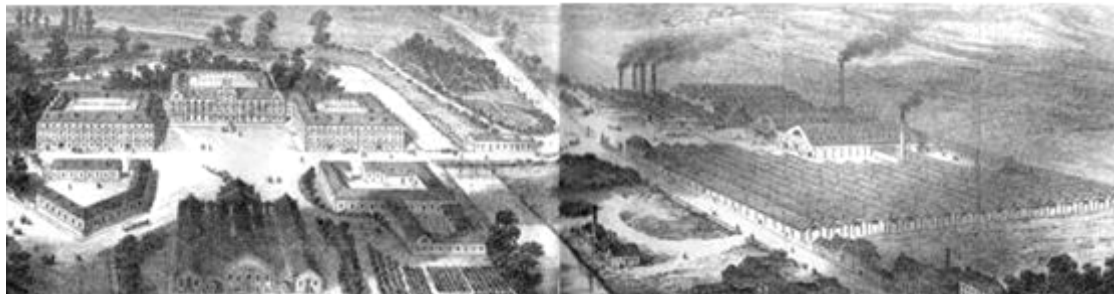


FIGURA 7 – “O Familistério ou o Palácio Social” imaginado por Godin. Fonte: Conseil général de l’Aisne. *Le jardin d’agrément et Le lavoir-piscine*. s. l. :s. n. : 2.000, pp. 10-11.

Trata-se de um conjunto de edificações implantadas numa área aproximada de vinte hectares (Fig. 8). Numa parte a fábrica e suas dependências e em outra parte os diferentes edifícios do Familistério: habitações, escolas e teatro, administração (*Économat* em francês)¹²⁵ e diversos serviços além de áreas de parques e jardins. Godin valorizava muito a coerência do conjunto que ele denomina de “habitação unitária”, ou seja, as construções edificadas segundo suas regras construtivas e seus objetivos sociais, e o conjunto de relações societárias organizadas pela Associação do Familistério. Este termo exprime também o projeto de propor, a seus associados, o maior leque de serviços educativos, econômicos e também de propiciar “equivalentes de riqueza”.¹²⁶

A construção do Familistério se estende de 1859 a 1876. A ala esquerda de 1859 a 1860; o Pavilhão central de 1862 a 1865 e a ala direita de 1877 a 1879. Todos com pátios centrais com cobertura envidraçada e interligados por corredores. As habitações originalmente tinham de um a três peças com sanitário-vestir. Dispostos ao pares com vestíbulo comum, os apartamentos permitem como desejava Godin, adaptar-se às variações de número de pessoas das famílias.¹²⁷

A ala esquerda originalmente tinha 119 habitações e atualmente 89 em função da junção de unidades. O pavilhão central com 350 habitações

¹²⁵ A primeira iniciativa de suprir necessidades básicas dos empregados da VFRGS tinha o nome de Economat.

¹²⁶ PAQUOT; BERIDA. Op. cit., p. 129.

¹²⁷ Ibidem, p. 131.

abrigava no seu pátio central, festas, bailes e outras atividades sociais (Fig. 9). A ala direita conta com 89 apartamentos entre os quais um de 200 metros quadrados onde viveu Godin. A fábrica situa-se a leste do Familistério e se desenvolve em torno de uma primeira oficina estabelecida em 1846 até ocupar atualmente entorno de seis hectares.

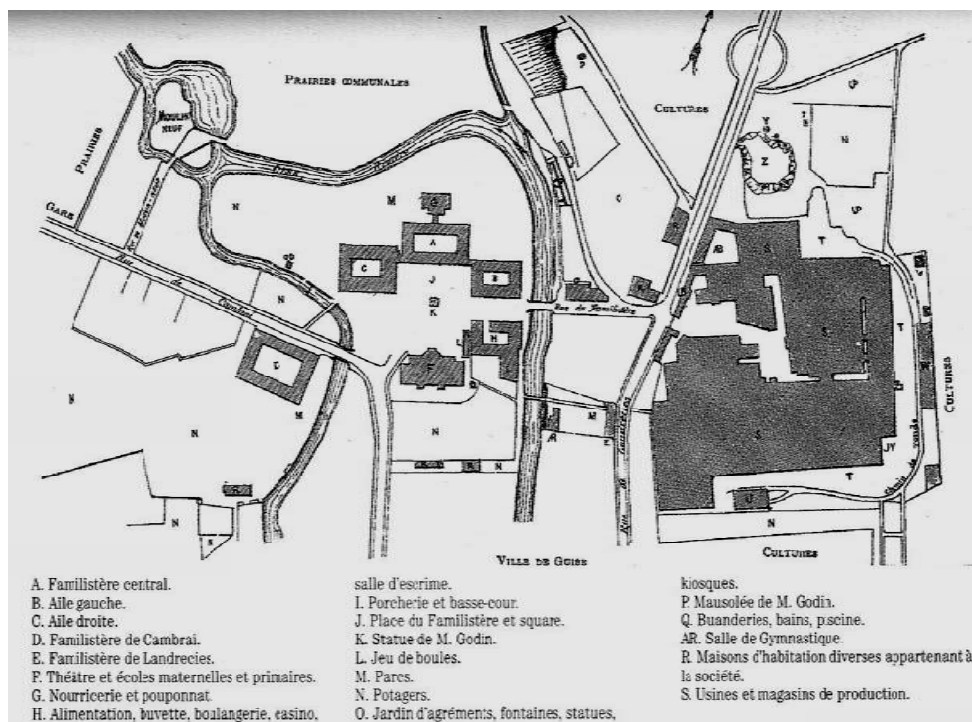


FIGURA 8 – Familistério. Plano do conjunto de 1889. Litografia publicada em 1891 em Guise. Fonte: Paquot, T.; Bérída, M.. *Habiter l'utopie: Le Familistère Godin à Guise*. Paris: Édition de La Villette, 2004, p. 153.

Este crescimento se deu pela preocupação constante de integrar os diferentes serviços necessários à produção: oficinas de fundição, de moldagem, de modelos, escritórios, depósitos e também diversas oficinas anexas como serralheria, serraria, estrebaria, secagem da areia, etc. desde 1850-1855 os produtos da fábrica adquiriram reputação e difusão que permitiram que o estabelecimento fosse a fonte da riqueza com as quais Godin pode empreender o Familistério até sua morte.



1 2
 FIGURA 9 – Familistério. 1 – Vista norte do Pavilhão central e da ala norte. 2 – Pátio do pavilhão central. Fontes: Paquot, T.; Bérída, M.. *Habiter l'utopie: Le Familistère Godin à Guise*. Paris: Édition de La Villette, 2004, p. 287 e foto do autor.

O projeto previu espaços de contemplação e descanso como O *jardim de lazer* composto por estátuas, fontes, espelhos d'água, quiosque, gramados, maciços de flores e ornamentais além de árvores frutíferas por onde os operários cruzavam para ir ao trabalho e também descansavam. Este jardim era muito apreciado pelas famílias era local de festas ou manifestações coletivas.

O empreendimento também contemplava berçário e creche. Construído ao mesmo tempo em que o pavilhão central, a edificação destinada às crianças era constituída por salas para berços, passeio coberto, sala de jogos e exercícios e salas de apoio para as senhoras encarregadas deste serviço.¹²⁸

Um conjunto de edificações, as *indústrias domésticas*, destinava-se a uma loja de gêneros alimentícios, açougue, padaria, bar e refeitório em frente das cozinhas comunitárias além de local de entrega de produtos. Estes serviços se somavam a outros estabelecidos no térreo do pavilhão central como armazém, lojas de móveis e de roupas.

Visando o aspecto educativo e cultural, Godin constrói, em 1869, o teatro e as escolas em frente do Palácio Social. A escola se compõe de quatro salas de aula dispostas duas a duas em cada lado do teatro às quais se somaram outras duas mais tarde. O teatro com 900 lugares foi concebido como um prolongamento do espaço escolar destinado às representações escolares ou de grupos teatrais.

Em 1871, foi construído entre a fábrica e o Familistério, um prédio para abrigar uma lavanderia e uma piscina. Este espaço foi planejado para,

¹²⁸ PAQUOT; BÉRIDA. Op. cit., p. 136.

lavagem e secagem de roupas, banhos e o ensino da natação. Estes serviços eram alimentados por água aquecida pelo aproveitamento do calor das máquinas da fábrica. O fundo da piscina era móvel permitindo a adequação da profundidade às habilidades e idades dos usuários.

O progresso do empreendimento durante os anos 1870, fez com que aumentasse o número de empregados e, por consequência, a demanda por habitações. Diante disto, foi construído em 1882 um prédio com características mais urbanas, embora considerado um elemento do Familistério, ou seja, o fato de o residente poder pretender ser societário. Em 1883, foi construído o último edifício importante, o da rua Cambrai, com 142 habitações e que manteve algumas características dos prédios principais como sua planta em quadrilátero, porém com o pátio central descoberto.

Parques e hortas, perfazendo cinco hectares de área com quiosque, passeio ao longo do rio Oise e os gramados, preenchem os interstícios entre as edificações.¹²⁹

Este conjunto arquitetônico e paisagístico seria apenas um dos elementos de “*equivalentes de riqueza*” preconizados por Godin, pois além desta estrutura ele implanta uma rede de caixas mutualistas de previdência à saúde, à velhice, à acidentes de trabalho, à farmácia, prefigurando meio século antes, a segurança social da França; um conjunto escolar considerado de ótima qualidade desde a creche, a escola maternal, o ensino profissional para adultos, métodos pedagógicos avançados como turmas mistas, monitoria e trabalhos práticos; estimula o lazer mediante a oferta de teatro, piscina, biblioteca, salas de jogos e de reuniões o que vai propiciar a formação de sociedades recreativas, esportivas, culturais e artísticas que organizavam festas anuais; uma cooperativa de consumo para o provisionamento dos habitantes do Palácio Social. Neste ambiente as experiências sociais se multiplicam como os ateliês de trabalho feminino e cozinha coletiva.¹³⁰

Estas experiências mostram que, a materialização destes projetos, frustrou as expectativas criadas por seus discursos utópicos na medida da incapacidade de gestão e da impossibilidade de controle de variáveis internas e

¹²⁹ Ibidem, p. 138.

¹³⁰ DELABRE; GAUTIER. Op. cit., p. 27.

externas de difícil previsão como, por exemplo, as variáveis políticas e econômicas.

2.5 Considerações sobre pensamento utópico e materialidade

As experiências têm demonstrado que a utopia, que pressupõe sua impossibilidade de realização, na tentativa de ser materializada, torna evidentes contradições não percebidas na sua concepção. As condições materiais e funcionais de cidades e de instituições quando originárias de pensamentos utópicos indicam que seus princípios se esvaem em fragmentos sócio-espaciais como imagens e notícias esparsas de um imaginário passado.

Porém, a *utopia* ao não se realizar plenamente não a caracteriza como paradoxal, pois por definição é irrealizável assim como o *pensamento utópico* que, por mais paradoxal que seja por sua extemporaneidade e incongruência com os meios da época da sua elaboração, constitui-se num dos principais determinantes da evolução civilizatória.

Ao nosso ver, o entendimento da característica paradoxal da utopia advém de uma abordagem analítica mecanicista que busca estabelecer relações diretas entre causa e efeito, ou seja, a realização de um projeto utópico deveria ser tal e qual suas previsões.

Dada a inexorável necessidade humana da materialização de espaços existenciais, tanto por necessidade simbólica quanto por necessidade de subsistência, pode-se investigar um espaço social não apenas como construção material e imaterial da sociedade, mas como uma fonte de possíveis fragmentos de uma utopia. As sociedades ciclicamente parecem despertar de um sonho individual ou coletivo, para perceber uma realidade muito mais complexa e caótica que a projeção ou a representação de um lugar ideal. Portanto, neste raciocínio, a necessidade atávica da expressão espacial – *locus* das relações sociais - conteria em si a contradição que alimenta novas (ou antigas?) idéias utópicas.

As relações tempo/espaço implicam em relativizar processos e fatos que ocorrem necessariamente em coordenadas no espaço material quando então vão adquirir significados independentes e, em certa medida, auto-

evolutivos em relação aos diversos níveis de sistemas de forças sociais e naturais que se superpõem e envolvem tais relações.

A utopia traz a noção de uma perfeita articulação espacial, de unicidade, de indivisibilidade, de homogeneidade, de coesão, de equilíbrio social a qual, quando objetivada no espaço, dificilmente mantém estas características. O espaço/tempo do seu exercício tem a propriedade de decompor, de expor suas parcelas constitutivas até então obliteradas por um verniz quase mitológico cujo desvelar a faz enfraquecer.

Em outras palavras, a “alma” que sustenta a utopia, desnudada no espaço a descaracteriza, pois a coloca sob as circunstâncias das relações sociais e destas com a ambiência. Tais idéias, submetidas às inevitáveis engrenagens do tempo e do espaço, quando e onde suas dinâmicas têm nos agentes sociais e na natureza, seus estímulos e motivações as forças que os movimenta, tornam-se passíveis de análise e de crítica, pois as tensões do presente vão exigir soluções imediatas onde a perspectiva do futuro das formulações utópicas não mais existe. Então, tencionada pelo passado e pelo futuro, a utopia se esfacela no confronto com as necessidades emergenciais sejam individuais, sejam coletivas.

Desta forma, a utopia perde uma de suas principais características: a coesão e harmonia entre processos sociais e espaços – característica só possível no campo imaginário.

Podemos então tentar compreender o que teria sido uma utopia mediante a análise dos fragmentos resultantes de tentativas de sua reificação. Fragmentos de um espelho que refletia um sonho inalcançável nos quais podem ser encontrados significados peculiares, principalmente pela possibilidade de serem localizados espacialmente.

Como consequência desta fragmentação, a utopia deixa de existir porque em primeiro lugar o *topos* passa a existir no espaço social ao migrar do espaço imaginário e, em segundo lugar, porque as experiências concretas sugerem, na sua maioria, lugares incompletos ou não funcionais ou ainda onde a “relojoaria social” idealizada falha. A realidade do tempo/espaço transforma idéias consideradas ideais em processos mais ou menos caóticos ao serem submetidos às forças subjetivas da sensibilidade humana e às forças transformadoras da natureza.

Portanto, a dinâmica social decompõe a estrutura da idéia utópica em subprodutos como projetos, planos, e processos isolados ou autônomos.

A utopia que implica temporalmente em futuro, quando experimentada, ou seja, quando enquadrada em coordenadas sócio-espaciais transforma-se em “obra” que exige um processo de construção com todas as implicações políticas, econômicas, enfim, culturais que o meio apresenta. Um processo onde, tanto as relações entre agentes quanto as relações entre agentes e os espaços, produzem outros espaços e, dialeticamente, *ad eternum*, outros agentes.

Tais observações apenas confirmam a impossibilidade da materialidade física e da dinâmica processual da utopia. O que não invalida a busca em seus “subprodutos”, das significações dos símbolos e representações que o imaginário utiliza e produz como forma de compreender uma determinada sociedade ou instituição.

CAPÍTULO III

PENSAMENTO UTÓPICO

3.1 Pensamento utópico e utopia

Do ponto de vista analítico importa para este trabalho distinguir pensamento utópico de utopia e, para tanto, a consideração da característica totalizante da utopia é fundamental na medida em que a considerarmos como representação, mesmo que incompleta, de síntese do pensamento utópico.

Apesar da modernidade da palavra *utopia* – criada por Thomas More em 1516, o conceito que ela designa é mais antigo e tem raízes mais profundas como na mitologia antiga, na filosofia grega ou na doutrina cristã. São exemplos disto o mito da *Idade de Ouro* descrita pelo poeta grego Hesíodo, sete séculos antes de Cristo e retomado dois séculos mais tarde por Platão ao tratar da *cidade ideal* e também no *paraíso terrestre* descrito na Bíblia em Gênesis II.¹³¹ Estas concepções imaginárias se tornaram referências para obras subseqüentes como a fundamental *Utopia* de Thomas More (1478-1535).

Uma das características principais das utopias é estar fundamentada em críticas ao *status quo*. Platão ao propor a cidade ideal por meio de seus diálogos políticos em *A República, as Leis, Timeu e Crítias*, critica as práticas imperialistas dos democratas atenienses.¹³² More ao exprimir idéias sociais e políticas para a ilha de *Utopia*, critica a monarquia inglesa do século XVI. Charles Fourier em *Théorie de l'unité universelle* (1841-1843) critica as instituições contemporâneas ao propor uma nova ordem social.¹³³ Étienne Cabet em *Voyage en Icarie* ataca o capitalismo ao propor idéias comunistas.¹³⁴

Já no século XX, foram publicadas obras que iam de encontro às utopias tradicionais que condicionavam sociedades ideais à regulamentações

¹³¹ SHAER, Roland *et al.*. *Utopie. La quête de la société idéale en Occident*. Le Cahier. Paris: BNF, 2000, p.5.

¹³² RIOT-SARCEY, Michele; BOUCHET, Thomas; PICON, Antoine. *Dictionnaire des Utopies*. Paris: Larousse, 2006, p.187.

¹³³ *Ibidem*, p.108.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 32.

excessivas que, segundo seus autores, levariam à massificação e à robotização dos indivíduos.¹³⁵ São exemplos: *Nós Outros*, de Ievgueni Ivanovich Zamiatine (1884-1937) em 1920, *O Melhor dos mundos*, de Aldous Huxley (1894-1963) em 1934 e *1984* em 1949, de George Orwell (1903-1950).

Estas obras ilustram o que se chama de *contra-utopias* ou *distopias*, onde um Estado invisível exerce um poder absoluto e sociedades imaginárias não comportam a individualidade. Estes romances sintomaticamente são contemporâneos dos totalitarismos do século XX, do crescimento do Estado, dos nacionalismos, da propaganda e das guerras mundiais.¹³⁶

Muitas propostas contidas em projetos e narrativas utópicos tornaram-se mais tarde realidade. Um exemplo é a separação de circulações entre pedestres e veículos propostas por Leonardo Da Vinci (1452-1519) para *Romorantin*¹³⁷ em 1516, Étienne Cabet (1788-1858) em *Voyage en Icarie*¹³⁸ em 1840, Eugene Hénard (1849-1923) em *Ville de L'Avenir*¹³⁹ em 1910, e Tony Garnier (1869-1948) na sua *Cidade Industrial*¹⁴⁰ em 1901. Garnier também propôs a separação das funções urbanas, ou seja, o *zoneamento* – instrumento de planejamento aplicado em planos urbanísticos desde a metade do século XX. A asséptica *Hygeia* (1876) idealizada por Benjamin Ward Richardson (1828-1896) antecipava as atuais ferrovias subterrâneas, os recuos ajardinados, as áreas verdes e a pré-fabricação de blocos alveolares visando o conforto térmico.¹⁴¹

Algumas destas idéias vão ser retomadas nos *Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM*, realizados entre 1928 e 1956. As conclusões do congresso de 1933 – IV CIAM, foram sistematizadas na *Carta de Atenas*¹⁴² publicada em 1941 por Charles-Edouard Jeanneret – Le Corbusier (1887-1965) e que se tornou paradigmática para a arquitetura e o

¹³⁵ Ibidem, p. 65.

¹³⁶ Ibidem, p. 70.

¹³⁷ Fonte: <http://www.romorantin-leprojetoublieleonarddevinci.fr/pdf/10/10.html> (Acessado em 30/07/2010).

¹³⁸ CABET, Étienne. *Voyage en Icarie* (2e éd.). Paris: au bureau du "Populaire", 1945. Fonte: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k101886z.image.r=icarie>. (Acessado em 06/06/2010).

¹³⁹ CHOAY, Françoise. *L'urbanisme, utopies et réalités – une anthologie*. Paris: Editions du Seuil, 1965, p. 315.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 209.

¹⁴¹ RICHARDSON, Benjamim Ward. *Hygeia – une cité de la santé*. Paris: Editons de la Villette, 2006.

¹⁴² LE CORBUSIER. *A carta de Atenas*. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993.

planejamento urbano modernistas. Os teóricos do movimento moderno consideravam que a arquitetura poderia mudar a sociedade baseados na idéia de que o arquiteto se define tanto por sua capacidade de bem construir como por sua moral, ou a *vertu* segundo Vitruvius.¹⁴³ No fim dos anos sessenta a arquitetura perde seu laço com a utopia ao mesmo tempo que a possibilidade de ser um dogma universal.¹⁴⁴ Os pontos da doutrina da *Carta de Atenas* expressam claramente que a cidade “*deve assegurar, nos planos espiritual e material, a liberdade individual e o benefício da ação coletiva*”¹⁴⁵ e que “*a arquitetura preside os destinos da cidade*” e “*é a chave de tudo*”.¹⁴⁶ Com esta perspectiva se construiu Brasília, um dos exemplos mais espetaculares da aplicação dos princípios modernistas.¹⁴⁷ Seguindo os paradigmas utópicos, Brasília além de ser crítica das condições então existentes, era “irrealizável” diante das condições logísticas e econômicas e se projetava no imaginário a idéia de que seria a “capital do século XXI”.¹⁴⁸

Nos anos 1960-1970 ressurgem movimentos de emancipação que aspiram relações sociais liberais com fortes críticas às instituições que estariam reproduzindo as relações de autoridade e de dominação na família, na escola e no Estado.¹⁴⁹ Desta época ainda ecoam atuais, como um hino utópico, os versos de *Imagine* de John Lennon (1940-1980) criticando as religiões, a geopolítica, a ganância e a violência ao imaginar um mundo igualitário e fraterno.¹⁵⁰

¹⁴³ RIOT-SARCEY, Michele; BOUCHET, Thomas; PICON, Antoine. Op. cit. p.10.

¹⁴⁴ Ibidem.

¹⁴⁵ LE CORBUSIER. Op. cit. (Ponto 75), não pag..

¹⁴⁶ Ibidem, (Ponto 92), não pag..

¹⁴⁷ MONCAN, Patrice. *Villes utopiques, Villes rêvées*. Paris: Editions du Mécène, 2003, p. 241.

¹⁴⁸ HOLSTON, James. *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 315.

¹⁴⁹ SHAER et al.. Op. cit. p.62.

¹⁵⁰ “*Imagine que não exista paraíso / É fácil se você tentar / Nenhum inferno abaixo de nós / Acima de nós só céu / Imagine todas as pessoas / Vivendo para o hoje/Imagine não existir países / Não é difícil de fazê-lo / Nada pelo que matar ou morrer / Nenhuma religião também / Imagine todas as pessoas / Vivendo a vida em paz / Você pode dizer que sou um sonhador / Mas não sou o único / espero que um dia / Você se junte a nós / E o mundo será um só / Imagine não existir posses / Gostaria de saber se você pode / Nenhuma necessidade de ganância ou fome / A fraternidade dos homens / Imagine todas as pessoas / Compartilhando o mundo todo / Você pode dizer que sou um sonhador / mas não sou o único / Espero que algum dia você se junte a nós / Então o mundo será um só.*” (Tradução nossa). Fonte: LENNON, John. *Imagine* (disco). Londres: Apple/EMI, 1971. Faixa 1.

Em 2007, Pascal Colrat expõe uma intervenção urbana artística denominada “World Democratic Tour”.¹⁵¹ Colrat propõe um mundo onde a viagem se democratiza, sendo acessível a todos sem barreiras políticas, econômicas e militares permitindo que todas as culturas pudessem se relacionar. País, capital, cidade, rio ou região estão niveladas não havendo lógica geográfica e nem política nesta obra nitidamente lúdica. Foram colocados 10.000 exemplares do mapa em falsas estruturas indicativas de estações de metrô. A partir de um objeto cotidiano – o mapa do metrô de Paris, Colrat como que superpõe um mapa-múndi substituindo as estações por cidades e lugares do mundo. Desta forma ele propõe uma representação gráfica de um mundo utópico, sem fronteiras geopolíticas sem barreiras, econômicas, geográficas e militares, em suma, acessível a todos e de grande conectividade como o metrô parisiense. Uma possível representação espacial ou uma “paráfrase gráfica” de *Imagine* de Lennon (Fig. 10).

Atualmente, para Lucien Sfez, os projetos utópicos voltam-se à ideais de saúde e do corpo perfeitos que denomina de “utopias tecnológicas”. Para justificar sua proposição, analisa os projetos *Genoma Humano* (que pretende identificar todos os genes humanos até 2015), o *Biosfera 2* (reprodução artificial da natureza numa imensa estufa no Arizona, EUA) e o *Artificial Life* (tentativa de criar em computador uma forma de vida totalmente artificial).¹⁵² Sfez considera que estes projetos apresentam todos os paradigmas da utopia: implicam primeiramente em isolamento, seja em laboratórios ou em estufas de vidro; absoluto controle do narrador sobre seu discurso, em que a comunidade científica dita regras e a sociedade imediatamente aceita; o conceito de higienização, evidenciado na idéia do corpo geneticamente são e do planeta ecologicamente limpo; o conceito de que a técnica vai reger absolutamente tudo e que regulará o conhecimento, a política e a solução de todos os problemas. Ainda segundo Sfez, estes projetos se constituiriam na “utopia das utopias” dos próximos séculos com a

¹⁵¹ COLRAT, Pascal. *World Democratic Tour*. Intervention artistique. Cité Internationale Universitaire de Paris, Paris: de 5 de março a 10 de abril de 2007.

¹⁵² SFEZ, Lucien. *A saúde perfeita – crítica de uma nova utopia*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 26.

pretensão de “dar sentido a nossa sociedade desmantelada, desmembrada.”

153



FIGURA 10 – World Democratic Tour. 1 - Capa. 2 – Detalhe do mapa. Fonte: Colrat, P.. *World Democratic Tour. Intervention artistique*, Paris, 2007 (mapa).

Tratar de utopias é também tratar de espaços. A palavra *utopia*, cunhada por More em 1516 a partir de raízes da língua grega, que pode significar tanto *bom lugar* quanto *não-lugar* não deixa dúvida quanto a idéia de espaço implícita no significado de lugar enquanto *objeto* que pode ser qualificado como “bom” ou como “inexistente”. De fato, podemos observar que não só nas concepções utópicas anteriores a More, como nas posteriores, a idéia de espaço é recorrente. Mesmo naquelas utopias de viés filosófico, religioso ou político, cujos *leitmotivs* e discursos escapam da materialidade, encontram-se referências a uma localização, a um território, a uma estrutura espacial e a uma necessária articulação funcional entre espaços que se complementam de forma a garantir aquele ambiente ideal.

A relativização do pensamento utópico com o espaço físico explica-se por ser um pensamento motivado pela insatisfação de um grupo social em relação a um contexto cuja cultura sofre influência e é influenciado por variáveis espaciais naturais e artificiais, em suma, pelo ambiente.

Levando em conta esta potencial relação entre pensamento utópico e a produção do espaço social, consideraremos uma das teses de Mannheim

¹⁵³ Ibidem.

quando propõe que será sempre o grupo dominante que esteja em pleno acordo com a ordem existente que irá determinar o que se deve considerar como utópico e que o grupo ascendente, em conflito com as coisas como estão, determinará o que deve ser considerado ideológico.¹⁵⁴ A relação desta tese de Mannheim com a produção do espaço social, verificamos por meio das propostas metodológicas para a análise da cidade propostas por Aldo Rossi que considera que a história da arquitetura da cidade é sempre a história da arquitetura das classes dominantes.¹⁵⁵

A partir destas considerações, podemos entender que a cidade, na sua configuração espacial, se apresenta como uma das instâncias tangíveis de resultantes de um sistema de forças sociais e naturais que poderia então ser compreendida, sob a ótica de Mannheim e de Rossi, como uma expressão material das classes dominantes numa determinada circunstância histórica. Ainda nesta linha, poderíamos compreender a cidade como sendo uma das representações materiais da hierarquia do poder que poderia estar expressa na simbologia gerada pelas formas e qualidades dos espaços abertos e construídos e dos objetos, suas relações e articulações.

Ao longo do tempo as utopias adquiriram características que permitem classificá-las segundo suas circunstâncias históricas, seus discursos e suas estratégias.

Mannheim, nas suas análises a cerca da “mentalidade utópica” na modernidade, encontra diferentes estágios em seu desenvolvimento, quais sejam: *O Quiliasma (milénarismo), a liberal humanitária, a conservadora, a socialista-comunista.*¹⁵⁶

O Quiliasma, também denominado de “milénarismo”, supunha um reinado terrestre de Cristo e que teria a duração de mil anos a partir de uma interpretação do Apocalipse de São João. Para Mannheim, a história moderna sofreu uma mudança decisiva no momento em que o Quiliasma uniu suas forças às demandas dos estratos oprimidos da sociedade de onde emergia a mentalidade utópica.¹⁵⁷ Neste ponto, se inicia a política moderna no sentido

¹⁵⁴ MANNHEIM. Op. cit. p. 227.

¹⁵⁵ ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 5.

¹⁵⁶ MANNHEIM. Op. cit., pp. 235-285.

¹⁵⁷ *Ibidem*, pp. 235-236.

moderno do termo, ou seja, *“a participação mais ou menos consciente de todos os estratos da sociedade na consecução de alguma finalidade mundana, em contraste com a aceitação fatalista dos acontecimentos como são”* ou com a aceitação de controle superior.¹⁵⁸

Esta compreensão é reforçada por Bloch quando coloca que o Quiliasma eclodiu em todas as épocas de inquietação quando *“o reino de Deus na terra tornou-se a palavra mágica revolucionária por toda a Idade Média e no início da modernidade.”*¹⁵⁹

O momento em que esta visão e as demandas de extratos oprimidos convergiram redundando em prática revolucionária não preocupada com o milênio que há por vir, constituiu-se, segundo Mannheim, na mudança decisiva na história da utopia quando ele identifica dois tipos de utopia: uma *espacial*, associada às circunstâncias dos camponeses oprimidos e outra *temporal*, associada à *“inquietação extática”*¹⁶⁰ de sua alma”.¹⁶¹

Em contraste com esta concepção mais remota de utopia – o milenarismo – que supunha irromper subitamente no mundo vinda do “exterior”, a utopia “liberal humanitária” está associada à percepção de acontecimentos no cotidiano que carregavam a idéia de *progresso* em cujo curso, o “aqui e agora” assumia importância ao encarar o mundo como *“se movendo na direção de uma realização de seus objetivos, ou de uma utopia.”*¹⁶²

A utopia “liberal humanitária” surgiu sob o Iluminismo no seio do extrato médio da sociedade *“que estava se autodisciplinando por meio de autoelaboração consciente e que considerava a ética e a cultura intelectual sua principal autojustificação (contra a pobreza).”*¹⁶³ Neste caso, a utopia é a “idéia” como um objetivo formal projetado no futuro infinito, como um *“dispositivo regulador dos negócios mundanos”*.¹⁶⁴

A “mentalidade conservadora” de utopia tende a encarar o ambiente como parte de uma ordenação natural do mundo, portanto não apresentando problema nenhum e se desenvolve contrariamente às idéias iluministas que

¹⁵⁸ Ibidem, 236.

¹⁵⁹ BLOCH. Op. cit., Vol. 2, p. 32 e seg.

¹⁶⁰ Relativo a êxtase.

¹⁶¹ MANNHEIM. Op. cit., p. 242.

¹⁶² Ibidem, p. 248.

¹⁶³ Ibidem, p. 251.

¹⁶⁴ P. 243

apelavam à vontade livre, à indeterminação e à incondicionalidade. Consequentemente, esta forma de ver o mundo não contém potencial para o desenvolvimento de utopias.¹⁶⁵ Longo tempo se passou com o mundo sofrendo completa transformação até que no princípio do séc. XIX a *idéia conservadora* de utopia se delineasse sob a forma de uma “contra-utopia” que surge como defesa e autororientação face aos ataques ideológicos de grupos ascendentes representantes de uma nova época.¹⁶⁶ Para Mannheim foi especialmente Hegel que elevou a experiência conservadora a um nível intelectual distinguindo-a da perspectiva da idéia liberal frente ao mundo que para ele era uma forma de escapismo frente às demandas do momento.¹⁶⁷

Mannheim classifica de *socialista-comunista* a utopia que se desenvolve baseada numa síntese das várias formas de utopia e também como resultante de uma radicalização da utopia liberal e de uma aproximação ao conservadorismo.¹⁶⁸ A semelhança com a utopia liberal estaria na crença de que o domínio da liberdade e da igualdade só ocorrerá num futuro remoto, apenas com o detalhe de que este futuro é precisamente determinado com o fim do capitalismo.¹⁶⁹ Porém, ao chegar ao poder, os grupos que partilharam da responsabilidade pela ordem, propuseram a mudança mediante uma evolução ordenada, ao que se opôs o grupo dos *anarquistas* comprometidos com as teorias comunista e sindicalista que enfatizava a importância da revolução. No embate interno, este grupo, foi derrotado brutalmente, desintegrando-se¹⁷⁰ e, em seu lugar, surge segundo Mannheim o “*bem organizado movimento revolucionário marxista*”.¹⁷¹

Bloch, Harvey e Ainsa, propõem outras formas de classificação que, mesmo não se afastando de Mannheim, buscam discernir as utopias do ponto de vista de suas complexidades e estratégias.

Para Bloch, o conceito de utopia era exageradamente reduzido às abstrações das novelas e romances que falavam de um Estado ideal e que apenas a perspectiva socialista a teria elevado à categoria de ciência, tema

¹⁶⁵ Ibidem, p. 253.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 254.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 256.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 263.

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 267.

¹⁷¹ Ibidem.

que Engels tratou em *Do socialismo utópico ao socialismo científico* publicado pela primeira vez em 1883.

Bloch identifica tipos diferentes de utopias as quais, recorrendo à linguagem figurada, ele denomina de “*Pequenos sonhos diurnos*” (Relato); “*A consciência antecipatória*” (Fundamentação); “*Imagens do desejo no espelho*” (Transição); “*Esboços de um mundo melhor*” (construção) e “*Imagens do desejo do instante plenificado*” (Identidade).¹⁷²

“*Pequenos sonhos diurnos*” (Relato) corresponderiam aos “sonhos diurnos” do tipo mediano, escolhidos leve e livremente desde a juventude até a velhice e seriam referentes ao “homem de rua” e aos desejos sem regras.

“*Imagens do desejo no espelho*” (Transição), seriam “as imagens idealizadas num espelho embelezador” que freqüentemente reflete apenas o que a classe dominante quer do desejo dos fracos, e como ela o quer, os desejos refletidos, normatizados, coloridos – como se isto fosse supostamente melhor –, o “fantasiar-se”, a *vitrine* iluminada, o mundo dos contos de fadas, o lugar longínquo embelezado na viagem, a dança, o cinema, o teatro.

“*A consciência antecipatória*” (Fundamentação) seria a parte mais importante, pois apoiaria todo o restante e corresponde à análise da consciência antecipatória, da função utópica e seus conteúdos, além da análise dessa função junto à ideologia, aos arquétipos, aos ideais, aos símbolos entre outros aspectos.

“*Esboços de um mundo melhor*” (construção) abrangeria as utopias projetadas e planejadas, historicamente ricas, desdobram-se em utopias médicas, sociais, nas técnicas arquitetônicas e geográficas, nas paisagens ideais da pintura e da poesia, os édens e eldorados nas expedições geográficas, as paisagens adequadamente retratadas na pintura e na poesia.

“*Imagens do desejo do instante plenificado*” (Identidade) corresponderia a modelos morais e esquemas “para uma vida correta”, também “figuras da ultrapassagem dos limites humanos” frutos da imaginação poética, a música, a arte da intensidade mais forte do *humanum* utópico no mundo, imagens da esperança contra a morte.¹⁷³

¹⁷² BLOCH. Op. cit., Vol. I, pp. 21-28.

¹⁷³ BLOCH. Op. cit. Vol. 2, pp. 28 e seg.

Em nível de categorização mais amplo, Bloch ainda distingue nas utopias sociais dois tipos: aquelas que remetem à idéia de *liberdade* e aquelas que remetem à idéia de *ordem*. O primeiro caso ele ilustra com a “república” de *Utopia* de More e, no segundo, com *A cidade do Sol* de Campanella ao destacar que na *Utopia* o trabalho é moderado – não mais de seis horas, o produto do trabalho é distribuído igualmente, não há delitos ou coação, “a vida é um jardim, a felicidade confortável e nobre está em toda a parte.” Por outro lado, a felicidade n’*A cidade do Sol* de Campanella é buscada por meio de uma ordem pré-fixada, apesar de a jornada de trabalho ser menor que na *Utopia* e prever distribuição igualitária dos produtos.¹⁷⁴

Ainsa vê nestes tipos de utopias que Bloch já distinguira, contradições entre razão e imaginação, liberdade participativa e ditadura dirigista, espontaneidade e planificação.

“Numa simplificação extrema, a Utopia de Morus inaugura a linha baseada na liberdade, e a cidade do sol de Campanella a da ordem, o que se traduziu (...) em duas modalidades opostas do gênero: as utopias que descrevem um estado ideal do ser (utopias de tradição popular e revolucionária) e as utopias que definem o ser ideal do Estado (utopias institucionais e totalizadoras, quando não totalitárias).”¹⁷⁵

A partir desta afirmação podemos distinguir dois tipos não apenas em relação ao gênero conforme Ainsa, mas também em relação ao pensamento utópico: um *filosófico* – “o estado ideal de ser” e um *político* – “o ser ideal do Estado”.

Diante das muitas maneiras de entender o texto de More e os diversos esquemas utópicos produzidos depois dele, Harvey destaca a relação entre o espaço e o tempo, entre geografia e história. Harvey identifica duas categorias: *utopia da forma espacial* e *utopia do processo social*.¹⁷⁶ As “*utopias da forma espacial*” quando a temporalidade dos processos sociais e a dialética dos processos de mudança social – a “história real” – são suprimidas e a estabilidade social é garantida por uma forma espacial fixa.¹⁷⁷

¹⁷⁴ Ibidem, pp. 64-65.

¹⁷⁵ AINSA. Op. cit., p. 33.

¹⁷⁶ HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, pp. 211-235.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 213.

Harvey reproduz o pensamento de Mannheim, mas sem citá-lo, ao afirmar que as versões idealizadas dos processos sociais – *utopias do processo social*, em contrapartida, costumam se expressar em termos puramente temporais quando são literalmente desvinculadas de todo e qualquer lugar, e tipicamente se exprimem totalmente fora das restrições da espacialidade.¹⁷⁸

As utopias da forma espacial pretendem tipicamente estabilizar e controlar os processos que tem de ser mobilizados para virem a se concretizar. Porém, no próprio ato de realização destas utopias, o processo social toma as rédeas da forma espacial com que se pretende controlá-lo.¹⁷⁹

A maioria enfatiza a regularidade do sistema que propõe onde a fantasia e a excepcionalidade não têm lugar. Organização e regulamentação substituem o risco de acaso ou de improvisação. A utopia clássica é hostil às anomalias, à improvisação, ressaltando aspectos matemáticos e geométricos da planificação. As instituições concebidas por um “sábio” asseguram a regularidade do funcionamento.¹⁸⁰

Ainsa¹⁸¹ identifica no texto utópico clássico algumas características comuns as quais denomina como: *insularidade, a autarquia, a planificação urbanística e a regulamentação*.

A *insularidade* estaria caracterizada mediante arquétipos espaciais como a ilha longínqua, mesetas e os picos de montanhas, florestas e desertos isolados;

A *autarquia* – consequência da insularidade – é caracterizada pelo mínimo contato com o exterior, especialmente o econômico e pela auto-suficiência;

A *planificação urbanística* quando, pela primeira vez, normas legais, geralmente abstratas, representam no espaço a postulação ideal que contêm suas regulamentações, que se traduzem numa paisagem e numa ordem determinadas pelo legislador.¹⁸² Para Ainsa, a partir deste momento todo projeto de cidade ideal teria uma significação ideológica, porque fixar os limites

¹⁷⁸ Ibidem, p. 228.

¹⁷⁹ Ibidem.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 33.

¹⁸¹ AINSA. Op. cit., p.28-32.

¹⁸² Ibidem, p. 31.

urbanos condicionava a forma de governo, chave e sonho com que todo governante esperava assegurar o poder e a autoridade sobre seus súditos.¹⁸³

Observa-se então, que as propostas urbanísticas voltam a repetir-se no Renascimento não sendo estranho que, quando a utopia se difunde como gênero a partir do sucesso da obra de More, o planejamento urbano se transforme numa das suas características fundamentais. Aínsa reforça esta compreensão ao afirmar que *“a partir deste momento e até nossos dias as utopias oscilaram entre visão urbano-espacial e a puramente social, a maioria oferecendo elementos de ambas.”*¹⁸⁴

A *regulamentação* estaria expressa no princípio totalizador que pretende organizar a harmonia social por meio de uma teoria integral na qual estão previstos todos os aspectos da vida coletiva e privada. Por isso tende ao coletivismo, à homogeneidade, resultantes de uma rígida regulamentação da vida cotidiana, do trabalho e do ócio, apostando no dirigismo de governos autoritários e sublinhando a condição pedagógica do texto utópico.¹⁸⁵

Para Marin, pensamentos e propostas utópicas estão fundamentalmente relacionados com as noções de espaço, e mais do que isto, para ele são construções imaginárias de espaços que se utilizam do espaço do texto para expor seus discursos.¹⁸⁶ Uma das características fundamentais da utopia – a sua impossibilidade, é reforçada por Marin quando coloca que

Non seulement l’utopie n’est pas ‘réalisable’, mais elle ne peut se réaliser sans se détruire elle-même. Il est dans sa fonction propre de ne pas indiquer les voies et les moyens de son effectuation, ni même de signifier le but à atteindre et de proposer la Cité parfaite à construire. L’utopie n’est pas demain dans le temps. Elle est nulle part, ni demain, ni jadis.¹⁸⁷

Podemos também considerar como característico, as diferenças discursivas dos textos utópicos, ou seja, a existência de um divisor de águas que separa dois discursos: um *nostálgico* e um *otimista*. Encontramos o

¹⁸³ Ibidem.

¹⁸⁴ Ibidem, pp. 30-31.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 32.

¹⁸⁶ MARIN, Louis. *Utopiques: jeux d’espaces*. Paris:Les éditions de minuit, 1973, p. 149.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 344. *“Não somente a utopia não é “realizável”, mas ela não pode se realizar sem destruir a si mesma. É da sua própria função não indicar caminhos e meios para sua efetivação, nem mesmo de indicar o objetivo a esperar e a propor a cidade perfeita a ser construída. A utopia não é o amanhã no tempo. Ela é lugar algum, nem amanhã, nem outrora.”* (Tradução nossa).

discurso nostálgico nas narrativas de mundos, países e lugares ideais “existentes”, pois trata de um discurso sobre circunstâncias e espaços vivenciados pelo narrador como nos textos de Utopia, A Cidade do Sol e A Nova Atlântida quando então o narrador assume um papel de “testemunha” daquele ambiente. A outra vertente nos mostra um pensamento utópico cujo *discurso otimista* procura nos levar a crer na possibilidade de mundos equilibrados socialmente, mas projetados em um futuro e em um lugar indefinidos como a New Harmony de Owen ou a “Harmonia Universal” e os Falanstérios de Fourier.

3.2 Poder e pensamento utópico

A noção de poder implica num conjunto de mecanismos que mais ou menos pode constranger ou induzir o pensamento e a ação de indivíduos ou grupos de indivíduos e também impor, condicionar ou propor ideologias por meios que vão desde a democracia até a ditadura passando por diversas formas midiáticas explícitas ou subliminares. Desta noção, nos limitaremos àqueles aspectos que se referem ao pensamento utópico e, mais especificamente, ao poder político do espaço.

Esta abordagem parte do princípio de que o pensamento utópico nasce em meio a disputas por melhores posições nos espectros sociais. Um dos aspectos inerentes e determinantes destes processos é o poder, seja ele físico, político, religioso, cultural ou de outra ordem. Estas disputas evidenciam níveis de poder e suas relações as quais podem determinar a “mentalidade utópica” (Mamheinn) de uma época, de uma circunstância.

Em relação a esta questão, Baczko comenta que os antropólogos e sociólogos estavam estudando e até descobrindo, as complexas e múltiplas funções que resultam do imaginário na vida coletiva e, em especial no exercício do poder. As ciências humanas punham em evidência que todo poder, e particularmente o poder político, se rodeia de representações coletivas e que, para este tipo de poder, o âmbito do imaginário e do simbólico é um lugar estratégico de uma importância capital.¹⁸⁸ Desta forma, fica evidente que as

¹⁸⁸ BACZKO. Op. cit., p. 12.

instituições sociais, e em especial as instituições políticas, participam assim do universo simbólico que as rodeia e forma os marcos de seu funcionamento.¹⁸⁹

Nestes processos, todo o potencial simbólico decorrente das possibilidades morfológicas e relacionais do espaço, passa a ser uma fonte de formas de expressão dos poderes que os projetos utópicos não abdicam. Em outras palavras, a hierarquia do poder se expressa nas configurações espaciais relativas das funções, atividades e significados que uma determinada sociedade lhe confere. Esta representação da hierarquia do poder, via de regra, são utilizadas nos relatos, descrições e projetos utópicos.

Para Harvey o *livre fluxo da imaginação*, característico da concepção utópica, está “*inextricavelmente ligado à existência da autoridade e de formas restritivas de governança*”. Essa dialética entre o livre fluxo da imaginação e a autoridade traz, segundo ele, sérios problemas e enfrentar essa relação entre o livre fluxo da imaginação e o autoritarismo é a tarefa que tem de estar no cerne de toda a política regeneradora que tente ressuscitar ideais utópicos.¹⁹⁰

Muito embora Harvey nesta colocação busque discutir aspectos estratégicos para a que as utopias ressurgam, o que destacamos é a consideração do poder que, neste enunciado, é antagônico à manutenção da mentalidade utópica definida por Mannheim que buscaria alterar o *status quo*. Por outro lado o que Harvey não leva em conta é que justamente a autoridade, entre outras formas do exercício do poder, é que vai estimular o pensamento utópico e que mesmo em ambientes democráticos onde o “fluxo da imaginação” teria trânsito livre, existem outras formas de “ditaduras”, muitas delas subliminares, como por exemplo, as culturais e comportamentais “impostas” pelas *mass media*.

As formulações das ordens política, moral e ética e da ideologia, às vezes nascem junto com as formulações dos espaços materiais e funcionais. Espaços estes hierarquizados em razão dos princípios e dos objetivos do projeto social e que expressam, por meio das morfologias e localizações relativas destes espaços, construídos ou não, a idéia de poder, pois sem essa noção não haveria a organização social implícita nas ordens citadas.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 29.

¹⁹⁰ HARVEY. Op. cit., p. 214.

Max Weber destaca a liberdade encontrada na urbe a partir do medievo quando o homem se dilui na multidão longe do controle dos senhores.¹⁹¹ De outra forma, podemos dizer que o homem sente-se liberto por se deslocar pelos interstícios de um espaço ordenado por “fatos urbanos” (Rossi), que existem porque resultantes de relações antagônicas ou convergentes de poderes como o econômico, político, religioso ou intelectual, podendo até serem materializações de projetos utópicos.

O poder para existir precisa ser e ou estar representado – oralmente, textualmente, fisicamente, esteticamente – quando então passa a ter a potencialidade de se hierarquizar no seu espaço social e uma das formas de sua representação é a utopia.

Podemos correlacionar tipos de utopias identificados por Mannheim às possibilidades de poder, a saber: *Quiliasma ou milenarismo* – poder religioso; liberal comunitária – *poder intelectual (iluminismo)*; socialista – comunista – *poder do proletariado*.

Portanto, toda utopia implica em algum tipo de poder, seja na construção da mentalidade utópica, seja nas tentativas de sua materialização.

3.3 Tempo e pensamento utópico

O *tempo*, como representação de uma ordenação sensível das transformações da natureza, sobretudo da natureza humana, contém implícita, a noção do *presente* a partir da qual se percebe as noções de *passado* e de *futuro* ou, segundo Mannheim, não é apenas o passado, mas igualmente o futuro, que tem uma existência virtual no presente”.¹⁹²

Assim, a análise do pensamento utópico como um meio de compreensão de fatos sociais, pode considerar a *história* como discurso que ordena no tempo os acontecimentos e também a *cultura* como síntese circunstancial da sociedade e das idealizações imaginárias que têm no futuro o lugar da esperança.

¹⁹¹ Para Weber os cidadãos das cidades medievais do Ocidente ao quebrarem os laços da dominação senhorial inovaram de forma revolucionária tendo se originado nas cidades centro e norte-européias o ditado alemão: *Stadluft macht frei* (O ar da cidade liberta) que ele usou para ilustrar a importância da cidade na formação da nação alemã e na diluição das fronteiras existentes.

¹⁹² MANNHEIM. Op. cit., p. 269.

O pensamento utópico traz implícita ou explicitamente a crítica ao *presente* que pode ser um resultado de um *passado*, crítica esta que vai ser a justificativa para uma projeção idealizada de sociedade para um tempo *futuro* num lugar inexistente.

Mannheim destaca que as aspirações humanas em determinados períodos históricos, a consecução de desejos se produzia através de “projeção no tempo” e de “projeção no espaço”¹⁹³ e que a estrutura interna da mentalidade de um grupo pode ser melhor compreendida no tempo a partir de suas esperanças, aspirações e propósitos, pois esta mentalidade ordena os acontecimentos futuros e passados.¹⁹⁴

Projeção no tempo na medida em que suas formulações se fundamentam em aspectos comportamentais e ou religiosos onde as relações sociais ocorreriam sem a influência do espaço ou, em outras palavras, sem as injunções “ecológicas” da natureza. Neste caso, a noção abstrata do tempo é colocada em contraposição à noção material do espaço.

Poderemos também compreender a noção de tempo como fator relevante para o pensamento utópico se distinguirmos dois recortes temporais: o *tempo vivido* e o *tempo revivido*.¹⁹⁵

O *tempo vivido*, diz respeito ao tempo quando o imaginário se constrói juntamente com os momentos de discussão e decisão acerca dos modos de produção do espaço e sua repercussão social, aspectos estes que podem circunstancialmente estimular propostas utópicas.

Já o *tempo revivido*, refere-se ao tempo no qual o imaginário se elabora por meio da “presentificação” de uma dada realidade ocorrida e de uma formulação mediada por reminiscências e também com base na transmissão oral das experiências vividas. Neste caso o que se destaca é a diferença temporal entre as ocorrências factuais no passado e suas respectivas representações elaboradas no presente.

Portanto, os pensamentos e projetos utópicos constituem-se, na perspectiva temporal, em elementos com potencial para o esclarecimento do desenvolvimento de uma sociedade. Estas noções são fundamentais na

¹⁹³ Ibidem, p. 229.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 233.

¹⁹⁵ MELLO. Op. cit., p. 120.

medida em que somente a partir da perspectiva do presente – que pressupõe um passado e um futuro – é que o pensamento utópico se elabora.

3.4 Classes sociais e pensamento utópico

Os pensamentos utópicos contribuem para a instituição imaginária e consolidação de grupos sociais que podem ser classificados em diversas formas. Neste sentido, Mannheim afirma que a tentativa da realização de uma utopia, em longo prazo, não poderia ser empreendida por um indivíduo, posto que ele por si só não teria condições de romper uma situação histórica e social.¹⁹⁶

Portanto, para sua formulação, o pensamento utópico apresenta como uma de suas premissas, uma sociedade estratificada como referência.

Marx em seu terceiro *Manuscrito Econômico-filosófico* comenta que a sociedade para os economistas “é a sociedade civil na qual cada indivíduo é o conjunto de carecimentos e só existe para o outro como o outro só existe para ele, na medida em que se convertem em meio um para o outro” e que a propensão para a troca e ao comércio¹⁹⁷ recíproca de produtos, conforme Adam Smith, é que dá origem a divisão social do trabalho¹⁹⁸ sendo esta a origem da divisão da sociedade em classes.

Para Engels a divisão da sociedade em classes decorre do “incipiente desenvolvimento anterior da produção”, portanto com razões históricas dentro de determinados limites de tempo e sob determinadas condições sociais e condicionada à insuficiência da produção e esta divisão seria banida quando se desenvolvessem plenamente as forças produtivas modernas.¹⁹⁹

Segundo esta compreensão, a história da humanidade seria uma sucessão das lutas de classes, de forma que sempre que uma classe dominada passa a assumir o papel de classe dominante, surge em seu lugar uma nova classe dominada, e aquela impõe a sua estrutura social mais adequada para a perpetuação da exploração. Para Mannheim, estes atritos,

¹⁹⁶ Ibidem, pp. 231-242.

¹⁹⁷ “Tráfico” na bibliografia consultada.

¹⁹⁸ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 24-25.

¹⁹⁹ ENGELS. Op. cit., *Do Socialismo Utópico...*, p. 80.

decorrentes das disputas por espaços ou hegemonia entre classes sociais, são fatores geradores da “mentalidade utópica” com destaque para a participação e importância dos estratos oprimidos no surgimento desta mentalidade.²⁰⁰

No período pós-medieval, lentamente as classes mais baixas foram assumindo esta função motora no processo social atingindo uma consciência de sua própria importância política e social, embora em estágio distante da “auto-consciência proletária”²⁰¹ almejada por Marx e Engels.

Engels, ao distinguir as noções de utopia então correntes, buscava a prática do socialismo na medida em que denomina de “socialismo utópico” todas as propostas idealizadas que não tinham relação com a noção de classe, assim o “socialismo científico” proposto por ele está associado fundamentalmente a uma classe, a classe trabalhadora como condição necessária ao equilíbrio das condições sociais.

Sob a ótica de Engels, poderíamos entender que socialistas utópicos como Saint-Simon, Fourier e Owen não eram representantes de classes trabalhadoras ou de proletários, daí os insucessos ou sucessos parciais de seus empreendimentos.

Para Mannheim, nos processos de transformações históricas as classes sociais somente se tornaram eficientes quando suas aspirações se identificaram em utopias apropriadas para a necessidade de mudança.²⁰²

As peculiaridades das utopias podem ser melhor compreendidas se considerarmos que uma surge após outra em sucessão histórica em mútuo antagonismo e vinculadas a determinados estratos sociais em disputa pela supremacia.²⁰³

Mannheim destaca a possibilidade de diferenciações históricas e sociais de idéias utópicas e indaga se a forma e a substância que em uma dada época estas idéias utópicas possuíram, não deveriam ser compreendidas através de uma análise concreta da situação histórico-social em que surgiram e resume que, “*a chave para a compreensão das utopias consiste na situação estrutural do estrato social que, em um dado tempo, as espose*”.²⁰⁴

²⁰⁰ MANNHEIM. Op. cit., p. 236.

²⁰¹ Engels. Op. cit. *Do socialismo utópico...*

²⁰² MANNHEIM. Op. cit., p. 232.

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Ibidem.

Por outro lado, além de entender a sociedade como resultante de necessidades práticas como defesa, produção, ou divisão do trabalho, podemos compreendê-la também como uma instituição imaginária conforme Castoridis.²⁰⁵ Assim, em maior ou menor grau, as sociedades podem ser originárias de idealizações sejam elas morais, éticas, religiosas ou políticas. Idealizações estas que, mesmo formuladas por indivíduos, estão enraizadas nas inúmeras relações sociais que ocorrem ou ocorreram num determinado espaço físico durante um determinado tempo.

. Posto isto, a utopia como uma expressão imaginária passa a ser uma manifestação simbólica de um desejo coletivo. Portanto, sem sociedade o pensamento utópico não se desenvolve e, via de consequência, não haveria utopia.

Considerando-se a sociedade como o sistema complexo de relações entre indivíduos que se organizam segundo diversos critérios, os pensamentos utópicos desenvolvidos individual ou coletivamente podem contribuir para a caracterização de extratos sociais.

Indivíduos ou grupos de indivíduos que compartilham de necessidades e ideais comuns podem circunstancialmente exercitar e direcionar suas decisões baseados em pensamentos movidos por ideologias e ou utopias. Considerando-se que o diferencial principal entre ideologia e utopia é que ideologia não se constitui em projeto realizável e que a utopia tem aparente potencial de realização (Mamheinn), destacamos a importância do pensamento utópico na constituição e na dinâmica das classes sociais.

Assim, o pensamento utópico atingiria uma força transformadora do *status quo* a partir da sua identificação e apropriação por parte de uma classe ou categoria social como esta tese busca comprovar.

3.5 Cooperativismo e pensamento utópico

Esta análise visa verificar a ocorrência de características utópicas nos fundamentos do cooperativismo, nas suas origens e nas experiências que se apresentaram como via alternativa ao debate entre comunismo e capitalismo no fim do séc. XIX e início do séc. XX.

²⁰⁵ CASTORIADIS. Op. cit., p. 142.

A doutrina cooperativa se desenvolveu propondo corrigir injustiças sociais consideradas decorrentes das práticas da doutrina liberal e individualista. Teve origem na Alemanha e na Inglaterra, mas foi sistematizada na França a partir da Escola de Nîmes, fundada em 1885 em Paris com o objetivo de pesquisar, discutir e divulgar o cooperativismo²⁰⁶ e teve como seu principal representante, Charles Gide (1847-1932) que sintetiza o ideal cooperativista ao afirmar que “o consumidor deve ser tudo”.²⁰⁷

O objetivo destas associações é satisfazer melhor as necessidades de seus membros e de forma mais econômica. Geralmente se iniciam para atender necessidades básicas como a alimentação podendo atender além de necessidades materiais, necessidades educacionais, intelectuais e culturais. Gide afirma que haverá uma sociedade cooperativa de consumo sempre que muitas pessoas consintam em prover em comum as necessidades individuais.²⁰⁸

O cenário social quando e onde surgem os ideais e as primeiras experiências cooperativistas pode ser denominado de *Revolução industrial*, expressão que Engels se não a criou, foi um dos primeiros a utilizá-la para se referir ao período caracterizado pelo crescimento exponencial da atividade industrial que se iniciou na Inglaterra no século XVIII desencadeada por invenções tecnológicas como os teares mecânicos e as máquinas a vapor.

E é Engels que produz *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, obra publicada em 1845 e considerada clássica e exemplar pela abrangência com que a pesquisa empírica se articula com a matriz teórica. Nela, Engels constata que o enorme desenvolvimento da indústria inglesa desde 1760, não se limitou ao setor têxtil expandindo-se a diversos ramos da atividade industrial e da atividade extrativista em minas de ferro que forneciam a matéria prima para as máquinas repercutindo também no aumento do consumo de lã, na criação de carneiros, no aumento da importação de lã, do

²⁰⁶ GIDE, Charles. *L'École de Nîmes – Édition du centenaire*. Paris: Presses Universitaires de Paris, 1945.

²⁰⁷ PINHO, Diva Benevides. *A doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista*. São Paulo: Pioneira, 1966, pp. 21-25.

²⁰⁸ GIDE, C.. *Les Sociétés coopératives de consommation*. Paris: Armand Colin, 1904, (Versão digitalizada) <http://www.archive.org> (Acessado em 09/08/2009).

linho e da seda tendo também como efeito o crescimento da frota comercial inglesa.²⁰⁹

A agricultura foi mecanizada e foram introduzidos novos métodos de cultivo e uso de produtos químicos, canais foram abertos, rodovias aproximaram populações e estradas de ferro ligavam todas as principais cidades e o barco a vapor requalificou a navegação.

Assim, foram implantados a máquina de fiar, o tear mecânico e o martelo movido a vapor no lugar da roca, do tear manual e do martelo de ferreiro, respectivamente. A pequena oficina individual teve que ceder à fábrica, que vai exigir milhares de operários para a otimização das linhas de produção.

Para Engels, estes novos meios de produção, transformaram o processo produtivo ao deixar de ser uma cadeia de *atos individuais* para se converter numa cadeia de *atos sociais*, e os produtos transformaram-se de *produtos individuais* em *produtos sociais*.²¹⁰

Este rápido desenvolvimento industrial deu origem a graves problemas sociais como: aumento da insalubridade em bairros das grandes cidades em decorrência do grande afluxo de pessoas oriundas das áreas rurais; dissolução de laços tradicionais dos costumes, da submissão patriarcal e da família; excesso de trabalho principalmente entre as mulheres e crianças; desestabilização da classe trabalhadora.²¹¹

Ao descrever as péssimas condições de habitabilidade de Manchester, Engels diz que *“tudo o que nos suscita mais horror e indignação é recente e data da época industrial”* e segue:

As poucas centenas de casas provenientes da velha Manchester já foram abandonadas há muito tempo pelos seus primitivos habitantes; foi a indústria que fez com que fossem invadidas por multidões de operários que atualmente as habitam; foi a indústria que obrigou a construir em cada espaço que separava estas velhas casas, a fim de aí abrigar as massas que obrigava a vir do campo e da Irlanda; foi a indústria que permitiu aos proprietários destes estábulos alugá-los como se fossem habitações de seres humanos, explorando a miséria dos operários, minando a saúde de milhares de pessoas em seu exclusivo proveito; foi a indústria que fez com que o

²⁰⁹ ENGELS, F., *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1988, p. 21.

²¹⁰ Idem. Op. cit., *Do socialismo utópico...*, p. 65.

²¹¹ Ibidem, p. 50.

trabalhador, recém libertado da servidão, pudesse ser utilizado de novo como simples material, como coisa, a ponto de se deixar encerrar em habitações que ninguém mais ocuparia (...).²¹²

Este processo aprofunda as diferenças sociais destruindo os remanescentes dos antigos sistemas ocupacionais de base agrário-artesanal ao mesmo tempo em que não apresenta capacidade de absorver a mão-de-obra que aflui às cidades em grandes proporções formando enormes populações marginalizadas²¹³ ao ponto de Engels afirmar que a ascensão da indústria sobre bases capitalistas converteu a pobreza e a miséria das massas trabalhadoras em “*condição de vida da sociedade*”²¹⁴ tendo engendrado os primeiros proletários, aqueles que se ocupavam no trabalho com as matérias-primas.²¹⁵

Tal situação provoca reações dos operários que se reuniam em associações clandestinas. Apenas após a aprovação na Câmara dos Comuns em 1824, de lei que anulava todos os textos legislativos que proibiam os operários de se organizar em associações, é que se constituíram organizações por toda a Inglaterra – as *trade-unions* – cuja finalidade era negociar melhores condições salariais e apoiar a classe dos trabalhadores,²¹⁶ porém a história destas associações é uma longa série de derrotas, com raras vitórias, pois não conseguem opor-se às leis da economia que pressupõem que o salário seja regido pela relação entre a procura e a oferta no mercado de trabalho.²¹⁷

É sob estas contingências que se destaca a figura do industrial Owen, então com 29 anos, que, ao contrário de seus colegas, não via naquela caótica situação uma chance de enriquecer depressa, mas sim uma oportunidade de pôr em prática a sua tese ao introduzir ordem ao caos.²¹⁸ Com este espírito, dirigiu de 1800 a 1829 a fábrica de fios de algodão de New Lanark, na Escócia, da qual era sócio e gerente. A população operária que atingiu 2500 pessoas, recrutada a princípio entre os elementos mais heterogêneos – muito dos quais desmoralizados – converteu-se, sob sua

²¹² Idem. Op. cit. *A situação da classe...*, p. 66.

²¹³ RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório – Etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000, p. 134.

²¹⁴ ENGELS. Op. cit., *Do socialismo utópico...*, p. 45.

²¹⁵ Idem. Op. cit., *Situação da classe...*, p. 31.

²¹⁶ Ibidem, p. 244.

²¹⁷ Ibidem, p. 246.

²¹⁸ Ibidem, p. 51.

orientação, numa colônia-modelo na qual não havia problemas de embriaguez, de polícia, de processos judiciais, de necessidade de asilos para pobres e nem de beneficência pública.

Owen propiciou aos seus operários condições mais humanas de vida como: cuidados especiais à educação dos filhos tendo sido o criador dos jardins de infância e a jornada de trabalho de dez horas e meia enquanto nas fábricas dos seus concorrentes os operários trabalhavam de treze e quatorze horas diárias.²¹⁹

Ligado a todos os progressos da classe trabalhadora ocorridos na Inglaterra, Owen presidiu o primeiro congresso em que todas as *trade-unions* da Inglaterra se organizaram numa única grande organização sindical.²²⁰ A primeira exposição estruturada do pensamento social de Owen está em *A New View of Society or, essays on the principle of the formation of the human character and the application of the principle to practice*, publicado em 1813, onde propõe uma “revolução pela razão” mediante o combate aos preconceitos religiosos, educativos, morais²²¹ e formula a máxima segundo a qual “*todo caráter pode ser formado desde que se empreguem os meios adequados*”.²²²

Conhecido como o fundador do socialismo britânico, Owen criou as cooperativas de consumo e de produção como medidas de transição para que a sociedade pudesse organizar-se de maneira integralmente comunista.²²³ Os conceitos de cooperativas agrícolas de compra, de produção, de conservação, de venda e de consumo têm suas origens ligadas à *Falange* de Fourier e, mais precisamente nas instituições do *garantismo* definidas em *Nouveau monde industriel* e na *Théorie de l'unité universelle*.²²⁴ Gide, que acreditava que o movimento cooperativista seria a forma de substituir a economia capitalista, confirmava que as inúmeras formas de associações cooperativas então existentes, tinham características da *Associação Integral* idealizada por Fourier.²²⁵

²¹⁹ ENGELS. Op. cit., *Do socialismo utópico...*, p. 51.

²²⁰ Ibidem, p. 53.

²²¹ CLAEYS. Op. cit., p. 208.

²²² RIOT-SARCEY *et al.*. Op. cit., p.170.

²²³ ENGELS. Op. cit., *Do socialismo utópico...*, p. 53.

²²⁴ DEBU-BRIDEL, J.. *L'Actualité de Fourier. De l'utopie au fouriérisme appliqué*. Paris: Editions France-empire, 1978, 171.

²²⁵ Ibidem, p. 96.

Se considerarmos a concepção materialista da história tratada por Engels, de que (a) a produção, e com ela a troca dos produtos é a base de toda a ordem social; (b) de que a distribuição dos produtos e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos; (c) que as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata,²²⁶ a proposta cooperativista, como estratégia de melhoria social, mostra-se pragmática.

Pragmática porque propõe novos processos e relações entre produção, comercialização e distribuição de produtos buscando, em última análise, eliminar esta divisão de interesses econômicos mediante um único ente – a cooperativa – que assumiria os processos destas instâncias e cujo lucro almejado é o da melhoria das condições sociais mediante, entre outros preceitos, a “temperança” defendida pelos Pioneiros de Rochdale como veremos. Porém, à luz de Mannheim, a esta componente pragmática, deve-se somar uma componente utópica, na medida em que o movimento se origina da inconformidade de um grupo social frente à sua condição insustentável naquele contexto e suas propostas buscam reverter os mecanismos de consumo e produção de produtos sem alterar o sistema econômico geral e buscando a autosustentabilidade.

Do ponto de vista histórico, a principal referência do início da experiência cooperativista ocorreu em Rochdale, localidade próxima de Manchester na Inglaterra. Lá, em 21 de dezembro de 1844 foi fundada por 28 tecelões, a cooperativa de consumo *Rochdale Society of Equitable Pioneers*.

Porém, antes da fundação desta instituição modelar, entre 1820 e 1840, existiu uma “*Liga para a Propaganda da Cooperação*” sob influência de Owen e de seus discípulos, que foi muito ativa e produziu jornais, congressos e pequenos tratados que estimularam a fundação de centenas de sociedades cooperativas chegando a trezentas em 1832.²²⁷

Mas todas estas sociedades de consumo tinham uma característica que atrasava seus desenvolvimentos e as levavam à falência: eram obras

²²⁶ ENGELS. Op. cit. *Do socialismo utópico...*p. 63.

²²⁷ GIDE. Op. cit. *Les Sociétés coopératives...*, p. 8.

filantrópicas, patronais, quase assistenciais. A mais antiga conhecida foi criada em 1795 por um membro do clero, o bispo de Durham, para fornecer remédios aos miseráveis da classe trabalhadora gerada pelo uso das máquinas que substituíam então os trabalhos manuais. Para tanto, se valeram de economatos para a administração do fornecimento dos produtos os quais não tardaram em se tornar mais um instrumento de exploração dos assalariados, desinteressando as sociedades de consumo. Fundadas com capital de filantropos, que eram meramente membros honorários estes se serviam das vantagens da associação. Repartiam os benefícios apenas entre os acionários, não os estendendo aos compradores. Desta forma, estes empreendimentos não atraíam clientes e, portanto, não se desenvolviam estagnando em círculos viciosos.

Diante deste histórico, Gide acha justo que os tecelões da *Rochdale Society of Equitable Pioneers* sejam considerados os “pais da cooperação” por dois motivos: pela formulação do programa do sistema cooperação não só para o seu tempo, mas também para todos os tempos e também por encontrar os meios práticos para a realização dos objetivos.

O programa propunha que a Sociedade tivesse como objetivo realizar benefícios pecuniários e melhorar a condição social e doméstica de seus membros juntando capital dividido em ações de uma libra com a intenção de colocar em prática o seguinte plano: ²²⁸

- *Abrir um armazém para a venda de alimentos, roupas, etc.;*
- *comprar ou construir casas mediante ajuda mútua entre membros interessados em melhorar as condições da moradia;*
- *Iniciar a manufatura de artigos que a sociedade julgue necessário propiciando trabalho para aos desempregados ou àqueles que sofrem reduções sucessivas no salário;*
- *Comprar ou arrendar terras rurais a serem cultivadas pelos membros sem trabalho ou remuneração insuficiente; assim que possível, a sociedade procederá a organização da produção, da distribuição e da educação em seu meio e com seus próprios*

²²⁸ Equitable Pioneers. *Laws and Objects of the Rochdale Society*. Rochdale: Hall, 1844, p. 3. (Cópia digitalizada) www.co-op.ac.uk, (Acessado em 29/10/2008).

recursos, ou em outros termos, ela se constituirá numa colônia autônoma onde todos os interesses serão comuns;

— *Ajudar outras sociedades cooperativas que queiram fundar colônias semelhantes;*

— *Promover a sobriedade e a abstinência alcoólica.*

Milhares de sociedades cooperativas criadas posteriormente copiaram quase que textualmente os princípios expressos nestas leis e objetivos.

Gide chama a atenção para o fato de que este sistema cooperativo não saiu do cérebro de um sábio ou de um reformador, mas sim das “entranhas” do povo.²²⁹ Assim poderemos entender que estes princípios não são o resultado apenas de necessidades funcionais ou de pragmatismo, mas origina-se no plano simbólico conforme Castoriadis.²³⁰ A partir disto, caracteriza-se como uma manifestação simbólica de um desejo coletivo, portanto, uma expressão imaginária idealizadora de vida formulada por um grupo frente às suas vicissitudes.

Também é dado o título de “pai do cooperativismo” a Owen, contemporâneo dos criadores da cooperativa de Rochdale entre os quais havia alguns de seus discípulos. Owen, também considerado um grande patrão, definiu a idéia da cooperação ao formular que os trabalhadores deveriam ser seus próprios comerciantes e seus próprios fabricantes para que fossem seus próprios fornecedores de mercadorias de melhor qualidade e pelo mais baixo preço. Embora Owen tenha tentado realizar nas suas experiências como em New Harmony, a cooperação integral sob a forma do comunismo, as vias e meios práticos sempre foram negligenciados, pois as realizações foram parciais sob a forma de lojas que acabaram por colocar em descrédito o sistema.²³¹

A idéia fundamental dos Pioneiros de Rochdale foi repartir as sobras líquidas não na proporção das quotas-partes em dinheiro ou ações, mas sim

²²⁹ GIDE. Op. cit. *Les Sociétés coopératives...*p.

²³⁰ CASTORIADIS. Op. cit. p. 142.

²³¹ GIDE. Op. cit., *Les Sociétés coopératives...*, p. 12.

em proporção das compras efetuadas que, para Gide, foi a chave que impulsionou um sistema até então inerte.²³²

O primeiro texto legal que regulamentou as cooperativas foi produzido na Inglaterra em 1852, até então sem garantias e sem personalidade civil.²³³

No Brasil, as primeiras cooperativas foram as de consumo como a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica em 1891 na cidade de Limeira em São Paulo; a Cooperativa Militar de Consumo em 1894 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal; a Cooperativa de Consumo de Camaragibe em Pernambuco em 1895 e as Cooperativas dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea e de Consumo Operária do Arsenal de Guerra, ambas no Rio de Janeiro no ano de 1913.

No RS, na área colonial italiana, para valorizar seus produtos e escapar do controle dos comerciantes que determinavam os preços, pequenos produtores criaram cooperativas entre 1911 e 1912 e tiveram inicialmente apoio do governo estadual. Este movimento cooperativista se desestruturou em 1913 quando os grandes produtores de vinho da colônia se opuseram quando então o governo do estado passou a apoiá-los em detrimento das cooperativas.²³⁴

Neste mesmo ano, em Santa Maria – RS, foi fundado o *Sindicato Cooperativista dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul* que foi a origem da CCEVFRGS.

A CCEVFRGS teve seus estatutos definitivos em 27 de abril de 1916 e preconizavam:

- *Manter armazéns para fornecimento aos associados por preços razoáveis de todos os gêneros de uso e consumo pessoal e doméstico;*
- *Aplicar o seu patrimônio, lucros e rendimentos, em benefício exclusivo, geral e proporcionado, direta e indiretamente, dos seus associados;*
- *instituir pecúlios pagáveis em dinheiro, nos casos de invalidez ou falecimento dos associados;*

²³² Ibidem, p. 13.

²³³ Ibidem.

²³⁴ PESAVENTO. Op. cit.. *História do...*, p. 74.

- *Fundar, manter e auxiliar instituições escolares de artes e ofícios;*
- *Estabelecer hospitais, farmácias e caixas de empréstimos.*²³⁵

Como se observa, os aspectos fundamentais dos objetivos tanto da cooperativa de Rochdale quanto da de Santa Maria são os mesmos, principalmente no que tange ao fornecimento de produtos de primeira necessidade, a produção e comercialização próprias, a educação e meios de amparo aos trabalhadores.

A doutrina cooperativista teve como fontes principais as idéias e obras de socialistas principalmente de Saint-Simon, Fourier e Owen os quais Engels considerava grandes utopistas em função destes não lograrem êxito na aplicação prática de suas idéias. Por outro lado, Engels propõe um socialismo pragmático mediante a tomada do poder político pelo proletariado que transformaria em propriedade pública os meios sociais de produção o que permitiria uma produção social de acordo com planos pré-estabelecidos enfraquecendo paulatinamente o Estado para, finalmente, os homens se assenhorearem de sua existência social e da natureza, sendo “*donos de si mesmos, homens livres*”.²³⁶ Pode-se concluir que Engels não contrapôs, em essência, suas idéias às dos utopistas, pois mesmo o “socialismo científico”,²³⁷ por ele proposto, não escapou do campo das utopias.

Por sua vez, a doutrina cooperativa esconde, em seu discurso aparentemente pragmático, um viés utópico que pode ser identificado quando condena o regime salariado em nome da solidariedade humana e preconiza a emancipação do trabalhador e a supressão do lucro capitalista por meio do sistema cooperativado e propõe que toda a sociedade fosse integralmente cooperativada a partir das cooperativas de consumo quando atingiria então a “República Cooperativa”.²³⁸ Para atingir este estágio ideal a doutrina cooperativa previa, em resumo, três etapas principais:²³⁹

²³⁵ CCEVFRGS. *Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada, 1913-1963 – 50 anos*. Santa Maria: Diretoria, 1963, p. 32.

²³⁶ ENGELS. Op. cit., *Do socialismo utópico...*, p. 84.

²³⁷ Engels propôs o *socialismo científico* como sendo a expressão teórica do movimento proletário que objetivava investigar as condições históricas e a natureza deste movimento e “conscientizar a classe oprimida”.

²³⁸ PINHO. Op. cit., p. 56.

²³⁹ *Ibidem*, p. 22.

1. Organização de cooperativas de consumo nas quais o lucro capitalista seria abolido a fim de obter o “preço justo”;
2. Criação de cooperativas de produção industrial com os fundos necessários acumulados pelas cooperativas de consumo;
3. Organização de cooperativas de produção agrícola.

Tanto nas cooperativas de produção industrial quanto nas de produção agrícola, não existiria assalariados.

Os aspectos normativos da doutrina, segundo Pinho, podem ser enumerados da seguinte forma:²⁴⁰

1. Princípios gerais, de inspiração democrática:
 - a. Adesão livre;
 - b. Controle democrático;
 - c. Neutralidade política, religiosa e étnica;
 - d. Desenvolvimento do ensino.
2. Princípios especiais:²⁴¹
 - a. Vendas segundo o “justo preço”;
 - b. Retorno *pro rata* das compras;
 - c. Vendas em dinheiro à vista;
 - d. Juros limitados ao capital.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), órgão máximo de representação das cooperativas no país, criada em 1969, classifica as cooperativas nos seguintes ramos: agropecuário, trabalho, crédito, transporte, saúde, educacional, habitacional, infra-estrutura, produção, consumo, mineral, turismo, e lazer especial. Apesar de a CCEVFRGS ser apenas *uma* associação, ela se propôs a abarcar diversos ramos, daí ser uma instituição *sui generis* que não se enquadra nesta classificação. Sendo assim, destacaremos aqueles ramos em que ela atuava cujas definições mais se aproximam das suas atividades segundo definições da OCB.²⁴²

²⁴⁰ Ibidem, p. 24.

²⁴¹ O “justo preço” reflete a preocupação ao mesmo tempo econômica e moral dos cooperativistas, o *retorno pro rata das compras* significa que as sobras líquidas, resultantes da venda que é feita ao preço de mercado, são distribuídas aos associados proporcionalmente às compras por eles efetuadas e não segundo as quotas-partes, o que para Gide consegue abolir o lucro capitalista, pois devolve ao associado aquilo que foi recebido além do justo preço.

²⁴² ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Ramos*. www.ocb.org.br, consultado em 9/10/2009.

Cooperativas de Consumo: se dedicam à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados. Subdividem-se em fechadas e abertas. Fechadas são as que admitem como cooperados somente as pessoas ligadas a uma mesma cooperativa, sindicato ou profissão. Abertas, ou populares, são as que admitem qualquer pessoa que queira à elas se associar. Para Pinho, são associações que visam a eliminar o intermediário das trocas e abolir o lucro mediante a reunião de consumidores para proporcionar-lhes, pela ação conjunta, os bens e serviços necessários à satisfação de suas necessidades pessoais e domésticas.²⁴³

Cooperativas de Produção: dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção. Para Pinho, destinam eliminar o patrão, suprimir o salariado e dar ao trabalhador, agrícola ou industrial, a posse dos meios de produção e o direito de disposição integral do produto de seu trabalho.²⁴⁴

Cooperativas Educacionais: O papel da cooperativa de ensino é ser a mantenedora da escola devendo atender a legislação em vigor, ser administrada por especialistas e orientada por um conselho pedagógico, constituído por pais e professores objetivando a preparação dos alunos para enfrentarem, em melhores condições, os desafios do mundo e intervirem como agentes da história.

Cooperativas de Saúde: Cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana.

Ao se analisar os princípios do cooperativismo, podemos identificar: uma circunstância social criticada – *o regime salariado e o lucro capitalista*; um meio para solucionar as contradições sociais – *a solidariedade*; *o controle democrático*, *neutralidade política*, *religiosa e étnica* e a idealização circunstancialmente impossível de realizar a “*República Cooperativa*” formada por toda a sociedade. Tais características se enquadram no conceito de utopia proposto por Mannheim.

²⁴³ PINHO. Op. cit., p. 15

²⁴⁴ Ibidem, p. 10.

3.6 Considerações sobre o pensamento utópico

Buscando compreender e discernir o pensamento utópico como uma das potencialidades do imaginário, propomos um ensaio que parte da consideração de um sistema geral que poderia se denominar também como “ecologia geral”, no qual podem ser identificados, *campos, objetos e relações*.

As investigações sobre as relações sócio-espaciais têm evidenciado, *a priori*, dois campos distintos: o *espaço natural* com sua dinâmica física e o *homem* com suas dinâmicas interior e social. A produção natural do espaço obedece a leis físicas cada vez mais previsíveis pela ciência, já na produção social do espaço, o que predomina é a imponderabilidade que não permite estabelecer regras definitivas sobre as relações entre abstrações políticas, legais, doutrinas, religiões, ideologias e utopias e os espaços delas decorrentes. De qualquer forma, a natureza do homem permite tanto a harmonia quanto o conflito social e até a distopia como a sua própria destruição. Estas potencialidades têm no espaço físico o suporte indispensável para se realizarem.

Por outro lado, a matéria mesmo transformada por um indivíduo ou pela ação social permanece inalterada em sua inércia até que outra força externa a modifique. A matéria também tem a propriedade de permanecer no tempo prevalecendo sobre a existência de diversos grupos sociais caracterizando-se assim como cenários de seus desenvolvimentos históricos onde as ações sociais vão deixar suas marcas. Neste sentido, as cidades com suas forças centrípetas apresentam-se como “cenários-síntese” dos estágios da civilização mediante suas morfologias urbanísticas e arquitetônicas.

Em relação à estas materialidades, Victor Hugo, em *Notre Dame de Paris*, obra publicada em 1831, ao analisar os significados que o texto impresso então passava a ter, manifestava preocupação com as permanências ou não de “fatos urbanos” e de “elementos primários” da cidade (Rossi) que estariam ameaçados enquanto registros contemporâneos das sociedades face ao desenvolvimento da imprensa: “*Na realidade, desde as origens das coisas até o século XV da era cristã, inclusive, a arquitetura é o grande livro da*

*humanidade, expressão principal do homem de seus diversos estados de desenvolvimento seja como força, seja como inteligência.”*²⁴⁵

Além das transformações resultantes dos processos naturais e sociais, outro aspecto dinâmico relativo à matéria situa-se no campo dos significados que a sua imagem pode evocar em quem a percebe.

Para balizar este raciocínio nos apoiamos em um diálogo de Platão – 514 a-c de *A República* – no qual ele trata da educação utilizando como linguagem figurada a relatividade implícita nos processos de percepção e de cognição do homem. Esta questão é colocada no diálogo conhecido como o “Mito da Caverna”.²⁴⁶

Tanto as sombras e sons ecoados da parede da caverna como “realidade relativa” quanto os “objetos” iluminados pelo sol como “realidade verdadeira” se enquadram neste ensaio no que denominamos de *campo exterior*. *Campo exterior* este constituído por *n* camadas de “objetos” as quais podem ser desveladas segundo as potencialidades intrínsecas do observador e das características do ambiente cultural onde ele se insere.

Neste senso, o *campo exterior* diz respeito à exterioridade sensível, percebida, conhecida, material ou imaterial, ou seja, à existência de sistemas materiais naturais ou artificiais, e a sistemas sociais e seus produtos individuais e coletivos, em suma, à totalidade externa ao indivíduo.

Por outro lado, as capacidades humanas de sentir, perceber, decodificar, estabelecer juízo de valor relativo à sua experiência individual e memorizar a realidade sensível e transformá-la por meio de sua sensibilidade, inteligência e emoção, situam-se no que denominamos de *campo interior*.

. A própria tentativa de determinar o significado do conceito “utopia” mostra a que ponto toda definição, no pensamento histórico, depende

²⁴⁵ HUGO, Victor. *Notre Dame de Paris*. Paris: Editions de la Seine, 2006. p. 213. (Tradução nossa).

²⁴⁶ PLATÃO. Op., cit. p. 210. Neste diálogo, Platão propõe um cenário cujo pano de fundo é uma caverna com uma fogueira e um corredor murado que leva ao exterior. Separados da fogueira pelo corredor estão homens que nunca saíram da caverna e que estavam ali acorrentados de tal forma que só podem enxergar uma parede onde são projetadas pela luz da fogueira sombras de objetos carregados por outros homens que cruzam o corredor vindos do exterior ensolarado. Esta parede também ecoaria as vozes dos passantes de tal forma que as sombras ao serem dotadas daquelas vozes constituiriam em informações e ações reais para aqueles homens que nunca tinham saído daquela posição. O diálogo segue com a descrição de alguns dos homens se libertando dos grilhões, saindo da caverna e vendo os “objetos” iluminados pelo sol – a “verdadeira realidade” e suas relações posteriores com aqueles que ainda estão presos na penumbra da caverna.

necessariamente da perspectiva individual, que contém todo o sistema de pensamento que representa a posição do pensador em questão e especialmente as valorações políticas subjacentes a este sistema de pensamento.²⁴⁷

Este campo *interior* é um sistema dinâmico na medida em que é composto por variáveis que assumem valores diferentes em função das circunstâncias contextuais de qualquer ordem. É um sistema processual porque cumulativo, relativizado e progressivo no tempo, reproduzindo e ou, produzindo conceitos e ponderando escalas de valores sobre si e sobre o outro ou outros.

Portanto, trata-se de um sistema onde predominam as possibilidades sensitivas, perceptivas, reflexivas, cognitivas, memoriais, intelectuais e imaginárias advindas do uso das potencialidades sensoriais da visão, da audição, do olfato, do tato e do paladar que, combinados ou não, permitem análises comparativas e relacionais de diversas experiências. Tais experiências possibilitam a identificação de correlações entre causa e efeito de fenômenos, da recorrência de fenômenos em função de determinados fatos, do sentido locacional e temporal, o que dá instrumentos para a formulação de leis e teorias acerca da experiência humana e, além disso, para a criação imaginária de universos interiores e exteriores onde se situa a utopia.

As energias originadas a partir da tensão gerada entre os campos *interior* e *exterior* definem outro campo, que denominaremos de *relacional*.

É este campo que possibilita, a partir de suas qualidades, as coordenadas definidoras do *ser*, do *estar* e do *espaço*,

O *campo relacional* implica na pré-existência de “objetos” os quais se encontram nos *campos interior* e *exterior* com potenciais de relacionamentos cujas interações, vão originar outros “objetos” e outros processos.

Para destacar um limite tendendo ao início do processo relacional, coloca-se a noção de *sensibilidade* como o átimo anterior a um impulso ou a uma reflexão onde reside a instantaneidade do instinto, da emoção, dos sentidos, das sensações.

²⁴⁷ MANNHEIM. Op. cit., p. 220.

As sensibilidades são as formas de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico que não brotam do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas oriundas de uma esfera situada em um espaço anterior à reflexão, na animalidade da experiência humana, brotada do corpo, como uma resposta ou reação em face da realidade.²⁴⁸ Como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade se traduz em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade.²⁴⁹

Tal instância estimula um ato reflexo, reativo ao contato com o mundo, que estabelece parâmetros entre *ser* e *estar* e passa a se constituir em fator determinante para as decisões e reflexões. Esta capacidade do “sentir imediato” tem nas características do indivíduo suas peculiaridades relativas às experiências pessoais dentro dos diversos contextos históricos e sociais.

Mesmo que possa se identificar uma reação imediata no âmbito da sensibilidade comum a um grupo social, como uma repulsa a uma barbárie ou um êxtase diante de uma conquista, ela será a resultante do conjunto das sensibilidades individuais que, circunstancialmente, se assemelham por serem resultantes do compartilhamento de uma mesma situação histórico-cultural como um grupo, uma etnia, uma classe ou categoria social.

Em outra fronteira do pensamento podemos encontrar elementos que caracterizam a noção de *imaginário* como um campo que comporta infinitas possibilidades relacionais que se expressam e são perceptíveis por meio de representações simbólicas que podem se transformar em marcos referenciais culturais como as religiões, as ciências, os mitos, as ideologias e as utopias. Desta forma, uma determinada cultura a partir do seu imaginário pode produzir representações de um ideário ético, moral, político, ideológico e utópico intangível, invisível.

Num processo relacional, as fronteiras da sensibilidade e do imaginário se tangenciam e se relacionam retroalimentando-se. Posto isto, a qualidade ou intensidade da sensibilidade depende da qualidade ou intensidade do imaginário, pois a qualidade da percepção e cognição do *campo*

²⁴⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Sensibilidades: escrita e leitura da alma*. Porto Alegre, (mimeo), 2006, p. 2.

²⁴⁹ Ibidem.

exterior é relativa ao *background* que caracteriza a sensibilidade individual e, entendendo-se o imaginário como o campo das elaborações simbólicas, mitológicas, religiosas, ideológicas e utópicas, este também se relaciona aos atributos que qualificam a sensibilidade.

Portanto o *campo exterior* só é percebido desde a forma mais simples até sua infinita complexidade a partir da sensibilidade humana e o *campo interior* só é percebido também desde o mais primitivo instinto até as mais complexas elaborações intelectuais a partir da percepção e cognição do *campo exterior* o que vai caracterizar um *campo relacional*, condição *sine qua non* da própria compreensão do homem e da sua relação com o espaço.

A partir desta reflexão, temos três instâncias para fins de análise. O *campo interior* – imaterial, dinâmico e processual. O *campo exterior* – material, imaterial, dinâmico e processual. O *campo relacional* – material, imaterial, dinâmico e processual.

Consideramos então que, da triangulação destes campos é que o homem referencia-se a si próprio, aos grupos sociais e ao espaço.

A partir destas características, inferimos que o pensamento utópico só existe a partir da existência destes campos. Então, a questão que se coloca diz respeito à posição ou posições que assume o pensamento utópico nestes campos e quais seus significados e valores relativos nestas constelações de fatores. Neste raciocínio, o pensamento utópico nasce no *campo interior* regulado pelo grau de suas sensibilidades em face de inconformidades percebidas no *campo exterior* mediado pelo *campo relacional*.

Assim, a análise do pensamento utópico deve considerar as qualidades dos *campos interior, exterior e relacional* como estruturas da superestrutura social onde ocorrem levando em conta que ele se caracteriza por ser um processo dialético e dinâmico frente às alternâncias sociais contrariamente à característica totalizante da utopia.

CAPITULO IV

PENSAMENTO UTÓPICO E ESPAÇO SOCIAL

4.1 O espaço da utopia

Nas concepções utópicas a idéia de espaço é recorrente. Mesmo naquelas utopias centradas essencialmente na ética, na moral ou na política, encontram-se referências a uma localização, a um território, a uma estrutura espacial e a uma articulação funcional.

Platão em *As Leis*, já descrevia que na cidade ideal os templos deveriam se organizar no entorno da praça pública e a cidade inteira deveria ser construída em círculo nas elevações de seu território para garantir aos habitantes segurança e higiene,²⁵⁰ princípios estes encontrados em diversas configurações de projetos utópicos de cidades ideais propostos posteriormente.

A necessidade da relativização do processo do pensamento utópico com o espaço explica-se na sua causa: a crítica implícita a uma sociedade e sua inerente relação com o espaço natural ou construído. Este processo dialético de características sócio-espaciais ocorre no âmbito do que denominamos de *espaço social*. Espaço este entendido como um espaço de disputas simbólicas onde está em jogo a representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia interna a cada um dos campos e entre os diferentes campos da sociedade.²⁵¹ Neste sentido, consideramos *espaço social* como *contexto* onde se processa o pensamento utópico, como *fonte* e *repertório* de variáveis para a formulação de projetos e também como *instrumento* estratégico para a viabilização dos seus objetivos.

Desta forma, planos, projetos e ações desenvolvidos numa perspectiva utópica como estratégia de desenvolvimento, de alternativa de vida ou até de sobrevivência, apresentam-se, em maior ou menor grau, como antíteses do *espaço social* contemporâneo.

²⁵⁰ PLATÃO. *As Leis*. São Paulo: Edipro, 1999, pp. 223, 265, 297.

²⁵¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1989, p. 135.

Diante disto, a formulação do pensamento utópico não existe sem um espaço social presente em toda sua complexidade o qual lhe dá motivação. Encontramos apoio a esta consideração em Mannheim quando considera que, nas noções de ideologia e de utopia, a questão da natureza da realidade entra novamente em cena e que ambos os conceitos contêm o imperativo de que cada idéia deva ser julgada por sua congruência com a realidade.²⁵²

A intenção que mobiliza os autores de projetos utópicos ao proporem espaços urbanos ou arquitetônicos é demonstrar, além da contraposição a uma situação contemporânea, a sua viabilidade. Trata-se não só de denunciar a disfunção da sociedade onde se encontram como também detalhar uma lista de recomendações de forma mais explícita possível a fim de convencer a operacionalidade das suas idéias.²⁵³

Analisando-se a importância que o urbanismo e a arquitetura têm para os utopistas, observa-se que, para alguns, a cidade e a arquitetura não são mais do que cenários e que, para outros, o meio atua de forma determinante sobre o comportamento social e, para tanto, propõem desde o traçado de vias, orientação das casas, parques, mobiliário urbano, vegetação entre outras propostas espaciais.²⁵⁴

Portanto, o espaço é usado estrategicamente para moldar comportamentos sociais como, por exemplo, em Amaurore – a capital da Utopia de More –, que é cercada de muralhas, com ruas e praças convenientemente dispostas, seja em função dos transportes, seja como proteção dos ventos e as casas são sólidas e não passam de três andares e são equipadas com lareiras e janelas envidraçadas.²⁵⁵ Outro exemplo é a Cidade do Sol de Campanella com seus cinturões concêntricos.

Choay por sua vez, procura demonstrar que a utopia, principalmente hoje, e o espaço, são dimensões indissociáveis que ela propõe situar dentro de um quadro de uma antropologia geral.²⁵⁶ Observa também que o modelo espacial é apresentado antes das instituições como o personagem Rafael que,

²⁵² MANNHEIM. Op. cit. p.124.

²⁵³ PAQUOT; BERIDA. Op. cit., p. 9.

²⁵⁴ Ibidem, p. 10.

²⁵⁵ MORUS. Op. cit., p.72.

²⁵⁶ CHOAY. Op. cit., *Pour une...* p. 346.

ao descrever a ilha de Utopia, segue uma ordem: o terreno, os rios, as cidades, os habitantes, as tradições, os costumes, as leis demonstrando assim o valor que More atribui ao espaço para o funcionamento das sociedades.²⁵⁷

As descrições espaciais das idéias utópicas produzidas até a metade do século XIX caracterizam-se por um total isolamento como a *Atlântida* que seria uma ilha até desaparecer no fundo das águas; a *Utopia de More* e *Nova Atlântida* que seriam também ilhas não localizadas geograficamente e *A Cidade do Sol* de Campanella idealizada na terra, porém enclausurada num sistema de fortificações de tal forma que ficava inacessível.²⁵⁸

Ainsa identifica características comuns do gênero utópico clássico em relação ao espaço como a *insularidade* e a *planificação urbanística*.

A *insularidade* apresenta-se como característica mediante arquétipos espaciais como a ilha longínqua, mesetas e os picos de montanhas, florestas e desertos isolados²⁵⁹ e a *planificação urbanística* que expressa, morfológicamente no espaço, os postulados ideais e suas regulamentações.²⁶⁰

Além de serem objeto da literatura ficcional, estas estratégias espaciais também são encontradas em propostas de transformações sociais consideradas utópicas como no Falanstério de Fourier, no Familistério de Godin ou em planos urbanísticos aqueles com princípios modernistas que propõem sanear os problemas urbanos, por meio da segregação espacial das funções urbanas,

O Falanstério de Fourier é situado no centro de quatrocentos hectares ao abrigo de três círculos de proteção e autonomia que caracteriza a incomunicabilidade; a *Icara* de Cabet é idealizada num grande vale plano cercado de montanhas e pelo mar.²⁶¹

A partir da segunda metade do século XIX e, mais ainda no século XX quando do advento de meios de transporte como o trem, o automóvel e o avião, os utopistas urbanos se abrem para o mundo desde as primeiras

²⁵⁷ Ibidem, p. 348.

²⁵⁸ MONCAN. Op. cit., p. 10.

²⁵⁹ AINSA. Op. cit., p. 28.

²⁶⁰ Ibidem, p. 31.

²⁶¹ Ibidem.

idades jardim que, para seu desenvolvimento, vai necessitar sempre de mais espaço assim como a *Cidade de três milhões de habitantes* de Le Corbusier.²⁶²

Outras características comuns, à exceção de Fourier, são os terrenos planos e o traçado xadrez dos quarteirões, conjuntos de edificações equidistantes com mesmas larguras e alturas, com mesmos princípios arquitetônicos, ou seja, a ordem dominando e substituindo o caos que reina na “idade bárbara”, a simetria, as proporções, o equilíbrio, enfim a “matemática urbana” onde o homem poderá evoluir, se desenvolver em um ambiente de harmonia social.²⁶³

Nas propostas utópicas, as expectativas sociais almejadas seriam alcançadas a partir de uma suposta harmonia espacial fundamentada numa ordem geométrica e estética onde a simetria prevalece na qual aquela sociedade, também por simetria, deveria se desenvolver fundamentada na harmonia entre os indivíduos, a complementaridade das atividades e uma rígida ordem política, moral e ética.

Assim, nas utopias urbanas o espaço abstrato das ordens política, moral e ética e, às vezes da ideologia, nasce junto com o espaço material e funcional devidamente hierarquizado em razão da lógica social proposta, mas sempre expressando através das morfologias e localizações relativas dos espaços construídos ou não, a idéia de poder, pois sem esse sentido não haveria ordem.

A questão espacial evoluiu sensivelmente no decorrer da história desde Platão quando ele analisa as relações entre poder e cidadãos, até que, na idade média, a religião católica se impôs quando a utopia não tem outra forma senão a do paraíso celeste tendo o homem de se conformar aos ditames da Igreja e seus representantes.²⁶⁴

Como já vimos, é apenas na Renascença, por meio de More, que o pensamento utópico se apóia na arquitetura e no urbanismo ao descrever as localizações, atividades, relações e morfologias urbanas e regionais em Utopia. Assim, a ilha de Utopia tem cinquenta e quatro cidades grandes e belas construídas segundo um mesmo plano, distribuídas de forma que sejam

²⁶² Ibidem, p. 11.

²⁶³ Ibidem.

²⁶⁴ MONCAN. Op. cit., p.15.

alcançadas no máximo numa jornada de marcha. Muralhas, ruas, pontes, casas, jardins, áreas rurais são descritas, bem como as relações de troca de produtos.²⁶⁵

Entre 1810 e 1850, a revolução industrial vai provocar na França e na Inglaterra uma grande renovação nas utopias urbanas na medida em que as condições de insalubridade das cidades, inchadas rapidamente e sem infraestrutura, propiciaram a miséria e o cólera. Este quadro vai suscitar a reação de aristocratas como Saint-Simon, empresários como Robert Owen, políticos como Napoleão III, a desenvolver idéias de cidade onde pudessem se conciliar condições salubres com os desenvolvimentos científicos e tecnológicos que propiciaram a explosão industrial e populacional.²⁶⁶

Considerando-se as distinções tipológicas das idéias utópicas no que se refere a idéia de espaço propostas por Mannheim e Harvey, respectivamente “projeções no espaço” e “utopias das formas espaciais”, torna-se importante a delimitação das possibilidades conceituais do espaço quando relacionado às idéias utópicas, ou seja, quando houver referência a “espaços idealizados” se estará fazendo referências a um espaço abstrato ou a um espaço material, a um *lugar* ou a um *território*? Seria um “não-espaço”, um “não-lugar” ou um “não-território”? Ou qualquer uma das situações?

Para encontrar respostas à estas questões analisaremos as noções de espaço em More, Campanella, Fourier.

4.2 A noção de espaço em More

More retoma o esquema espacial de Platão ao descrever sua Utopia propiciando uma primeira representação espacial da ilha de Utopia arredondada, duplamente fechada por dois círculos concêntricos: um de água e outro uma muralha se apartando do mundo, formando um enclave de sociedades secretas.²⁶⁷

²⁶⁵ MORUS. Op. cit., pp. 67, 93.

²⁶⁶ MONCAN, Op. cit., p.16.

²⁶⁷ GERVEREAU, Laurent. Une faille symbolique – l’utopie face à ses représentations in Claeys, G.. Socialisme et utopie in SHAER, Roland., SARGENT, Lyman Tower. (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibliothèque Nationale de France / Fayard, 2000, p.346.

Na segunda parte da obra de More, Rafael inicia a descrição de Utopia pelas suas características físicas:

A ilha de Utopia, em sua parte média, que é a mais larga, estende-se por duzentas milhas, diminuindo depois progressiva e simetricamente para terminar em ponta nas duas extremidades. Estas, distantes uma da outra em quinhentas milhas numa linha traçada a compasso, dão à ilha o aspecto de um crescente de lua. Um braço de mar de cerca de onze milhas separa as duas pontas. Embora se comunique com o mar aberto, o golfo, protegido dos ventos por dois promontórios, assemelha-se mais a um grande lago de águas claras que a um mar agitado.²⁶⁸

Esta descrição vai inspirar o ilustrador da editora de Louvain a produzir a capa da primeira edição em 1516 (Fig. 11).



FIGURA 11 – Primeira representação espacial de Utopia de Tomas More. Fonte: DAVIS, James Colin. *L'utopie et le Nouveau Monde, 1500-1700* in SHAER, Roland.; SARGENT, Lyman Tower (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Fayard, 2000, p.114.

Marin, em suas análises sobre o que denominou de “jogo de espaços” dos projetos utópicos, propõe uma sinopse geométrica da ilha de Utopia a partir da descrição de Rafael que ele interpreta da seguinte maneira: a primeira frase define a forma geral da ilha resumindo seu aspecto geográfico a relações geométricas e métricas sugerindo esquema losangular; a segunda uma inscrição de um círculo sugerindo uma lua crescente – forma final da ilha (Fig. 12).²⁶⁹

²⁶⁸ MORUS. Op. cit., p. 67.

²⁶⁹ MARIN. Op. cit., pp. 76-77.

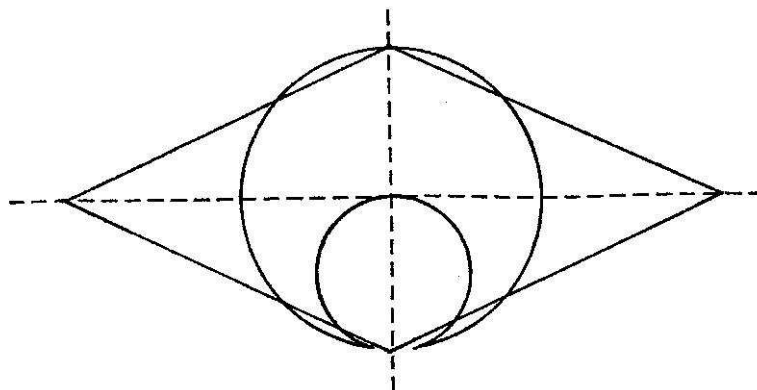


FIGURA 12 – “Construção da representação da ilha de Utopia” por Marin. Fonte: MARIN, L.. *Utopiques: jeux d'espaces*. Paris: Les éditions de minuit, 1973, p. 77.

4.3 A noção de espaço em Campanella

A *Cidade do Sol* não é uma ilha, mas mantém as características gerais das cidades idealizadas e se desenvolve radialmente em sete coroas numa vasta extensão que se eleva numa colina em cujo cimo se ergue “um templo de maravilhosa construção” (Fig. 13).

Cada um dos setes recintos definidos por muralhas, que são designados com o nome dos sete planetas, são interligados por quatro caminhos que terminam em quatro portas voltadas para os pontos cardeais.

Cada um dos recintos tem uma ocupação diferente: defesas, torres, fossos, máquinas de guerra no primeiro recinto; grandes palácios nos demais recintos; todos os recintos dotados de cozinhas públicas e depósitos de provisões; pavimentos térreos com oficinas, cozinhas, silos, provisões, refeitórios, lavanderias, rouparias.

As paredes internas e externas das muralhas são ornadas com ilustrações e informações que vão desde figuras matemáticas e seus enunciados (parede interna do primeiro círculo); completa descrição da terra, mapas das províncias, costumes, leis, alfabetos (parede externa do primeiro círculo); gravuras e exemplares de pedras preciosas, metais (parede interna do segundo círculo); mares, rios, lagos e fontes da Terra, fenômenos climáticos, vinhos, óleos, licores (parede externa do segundo círculo); plantas, ervas, suas características e aplicações medicinais (parede interna do terceiro círculo); a vida aquática e suas relações com as coisas celestes e terrestres (parede externa do terceiro círculo); todas as espécies de pássaros, inclusive “a verdadeira Fênix” (parede interna do quarto círculo); répteis, dragões, vermes,

insetos (parede externa do quarto círculo); animais terrestres “mais perfeitos” (parede interior e exterior do quinto círculo); artes mecânicas, instrumentos e suas descrições (parede interna do sexto círculo); representações de homens mais eminentes das ciências, das armas, da legislação, das religiões (parede externa do sexto círculo).²⁷⁰

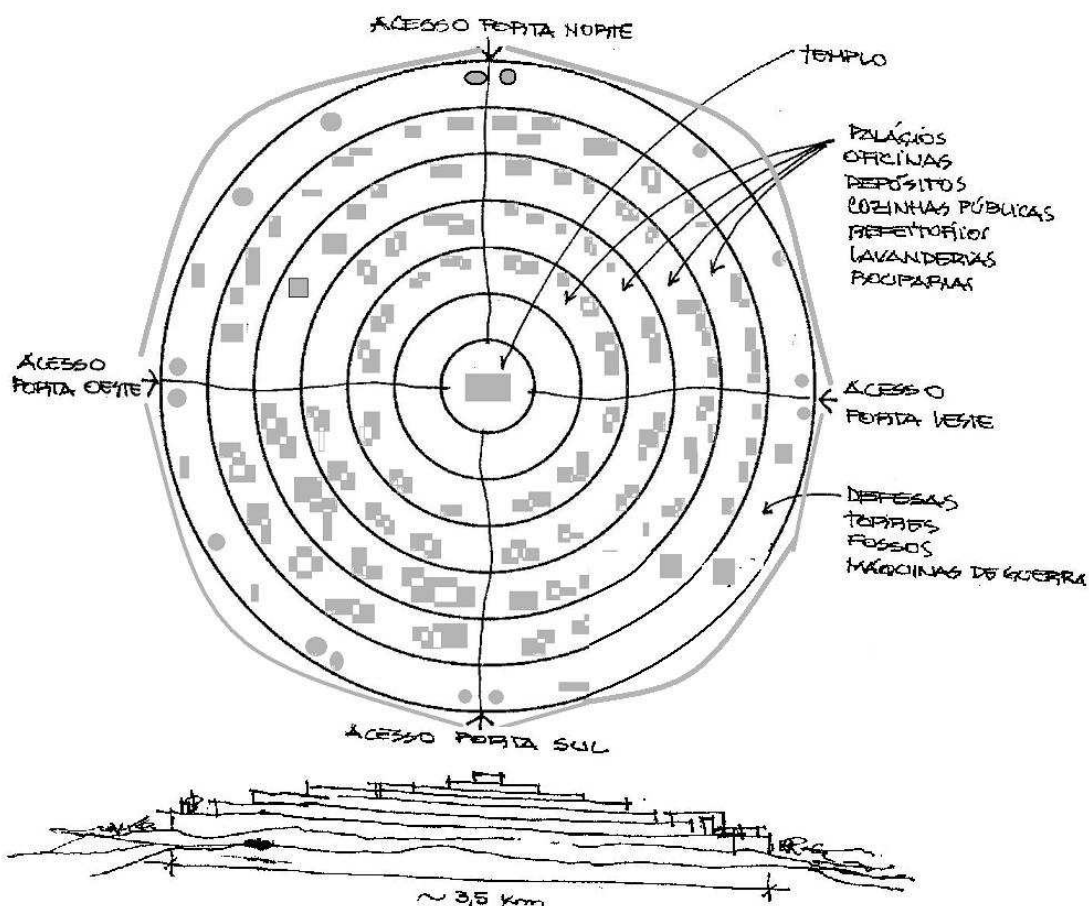


FIGURA 13 – Esquema espacial da Cidade do Sol de Campanella.

4.4 A noção de espaço em Fourier

Para traçar um plano para uma cidade do período do *garantismo* (conforme descrito no Capítulo II), Fourier tem um plano de massa que se organiza a partir de três coroas separadas por cercas vivas, gramados e plantações que não impeçam a visibilidade: a primeira – “a cidade central” – contendo o conjunto principal de edificações como o Falanstério; a segunda

²⁷⁰ CAMPANELLA. Op. cit., 15-20.

contendo fábricas e a terceira - a periferia com avenidas e a área agrícola (Fig. 14, Fig. 15).

No “Capítulo XII - Distribuição unitária dos edifícios” da obra *Le Nouveau monde industriel et sociétaire*, Fourier propõe um plano de distribuição dos edifícios e espaços abertos alertando que, cada fundador de Falanstério, poderá propor solução diferente desde que obedeça as relações das *Séries Passionais*. Ele afirma que se deve evitar a forma retangular ou a “*monotonia perfeita*”, aproveitando para criticar a *New-Harmony* de Owen, cujo plano, publicado na *Cooperative Magazine* de Janeiro de 1826, demonstra não haver nenhum conhecimento do “mecanismo societário”.

Les civilisés ayent communément l'instinct du faux, ne manqueraient pas à préférer la plus vicieuse distribution. Cela est arrivé à New-Harmony, où le fondateur Owen a précisément choisi la forme de bâtiment qu'il fallait éviter, le carré ou monotonie parfaite. (...) l'un des inconvénients du carré est que les réunions bruyantes, incommodes, les ouvriers au marteau, les apprentis de clarinette, seraient entendus de plus de moitié du carré sur quelque point qu'on les plaçât. Je citerais vingt autres cas où la forme carrée causerait du désordre dans les relations. Il suffirait de voir le plan de cet édifice (*Cooperative magazine* : January 1826), pour juger que celui qui l'a imaginé n'a aucune connaissance en mécanisme sociétaire. Du reste, son carré peut être bon pour des réunions monastiques, telles qu'il en fonde, la monotonie étant leur essence.²⁷¹

²⁷¹ FOURIER Charles. *Le nouveau monde industriel ou Invention du procédé d'industrie attrayante et naturelle distribuée en séries passionnées*. Paris: Éditions Flammarion, 1973. <http://classiques.uqac.ca> (Acessado em 06/06/2010). Os civilizados, tendo habitualmente a tendência ao falso, não deixariam de preferir a mais viciosa distribuição. Isto aconteceu em New Harmony, onde o fundador Owen escolheu precisamente a forma de construção que deveríamos evitar: o quadrado ou a monotonia perfeita. (...) um dos inconvenientes do quadrado é que as reuniões barulhentas, incômodas, os operários com martelo, os aprendizes de clarinete, seriam ouvidos por mais da metade do quadrado seja qual for o lugar que os colocemos. Eu citaria vinte outros casos onde a forma de quadrado causaria a desordem nas relações. Seria suficiente ver a planta deste imóvel (*Cooperative magazine*: january 1826), para julgar que quem o imaginou não tem nenhum conhecimento do mecanismo societário. De resto, o quadrado dele poderia ser bom para reuniões monásticas, daquelas que no fundo, têm a monotonia por essência. (Tradução nossa).

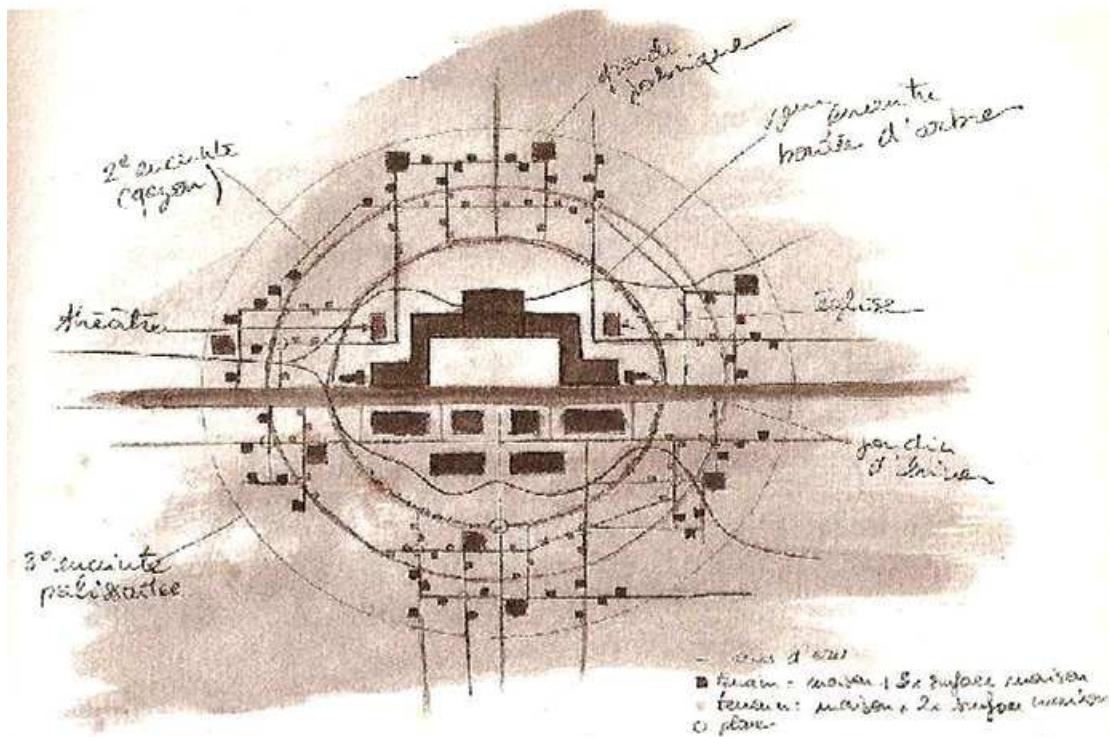


FIGURA 14 – Esquema espacial para uma cidade do período do Garantismo proposto por Fourier. Ilustração de M. Pinel Coll, *Le Mécène*; Fonte MONCAN, Patrice. *Villes utopiques, Villes rêvées*. Paris: Les Éditions du Mécène, 2003, p.93.

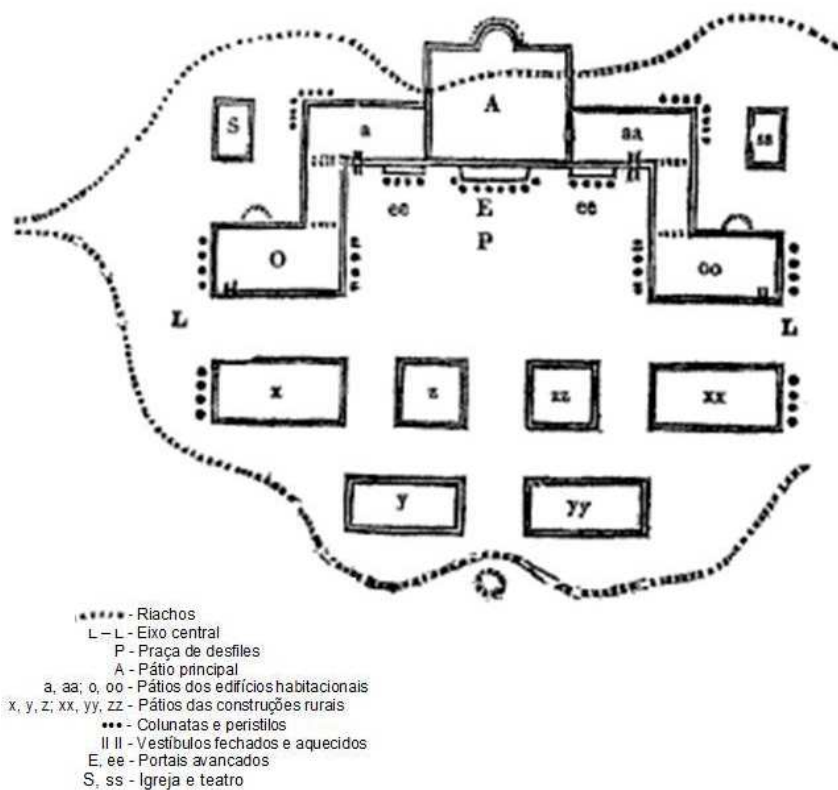


FIGURA 15 – Esquema espacial do Falanstério. Fonte do desenho: CONSIDERANT, Victor. *Exposition abrégée du système phalanstérien de Fourier*, 3e éd., Paris: Librairie Sociétaire, 1846. <http://premierssocialismes.edel.univ-poitiers.fr/> (Acessado em 6/06/2010).

4.5 Considerações sobre a importância do espaço para o pensamento utópico

A importância do estudo do espaço social está nos significados que ele evoca e também por conter um repertório de instrumentos para a formulação do pensamento utópico.

Como contexto, o espaço social com todas as suas peculiaridades culturais molda a mentalidade de um grupo social que pode vir a ter uma mentalidade utópica numa época ou num determinado período histórico. Ainda como contexto, é nele, o espaço social, onde podem ocorrer situações negativas criticáveis, portanto estimuladoras de idéias utópicas. O contraste que se estabelece quando da contraposição entre o espaço social criticado e o espaço social projetado pode contribuir no esclarecimento de fenômenos sociais.

Como instrumento e repertório, os atributos morfológicos do espaço social são utilizados como suportes materiais das projeções do pensamento utópico, pois mesmo aquelas utopias não consideradas espaciais como as de cunho ético, moral, político, ou religioso, exigem a dimensão espacial para suas formulações.

Assim, o pensamento utópico encontra, no *espaço social*, principalmente na *cidade* – uma de suas expressões mais complexas – as motivações e repertórios para suas manifestações posto que nela se exprime, em forma e conteúdo, todo o espectro do pensamento, suas congruências e incongruências. Pensamento utópico este que imerso na qualidade cultural de seu tempo como, por exemplo, no *Renascimento* quando More escreve *Utopia* ou na *Revolução Industrial* quando Fourier propõe os *Falanstérios*.

No campo imaginário, o espaço é a tônica, a essência, a vertente, o nascedouro, o estímulo e a expressão de processos sociais. Alterar os espaços significa alterar o imaginário. Suprimir os espaços significa fortalecer a dimensão mitológica do imaginário, porque a referência factual não é mais possível. Neste caso se resumirá às referências iconográficas ou às narrativas.

Resultado da riqueza natural dos modos de interpretação e percepção da realidade, o imaginário se constrói continuamente, se enriquece continuamente. Portanto, o imaginário, notadamente o imaginário urbano, é cambiante, é cumulativo e seus registros caracterizam-se pelas circunstâncias:

o tempo, o espaço, a cultura, o meio de expressão e o sujeito, ou sujeitos, autor ou autores.

Mediante a análise do imaginário social, aspectos contextuais da dinâmica espacial e social podem ser reconhecidos como característicos de uma sociedade, por mais complexos e dinâmicos que estes possam ser.

A qualidade do imaginário pode definir uma maior ou menor “densidade” de *sentido de lugar*. Por outro lado, a necessidade de socialização vai configurar “territórios” ou “lugares” não apenas físicos como também abstratos onde diferentes grupos vão interagir segundo seus interesses particulares.

Portanto, dependendo do grau de complexidade dos aglomerados urbanos, pode-se identificar “cidades” dentro de cidades não só perceptíveis fisicamente por meio de limites geográficos, dos sistemas viários, dos usos, ou das tipologias arquitetônicas, como também mentalmente mediante símbolos, valores, crenças, culturas, memória que, em maior ou menor grau, se justapõem ou se interpenetram configurando assim o imaginário social.

Assim, estes espaços imaginários se sobrepõem ou se obliteram, somam-se ou subtraem-se, protegem-se ou expõem-se, mas sempre interligados aos meandros do “tecido” urbano que, por sua vez, é formado por “retalhos” das experiências individuais e coletivas, de “guetos” conquistados em lutas urbanas.

Dessa maneira, os espaços se descrevem, se circunscrevem se tangenciam, se interseccionam e podem ser prosaicos ou poéticos dependendo da forma como são representados e interpretados.

Desta forma o “espaço” do *não-lugar* estrutura as idéias utópicas como um continente aprisionando o conteúdo. Um continente que pode ser intramuros, uma montanha isolada, ou uma ilha e nelas, arquiteturas, espaços privados e públicos onde uma “mecânica” social deve funcionar.

O discurso utópico requer a idéia de espaço como um recurso material para a aplicação de uma sintaxe espacial o que torna o espaço projetado, principalmente a cidade idealizada, uma das fontes possíveis de compreensão de qualidades da utopia e, em última análise, de qualidades da sociedade na qual o pensamento utópico foi desenvolvido.

As necessidades mais primitivas como o alimento e o abrigo implicam muitas vezes em disputas por espaços que acabam se configurando em *territórios*, pois pressupõe características geográficas, físicas, ambientais onde se localizam os alimentos e um abrigo, seja uma caverna, seja uma cidadela. De qualquer forma a idéia de controle territorial está implícita.

Em outro nível, as buscas das hegemonias imperiais ou nacionais sempre estiveram associadas a conquistas territoriais ou na repartição de territórios dos derrotados entre os conquistadores. A manutenção e a vontade de aumento do poder, associado ao medo da perda do *status quo* no sistema de relações sociais, implica desde a prospecção e controle energético, passando pela ciência e tecnologia até o controle e reprodução de ideologias e utopias que, em última análise, objetivam através de discursos ideologizados ou utópicos atingirem ou manter o poder, para o qual o *território* é sua expressão fundamental onde lança sua âncora.

Em suma, a sobrevivência, a perpetuação e o poder encontram no espaço, mais precisamente no *território*, a sua fonte e o cenário para suas demonstrações e representações.

O desbravamento e a definição de novos territórios têm na tecnologia uma forte aliada. Exemplos disto são a invenção da pólvora e seu uso em armas de guerra, instrumentos para localização e naus para viagens marítimas, foguetes, satélites, ônibus espaciais, estações orbitais, tecnologias da informação definindo órbitas e redes ou, em outras palavras, “territories” no espaço sideral e no espaço cibernético, pois poderosamente limitados e controlados.

A partir da percepção de que um espaço contém elementos culturais decorrentes do tempo, de relações sociais, de expressões materiais, de morfologias naturais e de expressões artísticas onde a Arquitetura se destaca e os discursos históricos se acumulam e também onde se pode identificar a idéia de dramaticidade, tem-se a idéia de *lugar*, o *genius loci*.

Portanto, consideramos que:

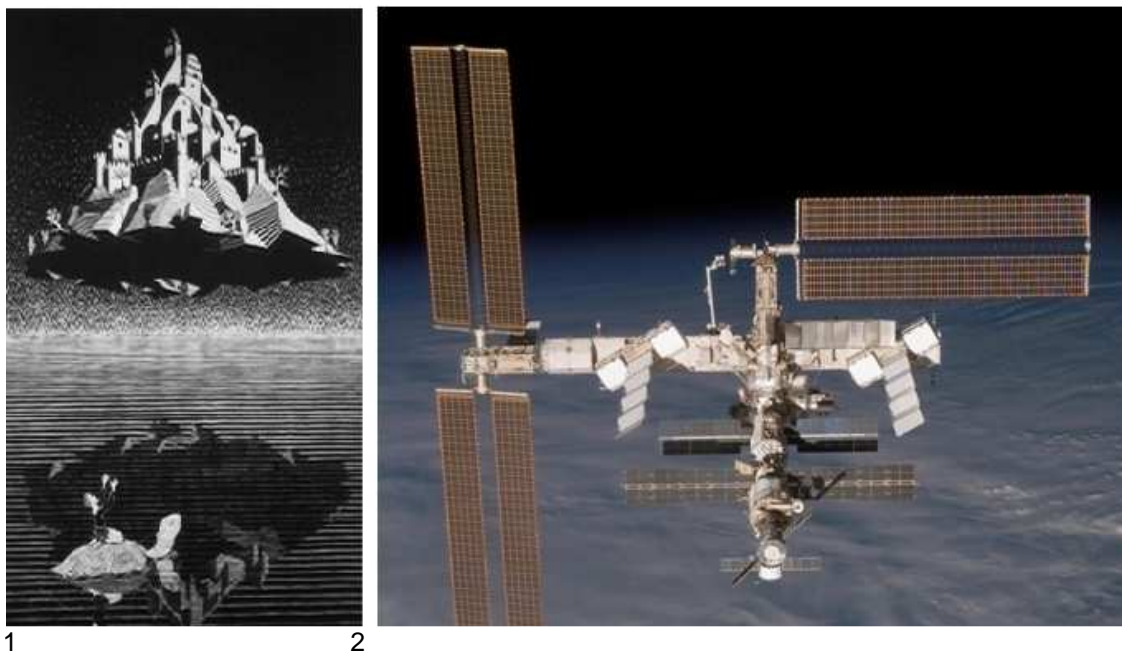
- Um lugar só pode ser descrito mediante a sua dramaticidade implícita. Não sentimos saudades, afetividades, ou por outro lado, desgostos ou repulsas de algum “território”, mas sim de algum “lugar”.

- Um lugar existe enquanto resultado de relações sócio-espaciais realizadas durante um determinado tempo cuja duração pode determinar uma menor ou maior densidade cultural, ou seja, não existe lugar sem a noção de tempo.
- Um lugar pode ter seus limites geográficos difusos, ou seja, um lugar não implica em finitude espacial. Um lugar implica em relações e processos entre espaço, tempo e sociedade.
- Um lugar é um referencial existencial, diz respeito à origem, à interioridade referida, entre outros aspectos.

Um território também implica em relações e processos entre espaço tempo e sociedade, porém o que o distingue fundamentalmente da idéia de lugar é a sua finitude espacial. Assim um território passa a ser uma das dimensões mensuráveis fisicamente da idéia de lugar. Nesta perspectiva, as peculiaridades dos lugares e dos territórios e das relações entre eles vão caracterizar um determinado espaço social.

A noção de espaço social não requer a qualificação da sociedade e da natureza. A sua totalidade pressupõe nele tudo caber. Ele simplesmente existe na razão direta da sensibilidade humana. Ou seja, o espaço social contém, por exemplo, as idéias de *território* e de *lugar* que, neste caso, podem se relacionar, se interseccionar, se superpor, se somar. Neste sentido, o espaço social é definido, qualificado, quantificado entre outros aspectos, pelos territórios e lugares que o compõem. Portanto, um espaço social pode conter n lugares e n territórios.

A partir destas considerações, os *espaços* referentes às utopias chamadas de espaciais têm uma melhor definição se entendidos como *territórios*, na medida em que são perfeitamente delimitados, hierarquizados e controlados, por um indivíduo ou por um conjunto de indivíduos, onde a idéia de poder permeia todas as instâncias da sua concepção e realização, desde a sua concepção intelectual e política até a sua manutenção. Assim, apenas a noção de lugar não caracteriza o espaço social utópico.



1 2
 FIGURA 15 – Pensamento utópico e a produção do espaço social. 1 - O Castelo no ar. Xilogravura (1928) de Maurits Cornelis Escher. Fonte: www.mcescher.com/Gallery/gallery-italian.htm (Acessado em 03/07/2010). 2 - Estação Orbital Internacional. Fonte: www.nasa.gov/multimedia/imagegallery/ (acessado em 03/07/2010).

Podemos encontrar a questão da relatividade temporal e espacial do pensamento utópico, em representações como a elaborada por Escher (1898-1972) em *O Castelo no ar* e em realizações como a Estação Orbital Internacional. A obra de Escher remete à expressão “construir castelos no ar” que significa elaborar projetos impossíveis, quiméricos e a Estação Orbital encontra-se em órbita em torno da Terra a uma altitude de aproximadamente 360 quilômetros²⁷² (Fig. 15).

Uma utopia realizada?

²⁷² A Estação Orbital Internacional envolve diversos programas espaciais, sendo um projeto conjunto da Agência Espacial Canadense (CSA/ASC), Agência Espacial Européia (ESA), Agência Japonesa de Exploração Aeroespacial (JAXA), Agência Espacial Federal Russa (ROSKOSMOS) e Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (NASA) dos Estados Unidos da América. Fonte: http://www.nasa.gov/mission_pages/station/main/index.html (Acessado em 03/07/2010)

CAPÍTULO V

A CCEVFRGS

O tempo vivido

A Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul – CCEVFRGS, se originou a partir das idéias de um grupo de ferroviários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul – VFRGS e se desenvolveu utilizando a rede ferroviária como suporte espacial para a circulação de produtos, de funcionários e para a comunicação entre seus diversos setores.

5.1 O contexto Institucional: a VFRGS

5.1.1 A ferrovia na região

Em 1872, foi proposto ao governo imperial um projeto de rede ferroviária denominado *Projeto Geral de uma Rede de Vias Férreas Comerciais e Estratégicas para a Província de São Pedro do Sul* que, para além dos objetivos econômicos justificava-se pela ocupação de áreas com baixa densidade populacional e pela intenção estratégica de segurança das fronteiras internacionais. A este se seguiram outros como o *Plano Geral de Viação do Estado* em 1913 no governo Borges de Medeiros e outro em 1930 que não foram obedecidos integralmente.

O desenvolvimento do vale do rio dos Sinos – zona de colonização alemã –, na segunda metade do século XIX, propiciou a implantação de linha férrea ligando a capital do estado – Porto Alegre – à Novo Hamburgo. Esta pequena linha de 43,42 Km foi construída e explorada pela empresa inglesa *The Porto Alegre and New Hamburg Brazilian Railway Company Limited* cujas atividades tiveram início ligando inicialmente Porto Alegre à São Leopoldo em 1874 e à Novo Hamburgo em 1876.

Em 10 de setembro de 1873, o Imperador Dom Pedro II sancionou o decreto que autorizava a exploração e estudos de uma estrada de ferro que ligasse Porto Alegre à Uruguaiana no extremo oeste do Estado, então

Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, cujas obras tiveram início em 1877.

Em 1883 foi liberado o tráfego até Cachoeira do Sul, em 1885 até Santa Maria e em 1890 até Cacequi. Após paralisações as obras da ferrovia foram retomadas em 1896 e inauguradas somente em 1911. Mais tarde, essa estrada foi ligada à Estrada de Ferro Porto Alegre - Novo Hamburgo. Também, foram implantadas as linhas Rio Grande - Cacequi (1900), interligando a rede ao Porto de Rio Grande e à linha Santa Maria - Marcelino Ramos (1910) que, chegando à fronteira norte do estado, se conecta ao resto do país.

Neste período foram implantados diversos ramais e trechos que configuram a malha ferroviária principal do estado (QUADRO 2). As linhas que formavam esta malha eram administradas por diretorias independentes como no caso de *Rio Grande – Bagé*, *Porto Alegre – Uruguaiana* e *Santa Maria – Marcelino Ramos* até 1898 quando foram unificadas e arrendadas à empresa belga *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil – CACFB* (QUADRO 3).

Entre 1911 e 1919, a empresa norte-americana *Brazil Railway Company* – um dos braços do poderoso sindicato *Farquhar* interessada em implantar um sistema ferroviário que abrangesse todo país e que detinha diversos monopólios²⁷³ –, assumiu o controle acionário da CACFB que então se encontrava endividada frente a seus acionistas e sem capacidade de investir os em melhoramentos. É neste contexto que em 1913 é fundado em Santa Maria o *Sindicato Cooperativista dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul*, origem da CCEVFRGS.

Este período caracterizou-se pelas turbulências das constantes greves dos trabalhadores e pelo aquecimento da economia local em função do aumento da demanda externa decorrente da Primeira Guerra Mundial o que, ao mesmo tempo em que bloqueava a entrada de capital estrangeiro, acarretou no aumento da necessidade por transportes que a concessionária não teve

²⁷³ Light Power Co. no Rio de Janeiro, Companhia Telefônica Brasileira, Bahia Tramway Light Power, Bahia Gas Co., Compagnie d'Éclairage de Bahia, obras do Porto de Belém, Porto of Pará, obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Mamoré Railway Co., Compagnie Française du Porto de Rio Grande do Sul, Companhia de Navegação do Amazonas, Amazon Lands Colonization Co., Southern Brazil Lumber and Colonization Co.. Todas com capital estrangeiro. Singer, Paul. *O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930*. In: Fausto, Boris (dir). *O Brasil republicano III: estrutura de poder e economia*. São Paulo: Difel, 1975, p. 377 a 385.

capacidade de gerenciar. Aprofundaremos a descrição deste contexto quando analisaremos a importância das relações institucionais entre as administrações da VFRGS e a CCEVFRGS no seu processo de implantação.

QUADRO 1 – Rede Ferroviária do RS: principais linhas e seções.

Linhas	Seções	Data inauguração
Porto Alegre – Novo Hamburgo	Porto Alegre – São Leopoldo	14/04/1874
	São Leopoldo - Novo Hamburgo	19/01/1876
Porto Alegre – Uruguaiana	Porto Alegre – Cachoeira	07/03/1883
	Cachoeira – Santa Maria	13/10/1885
	Santa Maria – Cacequi	23/12/1890
	Cacequi – Alegrete	22/11/1907
	Alegrete – Uruguaiana	24/12/1907
Rio Grande – Bagé – Cacequi	Rio Grande – Bagé	02/12/1884
	Bagé – Cacequi	08/10/1900
Santa Maria – Marcelino Ramos	Santa Maria – Cruz Alta	20/12/1894
	Cruz Alta – Passo Fundo	31/01/1898
	Passo Fundo – Marcelino Ramos	25/10/1910

Ainda em 1919, a CACFB reassume o controle da companhia, porém não tendo capacidade de minorar a crise que se abatia, justificava o péssimo desempenho à política governamental e aos critérios tarifários. Diante deste quadro, o Governo do Estado assume em 1920 o controle da rede ferroviária. Esta decisão foi motivada pela irregularidade dos trens e pelos inúmeros acidentes decorrentes das precárias condições dos equipamentos e dos materiais operacionais que prejudicavam o transporte.

Por outro lado, Kliemann²⁷⁴ defende a tese de que o arrendamento por parte do governo do estado não estava ligado somente à má administração e às péssimas condições de atendimento, mas que teria sido também resultante de um processo *ideológico - político – econômico - administrativo*

²⁷⁴ KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *A ferrovia gaúcha e as diretrizes de “Ordem e Progresso”: 1905-1920. In Estudos Ibero-americanos II. Porto Alegre, 1977.*

com os princípios da doutrina do Positivismo de Auguste Comte²⁷⁵ já expressos na Constituição Estadual de 14 de julho de 1891. Se considerarmos que Comte foi um discípulo de Saint-Simon – precursor da valorização da rede de transportes como indutora do desenvolvimento sócio-econômico –, a tese de Kliemann vai ao encontro de uma das nossas hipóteses que considera que a idéia de rede se explicita não só em relação à unificação do sistema ferroviário, mas também em relação à interiorização da distribuição de produtos e serviços da CCEVFRGS.

Assim, a encampação da VFRGS pelo Governo da União foi firmado mediante acordo provisório em 29 de março de 1920 e posteriores decretos em junho de 1920.²⁷⁶ O processo culminou com o Decreto 15.438, de 10 de abril de 1922 que tratava da consolidação dos termos de encampação da Viação Férrea e sua transferência em arrendamento ao estado do Rio Grande do Sul.

QUADRO 2 – Rede Ferroviária do RS: Administrações após unificação das ferrovias.

Administrações	Períodos
Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil (sob controle Belga)	1898 a 1911
Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil (sob controle acionário da companhia norte americana <i>Brazil Railway Company</i>)	1911 a 1919
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	1920 a 1959
Governo Federal – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima	1959 – 1996
América Latina Logística S. A.	1997 – até hoje

Apesar da nova diretoria, nomeada pelo Governo Estadual, ter regularizado o tráfego de trens e feito melhorias na infra-estrutura, o sistema continuava deficitário. Esta situação provocou alterações no contrato que

²⁷⁵ Para Comte, o Positivismo é uma doutrina filosófica, sociológica e política. Surgiu como desenvolvimento sociológico do Iluminismo, das crises social e moral do fim da Idade Média e do nascimento da sociedade industrial - processos que tiveram como grande marco a Revolução Francesa (1789-1799). Em linhas gerais, ele propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente a teologia e a metafísica (embora incorporando-as em uma filosofia da história). Assim, o Positivismo associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana radical, desenvolvida na segunda fase da carreira de Comte.

²⁷⁶ Decretos federais 14.222 de 18 de junho e 14.224 de 21 de junho de 1920.

culminou com lei estadual que autorizava a rescindir o contrato de arrendamento a fim de possibilitar a inclusão da Viação à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima criada em 1957 pelo governo Juscelino Kubitschek.²⁷⁷

Nesta época outros ramais já haviam sido implantados interligando outras localidades como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Montenegro, Santa Cruz, Dom Pedrito, Canguçu, Jaguari, Santiago, São Borja, Santa Rosa, entre outras.

O desenvolvimento da rede ferroviária e das comunicações, ao mesmo tempo em que impulsionou as atividades econômicas, possibilitou alterações nos hábitos das populações. Desta forma a ferrovia materializava o imaginário de comunidades de uma idéia de modernidade onde a velocidade, as máquinas, as estruturas de ferro, o burburinho das multidões, eram as tintas principais.

Além de integrar e desenvolver os lugares que atendia, a ferrovia influenciou na morfologia dos espaços intra-urbanos mediante principalmente suas estações, oficinas e depósitos e em muitos casos por meio dos edifícios da CCEVFRGS.

Em síntese, estas transformações urbanísticas têm, entre seus fatores causais históricos principais, as concessões dadas às iniciativas privadas pelo Estado à exploração dos transportes ferroviários no fim do século XIX, quando se iniciou um processo de transformação progressiva do espaço social do estado e pelos planos e políticas governamentais a partir de 1950 quando se iniciou um processo de estagnação de muitos núcleos urbanos.

5.1.2 O fim da linha

Nas duas primeiras décadas do séc. XX, a VFRGS apresentava sinais de desestruturação.²⁷⁸ Entre as causas apontadas estão: o pioneirismo; projetos de linhas mal feitos; diversidade de critérios e especificações de

²⁷⁷ Em 31 de março de 1928, 13 de outubro de 1949, 25 de julho de 1950 e 17 de agosto de 1950. O decreto legislativo estadual 204 de 15/12/1950 aprova o convênio celebrado com a União. Lei federal 2217 de 5/7/1954 promove revisão do contrato a qual é ratificada pelo decreto 36226 de 24/9/1954. Lei Estadual nº 3.192 de 11/09/1957 autoriza rescisão de contrato.

²⁷⁸ KLIEMANN. Op. cit., p. 175.

materiais; bitola diferente do centro do país dificultando o intercâmbio regional; a concorrência dos transportes rodoviários e hidroviários.

Já ao final da década de 1950, a criação da Rede Ferroviária Federal S. A., ao agrupar as viações e centralizar a administração, contribuiu para a descaracterização das peculiaridades regionais.

Observa-se também, que a política “rodoviarista”, implantada a partir do Plano de Metas (1957-1960) do governo do presidente Juscelino Kubitschek, ao redirecionar diretrizes em relação ao sistema de transporte, deflagrou um processo de valorização do sistema rodoviário em detrimento do ferroviário²⁷⁹ que continuaram com as turbulências institucionais dos governos de Jânio Quadros e de João Goulart (1960 – 1963) e da ditadura do governo militar entre 1964 e 1985 culminando em 1999 com a privatização da RFFSA.

O impacto social e econômico negativo, decorrente da desestruturação do sistema de transporte, também pode ser avaliado pelas notícias dos jornais como a que menciona o fim do transporte de passageiros:

O último apito de trem de passageiros soou, melancólico e fatal, às 21 h de 3 de fevereiro de 1996, na estação de Santana do Livramento, na fronteira. Ao sinalizar o fim de uma época, a estridente buzina a ar da locomotiva deixou órfãos os povoados que haviam se formado igual cogumelos ao longo das estradas de ferro. Os vilarejos sobreviveram, singelos como presépios, agrupados em torno das estações desertas²⁸⁰

Para Castro, apesar da unificação legal e administrativa de dezenas de estradas de ferro, o transporte ferroviário nunca funcionou como sistema por não haver uma estrutura institucional e regulatória satisfatória.²⁸¹

Esta constatação é corroborada pela Conferência Nacional dos Transportes em relatório de 2002 quando afirma que

A política nacional para o setor de transportes, adotada a partir da década de 1950, privilegiou sobremaneira o transporte rodoviário. O sistema ferroviário de cargas, que até então despontava no País como fator modernizante, viu sua importância e investimentos diminuir até o final dos anos 70, quando a matriz

²⁷⁹ COSTA, Wanderley. Messias. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1977, p.52.

²⁸⁰ Manchete. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, p. 32, 8/4/2001.

²⁸¹ CASTRO, Newton de. *Intermodalidade, intramodalidade nos transportes de longa distância no Brasil*. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 1995, p. 17.

nacional de transportes mudou-se definitivamente para as rodovias.²⁸²

A experiência histórica evidencia a importância dos transportes na geração de efeitos multiplicadores e de externalidades capazes de estimular todos os setores econômicos. São os casos da Europa na primeira metade do século XIX, com a introdução do barco a vapor e o aumento da rede de canais e, na segunda metade, além da Europa, os Estados Unidos da América com a expansão das ferrovias que, para muitos estudiosos, no caso americano, constitui-se na razão principal do crescimento da economia²⁸³

Análise comparativa entre matrizes de transporte de grupos de países e do Brasil, realizadas no início dos anos 1990, dava conta da relação direta entre desenvolvimento social e equilíbrio da oferta dos modais. O estudo mostra também que no Brasil ocorria grande desequilíbrio da matriz de transportes, motivada principalmente pela oferta de 93% modal rodoviário.²⁸⁴

Em 2009 esta tendência permanece, pois enquanto nos Estados Unidos a participação das ferrovias é de 43% da produção transportada e na Rússia chega a 81%, no Brasil esta participação é próxima dos 20% ficando muito aquém de países territorialmente menores como a França que tem o tamanho aproximado do Estado de São Paulo e uma oferta ferroviária superior a do Brasil.²⁸⁵

O valor que tem uma ferrovia para uma economia, para a cultura social e para a apropriação do território de uma nação pode ser avaliado pela importância atribuída a esse modo de transporte, pois *“o lugar que a ferrovia ocupa em cada país é determinado, sobretudo pela vontade política daqueles que exercem o poder.”*²⁸⁶ (Fig. 17).

As políticas econômicas e sociais de planejamento, que deveriam considerar necessariamente os sistemas de transportes como instâncias estratégicas para o desenvolvimento, não mensuraram as repercussões locais

²⁸² CONFERÊNCIA NACIONAL DOS TRANSPORTES. *Pesquisa Ferroviária CNT – 2002 - Relatório Analítico*. Fonte: <http://www.cnt.org.br>, (Acessado em 10/05/2010).

²⁸³ CASTRO. Op. cit., p. 6.

²⁸⁴ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da Subcomissão de transporte Ferroviário*. Porto Alegre, 1991.

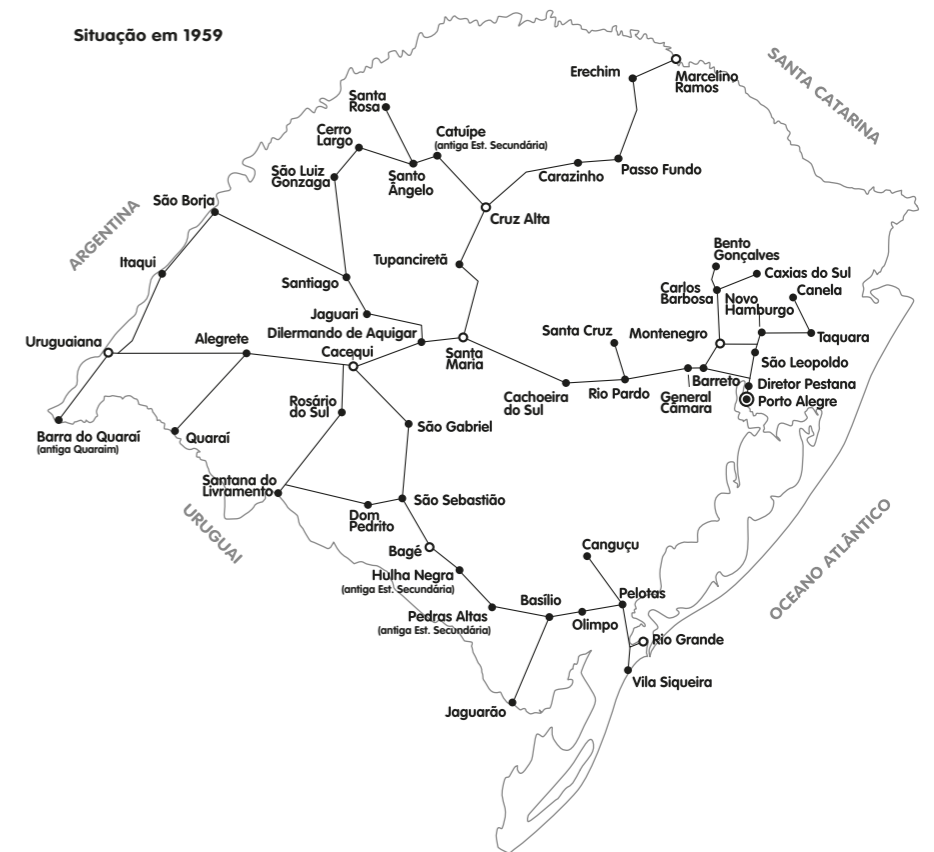
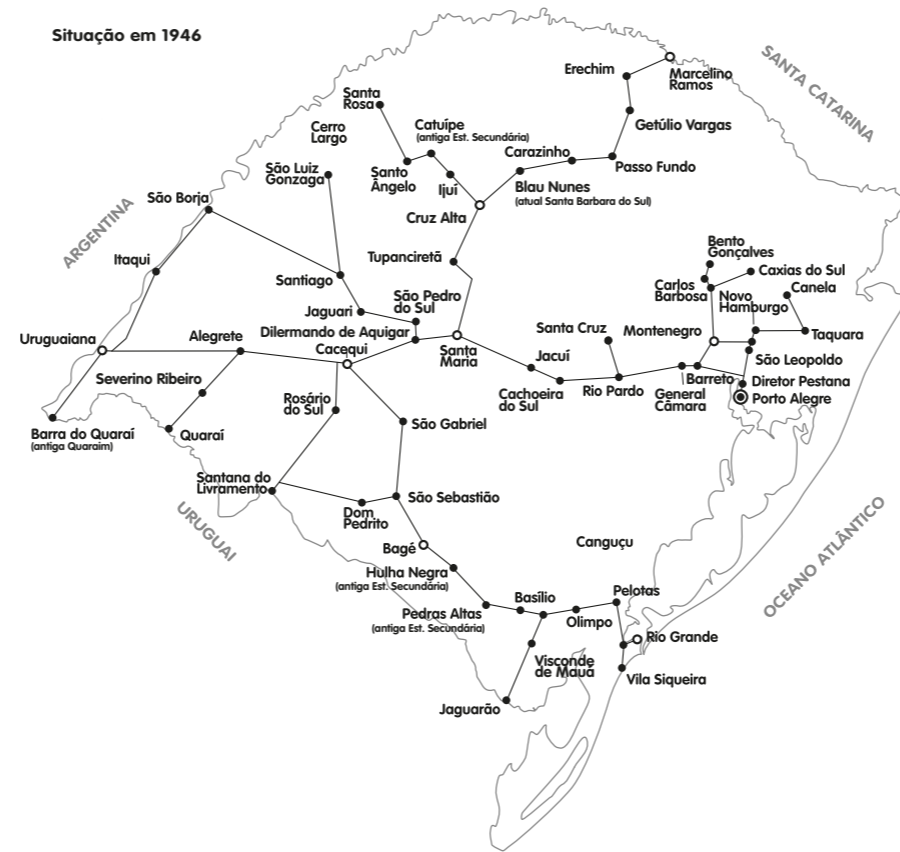
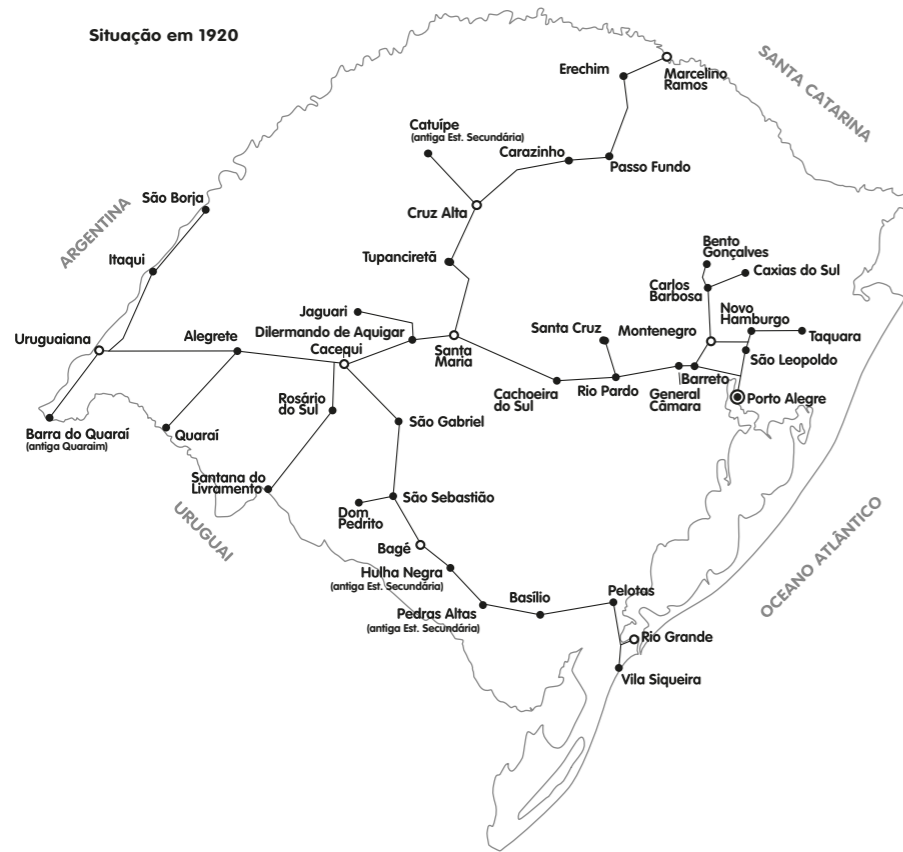
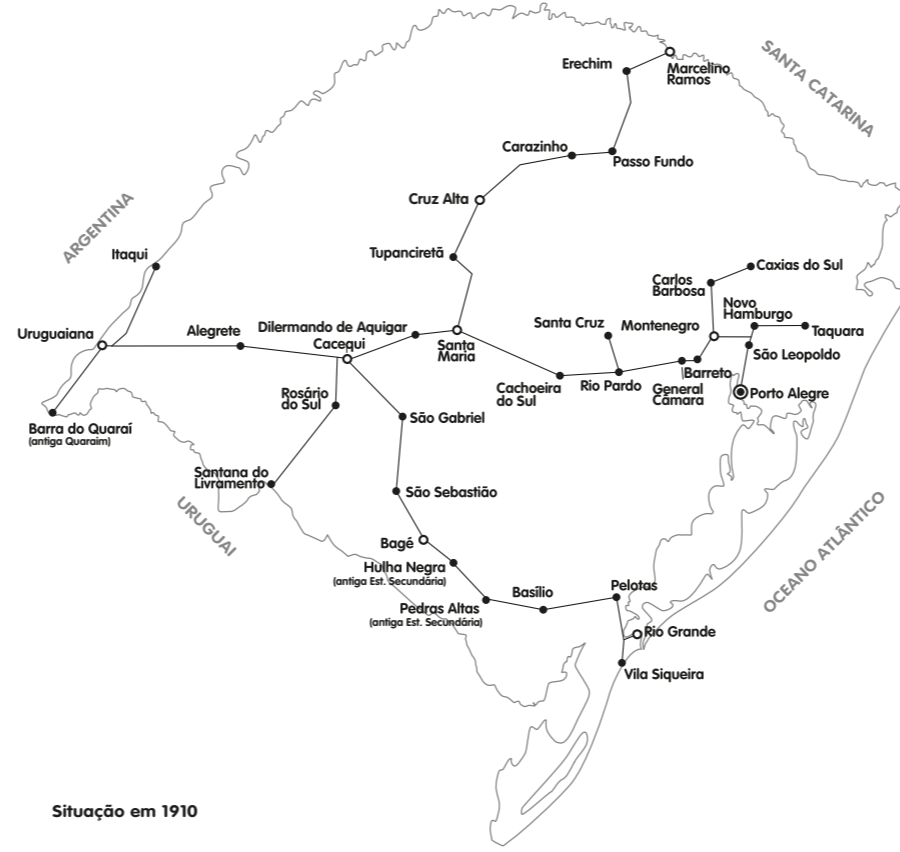
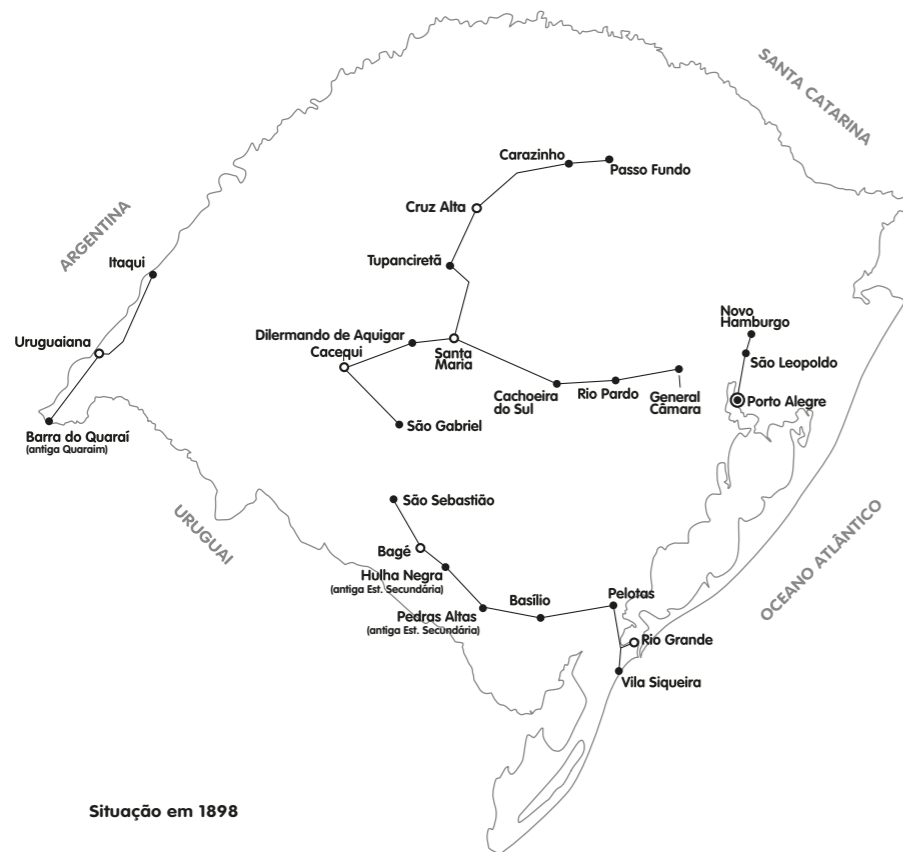
²⁸⁵ GONÇALVES, J. M. F.; Martins, G.. *Raio-X da produção - Investimento e participação dos modais de Transportes*. Engenharia, nº591, p. 137, 2009. Fonte: www.brasilengenharia.com.br (Acessado em 14/05/2010).

²⁸⁶ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Op. cit., p.31.

O PENSAMENTO UTÓPICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

A Cooperativa dos Empregados
da Viação Férrea do Rio Grande do Sul
Tese de doutorado
Luiz Fernando da Silva Mello

UFRGS/FAU/PROPUR – 2010



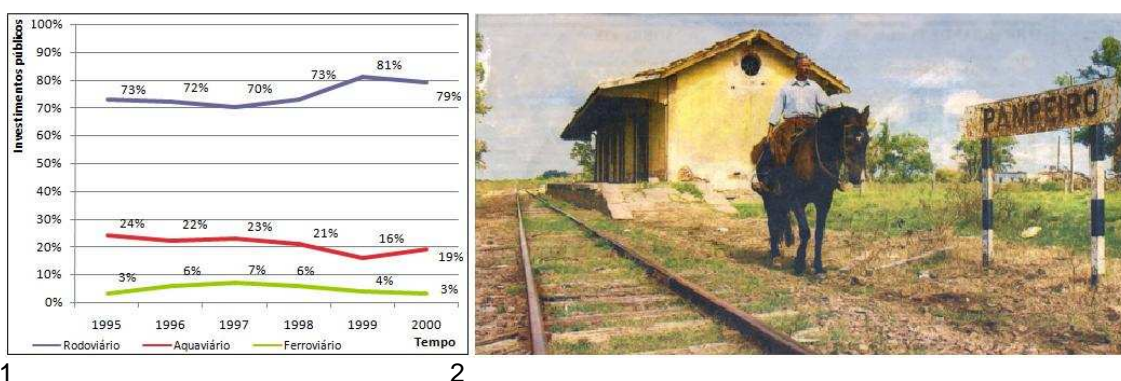
- Estações Principais
- Estações Secundárias
- Postos Telegráficos, paradas e devisos

FIGURA 16 – Evolução da Rede Ferroviária no RS.
Fonte: IPHAERS. *Inventário das Estações: 1874-1959*. Porto Alegre: Pallotti, 2002 e VFRGS. *Esboço da Carta Geográfica do Estado do RS – 1947*.

e sequer aspectos de acessibilidade e de importância geopolítica da região como demonstra o baixo desenvolvimento da região sul do estado – uma das fronteiras culturalmente mais ricas do país e com grande potencial econômico.

As decisões governamentais em relação aos transportes ferroviários, alheias às potencialidades e aos valores locais, trouxeram consequências danosas que estão expressas na ruptura do desenvolvimento comercial associado à ferrovia e no imaginário social das comunidades locais e regional.

Ao correlacionarmos *desenvolvimento econômico-social e equilíbrio modal*, podemos concluir que as decisões que determinam o pouco investimento na infra-estrutura ferroviária em detrimento de outros modais (Fig. 18) e a gradual extinção do transporte de passageiros, decorreram de uma baixa qualidade da gestão ou de interesses alheios ao interesse público ou resultado também das duas situações.



1
2
FIGURA 17 – Investimentos públicos e a desconstrução do espaço social. 1 – Investimentos públicos nos diferentes modais. 2 – Povoado abandonado. Fontes: GONÇALVES, J. M. F. Martins, G.. *Investimento e participação dos modais de Transportes*. Engenharia, nº 591(2009), p. 137 e Jornal Zero Hora, 12/12/1999, p. 1.

Tais decisões contribuíram com a desfiguração dos núcleos urbanos situados ao longo das ferrovias. Pelas dimensões físicas e simbólicas decorrentes da atividade ferroviária, as alterações funcionais impostas direta ou indiretamente no sistema ferroviário de transportes tiveram consequências determinantes na desqualificação dos espaços sociais de sua influência.

A percepção social sobre as repercussões das políticas de investimentos na economia e na cultura estava sintetizada na legenda da foto (Fig. 21-2) que metaforicamente expressa o elo perdido que permitia escapar do primitivo via a modernidade e a volta do homem a cavalo: “Ao silenciar seus

estridentes apitos, em 1996, os trens deixaram para trás povoados que se haviam formado ao longo das estradas de ferro.”²⁸⁷

As determinações governamentais e decisões administrativas e econômicas das gestões relacionados ao transporte ferroviário encontram, nos espaços regional e urbanos, suas representações materiais. Estas repercussões espaciais estão evidenciadas na evolução dos núcleos urbanos ao longo das vias férreas e, notadamente, em Santa Maria pelo grande aporte ferroviário que se instalou em seu sítio.

5.1.3 A ferrovia em Santa Maria

A posição geográfica central de Santa Maria no estado foi determinante na alocação da infra-estrutura ferroviária.

A origem e evolução da cidade estão relacionados aos tratados estabelecidos entre Espanha e Portugal que, no séc. XVIII, disputavam domínios territoriais no extremo meridional da América do Sul. Estes tratados demandaram a instalação em 1787 de acampamento de comissão demarcatória que deu origem à Santa Maria.²⁸⁸

Esta peculiaridade geográfica também propiciou a sedimentação das migrações alemã, italiana, polonesa e israelita²⁸⁹ que consolidaram o setor terciário – notadamente o comercial – como característica econômica da cidade.

Seu desenvolvimento foi incrementado a partir da chegada da via férrea em 1885 e, principalmente, a partir de 1898, com a instalação dos escritórios da administração da *Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil*, então concessionária dos serviços ferroviários. Esta decisão trouxe como consequência a construção de diversos espaços operacionais como a

²⁸⁷ Zero Hora. Porto Alegre, 12/12/1999, p.1.

²⁸⁸ A partir do 1º Tratado Preliminar de Restituições Recíprocas entre Espanha e Portugal firmado em 1777, foi determinado em 1783 a Demarcação de Limites entre os dois domínios na América do Sul que se iniciou em 1784 e que em 1787 propiciou o acampamento de uma Comissão Mista de demarcação onde hoje se assenta Santa Maria. Fonte: BELÉN, J.. *História do Município de Santa Maria, 1797 – 1933*. Santa Maria: Edições UFSM, 1989, p.43.

²⁸⁹ A partir de 1828 esteve acantonado em Santa Maria, o 28º Batalhão de Alemães a serviço do Brasil. Ao ser dissolvido, poucos retornaram e os que ficaram se integraram à comunidade mediante casamentos e atividades comerciais; a colonização italiana se iniciou a partir de 1877 e Israelita em 1903 com a Fundação da Colônia de Filipson que não durou mais de três anos. Fonte: BELÉN. Op. cit., pp. 92, 165.

estação (Fig. 20), a gare, parques de manobra, armazéns, oficinas e espaços habitacionais para os ferroviários como a Vila Belga.

A dinâmica ferroviária gerou repercussões estruturais na evolução urbana da cidade (Fig. 19) mediante o desenvolvimento dos setores comercial e hoteleiro da Av. Rio Branco (Fig. 21) – elo entre a Estação Férrea e o centro histórico e adjacências – além da criação de vilas e bairros contíguos às áreas de domínio da ferrovia como o Bairro Itararé (Fig. 23).

Para Beber, a história de Santa Maria se divide em dois períodos distintos: antes e depois de tornar-se o centro ferroviário do Estado e justifica:

Com o início da “Civilização Ferroviária” a cidade, bem como a economia de todo o município, cresce de forma surpreendente. Sua população, de apenas 3.000 habitantes em 1885, dez anos depois havia subido para 15.000. Neste mesmo curto período o número de prédios saltou de 400 para 1.500. De saída surgiram mais hotéis para acomodar turistas, viajantes e homens de negócios, casas comerciais, frigoríficos, entrepostos, casas de ensino, hospitais e organizações militares.²⁹⁰

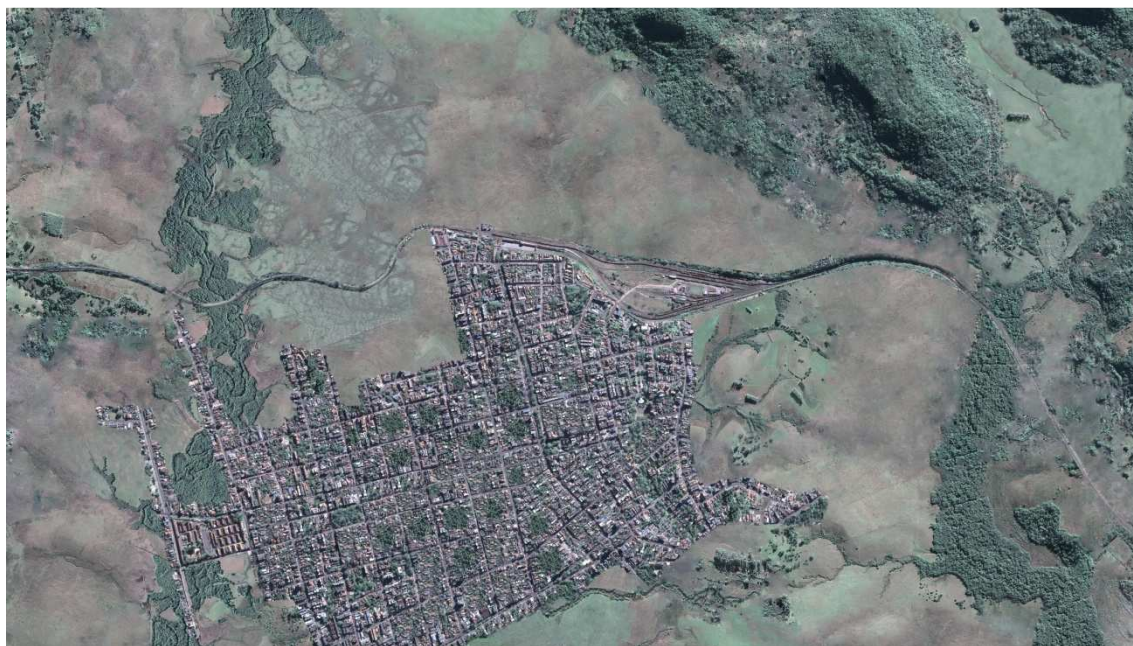


FIGURA 18 – Santa Maria. Urbanização em 1914 (simulação).

Já na década de 1910 foi construída a Vila Belga (Fig. 22) – um dos primeiros conjuntos habitacionais do Brasil – destinada aos empregados da

²⁹⁰ BEBER, Cirilo Costa. *Santa Maria 200 anos: história da economia do município*. Santa Maria: Pallotti, 1998, p. 73.

viação e hoje classificada como Patrimônio Arquitetônico e Cultural de Santa Maria e do Estado do Rio Grande do Sul.



FIGURA 19 – Santa Maria. A Estação Ferroviária circa 1899. Fonte: Arquivo Municipal de Santa Maria.



FIGURA 20 – Santa Maria. Av. Progresso atual Av. Rio Branco em 1914. Fonte: Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria, comemorado erroneamente em 1914.

Assim, Santa Maria passou a ser um centro ferroviário em acordo com as políticas territoriais e com as estratégias militares que consideravam a cidade ideal para o encontro das vias do sul, pois estaria protegida pela distância das fronteiras além de ser considerado um local adequado para o apoio logístico.

Também ocorreu o crescimento do número de empresas comerciais que se espalharam por toda a zona urbana transformando Santa Maria num

importante ponto de passagem entre as praças comerciais da fronteira, da serra e de Porto Alegre. Esta situação estimulou a construção de diversos hotéis entre o centro histórico e a estação férrea para atender à demanda principalmente de vendedores e representantes comerciais que atendiam a região.

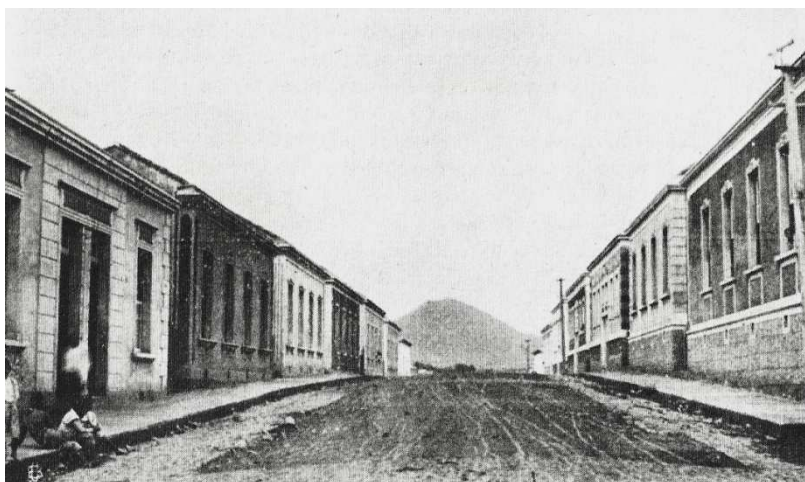


FIGURA 21 – Santa Maria: a Vila Belga na década de 1910. Fonte: Revista Commemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria, comemorado erroneamente em 1914.

Para o espaço social de Santa Maria, a ferrovia com seus prédios, materiais, estruturas e sons característicos, a Vila Belga e a CCEVFRGS, com seus lugares e valores culturais, constituíram-se não só em marcos referenciais de uma época como também em símbolos de dinamismo, de capacidade de organização e produção.

A partir da metade da década de 1950, o transporte ferroviário no Brasil passa a sofrer forte declínio em suas atividades decorrente das más administrações e de políticas de transportes que priorizavam o modo rodoviário de transportes.

Este processo trouxe implicações não só aos vínculos externos – comerciais, industriais, administrativos e culturais – que Santa Maria mantinha e que se enfraqueceram ou se perderam, mas também aos vínculos internos, o que ainda repercute na comunidade. Isso fica evidente, quando se constata diferenças entre a riqueza do imaginário daqueles que vivenciaram a dinâmica ferroviária e aqueles que apenas têm notícias esparsas daquele tempo. Os primeiros ainda hoje reconstroem mediante a descrição de imagens, ruídos, odores, casos interpessoais, ambientes institucionais e paisagens urbanas, um

imaginário estruturado em fortes correlações entre função, espaço e interação social. Por outro lado, aqueles grupos que não tiveram a experiência factual ou circunstancial não demonstram, nas suas manifestações, uma estrutura clara do espaço social no qual interagem. Nestes grupos, a idéia do coletivo, do comunitário, embora habitem o mesmo espaço numa mesma circunstância histórica, não se manifesta de forma expressiva, cedendo à uma postura mais individualista em relação a sua participação na sociedade.²⁹¹

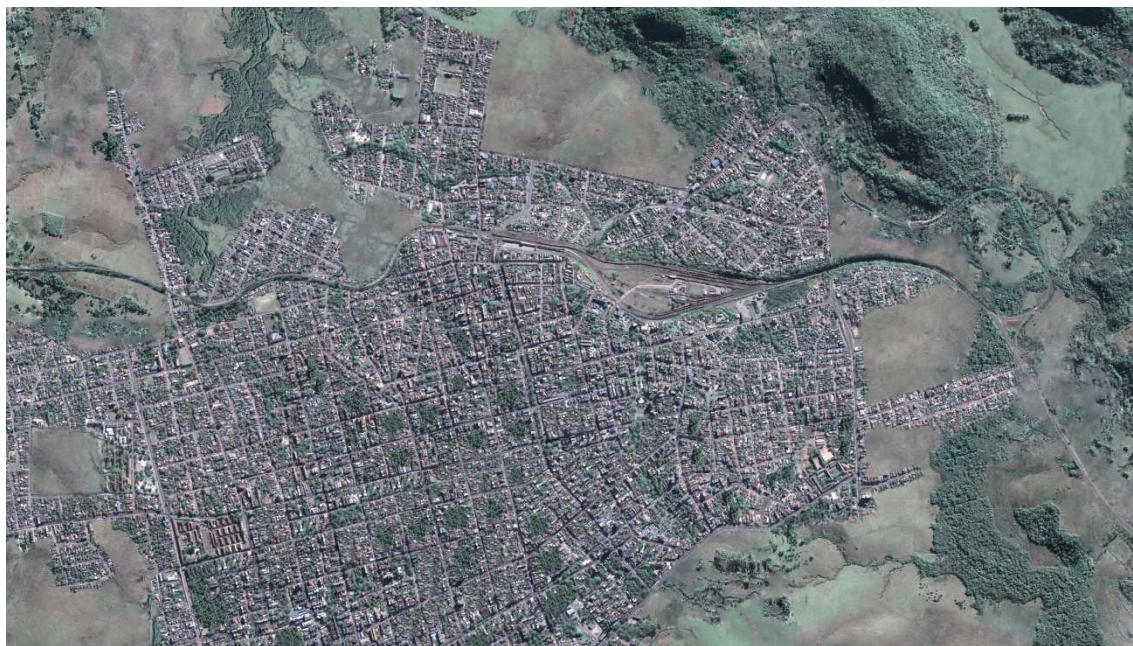


FIGURA 22 – Santa Maria. Urbanização em 1946 (simulação).

A estruturação cultural que permitiu a riqueza do imaginário coletivo da comunidade teve sua origem principalmente na implantação da ferrovia com toda a carga simbólica que lhe é peculiar. Apesar das condições de trabalho e dos salários não serem ideais, haja vista os constantes movimentos paretistas que já ocorriam desde o início do século 20, constata-se que as particularidades das atividades ferroviárias estimulavam o associativismo. Assim, inúmeras associações e clubes foram criados pelos ferroviários não encontrando paralelo em outras categorias profissionais.

Os relatos e experiências indicam que o *moto* desses círculos virtuosos era fruto dos imaginários individuais que, por afinidade, caracterizavam-se em um conjunto: um imaginário social que compreendia o coletivo como estratégia de desenvolvimento de um grupo de trabalhadores

²⁹¹ MELLO. Op. cit., p. 149.

historicamente segregados. O potencial do imaginário no ambiente do transporte ferroviário residia em alguns aspectos como a idéia de modernidade, espírito de desbravamento e a idéia do associativismo como forma de auto-sustentabilidade (Fig. 23).

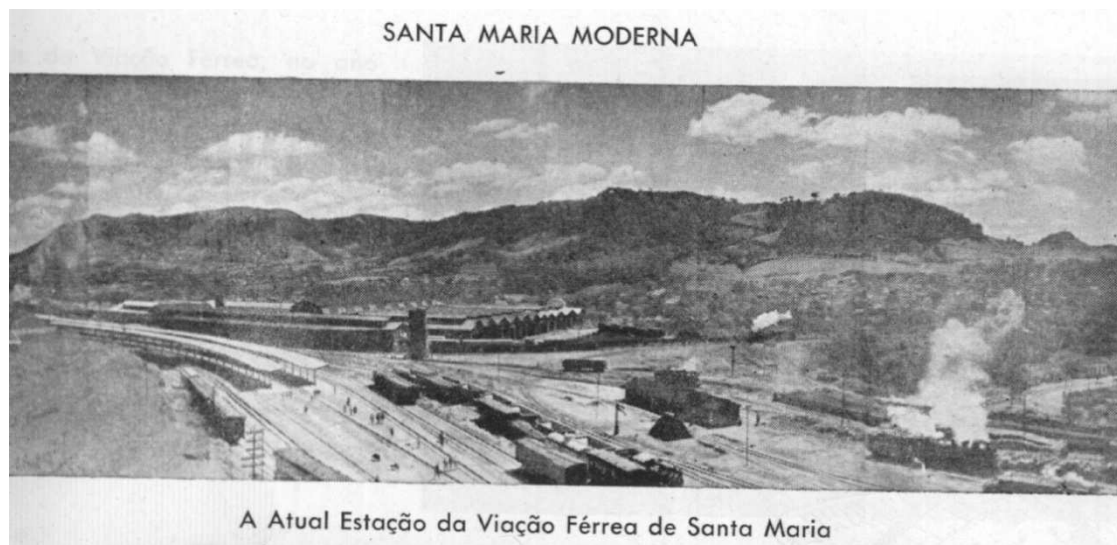


FIGURA 23 – Estação Férrea de Santa Maria como representação da modernidade. Fonte: ABREU, José Pacheco de. (org.). Álbum Ilustrado Comemorativo do 1º Centenário de Emancipação Política do Município de Santa Maria - Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Metrópole, 1958, p. 117.

A configuração espacial decorrente do complexo ferroviário, como as vias férreas, as edificações com suas funções específicas de apoio e complementariedade, as relações sociais como o associativismo e o cooperativismo tão característicos, constituem-se em elementos sócio-espaciais que se identificavam com um “padrão” ou um caráter peculiar à estrutura social principalmente de Santa Maria. Tal estrutura de equilíbrio complexo era o resultado de esforços coletivos e da capacidade de organização e vislumbre de ideais de desenvolvimento que as circunstâncias econômicas, políticas e institucionais desequilibraram. Estas circunstâncias induziram à produção de *espaços abstratos* conforme Lefebvre que exemplifica da seguinte forma:

Quand la place dans la ville, lieu de rencontre à l'écart de la circulation (exemple: Place des Vosges) se change en carrefour (exemple: la Concorde) et qu'en tant que lieu de rencontre elle est abandonnée (exemple: le Palais-Royal), la vie urbaine se dégrade insensiblement et

profondément, au bénéfice de l'espace abstrait, celui que parcourent les atomes de circulation (les autos).²⁹²

As transformações espaciais acarretaram fortes repercussões materiais e imaginárias naquelas aglomerações por onde passavam os trens. Entre estas repercussões destacamos repercussões de ordem econômica e de ordem existencial, esta última associada à transfiguração do *genius loci*.

A questão econômica esta associada à importância do transporte ferroviário na dinâmica comercial e industrial nas escalas regional e nacional, a questão existencial pela perda, por parte das comunidades, das referências histórico-culturais e porque as decisões que resultaram no desmonte do sistema de transportes ferroviário ainda permanecem injustificáveis. O levantamento e análise do patrimônio ferroviário, elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado,²⁹³ demonstra claramente a situação material das estações férreas no RS após a desmobilização do sistema de transporte ferroviário (Fig. 24).

Estas circunstâncias determinaram que o espaço social abrangido pela rede ferroviária fosse progressivamente transformado num espaço instrumental e fragmentado, fato perceptível não só na desagregação ou extinção funcional do sistema ferroviário, como também no imaginário social.



FIGURA 24 – Estação Férrea de Santa Maria e sua Gare em 2010: o relógio “roubado” como metáfora do tempo perdido. Fonte: fotos do autor, 2010.

²⁹² LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000, p. 358. *Quando a praça na cidade – lugar de encontro ao abrigo da circulação (exemplo: Place des Vosges) se transforma em cruzamento (exemplo: La Concorde) e enquanto lugar de encontro ela é abandonada (exemplo: o Palais-Royal), a via urbana se degrada imperceptível e profundamente, em benefício do espaço abstrato, aquele que percorrem os átomos de circulação (os automóveis)*. (Tradução nossa).

²⁹³ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Inventário das Estações: 1874-1959*. Pesquisadoras Alice Cardoso e Frinéia Zamin. Porto Alegre: Pallotti, 2002, p.14.

No caso de Santa Maria, o desenvolvimento do transporte ferroviário propiciou um ambiente favorável ao surgimento e crescimento de organizações sociais que acabaram por extrapolar os limites da instituição oficial para suplantá-la em organização, dimensão, alcance e repercussão como a CCEVFRGS e, em outra medida, diversas atividades econômicas.

Porém, a atividade ferroviária como pedra angular destas organizações, ao não ser mantida com sua potencialidade, propiciou o ambiente para o ocaso da “civilização ferroviária”, como descreviam os cronistas locais. Portanto, desestruturado o sistema de transporte ferroviário, fragilizaram-se as estruturas socioeconômicas a ele associadas e com elas as estruturas de sustentação do imaginário associado àquela “civilização”. Estruturas que restam referidas apenas à memória das percepções individuais e coletivas, já que, mesmo os espaços e funções remanescentes denotam apenas imagens incompletas e tênues da cultura do que foi o lugar.

Mesmo abstraindo-se a importância social da ferrovia, observa-se que o fator locacional de Santa Maria – centro geográfico do estado e rota de passagem para países vizinhos – não foi suficientemente determinante no âmbito das decisões sobre o sistema de transportes no que tange a investimentos em infra-estrutura e organização administrativa do complexo ferroviário.

Resultado das tensões geradas a partir das relações indissociáveis entre espaço e função, a idéia de “mancha ferroviária” de Santa Maria, como um dos “fatos urbanos” (Rossi) estruturadores da urbanização (Fig. 25), ia muito além da mera designação da ocupação espacial pelos trilhos, prédios e equipamentos para assumir um caráter de unidade imaginária onde a cultura do lugar ou o *genius loci* se destacava.

Sob as estruturas em aço da cobertura da gare, que têm explícitas indelévelmente em relevo a sua origem – a Bélgica, afluíam e cruzavam pessoas de diversos lugares e interações sociais e trocas culturais aconteciam

Desativadas as funções, o espaço social expresso pela “mancha ferroviária”, seus símbolos e seus significados, fragmentou-se. Então, a Estação da Gare “descolou-se” funcionalmente das linhas férreas e da av. Rio Branco com todas as atividades que abrigava, assim como do imaginário social em que a Estação era, e ainda é, símbolo do portal, do acesso à dimensão da

modernidade europeia representada pela tecnologia e estruturas em ferro que representavam, no imaginário local, o ideal civilizatório que a literatura, o cinema e a imprensa ajudavam a enaltecer.



FIGURA 25 – Mancha Ferroviária de Santa Maria na década de 1960.

A Vila Belga, contígua ao largo da estação, abriga ainda alguns prédios da CCEVFRGS, ainda preserva a unidade no plano da arquitetura, na idéia de conjunto habitacional do ponto de vista formal, porém, apenas no plano do imaginário é possível identificar a *unidade* da idéia de lugar de quando era habitada por empregados da Viação Férrea do RS e, depois, da RFFSA (Fig. 26).



FIGURA 26 – Vila Belga em 2008.

5.2 A CCEVFRGS

5.2.1 Um pensamento no *buffet* da estação férrea

As origens institucionais da CCEVFRGS remontam ao dia 26 de outubro de 1913 com a instalação do *Syndicato Cooperativista dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul*.

Aos vinte e seis dias do mez de outubro de 1913, às 9 horas da manhã, no salão do *buffet* da estação d'esta cidade, procedidas da convocação pela imprensa local, reuniram-se as pessoas cujos nomes constam do livro de presença, para tratarem da fundação do *Syndicato Cooperativista dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul*.²⁹⁴

Porém, os pensamentos que resultaram na fundação já eram elaborados tempos atrás conforme afirmou Carlos Domingos Grivicich, um dos idealizadores da CCEVFRGS e considerado “*a alma, o cérebro e o coração*” *dêsse cometimento e arrojo e visão do futuro*”.²⁹⁵ Ele afirmava então que “*A idéia de fundar uma Cooperativa é muito velha, a questão é que não havia aparecido ainda quem tomasse a coisa a peito e a levasse para diante. Isso foi o que fizemos agora*” (Fig. 27).²⁹⁶

Esta decisão decorreu das circunstâncias precedentes desfavoráveis à classe dos trabalhadores da Viação Férrea. Em 1906, os ferroviários fizeram uma greve exigindo da CACFB um aumento de 30% nos salários no que não foram atendidos pelo então diretor Gustave Vauthier.²⁹⁷ Uma forma acordada para minimizar as dificuldades dos trabalhadores foi a criação de uma organização que fornecesse mercadorias em geral por preços cerca de 40%

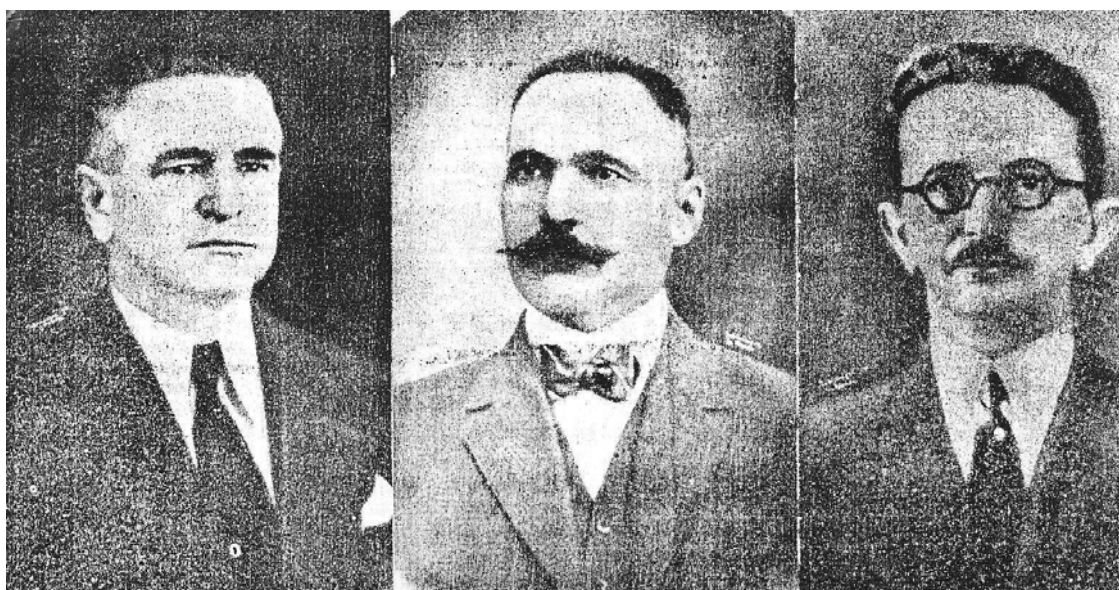
²⁹⁴ Primeiro parágrafo da “Acta da seção de instalação do *Syndicato Cooperativista dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul*”, in CCEVFRGS. *Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada, 1913-1963 – 50 anos*. Santa Maria: Diretoria, 1963, p. 21.

²⁹⁵ CCEVFRGS. *Resumo dos Empreendimentos, Visão Retrospectiva – 1955*. Santa Maria: Diretoria, 1955, p.6.

²⁹⁶ O COOPERATIVISMO em Santa Maria. O Sindicato dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. *Diário do Interior*. Santa Maria, p.01, 11/11/1913.

²⁹⁷ Engenheiro belga, Gustave Vauthier em 1897 convidou seu cunhado Manoel Ribas, então com 24 anos e residindo no Paraná, para administrar a distribuição de mercadorias. A partir de 1913, Ribas teve participação ativa e determinante para o desenvolvimento da CCEVFRGS. As suas capacidades administrativa e política o levaram a se tornar intendente (1928-1932) e primeiro prefeito de Santa Maria nomeado após a Revolução de 30 e interventor no Paraná indicado pelo presidente Getúlio Vargas (1932 a 1934), governador (1935 a 1937), e outra vez interventor (1937 a 1945).

mais baratos do que aqueles então praticados.²⁹⁸ Esta organização foi denominada *Economat* e ocupava edifício posteriormente incorporado pela CCEVFRGS e atualmente existente ao lado da sede administrativa.



1 2 3
 FIGURA 27 – Primeira Diretoria da CCEVFRGS. 1 – Edgard Paternot. 2 – Luiz W. Barbosa. 3 – Carlos Domingos Grivicich. Fonte: CCEVFRGS. Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada, 1913-1963 – 50 anos. Santa Maria: Diretoria, 1963, p. 21.

Os ferroviários, não só aqueles que trabalhavam na sede central como ao longo das linhas férreas, eram atendidos através de carros de distribuição de gêneros de primeira necessidade que percorriam toda a rede.²⁹⁹ Este procedimento causou descontentamento às instituições e organizações comerciais que entendiam neste empreendimento uma concorrência desproporcional face o monopólio do transporte ferroviário então usado como meio de distribuição das mercadorias.³⁰⁰

Como vimos, entre 1912 e 1919 a Viação Férrea passou a ser administrada pela empresa americana *Brazil Railway* que possuía então a maior parte das ações da CACFB.³⁰¹ Como a nova administração decidiu não preservar o sistema de vendas, o *Economat* foi vendido à iniciativa privada cujo objetivo, evidentemente, era auferir lucro. A partir de então, os preços aumentaram causando reclamações dos ferroviários.

²⁹⁸ CCEVFRGS.Op. cit., *Meio século...* p. 67.

²⁹⁹ Ibidem, p. 67.

³⁰⁰ KLIEMANN. Op. cit., p. 173.

³⁰¹ Ibidem, p.174.

Estas circunstâncias precipitaram que Carlos Domingos Grivicich, Luiz W. Barboza, Manoel Mena Barreto³⁰² e Manoel Ribas, que gerenciava a distribuição de mercadorias às turmas em serviço ao longo das linhas, mantivessem contato com diversos chefes e funcionários da Viação Férrea demonstrando a necessidade de organizar uma sociedade para o fornecimento de utilidades pessoais aos ferroviários.³⁰³

A ata relativa ao exercício de 1914 foi aprovada em reunião realizada no dia 9 de abril de 1915 no escritório do Serviço Central do Tráfego da VFRGS o que indica que a cooperativa ainda não possuía instalações próprias. Este relatório também dá conta de que a cooperativa iniciou os seus negócios sem capital tendo assumido empréstimo em mercadorias existentes nos armazéns de Santa Maria, Rio Grande e São Leopoldo, compromisso este assumido com a CACFB e outros proprietários privados, sendo esta dívida quitada em 24 meses. Durante este período se associaram 4.184 e saíram 1.517 sócios, saídas estas justificadas pela diminuição de pessoal da viação restando então 2.667 associados.

No dia 27 de abril de 1916, foi aprovada a *“Acta de dissolução e incorporação do Sindicato Cooperativista dos Empregados da V.F.R.G.S. à Cooperativa de Consumo dos Empregados da V.F.R.G.S.”* que tratava da instalação definitiva da cooperativa e expressava os seguintes objetivos: *manter armazéns para fornecimento aos associados por preços razoáveis de todos os gêneros de uso e consumo pessoal e doméstico; aplicar o seu patrimônio, lucros e rendimentos, em benefício exclusivo, geral e proporcionado, direta e indiretamente, dos seus associados, podendo: instituir pecúlios pagáveis em dinheiro, nos casos de invalidez ou falecimento dos associados; fundar, manter e auxiliar instituições escolares de artes e ofícios; estabelecer hospitais, farmácias e caixas de empréstimos.*³⁰⁴

Os projetos, que então começavam a ser implantados objetivando a melhoria das condições de subsistência dos ferroviários, avançavam com uma relativa independência, pois se tratava de uma cooperativa do tipo “fechada”, o

³⁰² CCEVFRGS. Op. cit., *Resumo dos...* p. 6.

³⁰³ CCEVFRGS. Op. cit., *Meio século...* 67.

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 32.

QUADRO 3 – A CCEVFRGS e os contextos políticos, administrativos e ideológicos (1874-1911).

CONTEXTOS POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS E IDEOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO DA CCEVFRGS			
INTERNACIONAL / NACIONAL	ESTADUAL/ MUNICIPAL	FERROVIA NO RS	CCEVFRGS
1874		— Primeira ferrovia: Porto Alegre-São Leopoldo	
1882	— Fundação do Partido Republicano rio-grandense (PRR) de ideologia positivista		
1883	— 1º Congresso Republicano do RS		
1884	— 2º Congresso Republicano do RS — Fundação do jornal “A Federação”, órgão oficial do PRR — Fim da escravidão no RS		
1885		— Chega à Santa Maria a Estrada Porto Alegre-Uruaiana	
1888 — Fim da escravidão (Lei Áurea)			
1889 — Proclamação da República	— Queda dos liberais do poder		
1898		— Unificação das estradas de ferro e concessão à CACFB — Centralização da administração da ferrovia em Santa Maria	
1906	— Greve operária — Criação da Federação Operaria do RS (FORGS)	— Vila Belga — Greve ferroviários — Criação do Economat	
1910		— Linha S. M. - Marcelino Ramos (ligação para São Paulo)	
1911	— Cooperativas de pequenos produtores de origem italiana com apoio do governo estadual (1911-1912)	— Início da administração da Brazil Railway	

QUADRO 4 – A CCEVFRGS e os contextos políticos, administrativos e ideológicos (1913-1921).

CONTEXTOS POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS E IDEOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO DA CCEVFRGS			
INTERNACIONAL / NACIONAL	ESTADUAL/ MUNICIPAL	FERROVIA NO RS	CCEVFRGS
1913	<ul style="list-style-type: none"> — Oposição às cooperativas por parte dos grandes produtores de vinho da colônia — Desestruturação do movimento cooperativista da colônia italiana.³⁰⁵ 	<ul style="list-style-type: none"> — Primeiro plano de Viação Estadual (não concretizado) 	<ul style="list-style-type: none"> — Fundação do Sindicato Cooperativista em Santa Maria
1914 — Início da 1ª Guerra Mundial		<ul style="list-style-type: none"> — Greve dos ferroviários em Alegrete por falta de pagamento 	<ul style="list-style-type: none"> — 2.667 associados — Instalação de Armazéns em Santa Maria, Rio Grande e São Leopoldo
1916			<ul style="list-style-type: none"> — Estatutos da CCEVFRGS — Caixa de Socorro e Farmácia encampadas à CACFB — Decisão da implantação de escola profissional. — Transferência do armazém de São Leopoldo para Porto Alegre — Armazém provisório de Erebangó.
1917 — Revolução Russa — Declaração de guerra do Brasil à Alemanha — Greve Geral	<ul style="list-style-type: none"> — Greve Geral no RS — Greve Geral em Santa Maria de tendência anarquista. 	<ul style="list-style-type: none"> — Greve dos ferroviários — Depredações em Santa Maria — Transferência administração para Porto Alegre 	<ul style="list-style-type: none"> — Transferência provisória do escritório comercial para Porto Alegre. — Suspensão do fornecimento nos armazéns aos grevistas e diminuição de preços. Compra de terrenos para a construção de armazém em Porto Alegre e da escola profissional em Santa Maria
1918 — Fim da 1ª Guerra Mundial		<ul style="list-style-type: none"> — Novas greves 	<ul style="list-style-type: none"> — Pedra fundamental da Escola de Artes e Ofícios
1919		<ul style="list-style-type: none"> — Novas greves — CACFB retoma a administração 	<ul style="list-style-type: none"> — Início das obras da Escola de Artes e Ofícios — Instalação de farmácia em Rio Grande — Instalação provisória de armazém em Passo Fundo
1920		<ul style="list-style-type: none"> — Encampação das ferrovias pela União — Arrendamento ao governo do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> — 2.990 associados — Autonomia do armazém em Passo Fundo — Compra dos edifícios dos armazéns de Santa Maria e de Rio Grande que pertenciam à CACFB. — Construção de açougue, matadouro e salsicharia em Santa Maria — Início das obras do armazém de Porto Alegre — Projeto de padaria em Santa Maria. Providências para a instalação de açougues e de padarias nas filiais.
1921			<ul style="list-style-type: none"> — Estabelecimento de relações comerciais na Europa pelo diretor comercial, Manoel Ribas

³⁰⁵ PESAVENTO. Op. cit., *História do...* p. 74.

que fez com que fatos externos, ao afetarem a VFRGS, a afetassem de maneira significativa. O quadro das conjunturas externas, principalmente as internacionais, passava por grandes transformações e por graves conflitos que repercutiram de forma dramática nas relações trabalhistas (QUADRO 5).

5.2.2 Sonhos e pesadelos: ideologias da ordem e da desordem

Neste cenário e em meio aos esforços iniciais da CCEVFRGS, o Brasil declara, em 1917, guerra à Alemanha no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o que vai agravar as condições de trabalho e de vida principalmente dos assalariados. Decorrência desta guerra, o Brasil tornou-se grande exportador de gêneros alimentícios quando então as exportações do estado do Rio Grande do Sul foram ativadas contribuindo para consolidar a imagem de que o “celeiro do país” saíra da crise que se encontrava.³⁰⁶

O crescente desemprego e escassez de gêneros alimentícios e o consequente aumento de preços em razão das exportações para os países aliados, fizeram com que o ano de 1917 fosse marcado por movimentos grevistas que tiveram início em São Paulo e Rio de Janeiro atingindo também o Rio Grande do Sul.³⁰⁷

Os líderes destes movimentos defendiam a ideologia anarquista e influenciaram fortemente os sindicatos, as ligas e uniões operárias, as federações estaduais, e a Confederação Operária Brasileira, fundada em 1906. O movimento anarquista surge no fim do século XIX no bojo do socialismo por sua vontade de transformação social encarnando uma opção libertária podendo se distinguir nela três correntes principais: o *anarquismo individualista*, o *socialismo* ou *comunismo libertário* e o *anarco-sindicalismo*.³⁰⁸

O *anarco-sindicalismo* é a corrente que se enquadra no contexto em análise tendo em vista que os sindicatos, sob o argumento de que uma nova sociedade sem exploração seria possível, passaram a ser a base para esta empreitada. A partir deste ideário, a ação direta sob a forma de boicote e sabotagem, na perspectiva da greve geral, deveria permitir a emancipação do

³⁰⁶ Ibidem, p. 80.

³⁰⁷ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja nossa pátria: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, p. 321.

³⁰⁸ RIOT-SARCEY; BOUCHET; PICON. Op. cit., p. 6.

proletariado.³⁰⁹ Esta era a corrente daqueles que além de liderarem os operários, controlavam a *Federação Operária do Rio Grande do Sul* e propugnavam como legítimo o movimento grevista como meio para solucionar desajustes existentes nas relações entre o capital e o trabalho e que as negociações deveriam ser diretas entre patrão e operário, sem a interferência do Estado.³¹⁰

No dia 31 de julho a greve se alastra pelas estações de Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Bagé, Gravataí, Passo Fundo, Couto, Cacequi e Rio Pardo. Em reação a concessionária da ferrovia despede funcionários e requer a intervenção das tropas da 7ª Região militar. Em 2 de agosto a estação de Santa Maria é ocupada pelos militares e em represália os operários arrancam trilhos, derrubam pontes e bloqueiam a via férrea com os dormentes e postes telegráficos em vários pontos do estado. Também em Passo Fundo ocorrem violentos choques entre ferroviários e as forças militares

Esta greve teve grande repercussão como registraram jornais de Santa Maria e do Estado. Na terça-feira, 31 de julho, a imprensa noticiava as reivindicações dos ferroviários por melhores salários e condições de trabalho como a semana inglesa, ou seja, reduzir as horas trabalhadas aos sábados de oito para quatro horas.³¹¹ Tais reivindicações não foram atendidas e os operários da Viação Férrea entraram em greve cessando o movimento dos trens tanto de passageiros, quanto de carga.

Em Porto Alegre, quando houve suspeitas sobre a legitimidade de acordo firmado entre uma comissão de grevistas e as autoridades, a greve geral perdeu a liderança por divergências internas e finalizou em 5 de agosto.³¹² Nesta greve, o governador Borges de Medeiros atuou como conciliador ao impedir o agravamento dos conflitos e interceder junto aos industriais para que aumentassem os salários dos operários.³¹³ Ao mesmo tempo, em Santa Maria, a greve dos ferroviários perdia adesões e cessava em 9 de agosto sem que fossem atendidas as suas reivindicações.³¹⁴

³⁰⁹ Ibidem, p. 9.

³¹⁰ PESAVENTO. Op. cit., *História do...*, p. 81.

³¹¹ AGITAÇÃO Operária. A sessão da Federação Operária. Correio do Povo. Porto Alegre, nº 179, p.06, 31/7/1917.

³¹² PETERSEN. Op. cit., pp. 335-336.

³¹³ PESAVENTO. Op. cit., *História do...*, p. 81.

³¹⁴ PETERSEN. Op. cit. pp. 335, 336.

Em Santa Maria, o Jornal *Gaspar Martins*, que carrega o subtítulo “*Órgão Parlamentarista*”, destacou a adesão dos operários da Viação Férrea à greve dos trabalhadores motivada pela elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade e, especificamente em relação à Viação Férrea, motivada pelo o que o editorial chama de “injustiça” para com os ferroviários pelos baixos salários então pagos, prática esta que teria sido a causa de outras duas greves anteriores.³¹⁵ O jornal mediante artigos em edições subseqüentes, critica as atitudes violentas dos paredistas como arrancar trilhos, afrouxar dormentes da linha férrea e comprometer pontes e viadutos. Em 11 de agosto *Correio do Povo* noticia o fim da greve.³¹⁶

Em 18 de agosto os jornais anunciavam as articulações dos operários para uma nova greve tendo em vista a permanência do aumento de preços cuja justificativa, entre outras, era o recrudescimento da guerra na Europa. Nesta greve que se estendeu até novembro, o governo estadual apoiou o movimento considerando-o legítimo e, por consequência, afirmando posição de que a concessionária dos serviços de transportes ferroviários – a *Compagnie Auxilaire des Chemins de Fer* – era deficitária e que, portanto, deveria ser encampada³¹⁷ como veio a acontecer mais tarde em 1920.

No dia 16 de outubro de 1917, às 23 horas, irrompeu em Santa Maria nova greve quando os ferroviários invadiram e depredaram as oficinas e a estação, ações que se propagaram pelo estado redundando na completa paralisação das ferrovias.³¹⁸

Neste contexto, a Diretoria da CCEVFRGS foi criticada por um grande número de sócios em razão dos procedimentos adotados em relação aos grevistas. Estes eventos motivaram o registro em relatório sob o título “GREVES EM 1917”³¹⁹ onde a Diretoria justifica a resolução de suspender o fornecimento nos armazéns ao pessoal em greve ao afirmar que a cooperativa não deveria “*tornar-se centro de resistência contra a Compagnie Auxilaire, não*

³¹⁵ A GRÉVE. *Gaspar Martins - Órgão Parlamentarista*. Santa Maria, n°31, p.01, 03/08/1917.

³¹⁶ AGITAÇÃO Operária. A greve na Viação Férrea. *Correio do Povo*. Porto Alegre, n° 179, s. p., 31/07/1917.

³¹⁷ PESAVENTO. Op. cit.. *História do...*, p. 81.

³¹⁸ KLIEMANN. Op. cit.. p. 188.

³¹⁹ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1917*. Diretoria, Santa Maria: Diretoria, 1918, p.8.

só porque os sócios fazem parte daquela Companhia, como também em atenção aos relevantes serviços que ella nos tem prestado".³²⁰

Como os estatutos da CCEVFRGS previam admitir como sócios apenas trabalhadores efetivos da viação férrea ou aqueles que recebiam salários por suas folhas de pagamento,³²¹ aqueles sócios que foram demitidos da ferrovia em função da greve, foram desligados da instituição. Como se observa nas manifestações da diretoria, a instituição não deveria assumir posição de apoio ao movimento grevista o que, por consequência, caracterizaria posição crítica em relação à CACFB da qual dependia desde os primeiros aportes financeiros quando da sua fundação. Ilustra bem esta dependência a decisão de transferir o escritório comercial da cooperativa para Porto Alegre quando a empresa arrendatária transferiu sua administração para lá em setembro de 1917 ³²² e o reconhecimento expresso em relatório da "valiosa coadjuvação" da direção da CACFB apesar das fortes manifestações contrárias à esta Diretoria encetadas pelos próprios ferroviários.

Esta estreita relação de dependência fez com que as crises sociais e econômicas associadas à ferrovia não transparecessem nos relatórios cujas críticas eram voltadas ao "modelo capitalista" e ao "modelo comunista" e, mais especificamente à corrente anarquista, ao que era contraposto o associativismo sob a forma de cooperativismo como solução dos problemas da classe operária.

O desequilíbrio financeiro ocasionado em nosso paiz como consequência da desorganização econômica quase universal, a difusão de idéas anarchicas no seio do proletariado com o intuito de o rebelar contra a ordem e o regimem social contemporâneo, têm trazido as mais desoladoras consequências para aquelles que ainda não se convenceram que o cooperativismo é o meio de facilitar a todos os associados a satisfação de suas necessidades, numa conjunção de esforços, numa convergencia de energias, que se transformam numa grande força geradora das maiores utilidades e dos maiores benefícios.³²³

³²⁰ CCEVFRGS. Op. cit.. (1918), p. 4.

³²¹ Existiam atividades complementares às da ferrovia que eram exercidas por pessoas que não eram ferroviários.

³²² CCEVFRGS. Op. cit.. (1918), p.8.

³²³ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1921*. Santa Maria: Diretoria, 1922, p.3.

Desta forma, o discurso institucional tangencia as questões relativas aos embates entre os empregados e a concessionária cingindo-se, no âmbito local, à censura velada aos críticos da cooperativa.

Pretender todavia, uma conversão rápida, uma mutação brusca de costumes, a transformação imediata de todas as instituições sociais que assentam no individualismo pelas doutrinas comunistas, aparentemente sedutoras e illusórias como todas as utopias, é manifesta incensatez e importa em implantar a anarchia, com todo seu cortejo de males, em agravar ainda mais o mal estar que julgam todos soffrer.³²⁴

O viés político do discurso cooperativista ferroviário expõe o dilema político-ideológico ao qual se deparavam não só a diretoria como também os demais associados na medida em que as justificativas e motivações principais para a criação e manutenção da associação eram, grosso modo, quanto às demandas, as mesmas do movimento grevista, ou seja, a melhoria das condições de vida e de trabalho dos operários e de seus familiares. Apesar da concordância nesta questão, o que o pensamento dos cooperativados buscava distinguir, era as diferenças ideológicas e de método entre o cooperativismo e o comunismo, principalmente na sua vertente anarco-sindicalista que se destacava naqueles momentos.

As ações e discursos dos protagonistas sociais evidenciavam posições ideológicas antagonistas de maneira bem clara: por um lado a “ordem” como estratégia necessária ao “progresso” e por outro lado a “desordem” como estratégia associada à melhoria dos trabalhadores.

No primeiro caso, o pensamento ia ao encontro da doutrina positivista desenvolvida por Auguste Comte. Esta doutrina surgiu no contexto europeu como defensora da sociedade burguesa em ascensão e do desenvolvimento capitalista e que, para tanto, seria necessário a aceleração do desenvolvimento industrial onde a ordem era a base do *progresso* e o progresso a continuidade da *ordem*.³²⁵ Esta doutrina também norteava o governo republicano rio-grandense.

No segundo caso, o pensamento se alinhava *grosso modo* ao comunismo na sua variante anarquista, mais especificamente ao *anarco-*

³²⁴ Ibidem, p.4.

³²⁵ PESAVENTO. Op. cit., 2002, p. 74.

sindicalismo como já referido. Observa-se que neste caso o antagonismo ocorria no âmbito das ideologias que para Mannheim seriam as “*idéias situacionalmente transcendentales que jamais conseguem de fato a realização de seus conteúdos pretendidos*” e não no âmbito das utopias “*que conseguem transformar a realidade histórica existente em outra realidade, mais de acordo com suas próprias concepções.*”³²⁶ Assim a CCEVFRGS aumentava sua complexidade na medida em que se criava uma nova faceta, a de uma plataforma onde ocorria debate político.

À Diretoria da CCEVFRGS não restava senão o elogio em todos os relatórios à administração da Viação Férrea que naquele momento era exercida pela *Brazil Railway Company* detentora majoritária das ações da CACFB como vimos no Capítulo IV, pois o fluxo financeiro que sustentava a cooperativa advinha da garantia dos descontos em folha de pagamento dos empregados da ferrovia que assim pagavam pelos produtos adquiridos além do próprio transporte e distribuição das mercadorias que eram efetivados com vantagens com a utilização do próprio sistema de transportes ferroviário além da exploração dos carros restaurantes.

Assim, a equação deste tipo de associação é demonstrada a partir de uma lógica social que não leva em conta uma variável, que no caso da CCEVFRGS era fundamental para a sua sobrevivência: a relação umbilical com a categoria patronal, pois, como vimos no Capítulo II, ela é do tipo “fechada”, ou seja, admite como associados somente as pessoas ligadas a uma mesma profissão.

Muito embora sua estrutura de apoio à subsistência, mediante a oferta de gêneros alimentícios e vestuários com preços iguais ou mais baixos que os praticados no comércio, assistência médica e odontológica, caixa de pecúlios entre outros, os operários da ferrovia, face suas dificuldades de sobrevivência que seus salários não cobriam, não viam alternativa do que reivindicar diretamente à diretoria da CACFB.

A situação precária da classe operária em geral e, no caso específico, dos ferroviários, tinha como pano de fundo, além da Primeira

³²⁶ MANNHEIM. Op. cit., pp. 218-219.

Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917)³²⁷ que exerceu influências ideológicas nos sindicatos e entidades operárias. Daí os termos empregados nas críticas dos relatórios da cooperativa às manifestações tumultuadas da época como: “*ideas anarchicas*”, “*doutrinas comunistas*”, “*doutrinas bolchevistas*”.³²⁸

Após diversas tratativas, em quatro de novembro foi publicado acordo entre os grevistas e a CACFB que previu além do aumento de salários, assistência médica integral e redução das horas de trabalho entre outros itens, a definição de Santa Maria como a sede dos escritórios auxiliares e as oficinas e a reorganização da caixa de socorros e da Cooperativa.³²⁹

Em Santa Maria a imprensa dava o seguinte tratamento à decisão:

Graças ao grande Deus está terminada a greve e com todas as vantagens para o operariado, que tem festejado delirantemente esse auspicioso acontecimento, ou melhor, a sua victoria. Está de parabéns o operariado da Viação de Santa Maria, como se vê pelo telegramma que o sr. dr. Borges de Medeiros dirigiu ao sr. dr. Astrogildo de Azevedo nos seguintes termos: “em prolongadas conferencias engenheiros Geraldo Rocha, Rosauro Almeida pude verificar bem precaria situação financeira Companhia Auxiliaire, impossibilidade comceder augmentos vencimentos e salários de conformidade com as porcentagens propostas grevistas e trasmittidas em vosso telegramma de 27 do corrente. Communicando interessados dissei-lhe que todavia terão augmentos, cujo quantum será amanhã fixado após detido estudo. (...) Como se vê, os operários terão o augmento de vencimentos, o dr. Gonçalves Junior virá substituir o actual Inspector, as officinas e os escriptorios continuarão aqui, ficando em Porto Alegre o da Inspectoria Geral e as demais reclamações estão bem emcaminhadas. Com justíssima causa, pois, o operariado festeja a sua completa victoria.”³³⁰

³²⁷ A Revolução na qual o Partido Bolchevique – mais tarde chamado de Partido Comunista – liderado por Vladimir Lênin, derrubou o governo provisório e impôs o governo socialista soviético.

³²⁸ Entre 1860 e 1880 surgiram no Brasil 46 publicações de origem operária cujos nomes denotavam a tendência do jornal: “O operário”, “O Trabalho”, “O proletário”, “O Socialista”, “O Brado da Miséria”, “O Grito dos Pobres”. BANDEIRA, MONIZ *et al.* *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.10.

³²⁹ KLIEMANN. Op. cit. p. 195.

³³⁰ ESTÁ restabelecida a ordem. *Jornal Gaspar Martins - Orgão Parlamentarista*. Nº 31. Santa Maria, 3/11/1917.

Novas greves aconteceram em 1918 e 1919 as quais o governo reprimiu de forma violenta.³³¹

5.2.3 Fourier, Owen e os inimigos na trincheira

A encampação da rede ferroviária pelo Governo do Estado, em 1920, foi objeto de registro no relatório da Diretoria da CCEVFRGS que enaltece a CACFB pelo cumprimento das obrigações e o Governo do Estado por continuar com a mesma diretriz de expansão comercial da cooperativa e por buscar normalizar os serviços ferroviários *“cuja situação assás conhecida tem embaraçado ou entravado o progresso econômico do nosso grande Estado”*.³³² Apesar das circunstâncias adversas pelas quais passavam os ferroviários, a Diretoria da CCEVFRGS em razão da dependência da Viação Férrea, mantinha o tom diplomático do discurso ao tratar da VFRGS o que fica muito evidente ao registrar que a Cooperativa não sofreu solução de continuidade em suas *“íntimas relações com a Viação”*.³³³ Naquele ano a CCEVFRGS contava com 2.990 associados.

Em discurso proferido no dia 14 de julho de 1920, em homenagem a Manoel Ribas, o então advogado da cooperativa, Walter Só Jobim, que entre 1947 e 1951 iria governar o estado, faz referências a Fourier e Owen que na França e na Inglaterra respectivamente, nas primeiras décadas do século XIX, *“pensaram em transformar o homem e o mundo por meio de associações livres”*.³³⁴ Estas citações de pensadores precursores do socialismo do cooperativismo funcionavam como “tijolos” da construção da instituição imaginária da CCEVFRGS. “Tijolos” que vinham revestidos de uma modernidade européia sonhada como um caminho progressista a ser trilhado por uma sociedade difusa cujas instituições ainda engatinhavam em busca de um projeto de cidade, de estado, de país, enfim, de uma identidade.

Jobim, citando Gide, cujas obras provavelmente ele tenha conhecido quando cursava a Faculdade de Direito,³³⁵ relaciona experiências ocorridas na

³³¹ PESAVENTO. Op. cit., *História do...*, p. 82.

³³² CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1920*. Santa Maria: Diretoria, 1921, p.11.

³³³ Idem. *Relatório – Exercício de 1921*. Santa Maria: Diretoria, 1922, p.12.

³³⁴ CCEVFRGS. Op. cit. (1921), p. 18.

³³⁵ Segundo Pinho, *“na época as poucas obras que tratavam do cooperativismo eram baseadas em trabalhos franceses, reflexo da influência cultural da França no Brasil o que explica a ampla divulgação dos livros e manuais de Charles Gide que exaltavam a cooperação como a melhor*

Inglaterra – *associações de consumo*; na França – *associações de produção*; na Alemanha – *associações de crédito*; na Dinamarca – *associações de construção*. Desta forma ele utiliza estes exemplos para a valorização dos ideais cooperativistas que visaria

a emancipação econômica de certa categoria de pessoas (...); substituir a concorrência pela solidariedade; a divisa individualista 'CADA UM POR SI' pela divisa cooperativista "CADA UM POR TODOS"; criar ao lado da propriedade individual uma propriedade coletiva, sob forma de fundo impessoal que será empregado no desenvolvimento da associação e em obras de utilidade pessoal.³³⁶

Como à época, a criação de uma Escola de Artes e Ofícios era um dos objetivos da CCEVFRGS, Jobim aproveita o momento para dizer que “*A educação do operariado é imprescindível na época contemporânea*” e que “*A emancipação de uma classe só pode ter lugar pelo seu aperfeiçoamento moral e intelectual*” (sic).³³⁷ Desta forma ele verbalizava não só a importância do preceito moral – essência da ação cooperativa – mas também a idéia de que alimentar e vestir o corpo, o que os armazéns propiciavam, era um primeiro degrau que caso não fosse ultrapassado, a utopia da independência e da liberdade não seria alcançada. Mediante este discurso entendemos que naquela “época contemporânea” predominava a rudeza e a ignorância entre os operários cujos valores, de forma geral, deveriam ser lapidados pela próxima geração – seus filhos e filhas – que teriam na escola, além do ensino profissionalizante, o “aperfeiçoamento moral e intelectual” adequados.

Seguindo seu curso, a estratégia cooperativista de eliminação de intermediários fez com que o diretor comercial Manoel Ribas quando esteve na Europa entre junho e dezembro de 1921 para tratar da saúde aproveitasse para efetuar compras de “vários artigos” diretamente das fábricas como forma de baratear o preço final nos armazéns. Desta viagem resultou também o estabelecimento de relações comerciais evitando comerciantes intermediários.³³⁸ Alguns autores afirmam que as viagens que Ribas fez à

alternativa ao capitalismo e que eram adotados nas Faculdades de Direito.” Fonte: PINHO. Op. cit., p. 26.

³³⁶ CCEVFRGS. Op. cit. (1921), p.18.

³³⁷ Ibidem, p.19.

³³⁸ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1921*. Santa Maria: Diretoria, 1922, p.18.

Europa propiciaram contatos com instituições associativas que ajudaram a fazer dele um “especialista em cooperativismo”.³³⁹

É possível concluir que a diretoria da CCEVFRGS nos seus primeiros anos já tinha opositores, pois neste mesmo ano podemos constatar críticas àqueles que “ainda não se convenceram” dos benefícios que a Cooperativa teria para o atendimento das necessidades dos empregados. Justifica que tal descrédito advém de fatores externos como o desequilíbrio financeiro *“ocasionado em nosso país como consequência da desorganização econômica quase universal, a difusão de ideias anarchicas no seio do proletariado com o intuito de se rebelar contra a ordem e o regime social contemporâneo”*.³⁴⁰

Segundo ainda a diretoria, o descrédito de setores dos ferroviários também teria sido alimentado em razão da propagação de idéias de que as transformações das instituições sociais deveriam ser imediatas conforme apregoariam *“as doutrinas comunistas, aparentemente sedutoras e illusionistas como todas as utopias”*.³⁴¹ e que pretender uma conversão rápida *“é insensatez e importa em implantar a anarchia, com todo seu cotejo de males, em agravar ainda mais o mal estar que julgam todos sofrer”*.³⁴²

Neste momento, o discurso é levado no sentido de qualificar a *ideologia* comunista e suas variações, como sendo *utopia*. Porém, são situações imaginárias com princípios diferentes como vimos em Mannheim. Assim, ao considerar como utópica *“uma conversão rápida”* da sociedade – o que em certa medida se aproximaria do socialismo científico proposto por Engels –, a diretoria da CCEVFRGS reafirma sua tendência positivista e busca desqualificar a utopia, pelo menos aparentemente, muito embora as raízes do positivismo de Comte estejam em Fourier, um “socialista utópico” conforme o mesmo Engels.

No início da década de 1920, a Diretoria manifestava o *“sentir contemporâneo”*³⁴³ de que a sociedade estava caracterizada pelo individualismo em detrimento das necessidades alheias e explicava as

³³⁹ ALBUQUERQUE, Mario Marcondes de. *Manoel Ribas, o mito que ficou*. S.n., s. d., p. 25.

³⁴⁰ CCEVFRGS. Op. cit., (1922), p.3.

³⁴¹ Ibidem, p.4.

³⁴² Ibidem.

³⁴³ Ibidem.

insatisfações como decorrentes do “*regime imperante*” que era “*a causa de todos os males*”. Em contraponto à esta circunstância, o cooperativismo é colocado como uma doutrina que se propõe, “*dentro da ordem, a suavizar este mal que nos assoberba, collocando os seus associados a salvo das explorações e do utilitarismo degenerado da época (...)*”.³⁴⁴

Assim, mais uma vez norteava o pensamento dos gestores da CCEVFRGS idéias e ideais dos pensadores utópicos como Fourier, quando descreve como justas as reivindicações das classes trabalhadoras “*pois ainda bem longe a humanidade se encontra do estado pacifico industrial o mais aproximado da perfeição.*”³⁴⁵

Segundo a compreensão da Diretoria, os fatores negativos persistiram no ano seguinte, mas não teriam sido suficientes para abalar o progresso da Cooperativa. Ao contrário, tais fatores teriam posto em evidência a força econômica de que era capaz o cooperativismo.

As críticas às circunstâncias se estendem no relatório do exercício de 1922 mediante a observação de que a civilização trouxera para a humanidade muitos desenvolvimentos técnicos, mas pouca evolução moral e poucas instituições voltadas aos princípios da igualdade e do altruísmo, “*para a realização desse ideal mais ou menos remoto da fraternidade universal*”.³⁴⁶

As preocupações com as condições dos trabalhadores ficam evidentes quando os relatórios registram que as classes proletárias viviam cada vez mais penosamente e onde se refletiam os “*desvarios e as misérias sociais*”³⁴⁷ e que deveria haver uma distribuição mais equitativa das riquezas, mas não por meio do fim da propriedade privada e nem pela supressão do dinheiro entre outros fatores a que o socialismo atribuía culpa pelo mal estar social.³⁴⁸ A solução para estas mazelas estaria em instituições sociais progressistas como a cooperativa que conseguiria congregiar esforços isolados formando uma força social e econômica de primeira grandeza.³⁴⁹

³⁴⁴ Ibidem.

³⁴⁵ Ibidem, p.3.

³⁴⁶ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1922*. Santa Maria, 1923, p.3.

³⁴⁷ Ibidem, p. 4.

³⁴⁸ Ibidem.

³⁴⁹ Ibidem, p. 5.

A partir destes pensamentos podemos compreender que esta instituição passava a ser o “elevado ideal” a ser realizado através do trabalho incessante mediante uma dupla ordem: *material e moral*.

Podemos identificar um exemplo do trabalho nestas “ordens”, neste mesmo ano de 1922, quando foi inaugurado o edifício da *Escola de Artes e Ofícios*, ou seja, a materialidade do edifício monumental, seu significado simbólico, sua destinação como lugar da formação e reprodução de uma moralidade, educação e cultura constituintes do imaginário institucional daqueles idealistas. Desta forma, o espaço se produzia na sua forma mais humanística: *o lugar*.

5.2.4 Pensamento utópico ou pragmático: o dilema do discurso

A inauguração da *Escola de Artes e Ofícios*, foi também o momento em que Jobim, na condição de orador oficial, aproveitou para reforçar os ideais cooperativistas fazendo retrospectivas históricas do movimento ao citar precursores como Owen e Fourier e a experiência dos *Pioneiros de Rochdale* na Inglaterra.³⁵⁰

Mais do que ideais elevados, o discurso deixa transparecer pensamentos utópicos, não só pela referência aos já clássicos expoentes desta visão como Owen e Fourier e pelas constantes críticas à situação social, mas também pelas idéias circunstancialmente impossíveis de realizá-las como, por exemplo, o equilíbrio entre o individualismo e o coletivismo.

Assim, entre os ideais a serem alcançados, estava o de que as idéias liberais deveriam conviver com as idéias cooperativistas. Ao mesmo tempo em que as idéias comunistas eram criticadas por “trazerem anarquia” a um ambiente que se pretendia implantar “ordem e progresso”, se apregoava a importância tanto da instituição comunitária quanto da propriedade individual privada.

Ao mesmo tempo em que buscavam a autonomia através do controle sobre o consumo de bens e serviços, a produção de bens de consumo e o desenvolvimento industrial e intelectual, a relação de dependência à época com as administrações da ferrovia – a CACFB (1913-1919) e o Governo do Estado do RS (1920-1959) –, a tornava refém não só em relação à garantia dos

³⁵⁰ Ibidem, pp. 6-7.

descontos em folha de pagamento como também em relação à distribuição dos produtos através da rede ferroviária.

O sistema de trocas, circunscrito ao ambiente ferroviário e os ideais de ordem, nos remete aos paradigmas *moreanos* da ilha isolada e da autarquia na medida em que não se relacionava economicamente de forma efetiva com outros setores da sociedade o que talvez fosse possível alterando a cooperativa do tipo “fechado” para o tipo “aberto”, o que possibilitaria a participação de associados não dependentes da VFRGS. Como veremos, ao declínio do sistema de transporte ferroviário correspondeu um declínio da CCEVFRGS.

Ao completar 10 anos em 1923, o pensamento daqueles que dirigiam a Cooperativa pode ser compreendido mediante um discurso que ainda se baseava em contrastar a realidade dos fatos sociais com o enaltecimento do trabalho cooperado e com a comprovação dos resultados da instituição.

Observa-se que a realidade criticada era a realidade percebida mundialmente que em certa medida se expressava localmente, porém esta dimensão local não era explicitamente relatada. De forma indireta, o cenário social local era esboçado por meio de citações de pensadores estrangeiros como Spinoza (1632 – 1677)³⁵¹: *“oppôr a onda avassaladora do individualismo, princípios collectivistas, e conseguir superal-os, demanda uma lucta continua, somma tal de energia, que só espiritos dotados daquela tranquilidade, aquela bendita confiança interior que SPINOZA chamava de ‘ACQUESCENCIA IN RE IPSO’ podem resistir.”*;³⁵² Thomas Carlyle (1795 - 1881):³⁵³ a Primeira Grande Guerra Mundial é novamente referida para descrever o cenário da época do nascimento da CCEVFRGS e como forma de qualificar o evento, o discurso recorre a Carlyle que teria se referido às guerras como *“o envólucro sob o qual a selvagem natureza humana pôde arder de um fogo infernal”*,³⁵⁴ Auguste

³⁵¹ Filósofo holandês.

³⁵² CCEVFRGS. *Relatório - Exercício de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924, p.5.

³⁵³ Escritor, historiador e ensaísta escocês.

³⁵⁴ CCEVFRGS. Op. cit. (1924), p.5.

Comte (1798-1857)³⁵⁵: “na sociedade actual o operariado vive acampado a margem das grandes cidades”.³⁵⁶

A tônica dos discursos permanece nos relatórios: a crítica ao individualismo e afirmações de que a questão social é uma questão moral. Neste processo, a importância do Estado é reforçada ao parafrasear Spinoza: “a independência individual e a unidade orgânica do Estado estão em razão directa”,³⁵⁷ Rousseau: “o Estado longe de opprimir as vontades livres que o compõem, devem necessariamente ser a sua obra”.³⁵⁸ e Hegel: “quanto mais forte é o Estado mais livres são os cidadãos e vice-versa”.³⁵⁹

Neste sentido o cooperativismo como “experimentação social” teria a capacidade de catalisar as energias necessárias ao equilíbrio do Estado. Nesta linha de raciocínio o discurso da diretoria da cooperativa busca caracterizar uma cidade ideal onde o cooperativismo teria papel fundamental, e para tanto, se apóia mais uma vez em Gide que “representa a cidade futura como um conjunto de associações grandes e pequenas, em que cada membro receberá mediante a supressão dos intermediários e patrões, o producto íntegro de seu trabalho”.³⁶⁰

O discurso também enfatiza o desconhecimento por parte da sociedade dos reais significados do cooperativismo que estariam desvalorizados em relação a outras associações populares como o sindicalismo e o mutualismo. Isto estaria evidenciado pela grande divulgação pela imprensa das atividades sindicais que teriam se tornado a expressão de uma espécie de filosofia social que apaixonava o público e pelo mutualismo que causaria menos incômodo aos governos propiciando ocasiões para numerosos congressos, grande divulgação e apoio.³⁶¹

O elogio ao cooperativismo, como “uma instituição de economia e hygiene social”, se expressa por meio de comentários sobre estatísticas do incremento “extraordinário” das associações cooperativas de consumo em diversos países e ao citar Gide:

³⁵⁵ Filósofo francês, fundador do Positivismo.

³⁵⁶ CCEVFRGS. Op. cit. (1924), p.25.

³⁵⁷ CCEVFRGS. Relatório - Exercício de 1924. Santa Maria: Diretoria, 1925, p. 4.

³⁵⁸ Ibidem, p. 4.

³⁵⁹ Ibidem, p. 5.

³⁶⁰ Ibidem.

³⁶¹ Ibidem.

Em um sentido, pode-se dizer que a sociedade de cooperativa de consumo é a família aumentada, ou mais exactamente, que a associação cooperativa limita-se a transformar a cooperação inconsciente que já existe em toda a sociedade, em cooperação consciente e organizada.³⁶²

As idéias emanadas dos teóricos e das experiências européias como as tratadas no congresso sobre o cooperativismo ocorrido em 1889 em Paris, foram tomadas como norte das decisões da CCEVFRGS. O resgate de alguns princípios é utilizado para comprovar as iniciativas locais tais como as etapas destacadas por Gide naquele congresso.

A primeira etapa seria *“congregar o maior número de associados, fundar grandes armazéns por atacado e operar sobre compras em grande escala”* ao que é registrado que só em Santa Maria foram construídos os maiores e confortáveis armazéns da cidade que permitia acumular grande quantidade de mercadorias, as compras realizadas em grande escala diretamente dos produtores.

A segunda etapa seria *“preparar-se para produzir directamente e por sua própria conta, tudo que for necessário às suas necessidades, criando-se padarias, manufaturas de fazendas e vestuários, fabricas de chapéus, de sabão, biscoutos, papel e etc.”* Neste aspecto, a Cooperativa registra as atividades das farmácias, fábricas de confecções de vestuários, de sabão, entre outras.

A terceira etapa seria *“produzir directamente, trigo, vinho, óleo, carne, leite manteiga, ovos legumes, fructas e flores que constituem a base de todo o consumo”*, ao que a cooperativa estaria atendendo também na medida em que possuía matadouro próprio, açougue, fábrica de salsichas e presuntos e granja para produção de leite e verduras.³⁶³

Além destes objetivos, a direção da Cooperativa tinha a intenção de construir habitações para seus associados chegando a nomear comissão para estudar esta possibilidade.³⁶⁴ Diante das circunstâncias inflacionárias dos preços dos materiais de construção, a iniciativa foi protelada.³⁶⁵ Neste caso, mais do que o registro de uma idéia que não se realizou, o que se destaca é a

³⁶² Ibidem, p. 6.

³⁶³ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1926*. Santa Maria: Diretoria, 1927, p. 7.

³⁶⁴ Idem. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924, p. 24.

³⁶⁵ Idem. *Relatório – Exercício de 1924*. Santa Maria: Diretoria, 1925, p. 23.

decisão de atender também as carências habitacionais dos associados, objetivos sequer previstos na doutrina cooperativista.

Mesmo que as decisões das diretorias tivessem um cunho utópico, isto não era percebido ou era dissimulado, pois uma das peculiaridades do discurso das diretorias é procurar estabelecer contraste entre os princípios fundadores da CCEVFRGS e as utopias.

Neste sentido, buscando discernir as utopias das práticas cooperativistas, são citadas *“aquellas grandiosas lucubrações”* que iriam desde *“Platão nos sonhos idealistas da sua República”* até Campanella *“nas miragens da sua ‘Citta Del Sole’, desastradamente aplicada pelos jesuítas em seus estabelecimentos no Paraguay”* e também desde *“os devaneios de Thomas Morus na sua ‘Utopia’”* até a *“concepção allucinada de Fourier em seus ‘Falanstérios’”*.³⁶⁶

Na sequência, o texto destaca que muito embora *“geniais, estas concepções não passaram de meras utopias”*. Porém ao buscar contrastar o cooperativismo como uma atividade originária de *“reflexões maduras, exames acurados e iniciativas práticas”*, com aquelas propostas utópicas, o que se observa é que subliminarmente o discurso dos idealizadores da cooperativa demonstrava pensamentos utópicos. O esforço para desqualificar a utopia, como possibilidade de estratégia de progressão social, demonstra uma necessidade de afirmação de que a realidade da Cooperativa é puramente o resultado de um pensamento pragmático face às necessidades de uma classe trabalhadora. Se tal fosse, porque a comparação?

É certo que os textos, além de cumprir a função precípua de relatar os projetos, ações e balanços contábeis e a clara intenção de enaltecer o cooperativismo, tinham também o objetivo de chamar à responsabilidade o conjunto dos associados. Entre estes, os que não acreditavam na instituição e àqueles que, sobrecarregados pelo trabalho intenso do dia-a-dia, não caberia os *“devaneios”* de More, as *“miragens”* de Campanella e nem *“a concepção allucinada”* de Fourier, mas sim resultados, não só práticos como também

³⁶⁶ Idem. *Relatório – Exercício de 1927*. Santa Maria: Diretoria, 1928, p. 4.

imediatos. Mas, como não classificar como utópico o seguinte pensamento expresso no relatório de 1929, ano da pior crise econômica mundial?³⁶⁷

E, quando finalmente, possa dispor de fundos que excedam da produção para empresta-los, sob forma de capital barato ou quase gratuito, aos seus membros que se dediquem a industrias não incompatíveis com a produção associativa, então a cooperação terá açambarcado toda a vida econômica e toda a ordem que della decorre; terá eliminado o lucro, eliminando o intermediário; eliminado o salário, que é uma das nodos do actual organismo social; eliminado o produtor capitalista independente; eliminado o juro do capital, que hoje o torna caro e inacessível; eliminando o próprio capitalista pela absorção de todo o capital humano. E assim, expurgado o lucro, o salário e o juro depurados o commerciante, o patrão e o usurário, entrara a sociedade a funcionar segundo a ordem definitiva, livre dos vícios que tanto a têm affligido, consumindo as riquezas que ella mesma produz directamente com capital que é directamente seu.³⁶⁸

Dentro de um contexto mundial e nacional de pessimismo e apreensão, pensar que a cooperação poderá açambarcar *“toda a vida econômica e toda a ordem que della decorre”*, eliminar o lucro, o intermediário, o salário, o capitalista a partir do qual a sociedade iria funcionar segundo uma ordem definitiva é pensar utopicamente.

E este pensamento estava na origem das ações que determinaram as realizações da Cooperativa, que tiveram repercussão em boletim internacional do trabalho da Liga das Nações como sendo a *“mais próspera e*

³⁶⁷ “A depressão que afetou a economia mundial entre 1929 e 1934 foi a mais longa e profunda recessão econômica já experimentada até hoje. O fator mais marcante foi a crise financeira detonada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque. Desde 1927, a economia norte-americana vinha experimentando um boom artificial, alimentado por grandes movimentos especulativos nas bolsas e pela supervalorização de ações sem a cobertura adequada. Em 24 de outubro de 1929 - a chamada “quinta-feira negra” -, um movimento generalizado de vendas levou à brusca queda nos preços das ações e ao pânico generalizado. Já nessa época os Estados Unidos ocupavam uma posição hegemônica na economia capitalista mundial, como maior potência industrial e financeira, foi determinante para que a crise assumisse proporções mundiais. A repatriação de capitais norte-americanos, associada à brusca redução das importações pelos Estados Unidos, repercutiu fortemente na Europa, gerando uma crise industrial e financeira sem precedentes e o crescimento vertiginoso do desemprego. A crise também teve severos efeitos na América Latina, cuja economia agroexportadora foi altamente afetada pela retração nos investimentos estrangeiros e a redução das exportações de matérias-primas.” Fonte: Fundação Getúlio Vargas, <http://cpdoc.fgv.br> (Acessado em 23/10/2009).

³⁶⁸ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1929*. Santa Maria: Diretoria, 1930, p. 5.

³⁶⁸ Ibidem.

mais benéfica” da América do Sul após visita de representante do Comitê Internacional do Trabalho da Liga das Nações³⁶⁹.

5.2.5 O monumento e a metáfora

Outra forma de se compreender a CCEVFRGS que nesta época contava com 4.363 associados, é mediante as análises de economistas que à época a caracterizavam como *“o primeiro monumento das instituições desta espécie no Brasil, tanto pela prática de seus princípios clássicos, como pelas proporções que tem tomado”*³⁷⁰ ou *“a cooperativa de consumo de mais vulto, no Brasil, é a que constituíram os trabalhadores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, com sede em Santa Maria.”*³⁷¹

O entendimento de que o cooperativismo seria um caminho para o desenvolvimento geral e de que a CCEVFRGS constituía uma base sólida para tal, pode ser compreendido em manifestações como: *“Deante dos Algarismos e das proporções da Cooperativa de Santa Maria já não podemos dizer que não esteja iniciado o movimento evolutivo da sociedade brasileira”*.³⁷²

A crise econômica mundial é vista como uma prova à estratégia cooperativista, tanto que os diretores afirmam que *“a COOPERATIVA tem vencido galhardamente todos esses embates, enquanto outras corporações, propriamente capitalistas, ruíram fragorosamente.”*³⁷³ Esta “resistência” às instabilidades econômicas estaria na essência dos princípios dos Pioneiros de Rochdale que entendiam a cooperação como um meio de emancipação social.³⁷⁴

Neste momento os diretores se apóiam novamente em Gide quando afirmava que o consumidor seria tudo e para o qual a sociedade deveria servir e, neste sentido, o consumo seria o objetivo, em outras palavras, a finalidade de todo mecanismo econômico.³⁷⁵ É citado o “memorável discurso” de abertura do *Congresso Internacional das Sociedades Cooperativas de Consumo*, realizado em Paris em 1924, quando Gide perguntava o que seria do

³⁶⁹ Idem. *Relatório – Exercício de 1925*. Santa Maria: Diretoria, 1926, p. 25.

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ RODRIGUES, F. Contreras. in GIDE, Charles. *Compêndio d'economia Política*. Porto Alegre: Globo. Nota à p. 518.

³⁷² CCEVFRGS. Op. cit. (1930), p. 6.

³⁷³ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1930*. Santa Maria: Diretoria, 1931, p. 3.

³⁷⁴ Ibidem, p. 4.

³⁷⁵ Ibidem.

consumidor que já era vítima do modo concorrencial dos produtores, caso viesse a acontecer um regime de monopólio? E ele mesmo respondia que, frente às “*gigantescas associações de produtores*” não teria outra coisa a fazer a não ser “*opor com associações de consumidores mais poderosas: as Sociedades Cooperativas de Consumo.*”³⁷⁶ Esta citação serve para apoiar o projeto de capitalização da CCEVFRGS mediante a aquisição de bens em larga escala, o que iria permitir entrar na etapa da “produção” direta dos produtos essenciais às necessidades dos cooperativados.³⁷⁷

Podemos observar que o pensamento utópico se expressa em passagens como:

Congregados os consumidores, de uma só classe ou de todas as classes, imprimirão nova róta ao mundo economico, verdadeira revolução social, onde as necessidades humanas sejam attendidas com mais precisão; as riquezas distribuídas com mais equidade; enfim, um novo regime de paz, de trabalho e de ordem será inaugurado, afastadas as ambições desmesuradas, os lucros descomedidos que só prejudicam a collectividade.³⁷⁸

Naquelas circunstâncias o discurso direto não dá conta da descrição das possibilidades dos grupos sociais se tornarem “enormes corporações”, diante disto a metáfora é empregada:

E essas enormes corporações a se constituírem nos diversos grupos sociaes, seriam outros tantos pontos de abrigo do consumidor, açotado pelas lufadas mais ou menos caprichosas do destino, a bracejar isoladamente, quebrantado em energias e acossados de necessidades. Formariam, portanto, o quebra-mar das paixões e do egoísmo humano. Contra ellas em vão a ganância, que não tem termo, a ambição insaciável, causas essenciaes da anarchia social, espumejariam o seu odio. Seu poder é irresistível, pois concentra em si todas as energias dispersas da massa immensa dos consumidores, transformando: “a corporação inconsciente, que existe em toda a sociedade, em corporação consciente e organizada.”³⁷⁹

Em síntese, o discurso exalta que as enormes corporações cooperativas teriam poderes irresistíveis decorrentes da reunião de todas as

³⁷⁶ CCEVFRGS. Op. cit. 1931, p.7.

³⁷⁷ Ibidem.

³⁷⁸ Ibidem, p. 5.

³⁷⁹ Ibidem, p. 8.

energias dispersas da massa de consumidores tornando-se o “abrigo”, o “quebra-mar” onde o consumidor estaria protegido das “lufadas da ganância que não tem termo” e da “ambição insaciável”. Diante das circunstâncias, o recurso da metáfora denota o grau da necessidade de expressão da imaginação de uma vontade de se alcançar uma sociedade idealizada.

O discurso deixa entender como “lufadas” benfazejas aquelas geradas pela Revolução de outubro de 1930 imposta pela Aliança Liberal³⁸⁰ que depõe o então presidente Washington Luiz, quando então forma-se a Junta Militar pacificadora que por sua vez entrega o poder a Getúlio Vargas. Neste mesmo ano de 1930, o governo Vargas cria o Ministério do Trabalho o qual, segundo a CCEVFRGS, se voltava às “classes laboriosas” mediante a criação de leis protetoras como a Lei de sindicalização, a Lei dos contratos coletivos, das comissões de conciliação nos estabelecimentos comerciais e industriais e da organização judiciária do trabalho. Esta iniciativa é saudada na medida em que propiciaria a organização de setores sociais visando a comunhão de esforços, unidade de ação, maior vitalidade e força na defesa de seus interesses.³⁸¹

Ainda a propósito da Revolução, dentro da estratégia de uma política de boa vizinhança, o texto da CCEVFRGS tece elogios à Viação Férrea ao mencionar a colaboração prestada por esta aos revolucionários mediante o transporte de cerca de 20 mil homens das forças militares até o Estado do Paraná em aproximadamente 15 dias, quando a estimativa técnica era de 60 dias.³⁸² Tal evento não teria causado problemas à reciprocidade de atenções que norteavam as relações entre as duas instituições.

³⁸⁰ Aliança entre os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba.

³⁸¹ CCEVFRGS. Op. cit. (1931), p. 6.

³⁸² Ibidem, p. 9.

QUADRO 5 – A CCEVFRGS e os contextos políticos, administrativos e ideológicos (1922-1930).

CONTEXTOS POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS E IDEOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO DA CCEVFRGS			
INTERNACIONAL/ NACIONAL	ESTADUAL/ MUNICIPAL	FERROVIA NO RS	CCEVFRGS
1922			<ul style="list-style-type: none"> — Inauguração da Escola de Artes e Ofícios. Resolução da criação de Curso Complementar Feminino da Escola de Artes e Ofícios e de cursos elementares em Porto Alegre, Rio Grande, Passo Fundo, Bagé e Cacequi. — Inauguração do Armazém, da farmácia e da alfaiataria de Porto Alegre — Início da construção da Escola de Gravataí
1923	<ul style="list-style-type: none"> — Revolução: Liberais (oposição) x PRR (situação) - 5º governo Borges. 		<ul style="list-style-type: none"> — Consequência da revolução: grande impacto de dívida da VFRGS junto à CEVFRGS.
1924			<ul style="list-style-type: none"> — Início da construção de novo armazém de Rio Grande
1926			<ul style="list-style-type: none"> — Início da construção da Escola Santa Terezinha em Santa Maria — Instalação de Gabinete dentário em Santa Maria — Instalação de Farmácia em Passo Fundo
1928	<ul style="list-style-type: none"> — Governo Vargas (PRR) — apoio à pecuária — criação do Banco do Estado do RS 		<ul style="list-style-type: none"> — 4.000 associados
1929 — Início da crise econômica mundial que se estendeu até 1934			<ul style="list-style-type: none"> — Doação da biblioteca de Gaustave Vauthier à biblioteca da Escola Hugo Taylor.
1930 — Revolução : Aliança Liberal que depõe Washington Luiz. — Getúlio Vargas no poder — República Nova até 1937	<ul style="list-style-type: none"> — Interventor Gal. Flores da Cunha 	<ul style="list-style-type: none"> — Segundo plano de Viação Estadual (não concretizado) 	<ul style="list-style-type: none"> — 4.363 associados — Considerado “ano áureo” — Início obras da Casa de Saúde — Concessão do Ministério da Viação de isenção de cobrança por fretes de mercadorias destinadas aos ferroviários ao longo das linhas férreas com a contrapartida da aplicação desta economia na alfabetização dos filhos dos ferroviários.
1931 — Ministério da Agricultura adota contabilidade da CCEVFRGS como modelo para as cooperativas			<ul style="list-style-type: none"> — 11.000 associados — Manoel Ribas nomeado interventor federal no Estado do Paraná.

Em 1931 o Ministério da Agricultura adota os procedimentos de contabilidade da CCEVFRGS como modelo oficial tendo sido amplamente divulgado a título de propaganda do cooperativismo. Nesta divulgação, a CCEVFRGS é considerada uma das maiores da América do Sul e que contava com restaurantes e bufês, restaurantes em diversas localidades, assistência médica e judiciária entre outros serviços. Destaca também a então recente obtenção de isenção dos gastos com transportes de mercadorias que eram distribuídas aos associados ao longo da via férrea.



FIGURA 28 – Mapa das Escolas Turmeiras em 1946. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório de 1946*. Santa Maria: Diretoria, 1947, p. 16.

Esta concessão foi dada na condição de que esta economia fosse aplicada na alfabetização dos filhos dos ferroviários, indo assim ao encontro “de uma das suas mais incisivas finalidades, que é de proporcionar uma

educação técnica e profissional a toda a classe”.³⁸³ Este discurso se materializa com a instalação de escolas em Bagé, Cacequi, Couto, Cruz Alta, Garibaldi, Gravataí, Montenegro, Passo Fundo, Piratini, Rio Grande, Santa Maria, Santana, Taquara e Uruguaiana além de vagas mantidas mediante convênios com escolas particulares. Mais tarde, em 1937, foram implantadas as *Escolas Ferroviárias* também chamadas de “Escolas Turmeiras” em razão de se localizarem junto às equipes, ou “turmas” de manutenção das linhas férreas (Fig. 28).³⁸⁴

5.2.6 No meio do caminho tinha um Estado

Em 1933, ao revisar os 20 anos de existência da cooperativa, seus idealizadores destacam como fios condutores dos textos introdutórios e de apresentação dos relatórios anuais, *“noções teóricas ou conceitos apologeticamente tendentes a demonstrar a excelência do cooperativismo”*³⁸⁵ e justificam esta atitude como uma forma necessária à educação dos associados ferroviários.

Para além das intenções educacionais, importa sabermos que conceitos e idéias se explicitavam na estrutura, nos conteúdos e nas ações relatadas. O discurso apoiado em pensadores, estudiosos e teóricos das questões sociais, empresta aos argumentos uma consistência tal que eles funcionam como mentores que balizariam o progressivo melhoramento das condições de vida daqueles que optaram pelo cooperativismo.

Nesta linha, a argumentação é desenvolvida mediante a explanação acerca da economia política a qual teria como seu precursor Adam Smith (1723-1790) que teria sistematizado as doutrinas econômicas em sua obra *Pesquisas sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*³⁸⁶ publicada em 1776. Trata também de outras escolas econômicas chegando até Karl Marx (1818-1883) – *“o poderoso e genial orientador do socialismo contemporâneo, um dos directores da internacional e o inspirador de doutrinas extremadas do comunismo russo de Lenine”* (sic).³⁸⁷ Neste texto, Marx é relacionado a um

³⁸³ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1931*. Santa Maria: Diretoria, 1932, pp. 32-34.

³⁸⁴ Idem. *Resumo dos Empreendimentos – visão retrospectiva*. Porto Alegre: Diretoria, 1955, p. 25.

³⁸⁵ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1933*. Santa Maria: Diretoria, 1934, p. 3.

³⁸⁶ Ibidem.

³⁸⁷ Ibidem, p. 4.

cenário de lutas dos operários, das organizações trabalhistas e de uma revolução política e econômica mediante a “*dictadura do proletariado*” (sic).³⁸⁸

Mais uma vez é neste contexto que o cooperativismo é destacado não como uma doutrina, mas como uma experiência localizada para minorar as precárias condições em que se encontravam, vai daí a recorrente menção aos precursores de Rochdale que em 1844, quatro anos antes do Manifesto Comunista, lançaram as bases para este tipo de associação.³⁸⁹ O caráter didático deste relatório alusivo aos 20 anos de existência da instituição dá conta da importância que assumia o cooperativismo de consumo ao citar a Escola de Nimes, situada em Paris, como um centro acadêmico onde os princípios da cooperação foram aprofundados e divulgados como tendo a capacidade de modificar as condições sociais e econômicas da humanidade, caso fossem aplicados entre todos os povos.³⁹⁰

Outro aspecto importante, do ponto de vista institucional, diz respeito ao impasse criado quando das alterações dos estatutos que objetivavam a expansão dos benefícios e que foram aprovadas em assembléia em 27 de dezembro de 1932. Ocorreu que o Governo Federal havia promulgado, no dia 19 do mesmo mês, nova lei para as cooperativas,³⁹¹ a vigorar a partir do dia 23 do mesmo mês. Face às novas previsões legais, muitas das alterações estatutárias previstas, mormente as de interesse social, não poderiam ser atendidas. Diante disto, a CCEVFRGS envia extenso arrazoado ao Governo da República argumentando, por exemplo, contra a possibilidade de reunir todos os associados numa assembléia – a nova lei proibia a representatividade – já que, além de estarem espalhados em todo o estado, implicaria em prejudicar a rotina da Viação Férrea. Para situações como eleições da diretoria e do conselho fiscal, os estatutos recém reformulados previam a instalação de mesas eleitorais nos centros de maior densidade ferroviária, à época em número de 25. Porém, esta disposição feria o decreto que determinava que eles fossem eleitos pela assembléia geral.

³⁸⁸ Ibidem.

³⁸⁹ CCEVFRGS. Op. cit. (1934), p. 4.

³⁹⁰ Ibidem, p. 5.

³⁹¹ A CCEVFRGS, fundada em 1913, foi organizada atendendo o decreto nº1.635 de 5 de janeiro de 1907.

Também a intenção governamental de obrigar as cooperativas a deduzirem, no mínimo 10% dos lucros destinados a um fundo de reserva para auxiliar sindicatos profissionais ou grupos sindicatos-cooperativos, ia de encontro às experiências pioneiras da Cooperativa. Neste caso, a argumentação contrária, era de que não achavam justo auxiliar compulsoriamente outras sociedades, porque eram da opinião de que a estabilidade e o progresso de uma instituição devem sempre depender dos seus próprios recursos e que tal ajuda tinha o risco de redundar em exploração difícil de fiscalizar.

Se em momento anterior a Cooperativa elogiava o governo Vargas pelas iniciativas de proteção aos trabalhadores como a previsão da criação de sindicatos, agora o criticava por atrelar organizações cooperativas às organizações sindicais como se estas tivessem a mesma finalidade.

Para justificar quão peculiar era a cooperativa, é evocado o caráter público da instituição na medida em que era dependente da VFRGS por sua vez arrendatária de um serviço federal. A defesa recorre novamente a Gide, tantas vezes mencionado nos textos da diretoria e ao presidente do Conselho Internacional do Trabalho, Albert Thomas, os quais, em pronunciamentos, destacaram a instituição gaúcha como uma organização *sui generis*, sem similar no país e, talvez, no exterior.³⁹²

O impasse persistiu apesar dos esforços junto a Getúlio Vargas, então Chefe do Governo Provisório, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Trabalho e até a Manoel Ribas – um dos principais construtores da CCEVFRGS –, nomeado então Interventor do Estado do Paraná por Vargas.

Para os mentores da Cooperativa, segue-se um mundo de incertezas: *“Época tumultuada de idéias”, de “efervescência de princípios que agitam as massas”, de “phase confusa da vida dos povos onde surgem os maiores exotismos a pretexto de imprimirem novos rumos á vida social”* (sic).

³⁹³ Estas são algumas das adjetivações acerca do cenário percebido pela diretoria da Cooperativa no início dos anos 30 (QUADRO 6). Este cenário é ilustrado mediante o crescimento do sindicalismo que recebia estímulos e

³⁹² CCEVFRGS. Op. cit., (1934), pp. 55-80.

³⁹³ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1934*. Santa Maria: Diretoria, 1935, p.3.

privilégios do governo. Tal crítica ia na esteira dos impasses criados com a nova legislação como já vimos.

Evidencia-se no discurso de então, uma forte defesa dos ideais cooperativistas quando destaca as diferenças entre estas e as sociedades mutualistas e sindicalistas as quais sempre teriam mais apelo político e, portanto, mais atenção dos governantes. Este viés já tinha sido observado por Gide já no início daquele século ao dizer que o sindicalismo apaixonava o público, inquietava os governos e tornava-se expressão de uma moderna filosofia e o mutualismo, por sua vez, mais cômodo aos governantes, voltava-se mais à organização de pecúlios, caixas de empréstimos e construções de prédios. Estas características, segundo a diretoria da Cooperativa em 1934, se reproduziam no Brasil, daí sua incompreensão com os impostos “elevadíssimos” para as cooperativas de consumo como a de Santa Maria, superiores até àqueles aplicados ao comércio atacadista.³⁹⁴

5.2.7 A luta contra o novo Moloch

Quando tinha 8.668 associados, no início dos anos 1940, a Cooperativa sentiu os reflexos da Segunda Guerra Mundial, pois o aumento do custo de vida tornava anormal a situação no país. O aumento dos artigos de primeira necessidade, para uma família de 5 pessoas, alcançou 74,68 % entre 1936 e 1942. Diante destas circunstâncias, “A ALTA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA” (Fig. 29), conclamava a todos a *“intensos sacrifícios para enfrentar os horrores do autoritarismo (...) o novo Moloch insaciável em absorver vidas e valores”*.³⁹⁵

Neste período, ocorreu o tabelamento dos preços dos alimentos de forma diferenciada nas regiões do estado o que fez com que os locais onde o preço era mais barato ficassem sem o produto que era exportado para outra região. Assim, em Santa Maria – o maior produtor de batatas – não se encontrava mais o produto que era levado a zona fronteira onde o preço era maior. O mesmo acontecia em Passo Fundo onde o armazém estava sem feijão que era consumido em Santa Maria, pois o tabelamento em Passo Fundo era inferior.

³⁹⁴ Ibidem, p. 4.

³⁹⁵ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1942*. Santa Maria: Diretoria, 1943, p. 6.

A direção propunha então racionalizar os investimentos concentrando-os em demandas básicas como a alimentação com o argumento de que *“se um terço dos ferroviários não tem disponibilidades para sua própria alimentação, como é possível onerá-los com maiores sacrifícios?”*³⁹⁶

Por outro lado, fica claro a autocrítica em relação à forma de gestão benevolente que liberava créditos sem considerar a capacidade de endividamento de associados que empenhavam seus vencimentos em obrigações de outra natureza. Se o crédito, conforme os estatutos, é limitado à sua disponibilidade, como poderia a administração autorizar o fornecimento de produtos que superavam muitas dezenas de vezes aquelas possibilidades? Esta era uma das perguntas que a direção fazia propondo que *“semelhante situação não pode ser prolongada por mais tempo, porque está afetando diretamente a situação financeira da sociedade, que se vê obrigada a realizar operações de crédito para atender semelhantes encargos”*.³⁹⁷

Neste momento a Cooperativa estava diante de um impasse: atender a imensa maioria que clamava por menores preços ou perseverar na conservação de tudo o quanto foi idealizado em relação à questão educacional.

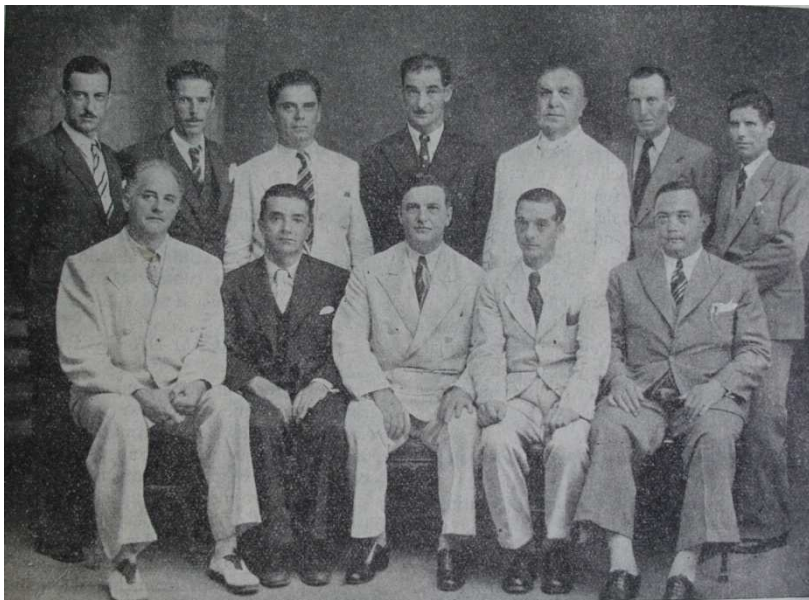


FIGURA 29 – Diretoria CCEVFRGS em 1939. Sentado, no centro, o Administrador-Presidente Sr. José Simões Fº. Sentado, no primeiro lugar à esquerda, o consultor jurídico Walter Só Jobim. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1939*. Santa Maria: Diretoria, 1940, p. 4.

Vai daí a decisão de passar as escolas, que tinham sido implantadas a partir de 1931, para o Governo do Estado que então começava a implantar

³⁹⁶ CCEVFRGS. Op. cit., (1943), p. 8.

³⁹⁷ Ibidem.

cursos de ensino primários em quase todos os núcleos populacionais e ainda cursos complementares e ginasiais nos grandes centros urbanos.

Esta decisão, além de ser racional para a direção visto que a Cooperativa vinha suprindo um déficit educacional de responsabilidade precípua do Estado, era também justificada pela necessidade imperiosa de canalizar esforços para solucionar problemas urgentes como reduzir preços dos gêneros de primeira necessidade.³⁹⁸

Porém, dada a inexistência de escolas técnicas, a Cooperativa solicitou reconhecimento do ensino técnico-profissional da Escola Hugo Taylor no que foi atendida pelo decreto nº11911 de 17 de março de 1943 nos seguintes cursos: fundição; serralheria; mecânica de máquinas; máquinas e instalações elétricas; carpintaria; alfaiataria; corte e costura.

Do ponto de vista político, estas decisões tidas, como negativas por setores da associação, tornaram-se munição para os opositores da gestão que açulavam “*a massa inculta, acenando-lhe soluções miraculosas como se a cooperativa pudesse remover o encarecimento da vida*”.³⁹⁹ Mesmo assim, o número de adesões crescia atingindo 11.235 associados em 1944 e saltando para 14.066 em 31 de dezembro de 1945, quando os relatos dão conta de que, embora o elevado custo de vida (Fig. 30), o sistema cooperativado mostrava-se vantajoso na comparação com outras categorias profissionais que não tinham este amparo.⁴⁰⁰

O ano de 1946, quando a Cooperativa mantinha 14.883 associados, foi considerado mais um marco de vitória, pois “*o dias difíceis do pós-guerra, longe de prejudicarem as organizações cooperativistas, deram-lhe novo impulso*”.⁴⁰¹ Esta consideração baseia-se no número ascendente de cooperativas desse gênero que se organizaram naquele período.

Ao mesmo tempo em que a instituição tinha aumentado em 1947, o seu número de associados para 18.507, o texto das diretorias, com adjetivações diferentes, não se afastava do discurso afirmativo e didático. Neste sentido, é destacada a importância dos valores morais para a consecução do cooperativismo. Estes valores morais estariam na supressão da

³⁹⁸ Ibidem, pp. 7-9.

³⁹⁹ CCEVFRGS. Op. cit., (1943), p. 9.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 3.

⁴⁰¹ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1946*. Santa Maria: Diretoria, 1947, p. 3.

especulação – considerada uma das causas principais dos males que afligem a humanidade; na idéia de equilíbrio do orçamento individual; nas virtudes da poupança; no estímulo à independência econômica; na difusão da instrução; na importância da solidariedade; no altruísmo e na justa remuneração do trabalho.⁴⁰²



FIGURA 30 – Gráfico da oscilação do custo de um rancho no armazém central de Santa Maria nos anos de 1945 e 1946. A expressão gráfica dos “dias difíceis do pós-guerra”. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1946*. Santa Maria: Diretoria, 1947, p. 7.

Jobim, ex-assessor jurídico e ex-conselheiro da CCEVFRGS, neste período governador do Estado, sanciona a Lei Estadual nº 130 de 22 de dezembro de 1947 que isentava a CCEVFRGS do pagamento de Imposto de Vendas e Consignações incidentes sobre todas as suas transações de venda aos seus associados. Muito embora estas vantagens, em meio a crises na VFRGS, a cooperativa teve progressivamente reduzido seu quadro de associados: 1948 - 18.035 associados; 1949 - 17.112 associados; 1950: 16.822 associados e 1951: 17.341 associados. Entre 1952 e 1954 apesar da situação agravada por retenção de recursos por parte da viação férrea, houve um

⁴⁰² Idem. *Relatório – Exercício de 1947*. Santa Maria: Diretoria, 1948, p. 3.

aumento do número de associados: 1952: 17.804 associados; 1953: 17.875 e 1954: 18.630 associados.

Ao mesmo tempo em que o discurso em relação à doutrina cooperativista mantém o tom laudatório, traduz também as dificuldades econômicas que atravessava o país e principalmente a crise financeira que atingia a Cooperativa e que a diretoria previa recrudescer. Esta situação, pouco promissora, foi agravada pelo o Incêndio do internato da escola Hugo Taylor ao final de 1954.

5.2.8 A massa inculta e bela

A diretoria da CCEVFRGS chama a atenção de que se atravessava um período é marcado pela inflação contínua dos preços e que as cooperativas vêm-se envolvidas num “desconcerto” sofrendo com tabelamentos de preços, escassez de mercadorias e retração do crédito.⁴⁰³

Também em 1955, foi publicado o “*Resumo dos Empreendimentos – visão retrospectiva*” com o objetivo de resgatar as idéias de seus idealizadores, registrar manifestações de autoridades além de enumerar as realizações da instituição até aquela data.

O então conselheiro presidente, Sr. Ary Lagranha Domingues, ao concluir esta publicação, ressalva que esta iniciativa não era movida por “*uma ufania despida de qualquer significado*”, pois se tratava do “*acervo de realizações, fruto do labor ingente e do sacrifício dos colaboradores*”.⁴⁰⁴ Diante desta afirmação, este documento que destaca e enaltece realizações em data não comemorativa como poderia ter sido nos quarenta anos em 1953, quando sequer foi mencionada (o foi em 1920 aos dez anos, em 1933 aos vinte anos e em 1943 aos trinta), pode ser entendido como uma estratégia de propaganda num momento não muito auspicioso da instituição naquele ano.

Este Resumo foi publicado em outubro de 1955, ao passo que o relatório anual respectivo é datado de julho de 1956 o qual, curiosamente, não menciona a iniciativa da “visão retrospectiva” mesmo sendo ambas as publicações de responsabilidade da mesma gestão.

⁴⁰³ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1955*. Santa Maria: Diretoria, 1956, p.2.

⁴⁰⁴ CCEVFRGS. Op. cit., *Resumo dos...*,p.31.

Nota-se que, além do cuidado em renovar sistematicamente os valores do cooperativismo, existia também a preocupação com a dificuldade de compreensão destes valores por grande parte dos associados. Observa-se então, que a questão da qualidade cultural e intelectual da maioria dos associados é destacada no discurso em citações como: “*o grande obstáculo do cooperativismo é a ignorância da classes trabalhadoras*” e “*a educação que se propõe despertar e arraigar os mais nobres sentimentos humanos, tem sido um dos fins perseguidos pelos precursores da cooperação e pelo movimento pré-cooperativo*”. Ocorria que as diretorias propunham uma compreensão mais intelectualizada do processo cooperativo mediante citações dos pensadores não só europeus como brasileiros, porém essa estratégia não tinha os resultados esperados, haja vista a conclamação freqüente aos ferroviários para a compreensão e a prática dos princípios do cooperativismo.

Diante deste quadro confirma-se que muitos ferroviários se associavam vendo na instituição apenas uma forma de economia e praticidade por meio dos preços justos, desconto em folha de pagamento e crédito. Estas características remetem à mentalidade *quiliástica* que, conforme Mannheim, não compreendia o “*processo de vir a ser*”, sendo sensível apenas ao momento súbito, ao “*momento impregnado de sentido*”.⁴⁰⁵

Estas questões se posicionam aos campos da ética e da moral e não tanto da compreensão intelectual, haja vista o exemplo dos Pioneiros de Rochdale – simples tecelões que fundaram os princípios do cooperativismo sem elucubrações intelectuais – que é frequentemente utilizado nos discursos dos relatórios.

Outro aspecto que certamente dificultava o alcance destes ideais era a dimensão da instituição, não só quanto ao número de associados, quanto também à sua extensa distribuição geográfica: no ano de 1954 havia 18.630 associados espalhados em todo o estado por onde passava a ferrovia.

⁴⁰⁵ MANNHEIM. Op. cit. p. 249.

QUADRO 6 – A CCEVFRGS e os contextos políticos, administrativos e ideológicos (1931-1959).

CONTEXTOS POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS E IDEOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO DA CCEVFRGS			
INTERNACIONAL/ NACIONAL	ESTADUAL/ MUNICIPAL	FERROVIA NO RS	CCEVFRGS
1932 — Nova lei federal para as cooperativas			— Inauguração do novo edifício Sede . — Escolas Escola Hugo Taylor e Santa Terezinha consideradas as maiores e mais completas do estado. — Casa de Saúde - Decisão de construção de ala para isolamento. — Reação à nova lei das cooperativas
1934			— 6.443 associados
1935			— 6.135 associados
1937 — Ditadura: O Estado Novo			— Implantação das Escolas Ferroviárias ao longo da ferrovia.
1938			— 6.482 associados
1939 — Início da 2ª G. Mundial			— 8.430 associados
1940			— 8.668 associados
1941			— 8.646 associados
1942 — Tabela de preços dos alimentos			— 8.535 associados — 74,68% (1936-1942) de aumento da cesta básica. — Transferência da Escola de Artes e Ofícios Santa Terezinha ao gov. do RS.
1943			— 10.473 associados — Industrialização das Oficinas da Escola Hugo Taylor
1944			— 11.253 associados
1945 — Fim da 2ª G. Mundial			— 14.066 associados
1946			— 14.883 associados
1947			— 18.507 associados
1948			— 18.035 associados
1949			— 17.112 associados
1950			— 16.822 associados
1951			— 17.340 associados
1952			— 17.804 associados
1953			— 17.875 associados
1954			— 18.630 associados — Incêndio do internato da Escola Hugo Taylor
1956 — J. Kubitschek eleito presid. — Plano de metas (1956 -1961)			
1957 — Criação da RFFSA — Consolidação de 18 ferrovias reg.			
1958 — Criação da RFFSA	Centenário de SM		
1959 — Reversão da VFRGS à União/RFFSA		— Fim do controle da VFRGS pelo governo do RS.	

5.2.9 O início do fim

Podemos avaliar o valor que a CCEVFRGS representava para a comunidade, mediante a análise do álbum comemorativo do centenário de Santa Maria (1858-1958). O álbum exalta a Cooperativa e é descrita como uma solução surgida como reação a *“um mundo quasi a ponto de submergir”* e a um *“ambiente desalentador”* decorrente de *“situação caótica da Viação Férrea”*. Ao descrever o dia de sua fundação, o texto registra que

“(…) a partir desse dia histórico na vida da Cooperativa, esses denodados cidadãos começaram a luta tenaz para a consolidação de tão audaz empreendimento e lutaram como leões para levar avante os seus planos que eram grandes (...). Mas foi mais forte a vontade desses homens que tudo venceram num prazo relativamente curto e a Cooperativa já passou a ser uma respeitável entidade que não só merecia a consideração do comércio rio-grandense como também o respeito do próprio governo do Estado.”⁴⁰⁶

Embora o ufanismo que caracteriza este deste tipo de publicação, o que o álbum destaca da CCEVFRGS não se distancia da realidade comprovada por suas atividades como o registro de que a cooperativa se tornou um dos mais poderosos centros comerciais do Rio Grande *“pois até da Europa fazia larga importação”*.

Para demonstrar a importância da instituição e a dimensão do empreendimento, o álbum informa que existia: 17 armazéns (Santa Maria, Rio Grande, Porto Alegre, Passo Fundo, Bagé, Cruz Alta, Cacequi, Montenegro, Ramiz Galvão, Olimpo, Uruguaiana, Alegrete, Santiago, Porto do Conde, Taquara, Diretor Pestana e Pelotas) e 15 farmácias e, em Santa Maria, uma *“excelente Casa de Saúde dotada de uma moderna aparelhagem médica”* e um sanatório destinado aos tuberculosos. Elogios são feitos à iniciativa educacional nomeando a Escola Profissional Hugo Taylor que oferecia cursos de Marcenaria, Máquinas, Instalações Elétricas e Mecânica de Máquinas, as escolas *“Turmeiras e grupos escolares que, em número de 80, ministram o ensino primário a uma população escolar de cerca de quatro mil alunos de*

⁴⁰⁶ ABREU, José Pacheco de. (org.). *Álbum Ilustrado Comemorativo do 1º Centenário de Emancipação Política do Município de Santa Maria – Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrópole, 1958, p. 46.

ambos os sexos, pelo longo das linhas” e as escolas de corte e costura. É citado também um “plano Industrial de grande envergadura” com a implantação de “Confecções, Alfaiataria, Saboaria, Torrefação e moagem de Café, Oficinas Tipográficas, Moldagem, Fundição, Marcenaria, Oficina Mecânica e de Eletricidade em geral e outros misteres.” (sic) ⁴⁰⁷

As manifestações também dão destaque aos diversos níveis de abrangência dos produtos, serviços e atividades gerados pela Cooperativa que buscavam o auto-suprimento e a independência de oscilações econômicas externas o que é demonstrado pela existência de um subdepartamento de compras para a manutenção da normalidade dos fornecimentos *“evitando as faltas e explorações decorrentes das emergências.”* ⁴⁰⁸

A descrição comemorativa expõe um imaginário acerca da CCEVFRGS tão essencial e rico para Santa Maria quanto o imaginário sobre a VFRGS. A idéia de autonomia e de auto-sustentabilidade de uma categoria profissional – a ferroviária – alimenta e estimula o imaginário social a vislumbrar, a partir do potencial de um grupo de cidadãos, uma senda rumo a um futuro promissor.

A partir destas repercussões sociais expressas nos discursos, nota-se que o ideário cooperativista alimentou o imaginário social de Santa Maria por suas iniciativas as quais, para se realizarem, se materializavam em espaços regionais, urbanos e arquitetônicos definindo, mediante a construção de seus edifícios, *elementos primários e fatos urbanos* (Rossi).

Coincidentemente, neste mesmo ano de comemorações do centenário de Santa Maria, foi criada a Rede Ferroviária Federal S. A. que, ao promover a unificação das vias férreas, deu início, juntamente com políticas voltadas ao transporte rodoviário, a um processo de descaracterização das peculiaridades regionais proporcionadas pelo transporte ferroviário.

Sintomática ou não de uma abordagem centralizadora decorrente da criação da Rede Ferroviária Federal S.A. em 1958, passados um ano e sete meses da publicação do Álbum Comemorativo do Centenário, a imprensa noticiava uma decisão administrativa da Rede Ferroviária Federal S.A. que

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 48.

⁴⁰⁸ Ibidem.

contrariava os interesses da CCEVFRGS e por extensão os interesses da comunidade ferroviária:

“Presidente da RFFSA impede a vinda da maioria dos delegados representantes dos associados da Cooperativa através da negativa de licença. Fato raro, pois é uma organização vital para seus associados”⁴⁰⁹

Tal decisão, de cunho *a priori* administrativo, não é assim entendida pela imprensa na medida em que repercute a ação divulgando-a com uma dimensão política que confirma a importância da CCEVFRGS. Nota-se que o redator da notícia entende a decisão como importante e incompreensível para a comunidade ao qualificá-la como “fato raro”. Podemos também compreender esta decisão como um sintoma da forma de percepção, ou juízo de valor, de uma instituição governamental – a RFFSA, que não entendia a CCEVFRGS como uma instituição privada que contribuía para o atendimento das demandas sociais como a educação. Neste sentido se depreende que o aspecto “simbiótico” que se estabeleceu a partir de 1913, entre uma atividade fundamental para o sistema econômico – o transporte ferroviário, e uma atividade fundamental para o sistema social – a CCEVFRGS, não era prioritário para a gestão da RFFSA.

Por sua vez, os movimentos sindicais e associações buscavam integrar-se. Em Santa Maria, o cenário ferroviário ficava polarizado entre movimentos agregadores perpetrados pelos diversos grupos associados e as decisões político-administrativas onde a “instituição” CCEVFRGS não participava em razão da dependência e de princípios em relação à RFFSA, como já vimos. Porém, seus associados, na condição de sindicalizados ou sócios de outras agremiações, tinham participação ativa como noticiava a imprensa:

(...) Movimento para entrosar as diversas associações de classe. Comissão inter-sindical composta da Associação dos Ferroviários Sul-riograndense, da União dos Ferroviários Gaúchos, Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos, Sindicato dos trabalhadores em Energia

⁴⁰⁹ COOPERATIVA dos Ferroviários adiou a assembléia que estava marcada para dia 13 próximo. A Razão. Santa Maria, p.08, 8/1/1960.

Elétrica, Sindicato Nacional dos aeroviários, Delegacia do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Associação dos Escriturários da Viação Férrea e outras agremiações. (sic)⁴¹⁰

Em 1963, a cooperativa comemorava seus cinquenta anos com a publicação da revista *“Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, 1913-1963”*⁴¹¹ cujo editorial adota a mesma estrutura discursiva dos relatórios anuais ao descrever na primeira parte um cenário sombrio, onde as agruras da classe operária continuam apesar das teorias e experiências propostas para uma solução, na segunda parte, o elogio ao cooperativismo como resposta para diminuir as desigualdades sociais e, na terceira parte, o enaltecimento das decisões, das ações, dos resultados e dos agentes da Cooperativa.

Podemos encontrar o tom sombrio da introdução do discurso em passagens como:

Como ninguém ignora, as múltiplas e complexas preocupações da questão social continuam desafiando o espírito investigador e a capacidade realizadora dos estudiosos e dos homens públicos. As fórmulas e as experiências (...) postas em prática (...) não estão proporcionando os resultados esperados. Muito pouco contribuíram para desafogar a asfixiante situação existente, em que as classes assalariadas curtem amargamente tôda sorte de dificuldades e privações.⁴¹²

O registro da antinomia capital *versus* trabalho é mais uma vez reforçada como um “dado social” que, no processo civilizatório se destacaria como responsável fundamental pelas misérias da sociedade segundo o entendimento da associação.

O discurso institucional da cooperativa, diversas vezes busca dissociar o pensamento utópico do pensamento cooperativista na medida em que, este teria no pragmatismo a sua eficiência. Mas, o que constata, é que mesmo com o passar dos anos os ideais de igualdade defendidos são descritos como circunstancialmente irrealizáveis, ou seja, *utópicos* como:

⁴¹⁰ FERROVIÁRIOS pedem permanência de Waldemar: CAPFESP. A Razão. Santa Maria, p. 06, 20/1/1960.

⁴¹¹ CCEVFRGS. *“Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, 1913-1963”*. Santa Maria: Diretoria, 1963.

⁴¹² *Ibidem*, p. 10.

A milenária e desastrosa luta entre o capital e o trabalho ao invés de arrefecer de intensidade, recrudescer. A equitativa distribuição das riquezas, apesar dos esforços orientados nesse sentido, permanece no terreno das utopias e dos sonhos, que a realidade não concretiza para favorecimento do maior número.⁴¹³

Evidente que a defesa de algo circunstancialmente possível tem a capacidade maior de arregimentar forças o que pode ser compreendido como estratégia de comunicação tendo em vista que a grande maioria dos sócios – operários da viação férrea – tinha pouca formação educacional e cultural,⁴¹⁴ ao contrário da diretoria que contava com advogados como Jobim, que como vimos chegou a governar o RS e administradores como Manoel Ribas que manteve contato com as experiências Européias, foi intendente de Santa Maria e interventor no Paraná.⁴¹⁵

O elogio ao cooperativismo é precedido, após o cenário elaborado na primeira parte, de uma questão então inevitável: *“Como conseguir tornar menos acentuado o desnivelamento entre as classes e diminuir o chocante contraste dos padrões de vida, a fim de que o capital e o trabalho tendam para uma nova situação de harmonia?”*⁴¹⁶

E a resposta:

A experiência do cooperativismo dá a resposta mais acertada. Bem compreendido, o cooperativismo contribui, poderosamente e fundamentalmente, para anular em termos bastante expressivos, as desigualdades sociais.⁴¹⁷

Portanto, podemos identificar no discurso da Diretoria da CCEVFRGS dois registros: um registro *utópico* e um registro *pragmático* sendo que o *pragmático* não subsiste sem o *utópico* como constatamos em praticamente todos os relatórios.

Relatórios estes que também elucidam o ambiente político-institucional que passou a ser determinante principalmente a partir do golpe militar de março de 1964, quando houve a intervenção direta do Estado na administração da CCEVFRGS.

⁴¹³ Ibidem.

⁴¹⁴ CCEVFRGS. *Relatório do Exercício de 1955*. Santa Maria: Diretoria, 1956, p.3.

⁴¹⁵ ALBUQUERQUE. Op. cit.. p. 25.

⁴¹⁶ CCEVFRGS. Op. cit.. (1963), p. 10.

⁴¹⁷ Ibidem.

5.2.10 O Estado invasor: a distopia

O relatório publicado em novembro de 1964, correspondente ao exercício de 1963, já registra antecipadamente o evento, apresentado pelo interventor ⁴¹⁸ federal e dá bem a idéia dos propósitos governamentais.

(...) Sob o advento da Revolução de 31 de março último, e em virtude de uma situação de anormalidade sem precedente nos anais desta Cooperativa, o Comando do III Exército, como medida acauteladora deste inestimável patrimônio dos ferroviários gaúchos, deliberou que, em tal contingência, sua administração passasse a ser exercida em regime de intervenção, previsto em lei, pelo tempo necessário a extinção dos motivos determinantes. Honrados com a designação para o cargo, assumímo-lo no dia 13 de abril e, na ocasião, extinguindo o Conselho de Administração eleito, nomeamos os seguintes titulares. (...) Ainda em consequência do regime de intervenção, foram extintos temporariamente o Conselho fiscal e as Delegações de Núcleos, constituindo estas a Assembléia Geral dos Delegados (...).⁴¹⁹

E é nesse cenário que as tensões entre as comunidades organizadas e o governo central aumentavam de forma mais evidente. Essa tensão político-institucional teve como um de seus resultados a reação imediata da classe ferroviária como registra a imprensa local no dia seguinte:

“A Rede Ferroviária Federal – VFRGS – fez eclodir movimento paredista a partir de zero hora de ontem paralisando todos os setores de atividades, bem como o movimento de trens em toda a extensão de suas linhas. A classe ferroviária gaúcha recebendo determinação do Comando Geral dos Trabalhadores fez eclodir o movimento em apoio ao presidente da República e contra um possível golpe do governo. No momento em que redigimos a presente nota (1:30) a reunião dos ferroviários continuava tendo como local a sede da Sociedade Assistencial do Pessoal de Máquinas. O movimento paredista que paralisou todas as ferrovias da nação terá prazo indeterminado.(...)”⁴²⁰

A capacidade histórica de mobilização política dos ferroviários fez com que o governo militar deslocasse interventores à cidade de Santa Maria

⁴¹⁸ O interventor deste período era o Cel. Dátero De-Lorenzi Maciel que exerceu tal função até 1968, quando faleceu, assumindo então, Ary Lagranha Domingues também interventor, porém, de origem ferroviária.

⁴¹⁹ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1963*. Santa Maria: Diretoria, 1964, p. 3.

⁴²⁰ REDE Ferroviária parou totalmente a zero horas. *A Razão*. Santa Maria, p.01, 1/4/1964.

como destacou o jornal “A Razão” ao estampar a manchete “Interventor Federal em Santa Maria” e ao transcrever sua fala:

Vim a Santa Maria para manter um contato mais intenso com os chefes de serviço, bem como inspecionar as oficinas do Km 3 e de Santa Maria e observar o andamento do serviço da V. F. Nesta cidade (...) Tive a impressão nestes dias que estou à testa da ferrovia gaúcha de que todos os ferroviários estão desenvolvendo um trabalho admirável. Creio que antes não o faziam porque alguém no seio da classe não os deixava produzir. Parece mesmo que se sentiam oprimidos. Mas agora tudo voltou à normalidade e a V. F. irá desfrutar daquele prestígio que sempre teve no seio da comunidade rio-grandense. (...) Creio que foi benéfica essa intervenção na V. F. e faço veemente apelo a todos os ferroviários para que voltem suas vistas para o trabalho e que procurem elevar cada dia mais o bom nome da ferrovia a fim de que possam desfrutar de ambiente saudável de trabalho, não se deixando levar por falsos líderes” Por fim disse que de momento não alterará os quadros diretivos da ferrovia, somente afastando aqueles que exercem atividades subversivas no seio da classe.⁴²¹

Estas publicações demonstram que a comunidade continuava ciente do processo de intervenção que se aprofundava muito além das instituições públicas, entranhando-se nas instituições privadas como a CCEVFRGS e associações de classe como foi noticiado:

(...) A V. F. Como é do conhecimento público foi uma das primeiras estradas atingidas pela intervenção federal. (...) Assistencial de Máquinas ⁴²² sob intervenção federal (...) Cel. Datero Delorenzi Maciel interventor da Cooperativa (...).⁴²³

O primeiro relatório do período de intervenção na Cooperativa, apresentado em 1964, sobre o exercício de 1963, inclui decisões tomadas naquele ano e traz na sua forma de descrição, elementos esclarecedores do imaginário dos que vivenciavam aquelas transformações e constituíam-se em peças de discurso curiosas como:

⁴²¹ EM S. MARIA o Interventor Federal da Viação Férrea. A Razão. Santa Maria, p.06, 15/04/1964.

⁴²² A Sociedade Assistencial do Pessoal de Máquinas constituída por trabalhadores que operavam locomotivas era considerada a mais importante entre as diversas associações.

⁴²³ A Razão. Santa Maria, 17/4/1964.

Honrados com a designação para o cargo, assumímo-lo no dia 13 de abril e, na mesma ocasião, extinguindo o Conselho de Administração eleito, nomeamos os seguintes titulares (...) ⁴²⁴

Considerando-se que uma das características basilares do cooperativismo são as escolhas democráticas da diretoria e dos conselhos e mesmo se considerando a ditadura militar que se impunha, soa incongruente o agradecimento do interventor pela designação que, se por um lado poderia estar honrado por estar à frente de uma instituição de prestígio, por outro lado, extingue o Conselho de Administração e nomeia outro.

Esta decisão é ratificada com mais detalhes e justificativa no relatório seguinte, referente a 1964:

(...) O Conselho de Administração eleito na forma estatutária, para o período de 1963/1966, foi deposto no dia 13 de abril de 1964, por determinação do Excelentíssimo Senhor Comandante do III^o Exército, em virtude de graves implicações daquela administração com a causa da Revolução de 31 de março. ⁴²⁵

O relatório não esclarece “*as graves implicações daquela administração com a causa da revolução*”, porém o que se evidencia é o fato de que a CCEVFRGS, por ser do tipo “fechado”, era totalmente dependente da RFFSA sendo então considerada como um “braço” do movimento de resistência ferroviário e, portanto, um “território” estratégico a ser tomado pelos militares.

Por outro lado, os interventores demonstravam estar impressionados com a dimensão da CCEVFRGS que atingiu grande magnitude a despeito das injunções político-institucionais. Isso fica claro quando utilizam adjetivos como “grandiosa” e “magnífica”. Outro aspecto sintomático do ambiente político que a sociedade atravessava e que o discurso intervencionista deixa transparecer, era o fato de que, apesar do texto ser de natureza técnica e descritiva, passaram a sere permeados de comentários de ordem política como:

O período de abril a dezembro de 1964, não obstante os imperativos da nova conjuntura política, com suas características renovadoras, tem o mérito de assinalar a superação das perspectivas sombrias que, a cada passo,

⁴²⁴ CCEVFRGS. Op. cit. (1964), p.3.

⁴²⁵ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1964*. Santa Maria: Diretoria, 1965, p.3.

se ofereciam no decurso dos últimos meses do governo deposto ⁴²⁶

Neste período de intervenção militar, os relatórios passaram a ser veículos de propagação da ideologia do Estado e buscavam relacionar as dificuldades financeiras da cooperativa a posturas políticas como causas fundamentais dessas dificuldades e, para tanto, valiam-se da metáfora do organismo humano para justificar as ações que iam desde processos administrativos até prisões conforme relatos e mesmo registro em relatórios:

Para debelar um mal que há mais de trinta anos minava o organismo nacional, fez-se necessária uma terapêutica valente, de ação enérgica (...). A extirpação de um mal tão antigo exige tempo e sacrifício ⁴²⁷

Cabe observar que na compreensão dos articuladores do golpe militar, uma das motivações para esta grave decisão, estaria na possibilidade da implantação do comunismo no Brasil que estaria representada na ascensão de João Goulart à presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros. Decorre daí a crítica do interventor militar ao comunismo que, ironicamente, pelo menos no campo do discurso, era o mesmo “inimigo” ideológico das diretorias da CCVFRGS como constatamos nos relatórios anteriores.

Uma das manifestações mais taxativas da ingerência do governo militar na CCEVFRGS foi a criação de mais um subtítulo nos relatórios denominado “Comando do III^o Exército”. Este segmento do relatório foi destinado a prestar contas do cumprimento das missões relativas à intervenção e, principalmente, da repressão de atos subversivos à nova ordem imposta.

A questão da segurança nacional também é frequentemente referida pelos relatores podendo-se compreender que a justificativa dada para a intervenção, que era sanar a saúde financeira da instituição, não era por si só a motivação principal, mas sim cortar “pela raiz” qualquer movimento político contrário.

Nesse período, como de resto em todo o país, ocorriam perseguições e prisões políticas como atestam os próprios relatórios acerca do andamento de processos na justiça e também os relatos dos ferroviários.

⁴²⁶ Ibidem, p.4.

⁴²⁷ CCEVFRGS. Op. cit. (1965), p.5.

Observa-se nesses relatórios, a intenção subliminar de correlacionar as dificuldades financeiras e operacionais que atravessava a CCEVFRGS com eventuais subversões políticas. Porém, o que os próprios relatórios indicam é que fatores externos, como o histórico processo inflacionário era, entre outros, um dos aspectos determinantes dos déficits observados. Dentre os aspectos internos, eram relatados aqueles relacionados à falta de planejamento dos empreendimentos que se expandiam muito além das previsões orçamentárias, sendo necessário recorrer a empréstimos bancários para suprir as necessidades mais imediatas. Os relatórios registram que seria uma praxe o comportamento “paternalista” em relação aos devedores que extrapolavam as suas possibilidades de gastos e que nem por isso buscavam resgatar as dívidas, onerando dessa forma o sistema que necessitava fundamentalmente de recursos para a manutenção do fluxo operacional. Por outro lado, o crescimento considerado “desmesurado” pelos relatores, poderia ser interpretado como um afã das administrações anteriores a 1964 em crescer em espaços e iniciativas de cunho social lastreados mais no *capital social*⁴²⁸ do que no capital econômico e em última análise num pensamento utópico.

Pode-se constatar também que o Estado, mediante seu interlocutor, compreendia e valorizava a Cooperativa na “*condição de mantenedora da tranqüilidade social no meio ferroviário gaúcho*”.⁴²⁹ Portanto, o discurso deixa transparecer que, na visão dos articuladores do governo, uma das estratégias para reprimir as manifestações consideradas subversivas, passava pelo controle da instituição que amparava a classe ferroviária, a CCEVFRGS que, até então, se caracterizava por um perfil cada vez mais utópico por sempre extrapolar suas iniciativas para além horizontes das realidades que se apresentavam.

A evidência do caráter metódico – peculiar ao pensamento militar –, do processo de intervenção, ajuda a compreender não só a situação da cooperativa como também do resto da sociedade.

Esta Interventoria, em sua atuação administrativa, procurou, inicialmente, como lhe cumpria precipuamente,

⁴²⁸ Características da organização social, como confiança, normas de sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade. Conceito tratado por PUTNAM, R. em “*Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*”, Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1996.

⁴²⁹ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1965*. Santa Maria: Diretoria, 1966, p.8.

extinguir a subversão e a corrupção existentes, restaurando a moralidade, a ordem, a disciplina e a normalidade operacional na Sociedade em todos os setores de trabalho e escalões funcionais (...). Depois, voltou suas vistas para a recuperação financeira da instituição (...) ⁴³⁰

O relatório também atesta “*de maneira insofismável, o que foi a luta desenvolvida*” ao citar 21 processos administrativos e políticos na Justiça contra administradores e empregados.

Assim, os relatos das ações de caráter interno ao exército, ao serem publicados em relatórios da Cooperativa, além de mostrar a intenção de deixá-los grafados nos registros, deixavam mensagens da nova ordem não só aos ferroviários como também ao outros segmentos da sociedade, já que todos os associados recebiam um exemplar, sendo, portando, bastante disseminados e públicos.

Uma decisão governamental é bastante referida como tendo sido um dos fatores principais do declínio da CCEVFRGS. Tratava-se da Portaria Nº 122/65, de 5 de julho de 1965 na qual a Rede Ferroviária Federal S/A deliberou reduzir o desconto dos gastos em compras dos associados em “Folha de Vencimento” de 90% para 70%. As considerações do interventor na ocasião, além de terem a intenção de explicar a situação deficitária, traduzem impotência diante da rigidez da estrutura governamental então imposta.

Não nos cabe, evidentemente, por uma questão de ética, analisar o mérito ou o demérito desta medida, eis que é matéria da exclusiva competência administrativa da Rêde, muito embora, em suas implicações, envolva os destinos de Cooperativas de Ferroviários de todo o Brasil. ⁴³¹

Apesar do regime autoritário e da rígida hierarquia, observa-se que o interventor tomou a liberdade de manifestar incompreensão e crítica pela incongruência entre as decisões da RFFSA e o objetivo de controlar possíveis reações dos trabalhadores que encontravam na CCEVFRGS o esteio para suas necessidades básicas.

Não fôra a redução, pela Rêde Ferroviária Federal S/A, do teto do desconto em Fôlhas, estaria a Cooperativa,

⁴³⁰ Ibidem, p.18.

⁴³¹ CCEVFRGS. Op. cit. (1966), pp. 4-5.

agora, plenamente recuperada em situação financeira e em excelente fase de desenvolvimento geral. (...) A limitação causa a mais profunda repercussão negativa na sua vida econômica e financeira (...). A medida em questão, não será exagero afirmar, veio a ferir de morte as cooperativas de Ferroviários existentes no País, que tem a sua estabilidade e segurança econômica esteadas no desconto em Fôlha de pagamento do pessoal ferroviário.⁴³²

Também em 1965 é produzido e publicado pela Interventoria Federal⁴³³ da CCEVFRGS, o documento denominado “*Operação Coopfer – desenvolvimento planejado de projetos e empreendimentos geradores de riquezas*” com o objetivo de angariar recursos junto ao *Banco Nacional de Habitação* e à *United States Agency International Development – USAID*.⁴³⁴ Esta iniciativa, segundo seus mentores, tinha em vista um maior desenvolvimento da instituição e previa a sua realização em três anos com recursos de várias fontes oficiais e particulares.

Na apresentação, a CCEVFRGS é descrita como uma obra de “*transcendente influência social e econômica na conjuntura do Rio Grande do Sul, auxiliando os órgãos públicos do Estado na campanha de valorização espiritual, social e material do homem rio-grandense*”⁴³⁵ e ilustra esta dimensão “transcendental” com descrições pormenorizadas dos “aspectos” *comercial, educativo, social, assistencial, beneficente e industrial* com um discurso enaltecido próximo ao dos idealizadores da Cooperativa.

Este plano foi motivado com a intenção de evitar que “*os trabalhos administrativos da Cooperativa fossem processados de maneira imperfeita, na base de improvisações malbaratadas e incongruentes*”⁴³⁶ e para tanto buscava uma orientação técnica com visão empresarial.

Articulado em Programas e Projetos, além de atender os pressupostos históricos do cooperativismo e da própria Cooperativa, o plano

⁴³² CCEVFRGS. Op. cit. (1966), p. 18.

⁴³³ Era Interventor Federal o Coronel Dátero De-Lorenzi Maciel nomeado pelo Ministro da Agricultura.

⁴³⁴ Observe-se que esta solicitação ocorre num contexto político apoiado desde o princípio pelo Governo dos EUA a quem não interessava o risco da implantação do comunismo em mais um país além de Cuba no continente americano.

⁴³⁵ CCEVFRGS. *Operação Coopfer – desenvolvimento planejado de projetos e empreendimentos geradores de riqueza*. Leopoldo P. da Silva (org.). Santa Maria: CCEVFRGS, BNCC, 1965, p. 1 e seg.

⁴³⁶ *Ibidem*, p. 35.

Operação Coopfer, ampliava o seu espectro de atuação chegando a propor “*motivações turísticas e folclóricas como atração de visitantes do Estado e de outras unidades da Federação*” e “*pesquisas, investigações, estudos, levantamentos etc. com o objetivo de conhecer os padrões de existência e de trabalho dos ferroviários gaúchos.*”⁴³⁷

A idéia que este plano traz, é de que a CCEVFRGS teria um potencial tão significativo nas suas origens e peculiaridades que, se fossem aplicadas as melhores técnicas de planejamento e gestão, se constituiria numa das melhores instituições sociais. Exemplo deste pensamento é a proposta de projetos de construções de novos prédios para a administração em outras cidades, a implantação de supermercados em diversas localidades, uso de caminhões frigoríficos para atender em núcleos que não tivessem armazéns entre outras diversas previsões.

É possível mensurar o grau de pretensão dos idealizadores do plano, quando propõem a implantação do que denominaram de “Center-coop” que seriam centros de abastecimento e conservação da produção agropecuária cooperativada. Tais centros, previstos a partir de orientações de técnicos da USAID e do Banco Nacional Cooperativo, serviriam de meios de regularização dos preços das mercadorias como também para padronizar os produtos e uniformizar a apresentação dos mesmos ao mercado consumidor. Entre as atribuições destes centros, estavam, abater aves e suínos em grande escala, a produção de derivados de leite e a distribuição por meio de frota de caminhões frigoríficos.

Este plano, ao se considerar suas qualidades tanto na sua forma quanto nos seus objetivos e o fato de não ter sido implementado, permite afirmar que um dos fatores causais, se não o principal, foi uma má gestão haja vista a desarticulação entre as políticas setoriais do governo como bem demonstram os relatórios subsequentes.

Neste período de intervenção federal, o discurso dos gestores que evidentemente não adotam aquele dos fundadores da CCEVFRGS, embora buscasse a racionalidade, ainda tentava compreender as reais dimensões e significados da instituição. Aquilo que era compreendido pelos precursores

⁴³⁷ Ibidem, p. 44.

como um caminho em direção à uma sociedade ideal o que, a nosso ver, era uma forma de pensar e de imaginar utopicamente, os interventores classificavam como um “paradoxo”, pois não conseguiam enquadrar a CCEVFRGS nos padrões institucionais vigentes.

Encontramos um exemplo desta percepção no relatório do exercício de 1966 que traz, no seu texto de abertura, observações importantes acerca da particularidade “multiforme” da CCEVFRGS relativa aos programas de ensino técnico-profissional salientando também que as prerrogativas do Governo, nesse terreno, são contrárias.

Aconteceu, certamente, o estranho paradoxo. A Cooperativa transcendeu os limites que normalmente cingem essas instituições e, hipertrofiando-se começa a ressentir-se da sua atividade multiforme, em que se inclui o plano do ensino intelectual e técnico-profissional. É a única Cooperativa de Consumo, no País, que adota semelhante assistência social, de longa data.⁴³⁸

Evidencia-se então, nas contradições existentes entre as políticas setoriais, o desinteresse da administração da RFFSA quanto ao desenvolvimento da qualidade de vida dos trabalhadores da rede ferroviária no Rio Grande do Sul como se pode constatar nos registros dos próprios interventores desde 1967 e que, em 1969, relatavam as causas “*da débâcle que se vislumbra*” e a “*Origem fundamental do resultado negativo*”

Poucas são as cooperativas de Consumo ou de Produção, no País, em verdade, que desfrutam de uma boa posição econômico-financeira. E isso se deve, como se sabe à incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM -, recolhido pelos Governos Estaduais, em conformidade com a legislação federal. A crise do Cooperativismo, por conseguinte, decorre do fato incontestado de que as Cooperativas não estavam, como ainda não estão, preparadas para suportar o ônus resultante do pagamento do ICM sobre suas operações comerciais, eis que, justamente pela circunstância de que gozavam isenção total do antigo imposto sobre Vendas e Consignações, aumentaram a prestação de serviços no limite de suas possibilidades.⁴³⁹

O relatório do exercício de 1968 é bastante enfático na crítica à legislação específica considerada “rígida e tolhedora de movimentos” além de

⁴³⁸ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1966*. Santa Maria: Diretoria, 1967, p. 4.

⁴³⁹ *Ibidem*, p. 4.

concluir que não havia incentivos nem estímulos e nem articulação entre as atuações dos ministérios.

Vemos, sim, uma coisa paradoxal e estranha: de um lado, o Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA – e Conselho Nacional de Cooperativismo lutando na defesa e preservação do sistema cooperativo no País; de outro, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento mostrando-se insensíveis ao debate e solução do problema.⁴⁴⁰

A antevisão dos estertores da CCEVFRGS era expressa nas veementes conclusões relativas ao exercício do ano de 1967, quando informa que o resultado negativo apresentado constituía em um fato inédito nos anais de sua história e era decorrência direta do pagamento de ICM, aliada a uma causa indireta – a retração das vendas, motivada pelo acréscimo do tributo nos preços das mercadorias vendidas, fato que determinou ainda o “êxodo” de grande número de associados.

O ineditismo desta situação deficitária comprova, claramente, as conseqüências negativas da orientação dos Poderes Públicos em relação às Cooperativas, posto que esta instituição em cinqüenta e cinco anos de sua profícua existência, a despeito de alguns defeitos de estrutura, que vem sendo corrigido paulatinamente, sempre apresentou resultados compensadores e razoáveis.⁴⁴¹

Mais um exemplo de desinteresse pelo alcance social da Cooperativa protagonizado pelos gestores da RFFSA, foi o cancelamento, em meados de 1974, do convênio chamado de “Economia de Frete” que previa o não-pagamento pelo transporte de cargas da Cooperativa em troca do investimento e controle de um sistema de escolas que atendia não só as famílias dos ferroviários como também as comunidades próximas das estações, postos e paradas. Então, a partir do mês de julho deste mesmo ano, cessou tal repasse de verbas que ajudava a Rede Escolar.

⁴⁴⁰ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1968*. Santa Maria: Diretoria, 1969, p. 4.

⁴⁴¹ *Ibidem*, p.5.

QUADRO 7 – A CCEVFRGS e os contextos políticos, administrativos e ideológicos (1960-1974).

CONTEXTOS POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS E IDEOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO DA CCEVFRGS			
INTERNACIONAL/ NACIONAL	ESTADUAL/ MUNICIPAL	FERROVIA NO RS	CCEVFRGS
1960 — Jânio Quadros eleito presidente			
1961 — Renúncia de Jânio Quadros.			
1962 — Assume o vice-presidente João Goulart — Plano trienal (1963-1964)			— 19.065 associados
1964 — Golpe Militar — Plano de ação econômica (1964-1967)		— Paralisação da VFRGS	— Intervenção do governo militar — Extinção do Conselho de Administração
1965 — Redução do limite de desconto em folha de pagamento dos ferroviários de 90% para 70%			— Plano “Operação Coopfer” (não executado)
1967 — Plano decenal de desenvolv. (1967-1976)	— Cobrança de ICM das cooperativas		
1968 — Programa estratégico de desenvolv. (1968-1970)			
1972 — 1º Plano nacional de desenvolv. (1972-1974)			
1974 — Extinção do convênio “Economia de Frete”			— Extinção do Grupo Escolar Ruy Barbosa de Santa Maria — Extinção do Grupo Escolar Fernão Dias de Cacequi — Extinção do Grupo Escolar Nossa Senhora Aparecida de Ramiz Galvão (Rio Pardo) — Extinção do Grupo Escolar Silva Jardim de Diretor Pestana (Porto Alegre) — Extinção das Aulas Reunidas Nossa Senhora de Lourdes de Santa Maria

Essa decisão teve como consequência a extinção do Grupo Escolar Ruy Barbosa de Santa Maria, o Grupo Escolar Fernão Dias de Cacequi, o Grupo Escolar Nossa Senhora Aparecida de Ramiz Galvão, o Grupo Escolar Silva Jardim de Diretor Augusto Pestana em Porto Alegre e as Aulas Reunidas

Nossa Senhora de Lourdes, Assis Brasil e Bento Gonçalves localizadas em Santa Maria de forma imediata e, paulatinamente o restante das escolas.⁴⁴²

Como já exposto, é impossível analisar a CCEVFRGS sem considerar a história da VFRGS principalmente naqueles momentos de grandes transformações. Neste sentido, devemos levar em conta que decisões, como extinguir algumas oficinas especializadas localizadas em Santa Maria – justificadas por motivos de planejamento e economia, naquele momento político, permitem concluir que, além de técnica, a estratégia foi política de forma a diminuir a força de uma classe historicamente politizada.

O histórico elevado grau de politização da classe ferroviária era fator preocupante para o controle do Estado como indicam os registros da época como, por exemplo, as reduções no quadro de funcionários⁴⁴³ além das intervenções na RFFSA e também na CCEVFRGS como vimos.⁴⁴⁴

Esse contexto político-institucional caracterizava o cenário da desestruturação do núcleo ferroviário de Santa Maria e de descaracterização da rede ferroviária do estado. A CCEVFRGS, que já enfrentava circunstâncias econômicas inflacionárias e determinações da RFFSA que a limitava, teve precipitado seu declínio ao sofrer intervenção militar. Este declínio trouxe repercussões aos núcleos urbanos onde mantinha atividades sócio-econômicas que começaram paulatinamente a se esvaziar decretando a desconstrução de lugares com grande carga simbólica para aquelas comunidades e a diminuição do número de associados (Fig. 32). Estas circunstâncias se enquadram na afirmação de Mannheim quando afirma que *“toda a vez que a utopia desaparece, a história deixa de ser um processo que conduz a um fim último”*.⁴⁴⁵

Mesmo com seu declínio, a CCEVFRGS permanece no imaginário social como uma instituição exemplar acerca das potencialidades associativas de classes profissionais ou grupos com interesses convergentes.

⁴⁴² CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1974*. Santa Maria: Diretoria, 1975.

⁴⁴³ Idem. *Relatório – Exercício de 1966*. Santa Maria: Diretoria, 1967.

⁴⁴⁴ Ibidem.

⁴⁴⁵ MANNHEIM. Op. Cit., p. 276.

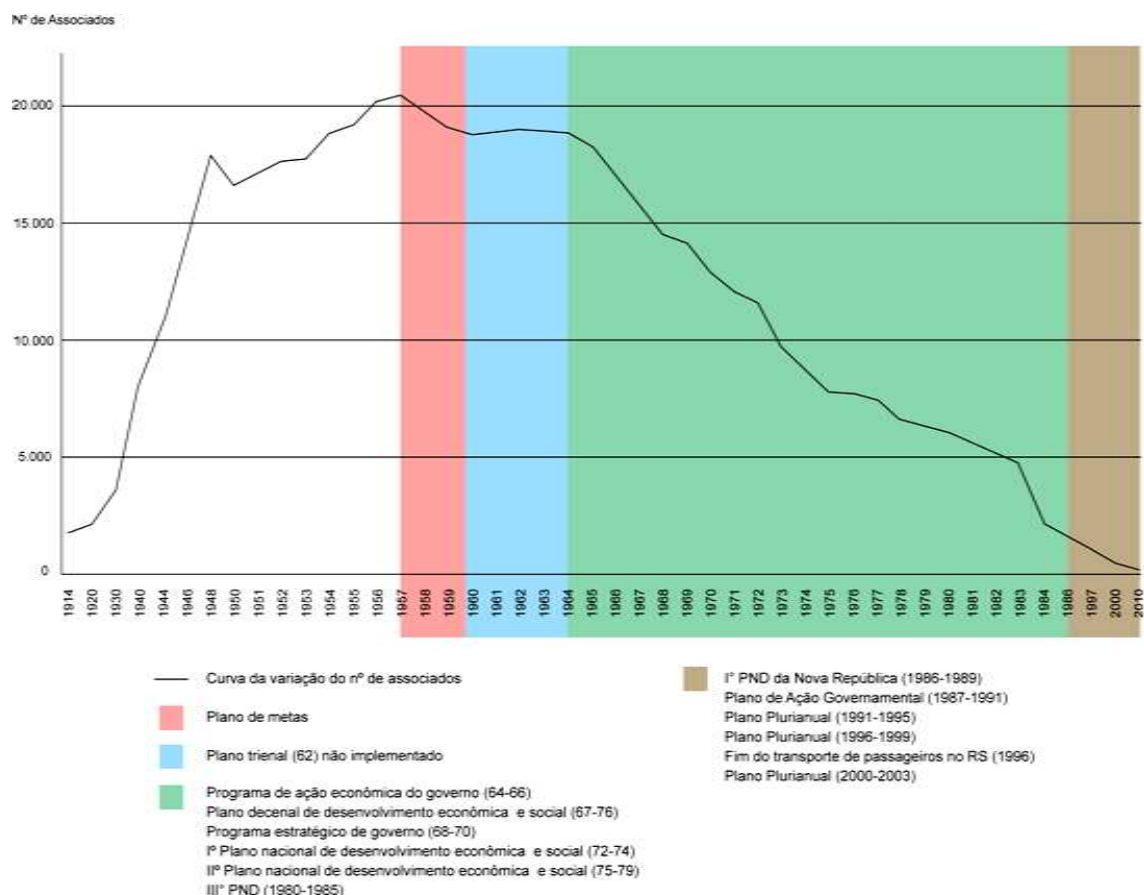


FIGURA 31 – Variação do número de associados em relação às políticas governamentais.

Desta forma a CCEVFRGS é vista como uma instituição que exerceu um efeito multiplicador dos círculos virtuosos inerentes ao cooperativismo, o que é percebido ao longo do discurso e confirmado pela proliferação de associações e cooperativas em Santa Maria.

Na esteira deste ambiente, muitas outras surgiram, onde se destaca a Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria Ltda. – CESMA, voltada à produção, difusão, promoção e resgate da cultura fornecendo livros e outros materiais de auxílio à formação com preços inferiores aos praticados pelo mercado. Fundada em 1978 por um grupo de estudantes, a CESMA conta com mais de 38 mil associados constituindo-se numa das maiores cooperativas de consumo da América Latina.⁴⁴⁶

⁴⁴⁶“Em 1978, em pleno regime militar, as liberdades individuais estavam cerceadas e reuniões de caráter amplo eram proibidas, (...) Enquanto o milagre econômico permitia uma maior abundância para alguns, não diminuía os custos com a educação,(...)Nesse contexto, surgiu a CESMA, fruto das idéias de um grupo de estudantes que não mediu esforços para constituí-la. (...). A cooperativa foi criada com dois objetivos iniciais: a defesa econômica e a defesa cultural de seus associados.” Fonte: <http://cesma.com.br>. Acessado em 25/052010.

QUADRO 8 – A CCEVFRGS e os contextos políticos, administrativos e ideológicos (1975-2007).

CONTEXTOS POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS E IDEOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO DA CCEVFRGS			
INTERNACIONAL/ NACIONAL	ESTADUAL/ MUNICIPAL	FERROVIA NO RS	CCEVFRGS
1975 — 2º Plano nacional de desenvolv. (1975-1979)			
1976			— 9.000 associados (aproxim.)
1978	Fundação da Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria Ltda. – CESMA		— 11.000 associados (aproxim.)
1980 — 3º Plano nacional de desenvolv. (1980-1985)			
1984			— 3.000 associados (aproxim.)
1986 — 1º Plano nacional de desenvolv. da Nova República) (1986-1989)			— Encerramento das atividades da Escola Hugo Taylor.
1987 — Plano de ação governament. (1987-1991)			
1988	— Vila Belga: Patrimônio Histórico e Cultural do Município.		
1990	—		— Encerramento das atividades do armazém de Uruguaiana.
1991 — Plano plurianual (1991-1995)			— Encerramento das atividades dos armazéns de Passo Fundo, Rio Grande, Alegrete e Cruz Alta. — Prédios vendidos aos funcionários.
1992 — Inclusão da RFFSA no Programa Nacional de Desestatiz.			— Encerramento das atividades dos armazéns de Santiago, Bagé, Cacequi e de Diretor Pestana (Porto Alegre). — Prédios desapropriados pelo município.
1996 — Plano plurianual (1996-1999) — Privatização do transporte ferroviário de carga (1996-1998)	— Fim do transporte de passageiros — Mancha Ferroviária de SM: Patrimônio Histórico e Cultural do Município.		
1997	—		Fechamento dos armazéns centrais de SM
1999 — Privatização da RFFSA	—		
2000 — Plano plurianual (2000-2003)	— Tombamento do Sítio Ferroviário de SM pelo Estado.		— 2.000 associados (aproxim.)
2007 — Extinção da RFFSA			
2010			— 85 associados

5.3 Considerações sobre a instituição imaginária da CCEVFRGS

Sempre que a sociedade for estratificada em categorias econômicas, étnicas, raciais e culturais e que impliquem em diferenças qualitativas de vida, haverá a possibilidade do surgimento da mentalidade utópica, pois ela decorre da vontade e ou da necessidade de mudança, de evolução, de progresso de um ou mais grupos que a compõe.

Mais do que estas considerações sobre o ambiente social estratificado, que possibilita a mentalidade utópica que por sua vez abriga o pensamento e projetos utópicos, podemos constatar que as utopias expõem, cada uma à sua maneira, as diferenças entre classes.

Via de regra, nas ficções utópicas e mesmo nos projetos utópicos, por mais que seus discursos fundadores apregoem o equilíbrio social, mediante a distribuição gratuita e equitativa dos bens e das benesses, para que seus modelos de sociedade funcionem, seus autores não abdicam das figuras dos “notáveis” ou “ungidos” e dos “escravos” e dos “soldados”, para se ater apenas às denominações clássicas. Portanto, historicamente, tanto para sua formulação quanto para sua manutenção, uma idéia utópica apresenta implícita ou explicitamente, uma sociedade estratificada.

Por outro lado, as análises da instituição imaginária da CCEVFRGS indicam que esta não se fundamentava na idéia de estratificação social e muito menos de lutas de classe conforme a ótica marxista. Pelo contrário, constatam-se nos discursos fundadores da Cooperativa, críticas às idéias socialistas de cunho comunista e apoio ao exercício da complementaridade entre as classes, de forma a diminuir suas fronteiras, numa perspectiva até hoje considerada utópica.

Esta questão – da relação entre utopia e estratificação social –, é colocada nesta tese em razão da CCEVFRGS ser originária de uma classe bem definida socialmente – a ferroviária, situada em estrato socioeconômico baixo –, e da afirmação de que será sempre o grupo dominante, que esteja em pleno acordo com a ordem existente, que irá determinar o que se deve considerar como utópico e que o grupo ascendente, em conflito com as coisas como estão, determinará o que deve ser considerado ideológico (Mannheim).

Neste sentido, o estudo do caso da CCEVFRGS permite concluir que:

- a. Durante sua plenitude, a CCEVFRGS conviveu relacionando-se com grupos dominantes como o *patronal* (CACFB, VFRGS e RFFSA) e o *político* (Governos estadual e federal) os quais não compreendiam a Cooperativa como um projeto ideal para o desenvolvimento social e muito menos como utópico que devesse ser estimulado em razão de seus resultados e perspectivas de desenvolvimento. Era compreendida como uma organização que se voltava pragmaticamente às demandas básicas dos ferroviários e formados por grupos com potencial político avesso aos interesses do Estado. Isto se confirma pelas decisões governamentais, de ordens fiscais e administrativas, que contribuíram para a falência da instituição.
- b. A classe ferroviária, caracterizada por ser politizada e influenciada pela ideologia anarco-sindicalista, como de resto os outros sindicatos trabalhistas, não encontrava na Cooperativa defesa ideológica que, por sua vez, não se baseava em ideologias, mas sim numa doutrina: o cooperativismo.
- c. Mesmo que seus diretores tivessem tendências ideológicas diversas que levaram, por exemplo, Manoel Ribas a ser interventor nomeado por Vargas no Paraná (1932-1945), Walter Só Jobim a ser governador do RS (1947-1951) e os comunistas, durante o regime militar, ao ostracismo, suas opções político-ideológicas não se manifestavam no discurso da CCEVFRGS.
- d. A CCEVFRGS foi instituída baseada em discurso fundamentado em princípios e idéias utópicas se enquadrando no tipo que Bloch denominou de “*Esboços de um mundo melhor*” que abrangeria as utopias projetadas.

Portanto, neste caso, uma classe não-dominante – trabalhadores ferroviários, mediante seu discurso e as realizações de sua cooperativa, demonstram que a sua instituição imaginária não vislumbrava uma utopia, porém continha *elementos do pensamento utópico*.

Confrontando a instituição da CCEVFRGS com as características do pensamento utópico identificam-se as seguintes semelhanças:

- a. **Crítica ao *status quo* da sociedade contemporânea:** Como demonstra o discurso da diretoria da CCEVFRGS, além da crítica geral aos rumos da política e da economia nacional e internacional, a crítica sobre as condições da classe trabalhadora e, especificamente da classe ferroviária, são provas da inconformidade de um vasto segmento social que encontrava num determinado grupo, o grupo de mentores da cooperativa, o discurso sintetizador e formulador

dos seus anseios e sonhos. Relembremos que os anos que antecederam a fundação da CCEVFRGS em 1913 se caracterizam por greves dos ferroviários por melhores salários e por soluções paliativas como a criação do *Economat* – o armazém de distribuição de alimentos – pela CACFB como forma de atenuar as necessidades básicas dos funcionários que, como vimos, não resolveu os problemas. Mesmo após a criação da Cooperativa, as críticas continuaram dirigidas à desconcertação da Primeira Guerra Mundial entre 1914 e 1918, ao capitalismo e ao comunismo que se instalava a partir de 1917 no leste europeu. Comunismo, cuja vertente anarquista, ia completamente contra as idéias de “ordem e progresso” do positivismo que permeava a política nacional e estadual e que se confundia no discurso cooperativista. Observa-se então que a “mentalidade utópica” – conforme Mannheim – era estimulada por circunstâncias sociais hostis que se estendiam em diversos níveis como a crise econômico-financeira que fez eclodir a revolução de 1923 no estado, a crise da bolsa de Nova Iorque em 1929, a revolução de 1930 que leva Getúlio Vargas ao poder, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial a partir de 1942 com suas repercussões na economia local.

b. **A impossibilidade da realização das idéias:** A impossibilidade circunstancial da realização das idéias e dos projetos dos idealizadores da CCEVFRGS evidencia-se ao se constatar que a instituição não possuía nenhum capital próprio para a implantação de meios de comercialização ao preço justo e nem de meios de produção, segundo os preceitos do cooperativismo então recém formulados e experimentados na Europa e que visavam principalmente eliminar os intermediários. Outro aspecto que não contribuía para uma perspectiva de sucesso da empreitada era o fato de que a grande maioria dos ferroviários não possuía educação formal primária e nem uma cultura elementar acerca do potencial cooperativista. Este aspecto é constatado no discurso da CCEVFRGS quando é crítico à “ignorância” dos ferroviários, no seu caráter didático e nas suas propostas educacionais e intelectuais. Se somarmos a isto, as intenções de prover as famílias dos trabalhadores da ferrovia de meios para o desenvolvimento educacional e intelectual e acesso à saúde e à seguridade, veremos que o desafio seria insustentável à luz de um pensamento racional e que se sustentava no campo imaginário – âmbito das institucionalizações sociais e, mais especificamente, no campo das utopias.

c. **Um projeto alternativo:** Após a crítica sistemática expressa no discurso dos relatórios e nas manifestações nas revistas comemorativas, a solução para os problemas dos trabalhadores é apresentada e enaltecida sob a forma do projeto cooperativista. Tido como única alternativa eficaz entre outras propostas associativas como o mutualismo e o sindicalismo, o cooperativismo traria implícitos valores éticos, morais e comportamentais como a “temperança” apregoada pelos Pioneiros de Rochdale, sem os quais não haveria êxito.

CAPÍTULO VI

A CCEVFRGS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

6.1 Tipos e escalas dos espaços produzidos

A partir de 1913, um conjunto de edificações destinado a *armazéns, fábricas, escolas, farmácias, consultórios médicos e odontológicos e hospital*, foi implantado para atender as necessidades básicas dos associados.

Num primeiro momento foram implantados armazéns em Santa Maria, Rio Grande e São Leopoldo (posteriormente substituído pelo de Porto Alegre). Posteriormente foram instalados em Passo Fundo, Bagé, Cruz Alta, Cacequi, Montenegro, Ramiz Galvão, Olimpo, Uruguaiana, Alegrete, Santiago, Porto do Conde, Taquara, Diretor Pestana e Pelotas. Além destas filiais a Cooperativa mantinha pequenos armazéns provisórios em locais onde ocorriam obras eventuais como modificações em traçados das linhas férreas.

Por diversas vezes a criação de um parque industrial foi tratada nas sessões das assembléias gerais da Cooperativa. A idéia era defendida com argumentos que iam desde a necessidade de não depender mais de intermediários, como forma de diminuir o preço final dos produtos, até o fornecimento de produtos de melhor qualidade aos consumidores. Este parque industrial, refere-se à confecções de roupas, padarias, lenheira, fábricas de sabão, de salsichas. Em 1963, a revista comemorativa dos 50 anos, exalta o ano de 1962 como sendo “o ano da industrialização” e destaca a produção em larga escala de pão, bolachas, biscoitos, massas que naquele ano atingia sessenta mil quilos mensais que atendia o armazém central e os subarmazéns de Otávio Lima e Inspetor Goulart, sendo que a produção de vinte mil quilos de bolachas e biscoitos supria a demanda dos demais armazéns do estado. Desta forma a CCEVFRGS atendia a mais um preceito do cooperativismo de eliminar paulatinamente os intermediários, neste caso, o produtor.

A fábrica de café, com torrefação e moagem, teve ampliada a sua produção para vinte mil quilos de café puro. Tanto em relação à fábrica de massas quanto à de café, é chamada a atenção sobre a qualidade dos produtos que não continham nenhum produto nocivo à saúde “*como colorantes*

e outros ingredientes condenados pelo Departamento de Higiêne do Estado” e “sem mistura de milho e feijão”, no caso do café.

A Cooperativa produzia também roupas nas seções de confecção e alfaiataria, móveis e estofados nas seções de marcenaria e estofaria, utensílios domésticos, ferramentas, fogões na seção de metalurgia e também impressos na tipografia.

A preocupação com a formação educacional e profissional dos filhos dos associados determinou a construção de diversos edifícios para atender este pressuposto. Neste sentido foram implantadas diversas escolas, tanto para a alfabetização quanto para o ensino médio e profissional. As escolas para a alfabetização, denominadas “Escolas Ferroviárias”, se localizavam ao longo da ferrovia e as de ensino médio e profissional, em cidades com contingentes maiores de ferroviários.

Hospital, consultórios médicos e odontológicos e farmácias também foram construídos para atender as demandas por uma melhor qualidade de vida. Em Santa Maria foi construído o hospital Casa de Saúde e também em outras cidades foram instalados gabinetes médicos e odontológicos além de farmácias.

No que se refere à escala de atendimento da CCEVFRGS, podemos identificar uma *escala regional* e uma *escala urbana*. A *escala regional* diz respeito ao território do estado do RS. E a escala urbana refere-se àquelas cidades cujas importâncias micro-regionais e estratégicas para o sistema ferroviário, concentraram maior número de ferroviários e onde foram instaladas filiais da cooperativa.

O *espaço regional* é definido pelo conjunto dos locais onde as atividades da Cooperativa, ao extrapolar os limites dos núcleos urbanos, propiciaram relações funcionais e culturais. Estas relações ocorreram em razão do estabelecimento de meios de comunicação entre diversas localidades no estado criando a idéia de *rede* mediante as conectividades funcionais, econômicas e culturais. Estas atividades e estruturas arquitetônicas ao estabelecerem relações entre si, além de estimularem dinâmica sócio-econômica do estado, também contribuíram na construção da percepção imaginária de unicidade regional.

Na escala dos *espaços urbanos*, analisamos as inserções dos espaços arquitetônicos na malha urbana de Santa Maria as relações entre si, com a morfologia e com as funções urbanas. Outras cidades são apresentadas sucintamente de forma a ilustrar a presença da CCEVFRGS nestes núcleos.

6.2 O espaço regional

O espaço social regional que a CCEVFRGS ajudou a desenvolver e a consolidar se confunde com aquele relativo à rede ferroviária no que se refere ao espaço geográfico e extrapola os limites físicos no que se refere ao aspecto simbólico da instituição. Neste sentido, o apelo simbólico que a idéia de rede de atendimento trouxe, pode ser identificado nos discursos e ações dos idealizadores da CCEVFRGS cujos objetivos de suprir os associados não só quanto à subsistência quanto à educação e profissionalização, foram perseguidos utilizando a rede ferroviária como suporte para a localização dos armazéns e escolas entre outros estabelecimentos.

Este aspecto fica evidente pela própria finalidade precípua da Cooperativa que era o necessário atendimento aos trabalhadores da ferrovia que se localizavam não só nas cidades servidas pelo transporte como também ao longo da via férrea.

Ao se analisar a distribuição espacial das atividades, na escala regional, se observa que os armazéns atendiam aos principais núcleos habitacionais: Porto Alegre, Santa Maria, Rio Grande, Passo Fundo, Bagé, Uruguaiana, Alegrete, Santiago, Montenegro e outros menores como Olimpo (atual Pedro Osório) e Ramiz Galvão (Fig. 32). Por outro lado, os serviços de saúde e indústrias não eram ofertados em todos estes pontos. Já as Escolas Ferroviárias, também denominadas de “Escolas Turmeiras”, em número de 95, foram implantadas ao longo da ferrovia em grande parte das paradas dos trens e objetivava também atender não só os filhos dos ferroviários como os filhos dos agricultores e moradores das proximidades das paradas (Fig. 33). Somadas todas estas atividades tem-se a noção da abrangência e da densidade do atendimento do comércio e serviços prestados pela CCEVFRGS (Fig. 34).

O PENSAMENTO UTÓPICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

A Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul

Tese de doutorado

Luiz Fernando da Silva Mello

UFRGS/FAU/PROPUR – 2010

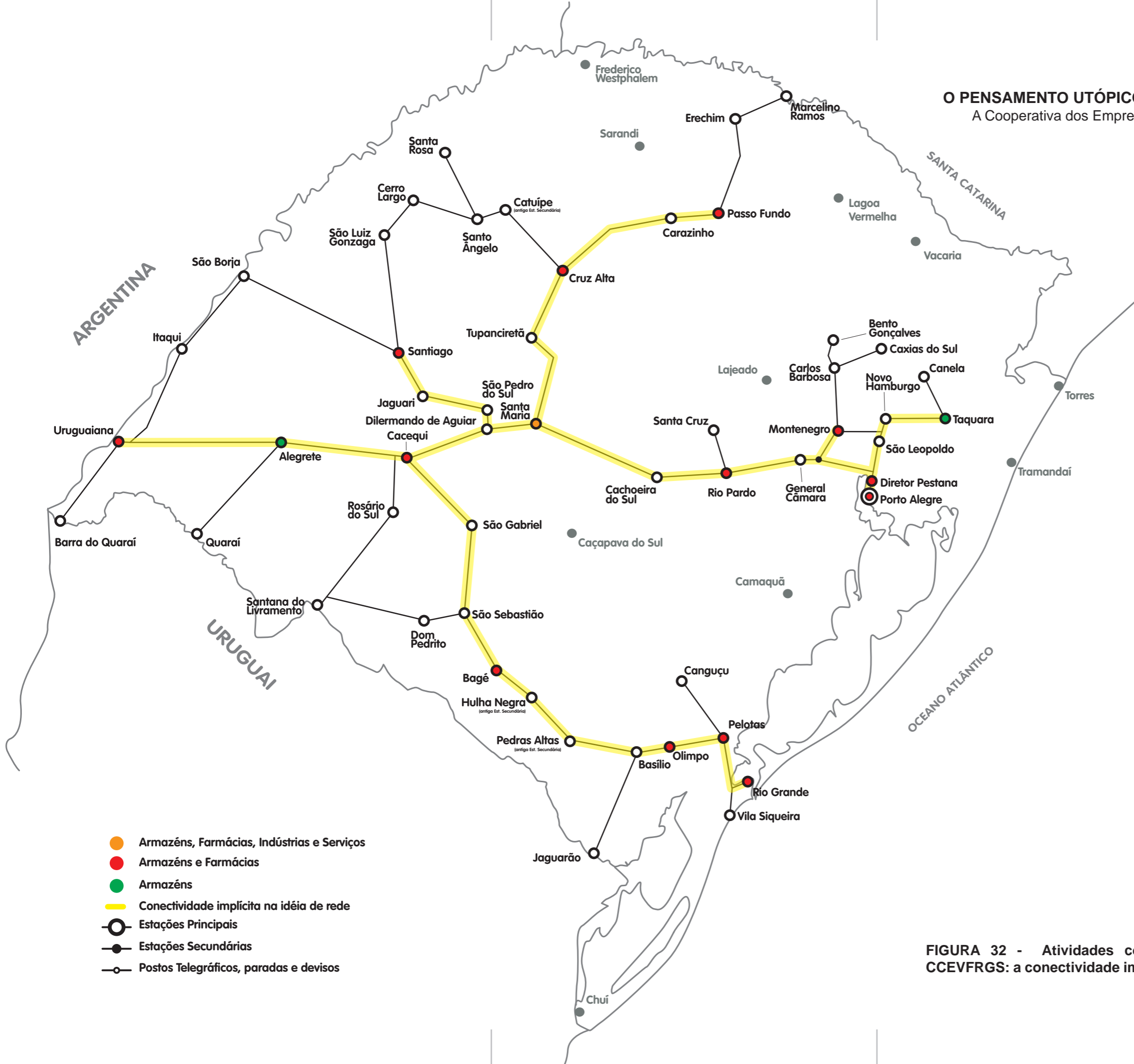


FIGURA 32 - Atividades comerciais, industriais e de serviços da CCEVFRGS: a conectividade implícita na idéia de rede – situação em 1959.

O PENSAMENTO UTÓPICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL
 A Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul
 Tese de doutorado
 Luiz Fernando da Silva Mello

UFRGS/FAU/PROPUR – 2010

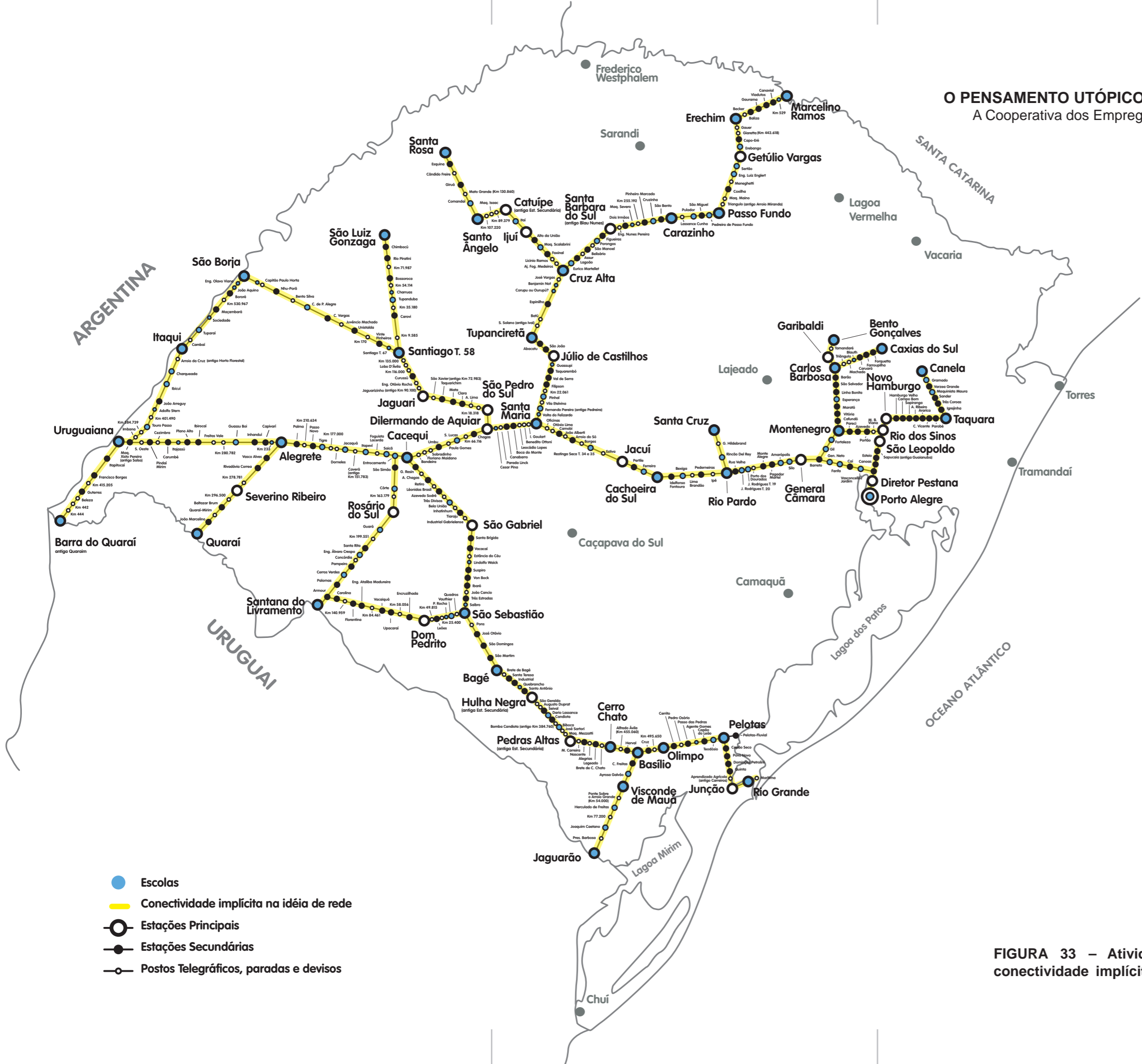


FIGURA 33 – Atividades educacionais da CCEVFRGS: a conectividade implícita na idéia de rede – situação em 1946.

O PENSAMENTO UTÓPICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

A Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul

Tese de doutorado

Luiz Fernando da Silva Mello

UFRGS/FAU/PROPUR – 2010

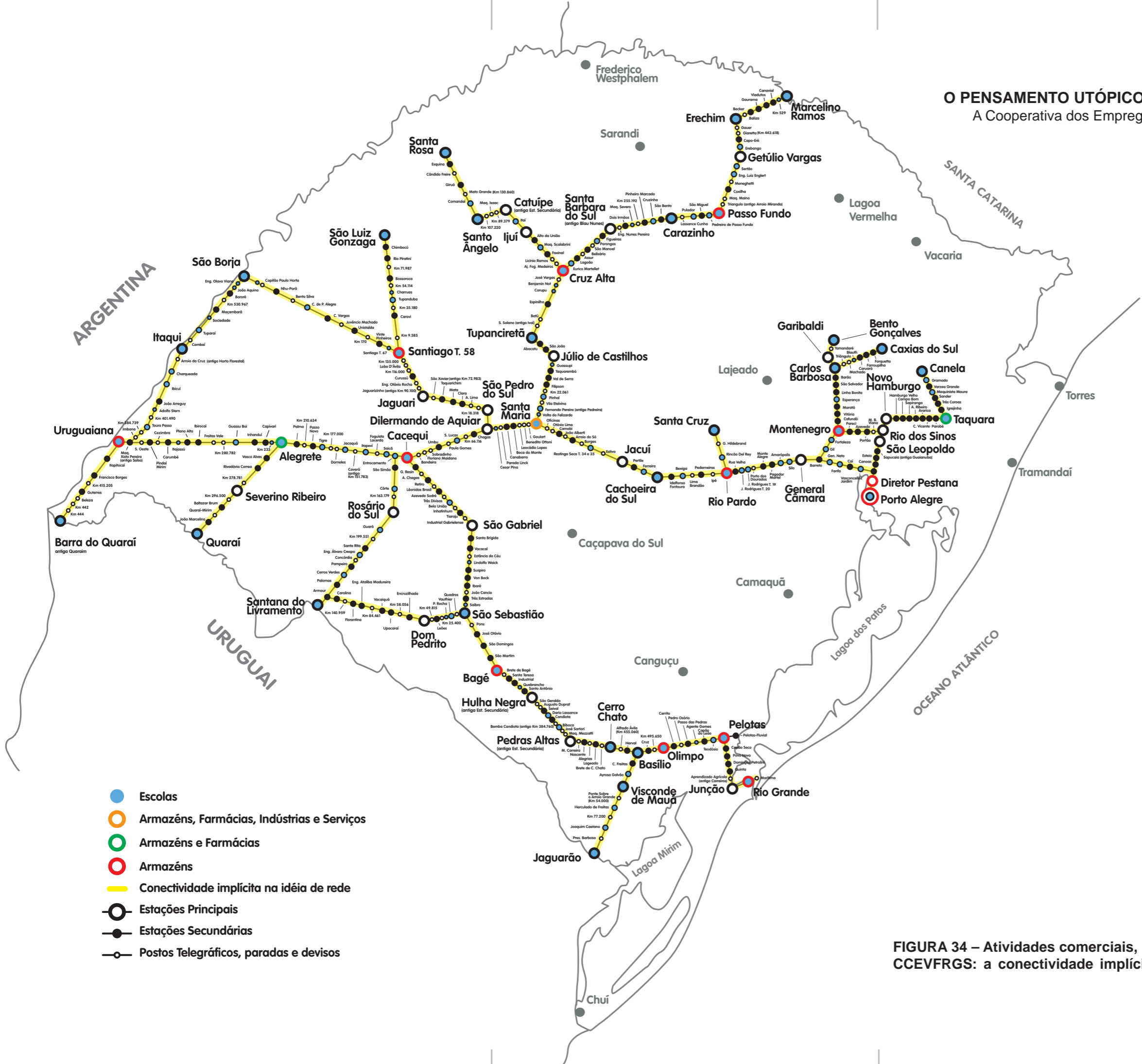


FIGURA 34 – Atividades comerciais, industriais, de serviços e educacionais da CCEVFRGS: a conectividade implícita na idéia de rede – situação em 1959.

6.3 Os espaços urbanos

As cidades e lugarejos atendidos pelos serviços da CCEVFRGS ficaram marcados por suas atividades e pelas edificações. Estas edificações se situam próximas às estações ou oficinas da ferrovia de forma a facilitar o acesso dos associados. Santa Maria, por ter sido um grande centro ferroviário e local da origem da cooperativa, abrigou o maior número de suas atividades e o maior e mais importante conjunto de edifícios. Outras cidades, na medida de sua importância e contingente de ferroviários, receberam também outros empreendimentos além dos armazéns que eram básicos e os primeiros a serem implantados.

6.3.1 Santa Maria

Em Santa Maria, os espaços construídos pela CCEVFRGS extrapolam a chamada mancha ferroviária e configuram-se como testemunhos materiais dos ideais cooperativistas (Fig. 36).

6.3.1.1 Atividades comerciais e industriais

Os armazéns, implantados de forma a atender os três núcleos de trabalho principais – a gare central (Km 0, as oficinas do Km 2 e o Km 3 – cobriam os locais de maior demanda por gêneros de primeira necessidade (Fig. 37, Fig. 38 e Fig. 39).

Na Vila Belga – núcleo habitacional ferroviário – se concentrava a maioria das funções da Cooperativa (Fig. 40). Além do edifício da administração e do armazém central (Fig.41, Fig. 42, Fig.43, Fig. 44), ali se localizavam as indústrias de café, de sabão (Fig. 48) e açougue (Fig.45), massas, pães (Fig. 46) e confecções (Fig. 47), tipografia e marcenaria (Fig. 50), farmácia, a lenheira e depósitos.

O PENSAMENTO UTÓPICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

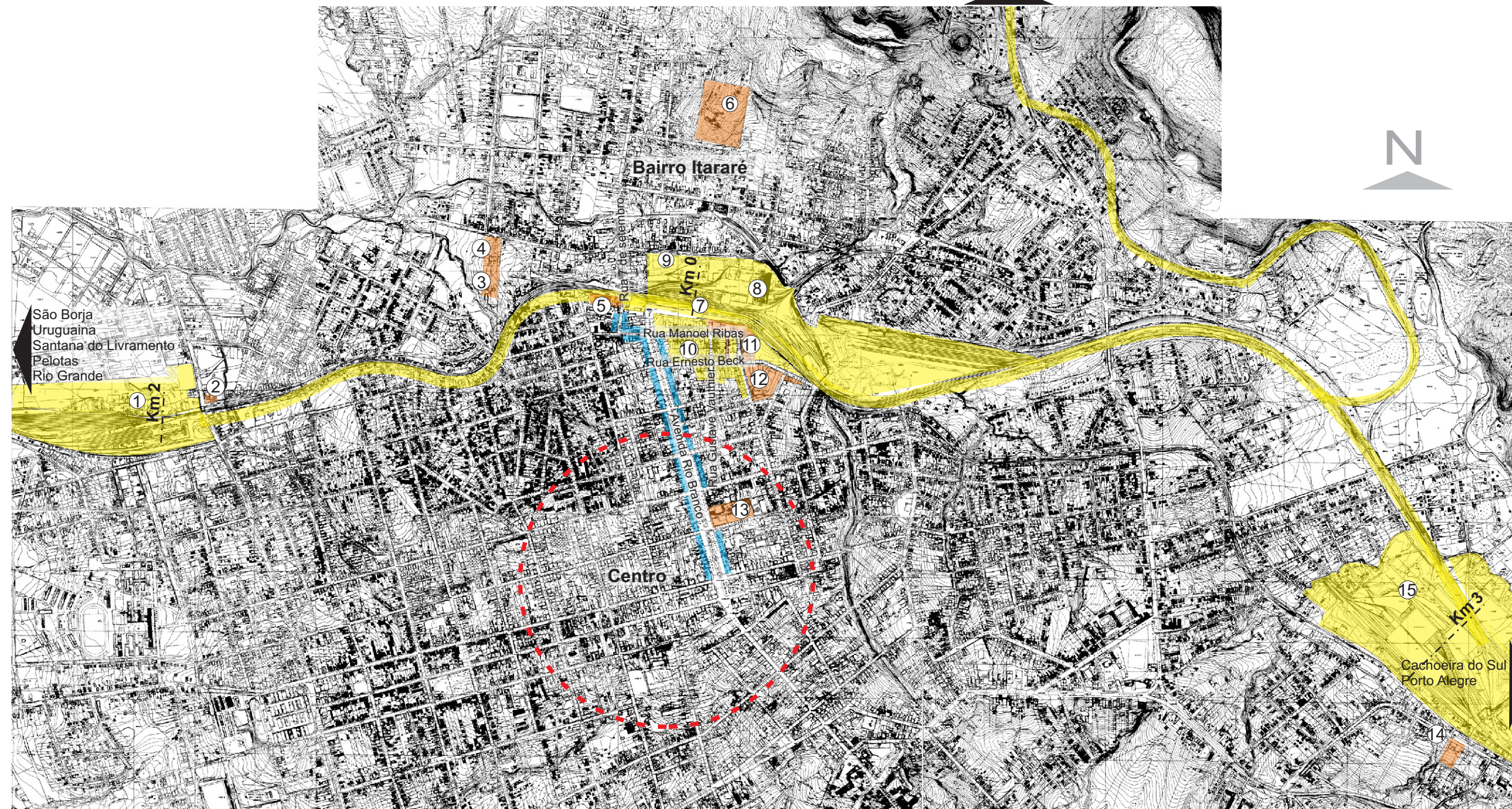
A Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul

Tese de doutorado

Luiz Fernando da Silva Mello

UFRGS/FAU/PROPUR – 2010

São Paulo
Passo Fundo
Cruz Alta



LEGENDA

- 1 - Km 2.
- 2 - CCEVFRGS - Núcleo Inspector Goulart, prédio único agregava várias funções.
- 3 - CCEVFRGS - depósito do Irmão Marista Estanislau José.
- 4 - CCEVFRGS - Grupo Escolar Rui Barbosa.
- 5 - CCEVFRGS - provável armazém.
- 6 - CCEVFRGS - Casa de Saúde.
- 7 - Estação Km 0.
- 8 - Oficinas da ferrovia.
- 9 - Clube dos engenheiros da RFFSA.
- 10 - Conjunto de casas da Vila Belga.
- 11 - CCEVFRGS - espaços contíguos.
- 12 - CCEVFRGS - Escola Santa Terezinha (feminina).
- 13 - CCEVFRGS - Escola Hugo Taylor (masculina).
- 14 - CCEVFRGS - Núcleo Otávio Lima, com armazém, açougue e farmácia, além do matadouro e a salsicharia.
- 15 - Km 3.

Espaços da atividade ferroviária

Espaços da CCEVFRGS

Espaços de atividades comerciais influenciadas pela função ferroviária

Centro histórico e comercial

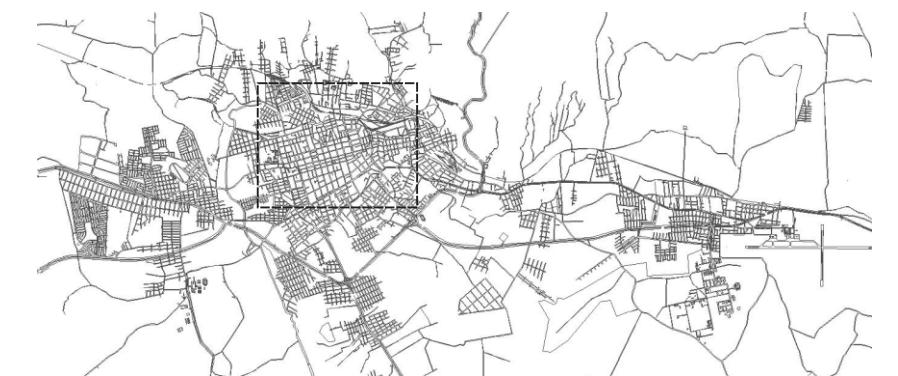


FIGURA 35 – Áreas e edifícios da CCEVFRGS e a mancha ferroviária em Santa Maria em 1966.

Fonte da fotogrametria: PMSM, 1966. *Levantamento Aerofotogramétrico de Santa Maria*. Porto Alegre: Cruzeiro do Sul, 1966.



FIGURA 36– Armazém, padaria e açougue do Núcleo de Otávio Lima, próximo às oficinas do Km3 (n° 14 no mapa de SM). Fontes: CEVFRGS. *Álbum de Fotografias*. Santa Maria, s. d. e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1962*. Santa Maria: Diretoria, 1963.

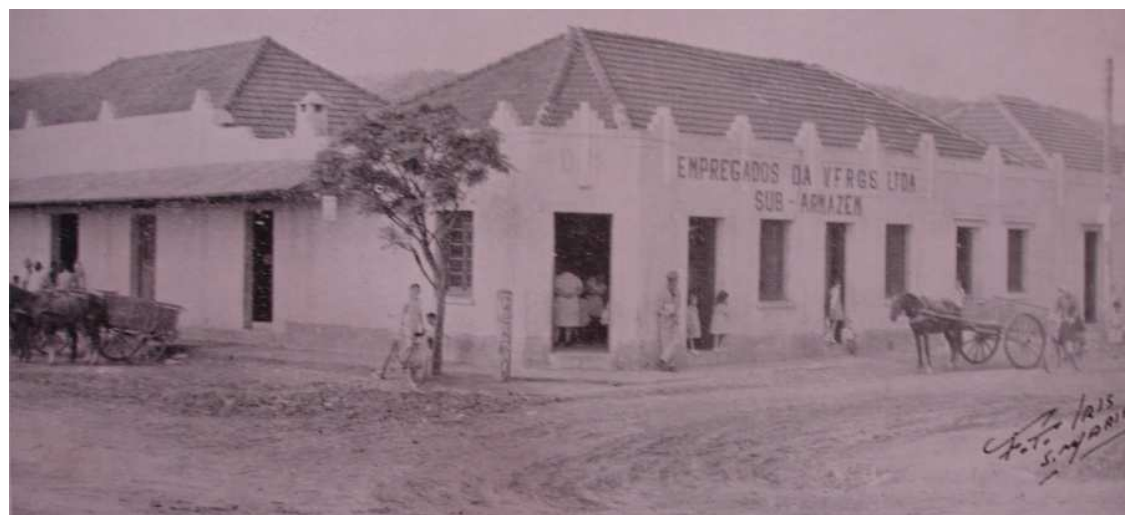
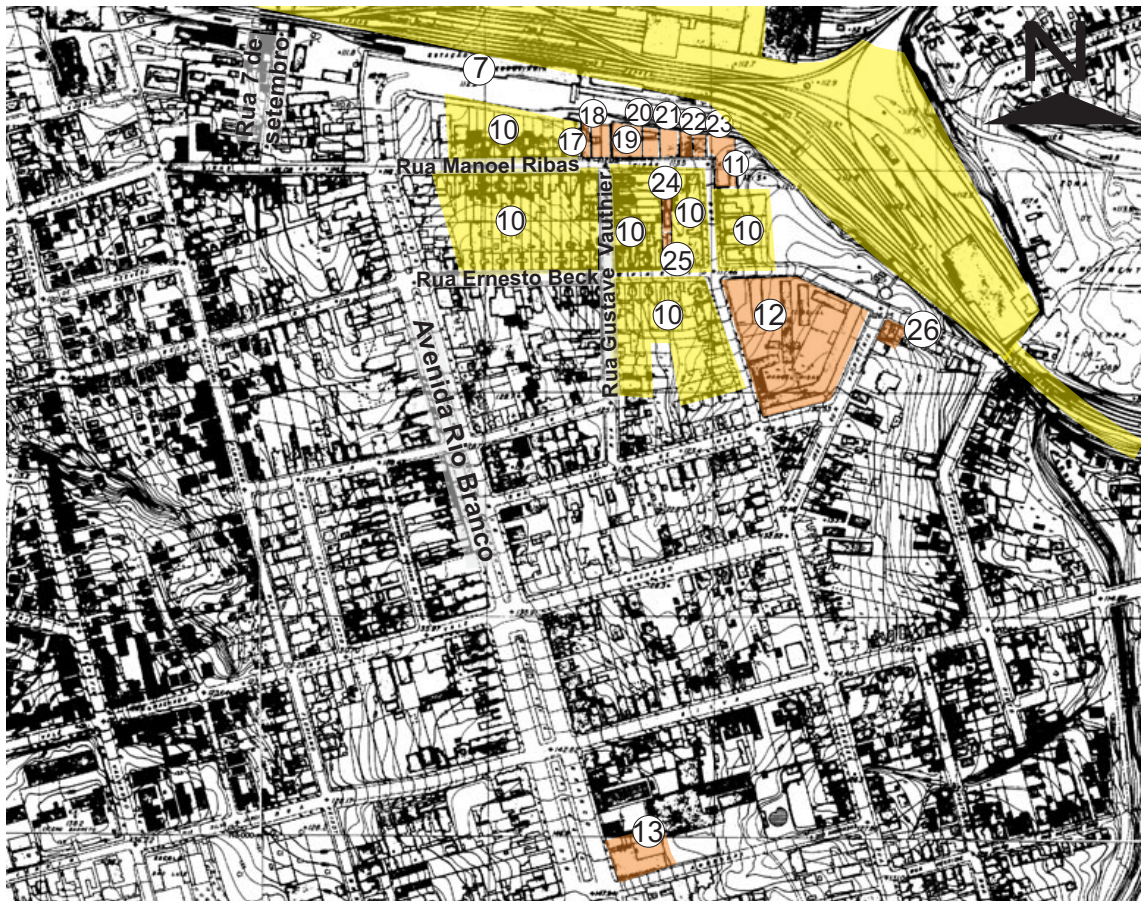


FIGURA 37– Armazém do Núcleo de Inspector Goulart, inaugurado em 1961 próximo às oficinas do Km 2 (n° 2 no mapa de SM). Fonte: CEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1961*. Santa Maria: Diretoria, 1962.



FIGURA 38 – Matadouro e Salsicharia localizados próximo às oficinas do Km3 e do Núcleo de Otávio Lima. (n° 14 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1922*. Santa Maria: Diretoria, 1923 e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria, 1924.



LEGENDA

- 7 - Estação Km 0.
- 10 - Conjunto de casas da Vila Belga.
- 11 - CCFVFRGS - Espaços contíguos, oficinas e lenheira.
- 12 - CCFVFRGS - Escola Santa Terezinha (feminina).
- 13 - CCFVFRGS - Escola Hugo Taylor (masculina).
- 17 - CCFVFRGS - Primeiras instalações da administração.
- 18 - CCFVFRGS - Sede Administrativa.
- 19 - CCFVFRGS - Armazém Central.
- 20 - CCFVFRGS - Setor de expedição de mercadorias.
- 21 - CCFVFRGS - Depósito.
- 22 - CCFVFRGS - Depósito.
- 23 - CCFVFRGS - Farmácia.
- 24 - CCFVFRGS - Padaria e fábrica de massas.
- 25 - CCFVFRGS - Fábrica de Confeções.
- 26 - CCFVFRGS - Fábrica de Café/ Sabão e Açougue.

Espaços da atividade ferroviária

Espaços da CCEVFRGS

FIGURA 39 – Áreas e edifícios centrais da CCEVFRGS e a mancha ferroviária em Santa Maria em 1966 .

Fonte da fotogrametria: PMSM, 1966. *Levantamento Aerofotogramétrico de Santa Maria*. Porto Alegre: Cruzeiro do Sul, 1966.



FIGURA 40 – Prédio que agregava as funções de açougue, salsicharia e o Escritório Central da Cooperativa, anterior à construção do Edifício Sede em 1932 (nº 17 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1920*. Santa Maria: Diretoria, 1921.



FIGURA 41 – Armazém Central em fotografia anterior à construção do prédio da Administração, e imagem interna. Fontes: CEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1920*. Santa Maria, 1922 e CEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria, 1924; (nº 19 no mapa de SM).



1

2

FIGURA 42 – 1. Vista aérea da mancha ferroviária nos anos 1930. No quadrante superior direito o edifício da Escola Santa Terezinha, a Vila Belga e prédios da CCEVFRGS. Fonte: Arquivo do Museu do Trem, São Leopoldo, RS. 2. Edifícios da administração e do armazém central de Santa Maria, anos 1930. Fonte: Casa da Memória Edmundo Cardoso.



FIGURA 43 – Seções de fazendas e de calçados do armazém central de Santa Maria. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1949*. Santa Maria: Diretoria, 1950.

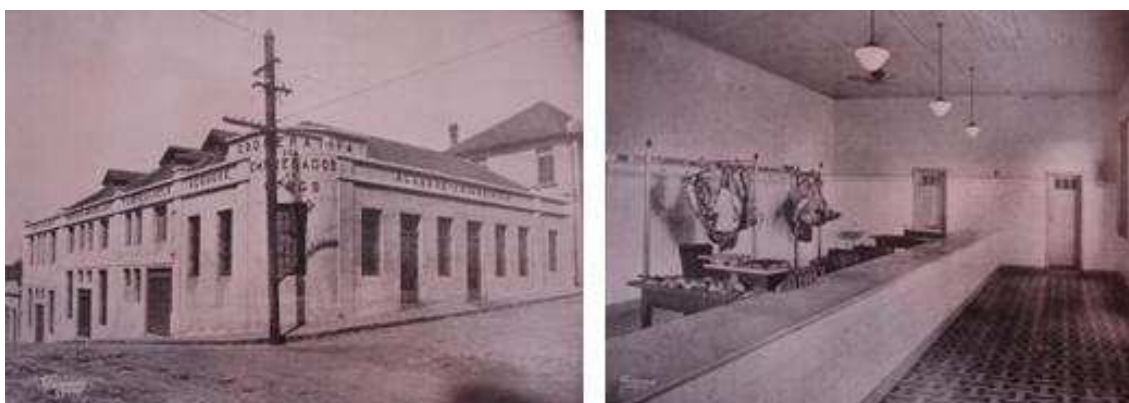


FIGURA 44 – Departamento de Indústrias com imagem interna do açougue localizado na parte frontal do edifício (nº 26 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1941*. Santa Maria, 1942.

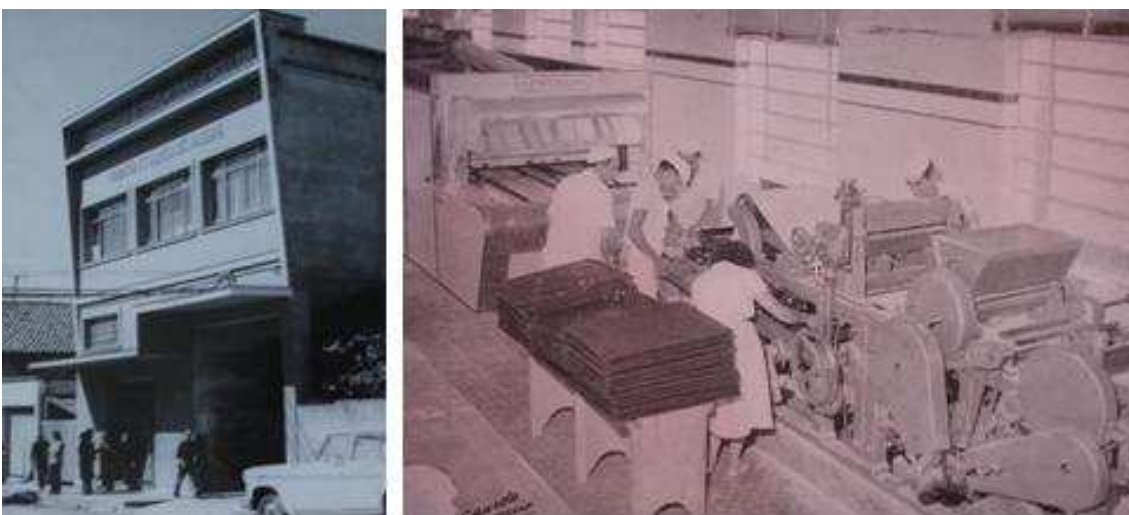


FIGURA 45 – Padaria localizada no pavimento térreo e imagem interna da Fábrica de massas e bolachas no pavimento superior (nº 24 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. *Álbum de Fotografias*. Santa Maria, s. d. e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1962*. Santa Maria, 1963.

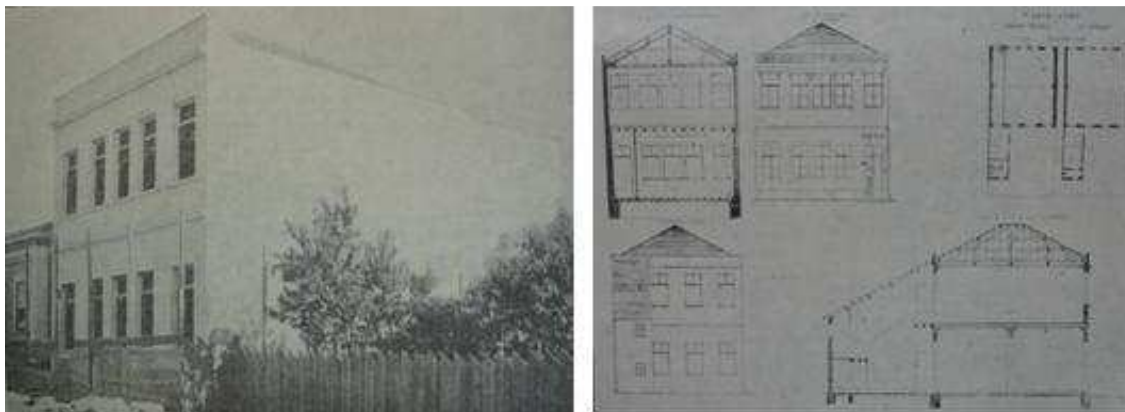


FIGURA 46 – Fábrica de Confeções em construção e projeto publicado no relatório de 1923, referindo-se ao mesmo como destinado à escola feminina e padaria (n° 25 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. Relatório – *Exercício de 1922*. Santa Maria: Diretoria, 1923 e CCEVFRGS. Relatório – *Exercício de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924.



FIGURA 47 – Departamento de Indústrias, com imagem interna da Fábrica de café e sabão (n° 26 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. Relatório – *Exercício de 1941*. Santa Maria: Diretoria, 1942.

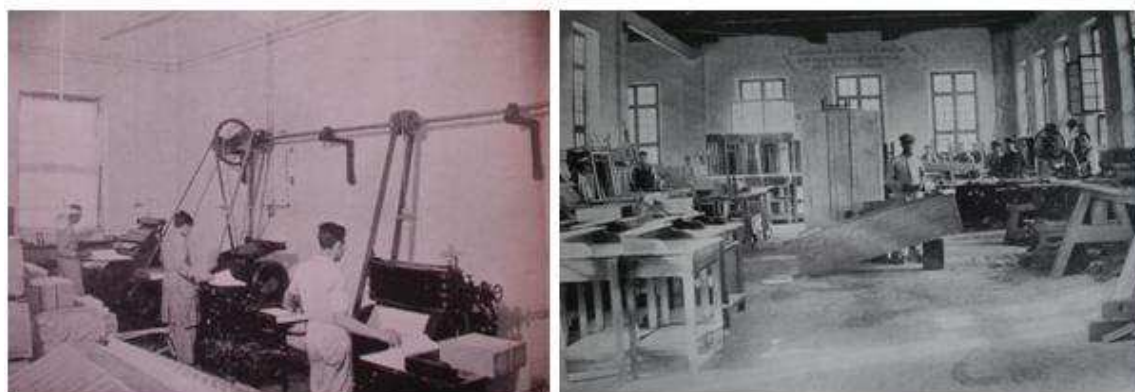


FIGURA 48 – Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor. 1. Tipografia da seção de impressão (n° 13 no mapa de SM). 2 Marcenaria. (n° 13 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. Relatório – *Exercício de 1941*. Santa Maria: Diretoria, 1942 e CCEVFRGS. Relatório – *Exercício de 1925*. Santa Maria: Diretoria, 1926.

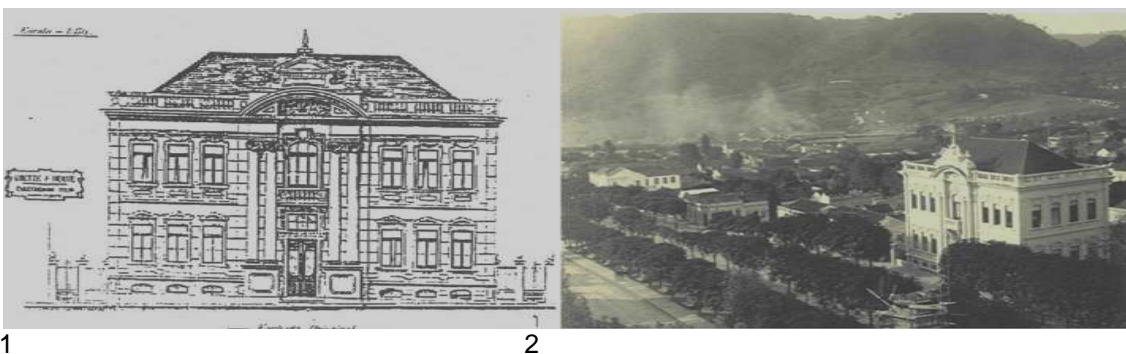
Outra atividade exercida pela CCEVFRGS foi a administração e prestação de serviços de restaurantes nos trens de passageiro da VFRGS (Fig. 49).



1 2
 FIGURA 49 – Vagões restaurantes administrados pela CCEVFRGS. 1 – 2ª Classe. 2 – 1ª Classe. Fontes: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1918*. Santa Maria: Diretoria, 1919 e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1921*. Santa Maria: Diretoria, 1922.

6.3.1.2 Atividades educacionais

Os equipamentos de ensino de maior porte, como as Escolas de Artes e Ofícios Hugo Taylor (Fig. 50) e Santa Terezinha (Fig. 51), foram localizadas na área mais central da cidade em pontos importantes no contexto urbano, respectivamente, a av. Rio Branco – um dos eixos históricos da evolução da cidade – e a Vila Belga.



1 2
 FIGURA 50 – Escola de Artes e Ofícios masculina. 1 – Projeto da fachada. 2 – O edifício no contexto central da cidade (nº 13 do mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1918*. Santa Maria: Diretoria, 1919 e Arquivo Municipal de SM.



FIGURA 51 – Escola Santa Terezinha. Instalações antigas e edifício em construção (nº 12 no mapa de Santa Maria). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1928*. Santa Maria: Diretoria, 1929.

No dia 1º de maio de 1922, ocorreram duas assembléias, uma ordinária, que tratou da leitura de relatório, balanço e balancetes e o parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1921 e outra, extraordinária e solene, que teve lugar no edifício da Escola de Artes e Ofícios para a sua inauguração (Fig. 52).



FIGURA 52 – Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor. Vista externa do conjunto e vista do pátio interno no dia da inauguração das Oficinas. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924 e CCEVFRGS. *Relatório de 1925*. Santa Maria: Diretoria, 1926.

Diante da presença de diversas autoridades locais e estaduais, Jobim, orador oficial, proferiu discurso fazendo referências históricas ao cooperativismo e aos pensamentos e experiências de Owen e Fourier e aos pioneiros de Rochdale quando também exaltou a importância da educação profissional e técnica. Esta também foi a tônica do discurso de um deputado que se seguiu:

Só o coração regenerado pelo altruísmo, só a inteligência iluminada pela cultura, podem dar aos operários o conhecimento e o sentimento da grandeza moral de sua missão como órgão necessário da actividade industrial do mundo. (...) Debaxo dos pórticos desse sumptuoso edifício erigido pela COOPERATIVA DE CONSUMO, o digno proletário achará o segredo da sua independência, aprendendo a pensar e a sentir, que a sua salvação e a nobreza do seu officio social, não dependem da força e da violência mas das altas suggestões do seu próprio coração.⁴⁴⁷

A Escola de Artes e Ofícios iniciou contando com 124 alunos nos 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso primário durante o dia e mais 114 alunos no turno da noite, quando eram ministradas aulas de português, aritmética, geometria e francês para os sócios após o expediente de trabalho.

⁴⁴⁷ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1922*. Santa Maria, 1923, pp. 8-9.

No que diz respeito à orientação didático-pedagógica, a diretoria buscou o apoio dos Irmãos Maristas que atuavam da área educacional desde 1900 no sul do país ⁴⁴⁸ com a ressalva de que o ensino religioso seria livre seguindo cada aluno a orientação e doutrina que lhe aprovesse

Em 1922 foi construído um pavilhão para carpintaria e marcenaria e iniciada a construção de outro pavilhão destinado às forjas, ajustadores e ferraria. ⁴⁴⁹ Em 1923 a escola tinha 277 alunos matriculados sendo 165 diurnos e 112 noturnos. Neste mesmo ano foi deliberada a construção de pavilhão destinado ao refeitório e dormitório para os alunos, uma sala especial para diversões e a construção de prédios destinados às oficinas em área contígua à escola. Também ficou decidida a criação de internatos nas diversas escolas. ⁴⁵⁰

Em 1925 funcionaram quatro cursos primários e três cursos preparatórios com 225 alunos no turno diurno e 131 alunos no noturno. ⁴⁵¹ Em 20 de setembro foram inauguradas as oficinas da escola que ocupavam 2.100 metros quadrados e eram aparelhadas com máquinas e equipamentos para marcenaria, carpintaria, tornearia, fundição e ferraria de última geração. ⁴⁵² Estes equipamentos possibilitavam além da aprendizagem, a produção de fogões, móveis, utensílios, ferramentas, entre outros objetos que eram eventualmente expostos (Fig. 53).

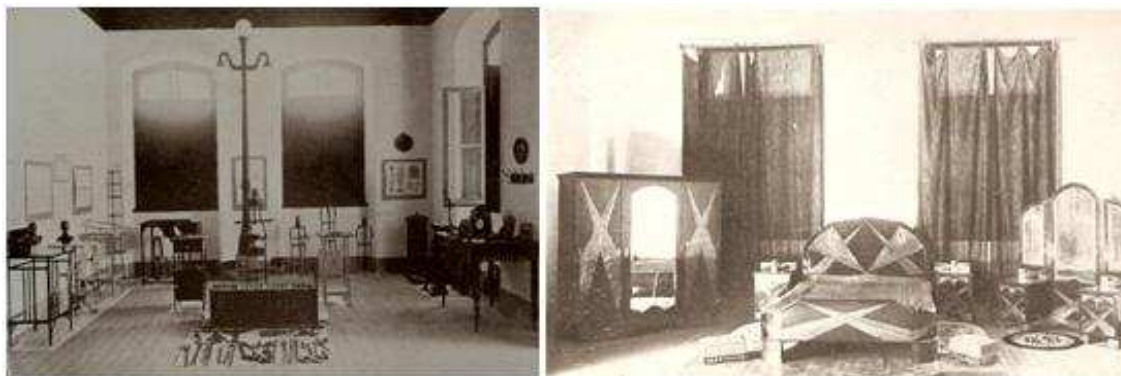


FIGURA 53 – Exposição de produtos da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor. 1 - Metalurgia. 2 - Marcenaria.

⁴⁴⁸ Em 1853, os Irmãos Maristas publicaram na França *Le Guide des Écoles*, um texto-síntese educativo baseado nas reflexões e experiências sobre as instituições e as orientações de Marcelino Champagnat. Fonte: <http://www.maristas.org.br/portal/pagina.asp?IDPag=6> (Acessado em 23/8/20010).

⁴⁴⁹ CCEVFRGS. Op. cit., (1923), p. 18.

⁴⁵⁰ CEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria, 1924, pp. 19-22.

⁴⁵¹ Idem. *Relatório – Exercício de 1925*. Santa Maria, 1926, pp. 10-29. Há divergência em relação ao número de matrículas no mesmo relatório: na página 10 consta 225 alunos e na página 26, 294 alunos.

⁴⁵² Idem. *Relatório – Exercício de 1925*. Santa Maria, 1926, p.16.

Em 1929 a CCEVFRGS adquire três terrenos contíguos ao prédio principal da Escola para construir um internato e novas oficinas de ensino.⁴⁵³

Entre os alunos da Escola de Artes e Ofícios encontrava-se o pintor Iberê Camargo (1914-1994)⁴⁵⁴ – filho de pai e mãe ferroviários – onde inicia sua aprendizagem em pintura em 1927 e onde é premiado por seus trabalhos.⁴⁵⁵

Camargo, em suas reminiscências, descreve o período em que estudou na Escola de Artes e Ofícios e a importância das amizades lá criadas e de seus professores na sua formação o que motivou a retornar à Santa Maria para revê-los algumas vezes.⁴⁵⁶

Quando começou a frequentar as aulas de pintura, ele lembra particularmente de um quadro de uma exposição dos alunos que já estavam estudando (Fig. 54-1), descrevendo-o como “*um Cristo que agonizava na cruz, sob um céu tempestuoso, iluminado pelos clarões dos relâmpagos*” (Fig. 54-2).

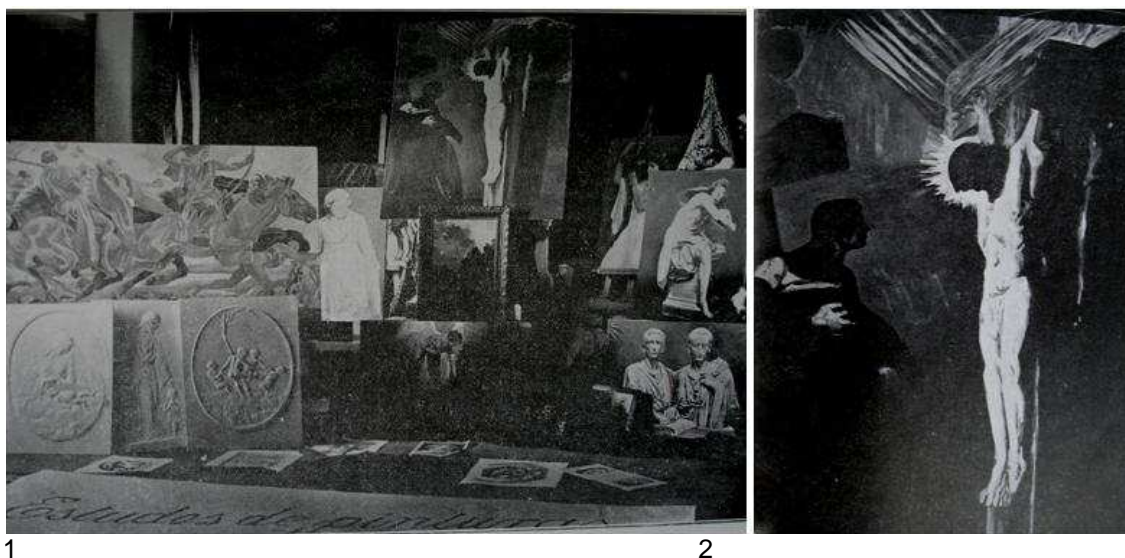


FIGURA 54 – Escola de Artes e Ofícios. 1 – Exposição dos alunos de pintura. 2 – Detalhe. Fonte: CCEVFRGS, *Relatório do ano de 1927*. Santa Maria, 1928.

⁴⁵³ Idem. *Relatório – Exercício de 1929*. Santa Maria, 1930, p. 20.

⁴⁵⁴ Iberê Camargo foi um dos mais importantes artistas brasileiros do século XX. Foi premiado como o melhor pintor nacional na VI Bienal de São Paulo (1961). Era também desenhista e gravador. Autor de uma obra extensa, que inclui pinturas, desenhos, guaches e gravuras. Nasceu em Restinga Seca, no interior do Rio Grande do Sul, em novembro de 1914, tendo passado grande parte de sua vida no Rio de Janeiro. Desde a juventude, mostrou-se atraído por artistas independentes, como Guignard e Goeldi. Na Europa, estudou com Giorgio de Chirico, Carlos Alberto Petrucci, Antônio Achille e André Lothe. Fonte: www.iberecamargo.org.br. (Acessado em 21/05/2010).

⁴⁵⁵ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1928*. Santa Maria, 1929, pp. 10, 15, 17.

⁴⁵⁶ CAMARGO, I.. *Gaveta dos Guardados*. Augusto Massi (org). São Paulo: EDUSP, 1998, p. 166.

Ele descreve que a “*exposição de fim de ano era montada com o propósito de causar efeito*” e que “*os quadros colocados em cavaletes, às vezes com molduras douradas – assim recorde um retrato a óleo de Manoel Ribas –, eram ornados com panejamentos negros, que se estendiam pelo chão.*”⁴⁵⁷ Para Camargo, o ano de 1928, quando tinha quatorze anos de idade, foi “*fecundo, apaixonado*”:

“Produzi muito. No fim do ano a quase totalidade dos trabalhos expostos eram de minha autoria. Destes trabalhos restam apenas um óleo e três desenhos a crayon, que foram recolhidos por meu amigo de infância Edmundo Cardoso, entre os salvados do incêndio que consumiu o acervo da escola.”⁴⁵⁸

Camargo se refere à exposição anual de 1928 (Fig. 55-1), como aquela em “*que quase a totalidade dos trabalhos*” era de sua autoria. Nesta fotografia, no segundo quadro ao alto, da esquerda para à direita, podemos identificar o desenho que encontramos na *Casa de Memória* que leva o nome de seu amigo de infância Edmundo Cardoso (Fig. 55-2).



FIGURA 55 – Exposição anual da Escola de Artes e Ofícios de 1929. 1 – Quadros e trabalhos em gesso dos alunos da Secção de Pintura. 2 – Desenho a crayon sobre papel de Iberê Camargo (26/04/1929). Fontes: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1929*. Santa Maria: Diretoria, 1930 e Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria, RS.

A partir de 1934, a Escola passou a denominar-se Ginásio Industrial Hugo Taylor e, mais tarde, Escola Industrial Hugo Taylor.

⁴⁵⁷ CAMARGO. Op. cit. pp. 166-167.

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 169.

A importância dos edifícios da CCEVFRGS, notadamente o da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor, pode ser mensurada, por participarem de forma significativa na composição da paisagem urbana de Santa Maria (Fig 56).



FIGURA 56 – Av. Rio Branco nos anos 1950. À esquerda as torres da Catedral Diocesana e à direita a Escola de Artes e Ofícios com seu internato. Fonte: PMSM. Arquivo Municipal.

Em 1954, a CCEVFRGS sofre um revés quando o internato da Escola de Artes e Ofícios incendiou (Fig. 57).

O fogo começou à tardinha. Era um simples filete de fumo. Começou a aglomerar gente. O grande edifício, recortado contra o fundo de uma tarde de nuvens carregadas, estava sem defesa, esperando que as chamas aumentassem e que acontecesse o pavoroso incêndio. Aflita e inerte, a multidão assistiu a catástrofe. E, de todas as bocas, a mesma pergunta: por que em Santa Maria, uma cidade importante, não há um corpo de bombeiros?⁴⁵⁹

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, a Cooperativa passou por dificuldades financeiras que se refletiram na Escola que formou a última turma de artífices em 1962⁴⁶⁰ e encerrada as atividades oficialmente em 1986.

Em 1990 a edificação foi vendida para particular quando então passou a ser descaracterizada enquanto símbolo e arquitetura que agregava valor social à paisagem da Av. Rio Branco e à memória da comunidade.

⁴⁵⁹ Golpe no ensino técnico do Rio Grande! Destruído pelo fogo o Internato da Escola Hugo Taylor. *A Razão*. Santa Maria, 21/08/1954.

⁴⁶⁰



FIGURA 57 – Incêndio do edifício do internato da Escola de Artes e Ofícios em 1954. Fonte: CCEVFRGS. *Resumo dos Empreendimentos. Visão retrospectiva – 1955*. Santa Maria: Diretoria, 1955.

Em 1921 foi criada a escola Santa Terezinha para a educação das meninas que inicialmente ocupou uma casa da Vila Belga cedida pela Viação Férrea. A grande demanda de alunas culminou com a construção de uma grande edificação que foi concluída em 1929 (Fig. 58, Fig. 59).

A responsabilidade pedagógica e administração foram delegadas às Irmãs Franciscanas do Colégio Sant'ana até 1942. Até então foram ministrados cursos de música, canto, desenho, costura, bordado e trabalhos domésticos para 11.297 alunas.

Em 1922 a diretoria da cooperativa registra o interesse de estender o ensino técnico e profissional às meninas da seguinte forma:

Visamos difundir o quanto possível o ensino técnico e profissional e não seria justo que ministrássemos aos nossos filhos essa educação, deixando em abandono a das meninas, cuja função social é de incontestável preeminência, seja no seio da família educando a prole, quer na vida social chamada muitas vezes a assumir a direção de toda a família e o seu próprio sustento.⁴⁶¹

⁴⁶¹ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1921*. Santa Maria, 1922, p. 17.

O discurso da argumentação para o ensino feminino se amplia ao trazer referências à civilização contemporânea quando a *“emancipação econômica da mulher vem se accentuando, determinada pelas necessidades sempre crescentes da vida social”* (sic) para a qual deveria estar preparada para enfrentar as *“vicissitudes da vida”* mediante o aperfeiçoamento das suas aptidões e da elevação de sua educação intelectual e moral.⁴⁶²

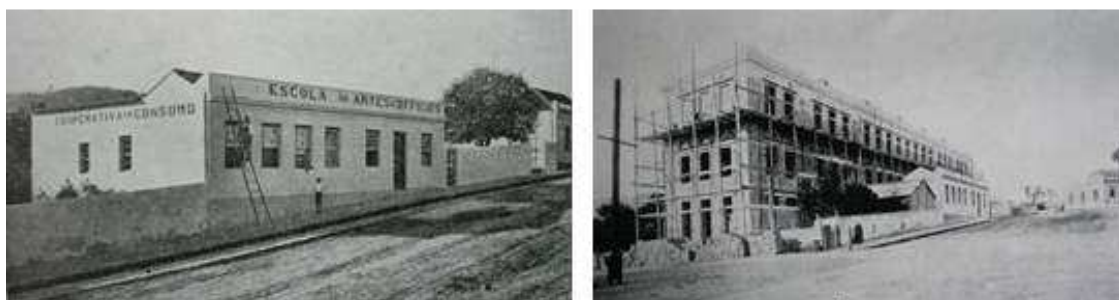


FIGURA 58 – Casa da Vila Belga ocupada provisoriamente pela Escola Santa Terezinha, e novo prédio em construção no terreno lindeiro em vista pela Rua 13 de maio (nº 12 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924 e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1928*. Santa Maria: Diretoria, 1929.

Assim, foi instalada uma escola provisória em uma casa da Vila Belga⁴⁶³ onde se iniciou a educação de filhas dos associados e neste mesmo ano começou a ser construído um edifício próprio⁴⁶⁴ que foi inaugurado no dia 1º de junho de 1923. Tendo sido matriculadas 121 meninas, número considerado elevado para os espaços disponíveis, a diretoria deliberou pela aquisição de um terreno situado nas proximidades da cooperativa para a construção de edifício destinado a internato, externato e instalações para o ensino profissional.⁴⁶⁵

Em 1924 foi adquirido terreno lindeiro ao prédio onde funcionava o curso feminino com o objetivo de edificar espaços adequados ao ensino profissionalizante (Fig. 60). As atividades educacionais da escola se estendiam à outros locais (Fig. 61).

⁴⁶² Idem. Op. cit., (1922), p. 18.

⁴⁶³ A Vila Belga é assim denominada por ter sido construída durante a administração da Viação Férrea pela Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil, de origem belga.

⁴⁶⁴ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1922*. Santa Maria, 1923, p. 18.

⁴⁶⁵ Idem. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria, 1924, p.23



FIGURA 59 – Escola de Artes e Ofícios Santa Terezinha. (nº12 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1929*. Santa Maria, 1930.



1

2

FIGURA 60 – Escola de Artes e Ofícios Santa Terezinha. 1 – Pátio interno. 2 – Prédio para aulas de cozinha, lavanderia e padaria (nº 12 no mapa de SM). Fonte: CEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1929*. Santa Maria, 1930.



FIGURA 61 – Escola de Artes e Ofícios Santa Terezinha. Classe de música e de serviços domésticos. (local não identificado). Fonte: CEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924.

Entre a gare e o Km 2, foi implantado o Grupo Escolar Rui Barbosa (Fig. 62) que abrigava aos fundos, em anexo, hortas e criação de pequenos animais onde os alunos aprendiam atividades agro-pastoris. Para atender as necessidades da merenda escolar das Escolas Ferroviárias que se localizavam ao longo da ferrovia (Fig. 63), o Irmão Marista Estanislau José, o “Padre das cabras” organizou os *Clubes Agrícolas* onde eram produzidos hortifrutigranjeiros e criadas aves suínos e cabras para o fornecimento de leite (Fig. 64).



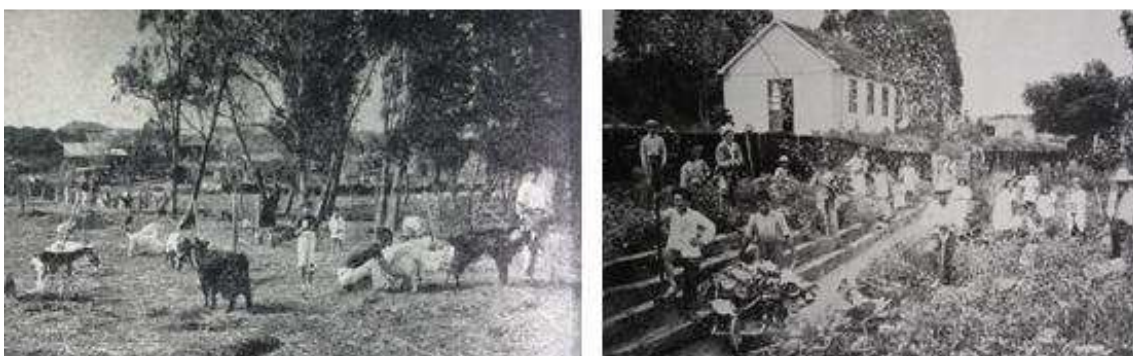
1

2

FIGURA 62 – Grupo Escolar Rui Barbosa. 1 – Vista frontal. 2 – Sala de aula. (n°4 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. *Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada, 1913-1963 – 50 anos*. Santa Maria: Diretoria, 1963 e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1949*. Santa Maria: Diretoria, 1950.



FIGURA 63 – Escola Ferroviária. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1955*. Santa Maria: Diretoria, 1956.



1

2

FIGURA 64 – Atividade agropastoril. 1. Criação de caprinos. 2. Horta. (n° 3 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1941*. Santa Maria: Diretoria, 1942 e CEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1946*. Santa Maria: Diretoria, 1947.

6.3.1.3 Atividades da saúde

O setor de atendimento à saúde trouxe grande desenvolvimento, não só para os ferroviários como para toda a comunidade de Santa Maria com a implantação do hospital Casa de Saúde. Inaugurado em 24 de abril de 1931, este hospital foi construído “*graças ao recebimento dos valores dos juros por numerário retido pela VFRGS e pertencente à Cooperativa, por deferência do Sr. Dr. Getúlio Vargas, então presidente do Estado*”.

A Casa de Saúde “com precípua finalidade de assistência social” ampliou suas instalações em 1933 com a construção do Pavilhão de Medicina e no início da década de 1960 com a construção do Sanatório para tuberculosos.⁴⁶⁶ O edifício do hospital ainda hoje domina a paisagem das elevações ao norte da cidade (Fig. 65).



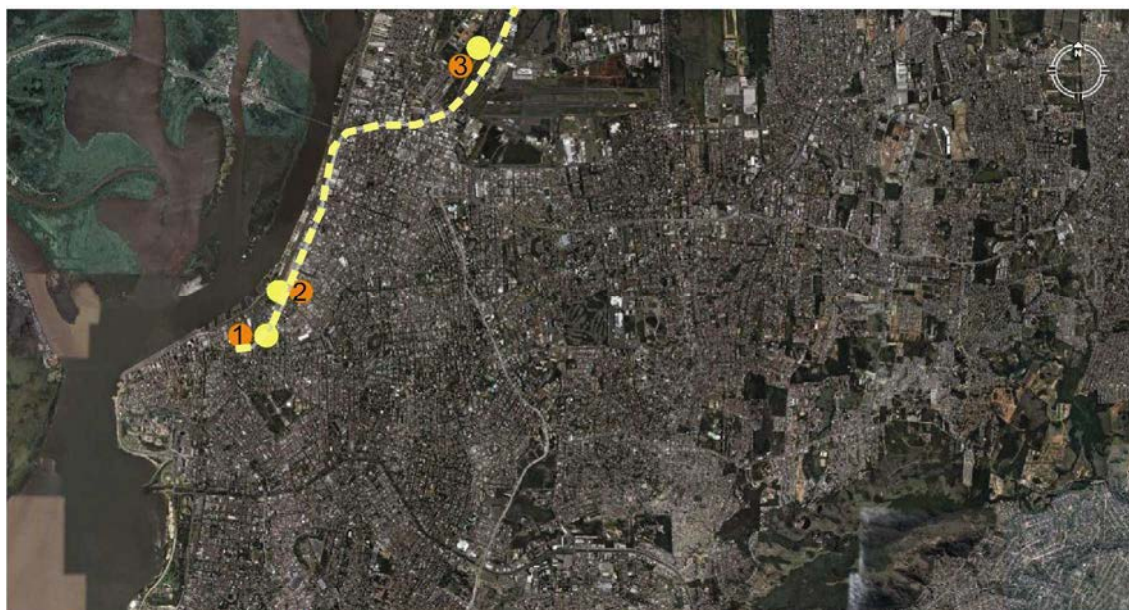
FIGURA 65 – Edifício principal da Casa de Saúde (nº 6 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1931*. Santa Maria: Diretoria, 1932 e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1933*. Santa Maria: Diretoria, 1934.

6.3.2 Porto Alegre

No local chamado Diretor Pestana, situava-se uma estação e oficinas da ferrovia, e lá foram instalados armazém e farmácia (Fig. 66, Fig. 67). Em 1917, com a transferência da administração da CACFB para Porto Alegre, os escritórios da cooperativa foram também deslocados para lá provisoriamente. Um “Posto de vendas” foi instalado em sala do Edifício Ely (Fig. 68);

Este deslocamento da CACFB gerou demandas maiores ao armazém que ocupava espaço insuficiente o que levou a diretoria a decidir pela compra de terreno para a construção de sede própria na rua Voluntários da Pátria, nº 467 em frente ao terreno onde seria mais tarde construída a nova estação férrea (Fig. 69, Fig. 70).

⁴⁶⁶ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1955*. Santa Maria: Diretoria, 1956, pp.11-12 e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1962*. Santa Maria: Diretoria, 1963, pp.7-8.



- ① “Posto de Vendas” da CCEVFRGS no Edifício Ely, próximo à Estação Ferroviária demolida na década de 1970 (desativado)
- ② Armazém da Rua Voluntários da Pátria (desativado)
- ③ Armazém de Diretor Pestana (desativado)
- Estações Ferroviárias desativadas
- Ferrovia desativada

FIGURA 66 – A CCEVFRGS em Porto Alegre. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 7 de janeiro de 2009; (Acessada em 25 de maio de 2010).



FIGURA 67 – Armazém e Farmácia de Diretor Pestana. Fonte: CCEVFRGS. *Álbum de Fotografias*. Santa Maria, s. d..



FIGURA 68 – Posto de vendas da CCEVFRGS. 1 – Em primeiro plano a antiga Estação Férrea demolida no início da década de 1970 e à esquerda o Edifício Ely. 2 – Edifício Ely em foto atual. 3 – Vista interna do Posto de Vendas. Fontes: <http://wikimapia.org>, <http://ar>

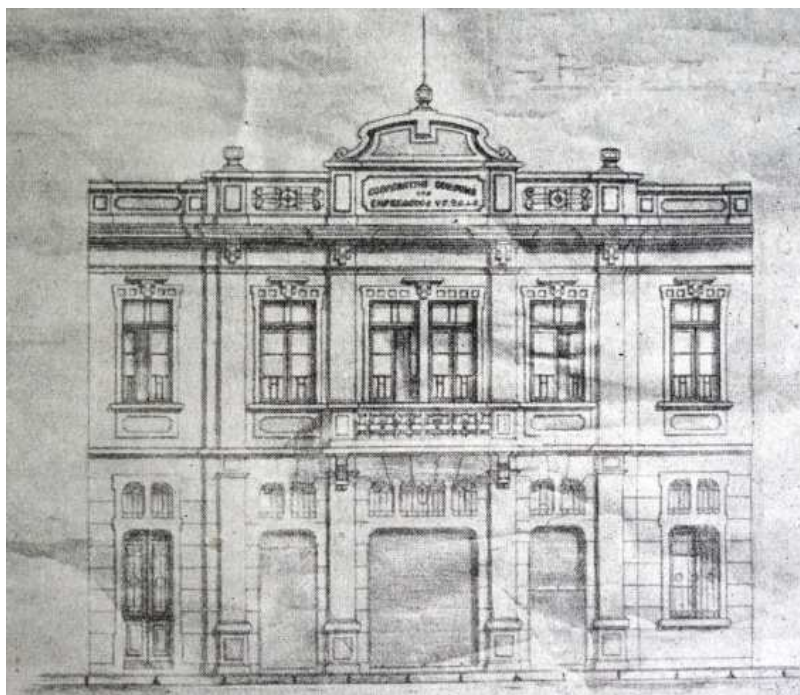
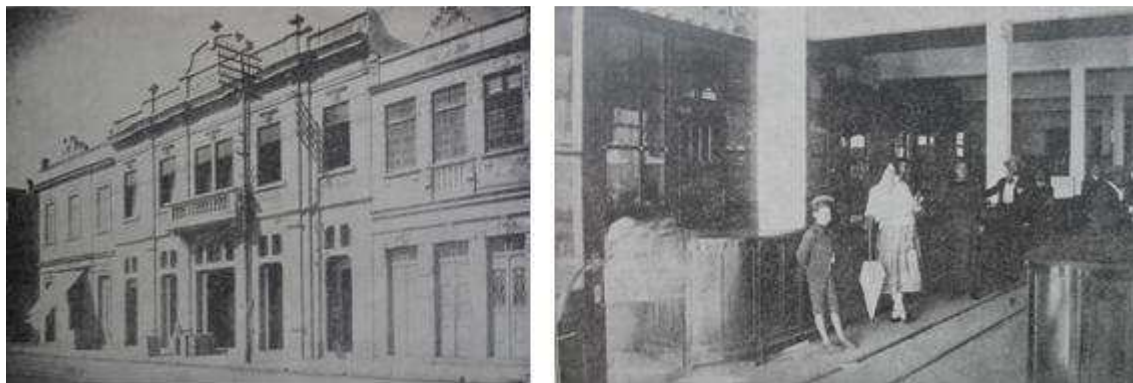


FIGURA 69 – Projeto do edifício para armazém filial em Porto Alegre na rua Voluntários da Pátria. Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1920. Santa Maria: Diretoria, 1921.



1 2
 FIGURA 70 – CCVFRGS em Porto Alegre. 1 – Edifício dos Escritórios da Diretoria, Diretor Comercial e Contabilidade Geral no pavimento superior e Armazém com Farmácia e Alfaiataria no térreo. 2 – Vista do armazém. Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1922. Santa Maria: Diretoria, 1923.

Em 1923 foi construída a Escola de Artes e Ofícios de Porto Alegre em local próximo da Estação do então distrito de Gravataí. A escola contava com bloco destinado ao refeitório e dormitório para os alunos (Fig. 71).⁴⁶⁷

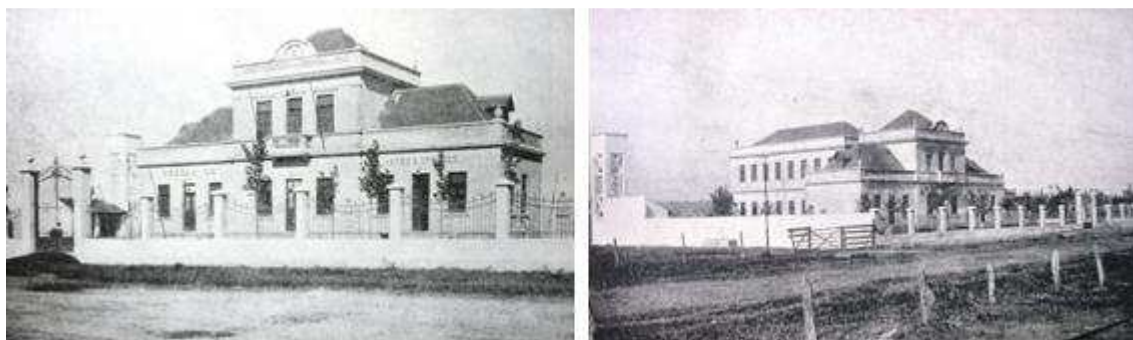


FIGURA 71 – Escola de Artes e Ofícios de Porto Alegre. em vista da fachada e lateral com bloco para refeitório e dormitório de alunos, construída na Estação do então distrito de Gravataí. Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1923. Santa Maria, 1924

⁴⁶⁷ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924, p.

6.3.3 Pelotas

Em 16 de junho de 1956 foram inaugurados o Armazém e Farmácia de Pelotas (Fig. 72, Fig. 73).



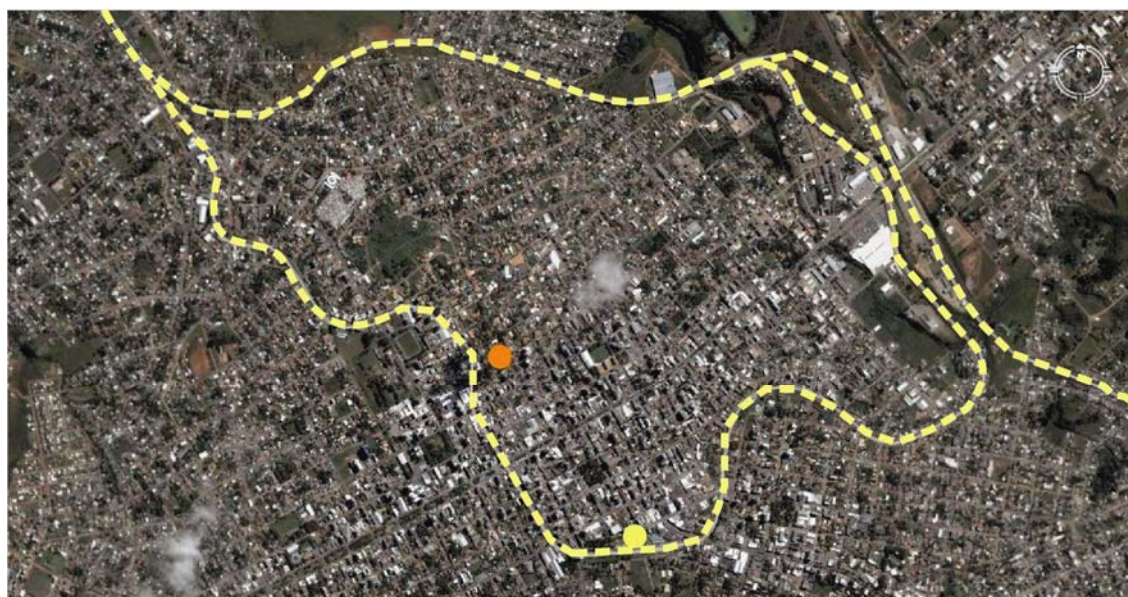
FIGURA 72 – A CCEVFRGS em Pelotas. Fonte da imagem aérea: Fonte: Google Earth; Data: 16 de maio de 2006 (Acessada em 25 de maio de 2010).



FIGURA 73 – Armazém e Farmácia de Pelotas, inaugurado em 16 de junho de 1956. Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1955. Santa Maria: Diretoria, 1956.

6.3.4 Passo Fundo

Em 1921 foi inaugurado o Armazém de Passo Fundo com a anexação posterior da Farmácia (Fig. 74, Fig. 75).



- Armazém - Rua General Canabarro, 970 (desativado)
- Estação Ferroviária desativada
- Ferrovia desativada

FIGURA 74 – A CCEVFRGS em Passo Fundo. Fonte da imagem aérea: Fonte: Google Earth; Data: 10 de março de 2006 (Acessada em 25 de maio de 2010).



1



2

FIGURA 75 – Armazém de Passo Fundo. 1 – Em 1921. 2 – Em 1943 com a farmácia em anexo. Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1921. Santa Maria, 1922 e CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1942. Santa Maria, 1943.

6.3.5 Bagé

O Relatório do Exercício de 1922 registra a construção do Armazém e da Escola masculina em Bagé (Fig. 76, Fig. 77).



FIGURA 76 – A CCEVFRGS em Bagé. Fonte da imagem aérea: Fonte: Google Earth; Data: 02 de julho de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).

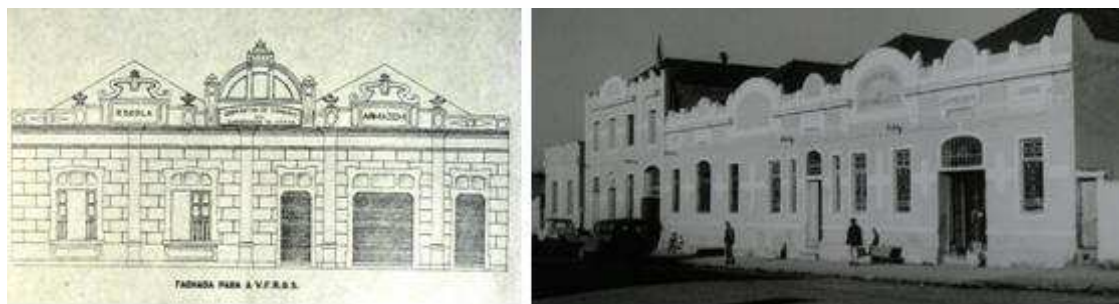


FIGURA 77 – Armazém de Bagé. 1 – Projeto inicial. 2 – Edifício construído (que não seguiu o projeto) com o prédio em anexo de dois pavimentos para a Escola masculina. Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1922. Santa Maria, 1923; CCEVFRGS. Álbum de Fotografias, s.d..

6.3.6 Pedro Osório

Os registros fotográficos dão conta de que na década de 1960, Pedro Osório (Antiga Olimpo) já contava com Armazém e Farmácia (Fig. 78, Fig. 79).



FIGURA 78 – A CCEVFRGS em Pedro Osório (Antiga Olimpo). Fonte da imagem aérea: Fonte: Google Earth; Data: 02 de fevereiro de 2006 (Acessada em 25 de maio de 2010).



FIGURA 79 – A CCEVFRGS em Pedro Osório. 1 – Armazém (Ainda Olimpo, anos 1960). 2 – Armazém e Farmácia. Fonte: CCEVFRGS. Álbum de Fotografias. Santa Maria, s.d..

6.3.7 Uruguaiiana

A CCEVFRGS mantinha em Uruguaiiana, em 1942, Armazém e Farmácia e mais tarde, em 1954, casa de moradia do gerente do armazém e encarregado da farmácia (Fig. 80, Fig. 81).



FIGURA 80 – A CCEVFRGS em Uruguaiiana. Fonte da imagem aérea: Fonte: Google Earth; Data: 06 de setembro de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).



FIGURA 81 – A CCEVFRGS em Uruguaiiana. Armazém e Farmácia de Uruguaiiana em 1942 e a casa de moradia do gerente do armazém e encarregado da farmácia em 1954. Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1942. Santa Maria: Diretoria, 1943; e CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1954. Santa Maria, Diretoria, 1955.

6.3.8 Alegrete

Alegrete contava com um armazém, hoje desativado (Fig. 82, Fig. 83).



FIGURA 82 – A CCEVFRGS em Alegrete. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 22 de maio de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).



FIGURA 83 – Armazém de Alegrete. Foto de 1973. Fonte: CCEVFRGS. *Arquivo de Fotografias*. Santa Maria.

6.1.9 Santiago

A cidade de Santiago era atendida por armazém, atualmente desativado (Fig. 84, Fig. 85).



FIGURA 84 – A CCEVFRGS em Santiago. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 02 de abril de 2006 (Acessada em 25 de maio de 2010).



FIGURA 85 – Armazém e Farmácia de Santiago. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1940*. Santa Maria: Diretoria, 1941.

6.3.10 Cruz Alta



FIGURA 86 – A CCEVFRGS em Cruz Alta. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 13 de fevereiro de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).



FIGURA 87– Armazém de Cruz Alta. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1940*. Santa Maria: Diretoria, 1941.

6.3.11 Rio Grande



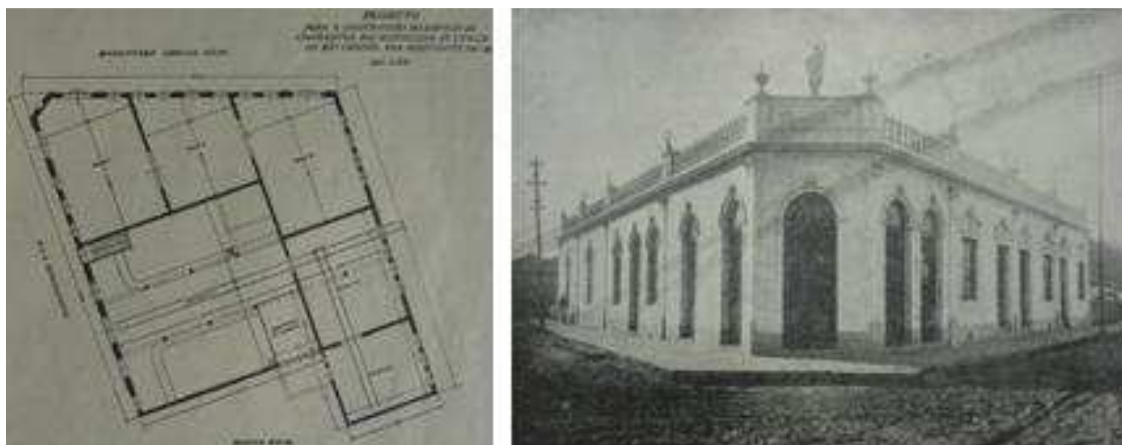
FIGURA 88 – A CCEVFRGS em Rio Grande. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 31 de agosto de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).

Em 1922 foi elaborado projeto de reforma do armazém de Rio Grande, com instalações para escolas elementares femininas e masculinas e Farmácia, com ampliação do prédio existente para receber pavimento superior (Fig.).⁴⁶⁸



FIGURA 89 – Armazém de Rio Grande. Projeto de reforma (fachada). Fonte: CEVFRGS. Relatório – Exercício de 1922. Santa Maria: Diretoria, 1923.

⁴⁶⁸ CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1922*. Santa Maria: Diretoria, 1923.



1 2
 FIGURA 90 – A armazém de Rio Grande. 1 – Projeto de ampliação. 2 – Edifício em 1921.
 Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1922. Santa Maria: Diretoria, 1923.

6.3.12 Cacequi



FIGURA 91 – A CCEVFRGS em Cacequi. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 10 de abril de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).

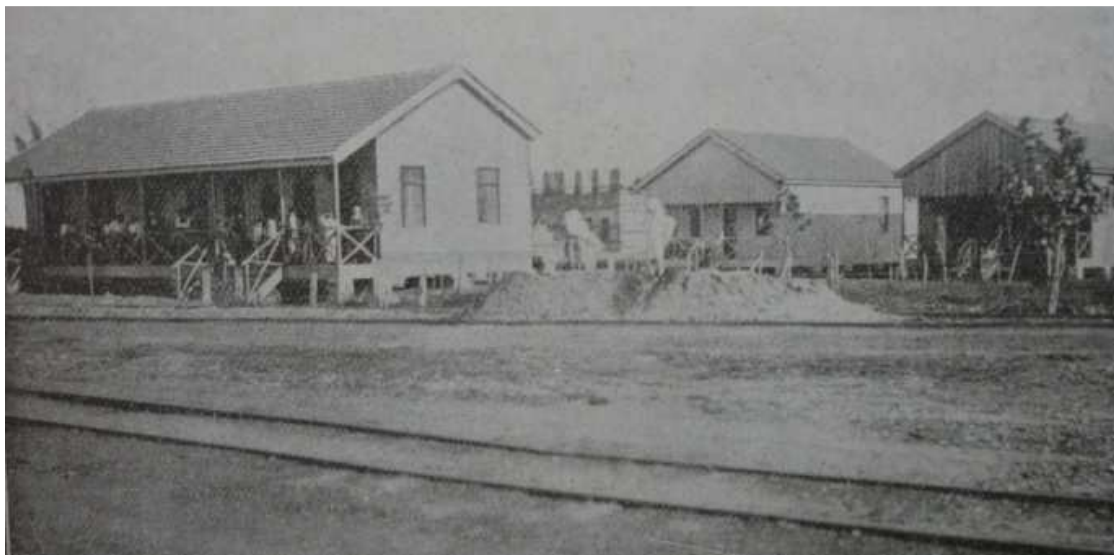
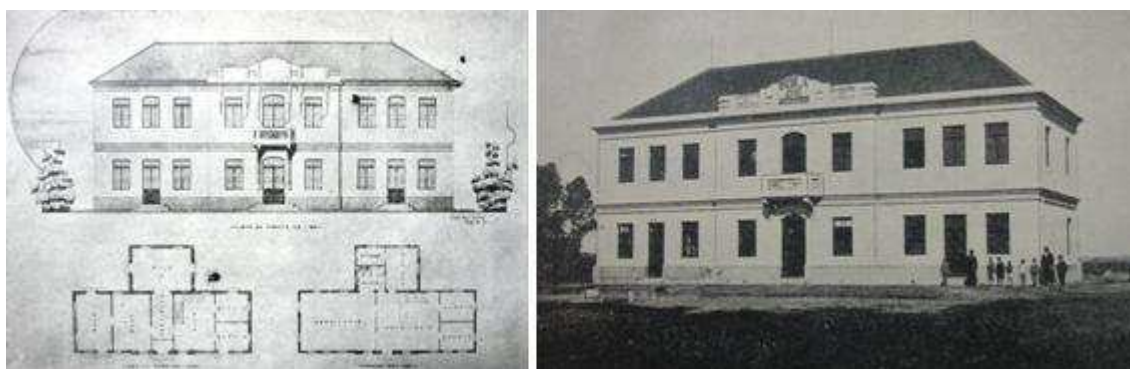


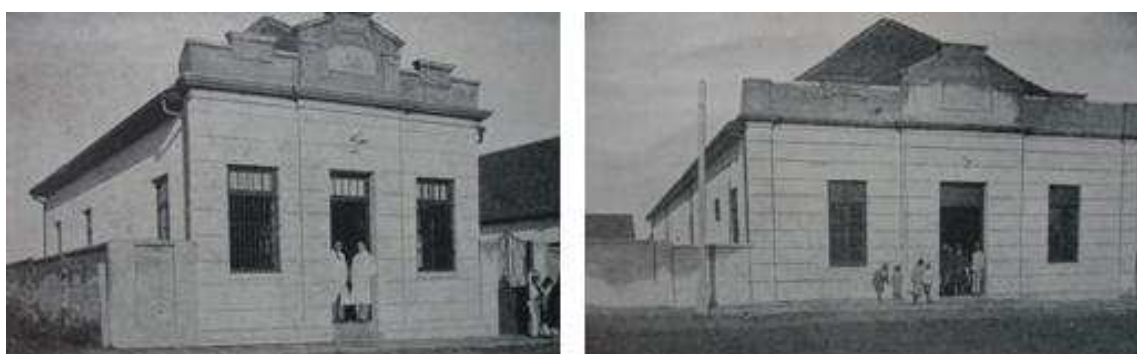
FIGURA 92 – Armazém de Cacequi. Aos fundos as casas dos empregados e a Escola em construção. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924.



1

2

FIGURA 93 – Escola de Artes e Ofícios de Cacequi. 1 – Projeto. 2 – Edifício. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924.



1

2

FIGURA 94 – A CCEVFRGS em Cacequi. Novas instalações para Farmácia (1) e Armazém (2). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1930*. Santa Maria: Diretoria, 1931.

6.3.13 Montenegro



FIGURA 95 – A CCEVFRGS em Montenegro. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 10 de abril de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).



FIGURA 96 – Armazém e Farmácia de Montenegro. Foto s. d.. Fonte: CCEVFRGS. *Álbum de Fotografias*. Santa Maria, s. d..

6.3.14 Rio Pardo (Antiga Ramiz Galvão, também chamada de Estação de Couto)

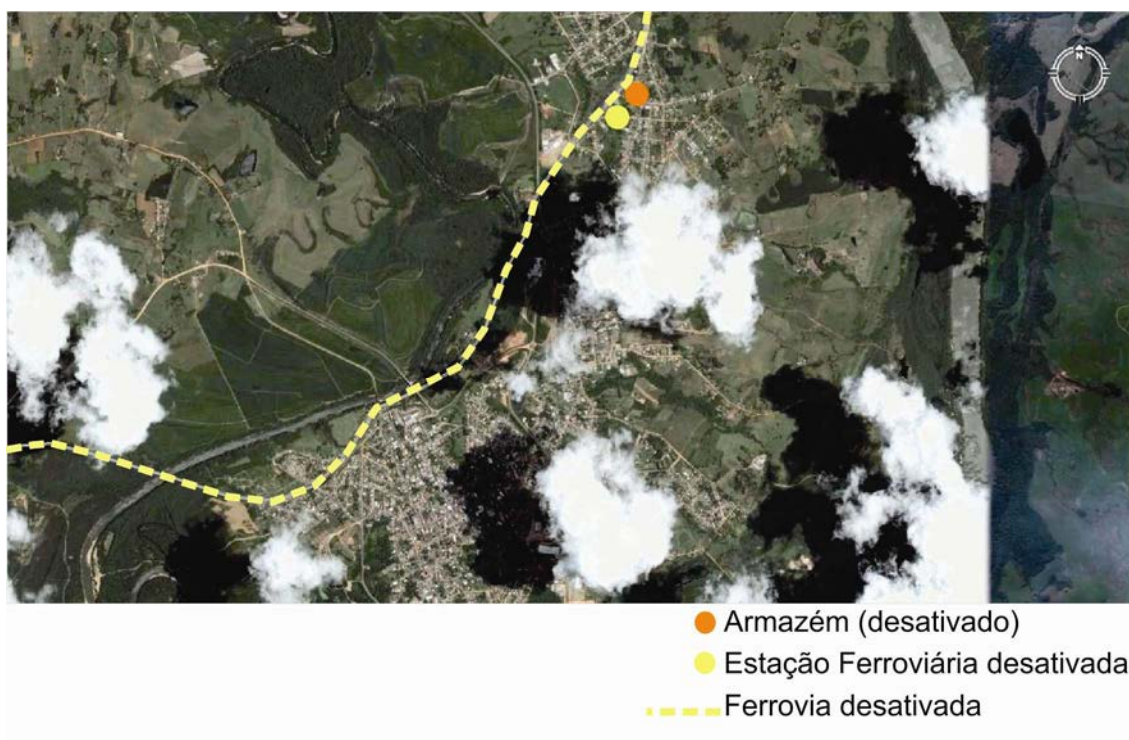


FIGURA 97 – A CCEVFRGS em Rio Pardo (Antiga Ramiz Galvão). Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 21 de janeiro de 2008 (Acessada em 25 de maio de 2010).



FIGURA 98 – Armazém e Farmácia de Ramiz Galvão (1973). Fonte: CCEVFRGS. *Arquivo Fotografias*. Santa Maria.

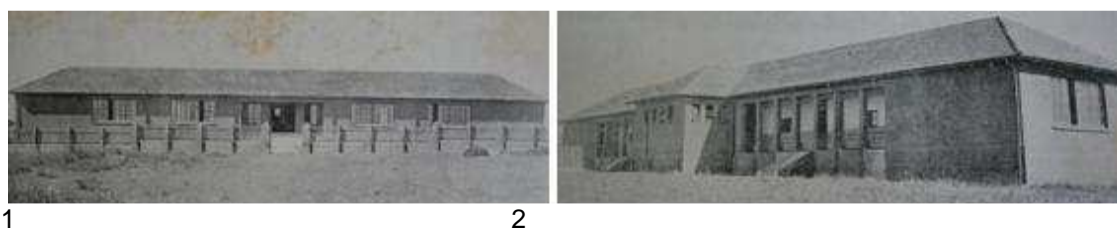


FIGURA 99 – Escola Mista de Ramiz Galvão. 1 – Vista frontal. 2 – Vista posterior. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1933*. Santa Maria, 1934.

6.3.15 Taquara



FIGURA 100 – A CCEVFRGS em Taquara. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 10 de março de 2005 (Acessada em 25 de maio de 2010).



FIGURA 101 – Armazém e Farmácia de Taquara. Fonte: CCEVFRGS. Foto s. d.. *Arquivo de Fotografias, Santa Maria.*

6.3.16 Porto Conde/São Jerônimo



FIGURA 102 – Armazém e Farmácia de Porto Conde (distrito de São Jerônimo). Foto s. d..
Fonte: CCEVFRGS. Arquivo Fotografias. Santa Maria.

6.3.17 Piratini



FIGURA 103 – Armazém de Piratini, construído em 1930. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1930*. Santa Maria: Diretoria, 1931.

6.4 Considerações sobre os espaços produzidos

Se observados os lugares gerados pela ferrovia e pela CCEVFRGS como um conjunto, podemos encontrar semelhanças com os Falanstérios de Fourier, o Familistério de Godin, e a New-Lanark de Owen no que se refere à tentativa de conciliar *trabalho, habitação, saúde, educação e subsistência*. Mesmo que estas atividades tenham sido oriundas de instituições diferentes – CACFB, VFRGS, RFFSA e CCEVFRGS – elas acabaram constituindo um sistema que tendia a suprir as demandas da classe ferroviária mediante ações e atividades complementares (Fig. 104, Fig. 105).

Atividades promovidas pela CACFB, VFRGS e RFFSA: *trabalho* (administração, controle, manutenção) e *habitação* (parcialmente com a Vila Belga em Santa Maria e pontualmente ao longo das vias férreas no estado).

Atividades promovidas pela CCEVFRGS: *subsistência* (mantimentos, remédios, utensílios, vestuário), *saúde* (hospital, consultórios médicos e odontológicos), *educação* (escolas, biblioteca).

A questão de relacionar estratificação social com produtores do espaço social é motivada pelo fato da CCEVFRGS ter edificado diversos e importantes espaços e a afirmação de que a história da arquitetura, seus *atos urbanos* e seus *elementos primários* – elementos que participam da evolução da cidade no tempo de maneira permanente, identificando-se freqüentemente com os fatos constituintes da cidade–, é sempre a história da arquitetura das classes dominantes (Rossi).

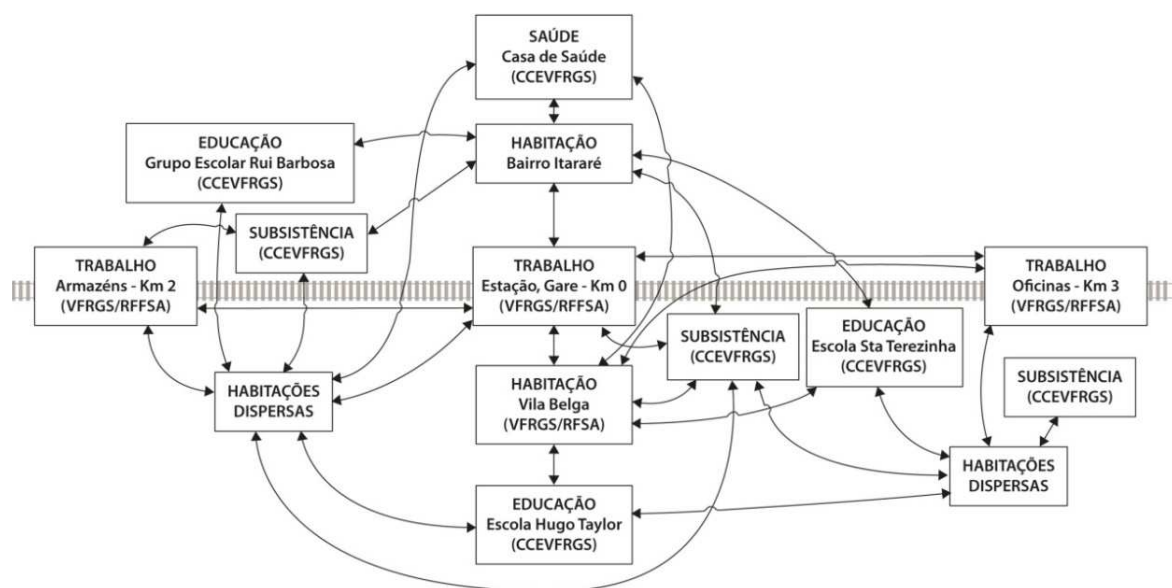


FIGURA 104 – Sinopse das relações sócio-espaciais entre as atividades da CCEVFRGS e da VFRGS em Santa Maria, RS.

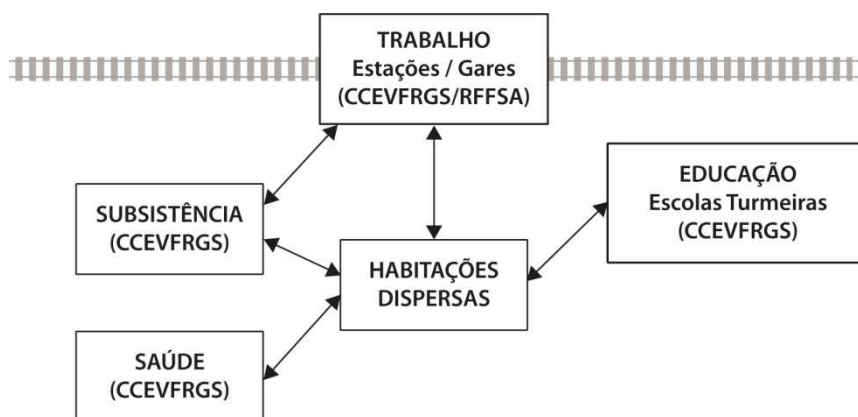


FIGURA 105 – Sinopse típica das relações sócio-espaciais entre atividades da CCEVFRGS e da VFRGS em núcleos urbanos do RS.

Em contraponto, o estudo do caso da CCEVFRGS demonstra que:

- Mesmo não representando “classe dominante”, a CCEVFRGS, para abrigar suas diversas atividades, construiu edifícios em diversas cidades do estado do Rio Grande do Sul criando uma rede regional de locais de atendimento a seus associados.
- Em Santa Maria, estas construções se configuraram como “fato urbano”. Mesmo que em meio a um tecido urbano tipologicamente diversificado, seus edifícios – “elementos primários” – se destacavam como vértices de um polígono que continha a dinâmica das atividades ferroviárias e cooperativistas (Fig. 106).
- Nas outras cidades, os edifícios da CCEVFRGS localizavam-se próximos às estações ferroviárias e, com elas, participavam da evolução urbana.

Portanto, uma instituição representativa de uma classe *não* dominante – a CCEVFRGS, construiu edifícios – *elementos primários*, que configuraram *atos urbanos* e ao identificarem com a história destes lugares.

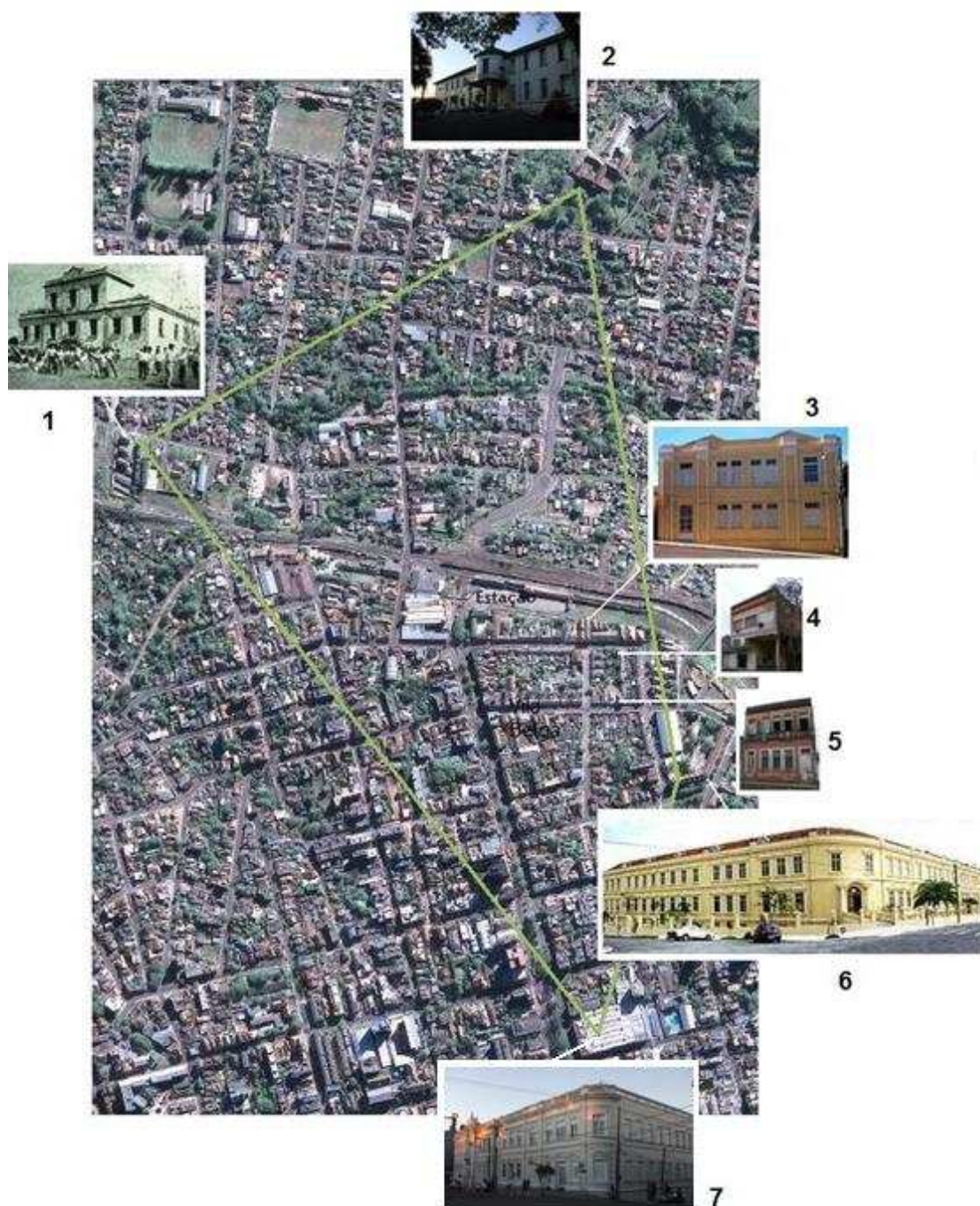


FIGURA 106 – Edifícios da CCEVFRGS em Santa Maria como elementos primários (Rossi). 1. Grupo Escolar Rui Barbosa. 2. Casa de Saúde. 3. Administração. 4. Fábrica de Massas. 5. Fábrica de Confeções. 6. Escola Santa Terezinha. 7. Escola Hugo Taylor.

CAPÍTULO VII

O ESPAÇO SOCIAL DESCONSTRUÍDO

Neste capítulo são descritos e analisadas as transformações ocorridas ao longo do tempo nos espaços regionais e urbanos projetados e produzidos pela CCEVFRGS. Em Santa Maria, em razão da sua centralidade em relação às atividades da Cooperativa, estas transformações foram mais impactantes sendo, portanto, objeto de análise mais detida do que nas outras cidades que aqui são referidas para fins de registro.

7.1 O espaço regional

Na escala regional, o desmonte da Cooperativa, decorrente principalmente da diminuição e até da extinção de atividades ferroviárias, como o transporte de passageiros, se expressa pelo fim da idéia de rede e todo seu significado de conectividade e de relações físicas e culturais.

Os mapas das redes atual e da década de 1940 (Fig. 107 e Fig. 108) demonstram a diferença de densidade de atendimento e, conseqüentemente, das possibilidades de relações socioeconômicas no âmbito regional. Cessadas as demandas, o espaço regional ocupado pela Cooperativa acabou e junto o imaginário da cultura de lugares que se estendiam para além das fronteiras municipais, que trocavam produtos, informações e histórias.

A partir de 1997, os serviços de transporte ferroviário de cargas são realizados pela empresa América Latina Logística S.A que utiliza as linhas, as oficinas e alguns prédios para controle e administração das suas atividades. As estações e gares foram transferidas, mediante negociações de dívidas, às administrações municipais onde se localizam. Diante deste quadro, a maioria das edificações da CCEVFRGS foi destinada ao pagamento de dívidas federais, vendidas ou alugadas.

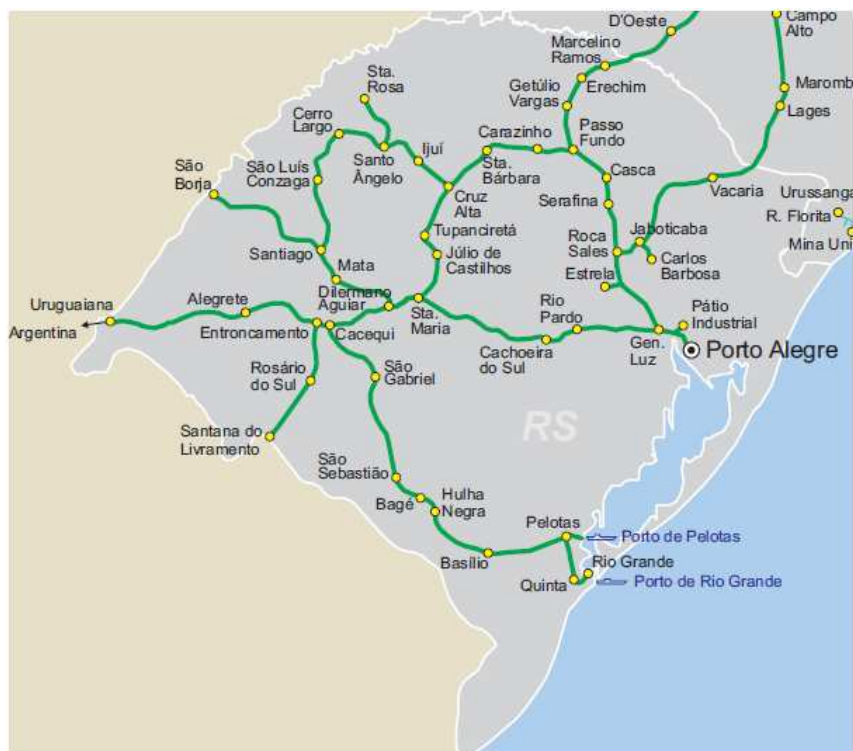


FIGURA 107 – Mapa da rede ferroviária do RS em 2010. Fonte: Governo Federal / Ministério dos Transportes. <http://www.transportes.gov.br/bit/mapas/mapas-print/ferro/ALL/mapa-ALL.pdf> (Acessado em 16/8/2010).



FIGURA 108 – Mapa da rede de atendimento da CCEVFRGS.

7.2 Os espaços urbanos

Na escala urbana, as desativações das atividades, somadas à diminuição do transporte de cargas e à extinção do transporte de passageiros, acarretou na degradação das edificações da CCEVFRGS que se refletiu nas áreas adjacentes. Algumas destas edificações foram recuperadas e ocupadas por prefeituras ou pela iniciativa privada, outras ainda estão abandonadas ou demolidas.

Estas transformações foram mais impactantes em Santa Maria na medida da importância e da maior ocorrência das atividades e edifícios da Cooperativa no contexto da sua evolução urbana.

7.2.1 Santa Maria

Em Santa Maria, as edificações que abrigavam as diversas funções da cooperativa e que contribuía na estruturação urbana e nas histórias de desenvolvimento dos bairros, ao serem desativadas, deixaram lacunas não só físicas como imaginárias (Fig. 109).

O conjunto arquitetônico formado pelos edifícios centrais (Fig. 110), que continha atividades distintas, mas com uma mesma origem, um mesmo fim, uma mesma idéia de cooperativismo, transformou-se num espaço de competição, da busca de identidades próprias que se expressa na fragmentação visual de suas fachadas.

O outrora espaço central da Cooperativa, onde se localizavam atividades como o armazém, farmácia e indústrias, passou a abrigar oficinas mecânicas, locais de culto, depósitos, entre outras atividades comerciais.

O Edifício da sede da administração, inaugurado em 1932, continua com esta função na Manoel Ribas, 2036 (Fig. 111).

São Borja
Uruguaina
Santana do Livramento
Pelotas
Rio Grande

São Paulo
Passo Fundo
Cruz Alta



O PENSAMENTO UTÓPICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL






A Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul

Tese de doutorado
Luiz Fernando da Silva Mello

UFRGS/FAU/PROPUR – 2010

LEGENDA

- 1- Km 2 - Instalações desativadas, área transferida para o Município.
- 2 - CCEVFRGS - Núcleo Inspector Goulart, prédio existente ocupado parcialmente por atividades comerciais, restante desocupado.
- 3 - CCEVFRGS - Depósito do Irmão Marista Estanislau José, instalações destruídas.
- 4 - CCEVFRGS - Grupo Escolar Rui Barbosa, prédios destruído para construção de Conjunto Habitacional.
- 5 - CCEVFRGS - Armazém desativado.
- 6 - CCEVFRGS - Casa de Saúde, após longo período desativada, sob administração Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis.
- 7 - Estação Km 0 - Desativada, prédio tombado como patrimônio estadual, área transferida para o município.
- 8 - Área transferida para o Município, moradias em ocupação irregular.
- 9 - Clube dos engenheiros da RFFSA.
- 10 - Conjunto de casas da Vila Belga.
- 11 - CCEVFRGS - espaços contíguos.
- 12 - CCEVFRGS - Escola Santa Terezinha, transferida ao Estado do RS, com atividades do Colégio Estadual Manoel Ribas.
- 13 - CCEVFRGS - Escola Hugo Taylor, propriedade particular, alugado para Rede de Supermercados Carrefour.
- 14 - CCEVFRGS - Núcleo Otávio Lima, propriedade particular, prédios do armazém, açougue e padaria existentes com uso comercial e residencial.
- 15 - Km 3 - Oficinas em uso por concessionária de transporte de cargas (América Latina Logística).

-  Espaços da atividade ferroviária
-  Espaços da CCEVFRGS
-  Espaços invadidos
-  Espaços comerciais e residenciais subutilizados
-  Centro histórico e comercial

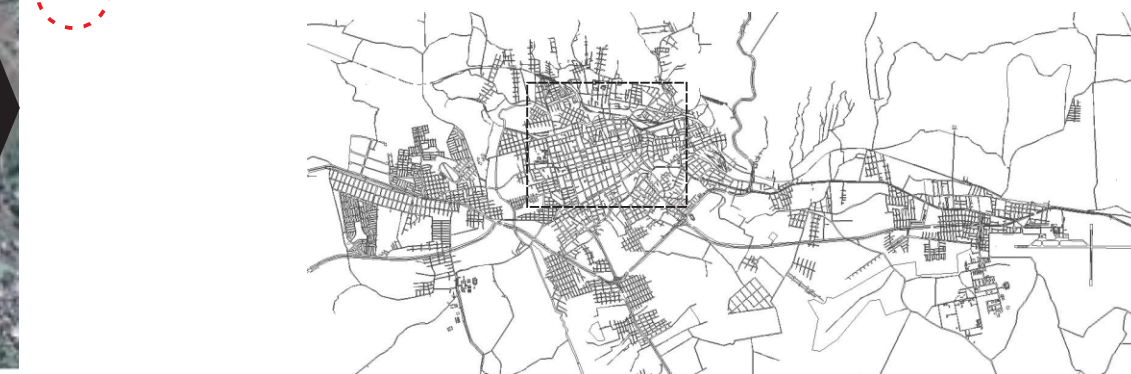


FIGURA 109 – Fragmentação das relações sócio-espaciais das atividades da CCEVFRGS e da VFRGS em Santa Maria.

Fonte da imagem aérea: *Google Earth*. Data: 29 de julho de 2009; acessada em maio de 2010.



LEGENDA

- 7 - Estação Km 0 - Desativada, prédio tombado como patrimônio estadual, área transferida para o município.
 - 10 - Conjunto de casas da Vila Belga.
 - 11 - CCEVFRGS - Espaços contíguos, oficinas e lenhiera, desocupados ou alugados.
 - 12 - CCEVFRGS - Escola Santa Terezinha, transferida ao Estado do RS., com atividades do Colégio Estadual Manoel Ribas.
 - 13 - CCEVFRGS - Escola Hugo Taylor, propriedade particular, alugado para Rede de Supermercados Carrefour.
 - 16 - Escola profissionalizante, desativada, com outro uso sob responsabilidade do Município e SENAI.
 - 17 - CCEVFRGS - Primeiras instalações da administração, vendido após a construção da atual sede, propriedade particular, uso residencial.
 - 18 - CCEVFRGS - Sede Administrativa, ocupada parcialmente pela administração da Cooperativa e restante desocupado.
 - 19 - CCEVFRGS - Armazém Central, prédio alugado com uso comercial.
 - 20 - CCEVFRGS - Setor de expedição de mercadorias, prédio alugado com uso institucional.
 - 21 - CCEVFRGS - Depósito; prédio existente, desativado.
 - 22 - CCEVFRGS - Depósito, prédio existente com uso comercial.
 - 23 - CCEVFRGS - Farmácia, prédio existente com uso comercial.
 - 24 - CCEVFRGS - Padaria e fábrica de massas, propriedade particular com uso misto.
 - 25 - CCEVFRGS - Fábrica de Confeções, propriedade particular, uso residencial.
 - 26 - CCEVFRGS - Fábrica de Café/ Sabão e Açougue, propriedade particular, desativado.
- Espaços da atividade ferroviária
- Espaços da CCEVFRGS

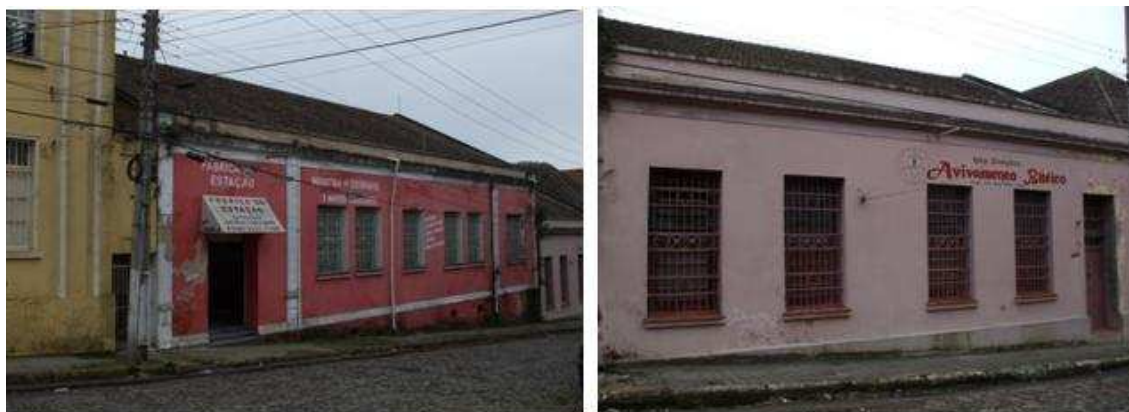
FIGURA 110 – Fragmentação das relações sócio-espaciais das atividades da CCEVFRGS. Área dos edifícios centrais de Santa Maria.

Fonte da imagem aérea: *Google Earth*. Data: 29 de julho de 2009; acessada em maio de 2010.



1 2
 FIGURA 111 – Edifícios centrais da CCEVFRGS em Santa Maria. 1 – Primeira sede dos escritórios da CCEVFRGS (n°17 no mapa de SM – refo rmado). 2 – Sede atual da CCEVFRGS (n°18 no mapa de SM). Fotos: Autor, 2010.

Os armazéns, inaugurados em 01/01/1914 e fechados em 31/08/1997 atualmente abrigam pequenas indústrias, igreja evangélica, depósitos e lojas (Fig. 112, Fig. 113, Fig. 114).



1 2
 FIGURA 112 – Edifícios centrais da CCEVFRGS em Santa Maria. 1 – Antigo armazém central (n°19 no mapa de SM) 2 – Depósito central (n°20 n o mapa de SM). Fotos: Autor, 2010.



1 2
 FIGURA 113 – Edifícios centrais da CCEVFRGS em Santa Maria. 1 – Expedição (n° 21 no mapa de SM) 2 – Expedição (n°22 no mapa de SM). Fo tos: Autor, 2010.



1 2
 FIGURA 114 – Edifícios centrais da CCEVFRGS em Santa Maria. 1 – Antiga farmácia (n° 23 no mapa de SM). 2 – Antigas Padaria e Fábrica de massas e bolachas (n° 24 no mapa de SM). Fotos: Autor, 2010.

O prédio das fábricas de café e de sabão atualmente está abandonado (Fig. 115-1) e o da fábrica de confecções está habitado (Fig. 115-2).



1 2
 FIGURA 115 – Edifícios centrais da CCEVFRGS em Santa Maria. 1 – Fábrica de Café e Sabão (n° 26 no mapa de SM). 2 – Antiga Fábrica de Confecções (n° 25 no mapa de SM). Fotos: Autor, 2010.

A Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor, símbolo do imaginário educacional, cultural e profissional dos idealizadores da CCEVFRGS e da comunidade, que dava caráter civilizatório à av. Rio Branco, por sua arquitetura e uso, abriga hoje atividades comerciais (Fig. 116-1). Nesse caso, houve fragmentação não só na escala do espaço urbano como também na escala da arquitetura, por meio do “loteamento” das suas dependências para os mais diversos fins. Logo após a venda do edifício à iniciativa privada, foi lugar de jogo (bingo), lojas de roupas, reprografia, cursos preparatórios. Atualmente,

além da do Supermercado Carrefour que ocupa a maior parte, estão instalados cafeteria, livraria, farmácia, cabeleireiro, garagem e *lan-house* entre outros usos.

Desta forma, as atividades comumente distribuídas nas ruas “invadiram” a estrutura arquitetônica original transformando-a em um *shopping-center*.



1 2
FIGURA 116 – Edifícios centrais da CCEVFRGS em Santa Maria. 1. Antiga Escola Industrial Hugo Taylor (nº 13 no mapa de Santa Maria). 2 – Escola Santa Terezinha atual Escola Estadual Manoel Ribas (nº 12 no mapa de SM). Fotos: Autor, 2010;

A Escola Santa Terezinha, a partir de 1943, passou a ser do Governo Estadual sendo denominado de Ginásio e, desde 1974, de Colégio Estadual Manoel Ribas. As precárias condições físicas da edificação fizeram com que a comunidade escolar e lideranças locais pressionassem o Governo Estadual a recuperar o patrimônio arquitetônico, fato que se concretizou a partir de 1997 mantendo suas características formais. Atividades de ensino buscam preservar, mediante pesquisas e exposições, a temática ferroviária. Desta forma, mesmo desvinculada institucionalmente da CCEVFRGS, a sua implantação na Vila Belga e próxima do antigo local das oficinas da ferrovia, preserva a cultura e o “caráter” ferroviário (Fig. 116-2).

Esses são alguns exemplos da fragmentação de espaços diretamente ligados às atividades da CCEVFRGS e que repercutiu na estrutura urbana que tinha neste sistema cooperativado e na ferrovia forte referência.

A reunião de esforços de diversas instituições e associações, no sentido da preservação de espaços referenciais do imaginário social de Santa Maria, é outro aspecto sintomático da importância fundamental da ferrovia para

a comunidade santa-mariense. Este esforço levou a Vila Belga a ser considerada Patrimônio Histórico e Cultural do Município em 1988.⁴⁶⁹ Em 1996 lei municipal considera a Mancha Ferroviária de Santa Maria, Patrimônio Histórico e cultural do Município⁴⁷⁰ e em 1997 um decreto executivo a declara tombada.⁴⁷¹ Esse movimento culminou com a resolução da Secretaria de Estado da Cultura em 26 de outubro 2.000 que resolve tomba o Sítio Ferroviário de Santa Maria ao considerar a *“importância de preservar integralmente os bens culturais Estação Férrea de Santa Maria, Vila Belga, Colégio Manoel Ribas e seus entornos.”*⁴⁷²

O antigo subarmazém de Inspetor Goulart (Bairro Km 2) não pertence mais à CCEVFRGS é atualmente ocupado por usos diversos (Fig. 117).



FIGURA 117– Edifícios periféricos da CCEVFRGS em Santa Maria. Armazém do Núcleo de Inspetor Goulart, Km 2 (nº 2 no mapa de SM). Foto: Autor, 2010.

O subarmazém do Núcleo de Otávio Lima (Bairro Km 3) também não pertence mais à Cooperativa e é atualmente ocupado parcialmente por uma estofaria (Fig. 118).



1

2

FIGURA 118 – Edifícios periféricos da CCEVFRGS em Santa Maria. 1 – Armazém do Núcleo de Otávio Lima, Km 3. (nº 14 no mapa de SM). 2 – O edifício do açougue e da padaria do Núcleo de Otávio Lima (nº 14 no mapa de SM). Fotos: Autor, 2010.

⁴⁶⁹ Município de Santa Maria. Lei Municipal nº 2983/88, de 6 de agosto de 1988.

⁴⁷⁰ Idem. Lei Municipal nº 4009/96, de 21 de outubro de 1996.

⁴⁷¹ Idem. Decreto Executivo nº 161/97, de 8 de agosto de 1997.

⁴⁷² SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – Portaria nº 30, de 26 de outubro de 2000. Santa Maria.

No lugar onde existia o Grupo Escolar Rui Barbosa, a única referência é apenas o nome do conjunto habitacional no letreiro e, junto a ele, uma placa indicando que é “um patrimônio protegido” (Fig. 119).



1
2
FIGURA 119 – Local do antigo Grupo Escolar Rui Barbosa (n° 4 no mapa de SM. 1 – Conjunto habitacional. 2 – Detalhe do letreiro com o nome do conjunto habitacional. Fotos: Autor, 2010.

O hospital Casa de Saúde esteve desativado, tendo sido reativado com base em convênios com instâncias da administração estadual e municipal e, atualmente, é administrado por uma instituição de origem religiosa mantenedora de atividades educacionais. O edifício ainda preserva sua posição de destaque nos morros que dominam o norte da cidade. (Fig. 120).



FIGURA 120 – Casa de Saúde (nº6 no mapa de SM). Foto: Autor, 2010.

7.2.2 Outras cidades

A filial de Montenegro encerrou suas atividades em 1982 e na década de 1990 as outras filiais: Uruguaiana (1990); Rio Grande, Passo Fundo, Alegrete e Cruz Alta (1991); Bagé, Cacequi, Santiago (Fig. 121) e Diretor Pestana – Porto Alegre (1992).



FIGURA 121 – Edifício da filial de Santiago. Foto: Marina Alcântara, 2010.

7.3 Considerações sobre as causas da desconstrução da CCEVFRGS

Como um empreendimento social, considerado por eminentes economistas como uma das maiores cooperativas da América Latina, com um amplo espectro de produtos e de serviços ofertados a uma classe trabalhadora e que se espalhava por todo o estado do Rio Grande do Sul pôde se desmantelar?

As expressões de incredulidade e incompreensão não só de ferroviários como também de representantes de outros segmentos das comunidades como moradores, a imprensa e escritores e os dados dos relatórios indicam que os alicerces da CCEVFRGS foram paulatinamente abalados em razão de causas internas e externas.

No que se refere às causas internas podemos considerar que a implantação de empreendimentos grandiosos em áreas diversas como indústria, saúde e educação, sem previsões orçamentárias adequadas que redundaram em recuos como os que ocorreram com a Escola Santa Terezinha que após grandes esforços para sua realização (1927-1930) e a Escola Elementar de Gravataí que, inaugurada em prédio próprio em 1923, foram cedidas ao Governo do Estado em 1944 e 1942 respectivamente. Também decisões de cunho “paternalista” no se que se referia à aceitação de créditos maiores do que as capacidades de endividamento dos associados gerando déficits contribuíram na desestruturação da instituição. A extrapolação dos limites de seus compromissos estatutários ao procurar suprir demandas públicas reprimidas como no caso da educação elementar e o ímpeto em atender as necessidades da classe ferroviária, fez com que a instituição atingisse uma dimensão e complexidade tais que impuseram dificuldades para sua administração diante das circunstâncias econômicas inflacionárias e períodos de instabilidades políticas.

No que tange as causas externas destacam-se: o desestímulo ao cooperativismo perpetrado pelo Estado mediante a falta de investimentos no transporte ferroviário; a cobrança de ICM, até então isenta para as cooperativas (1967); o cancelamento do convênio chamado de “Economia de Frete” que isentava do pagamento o transporte de mercadorias em troca de

investimentos na educação dos filhos dos ferroviários (1974); a diminuição do limite de desconto em folha de pagamento das despesas de subsistência dos empregados da RFFSA; a intervenção direta do governo na administração da CEVFRGS e da RFFSA como forma de repressão política durante o regime militar (1964-1985).

Outro aspecto que ilustra claramente a relação entre as políticas de governo e a saúde econômica da CCEVFRGS refere-se ao número de associados que, de 2.920 em 1920 atingiu o número máximo de 20.440 associados em 1957, quando então passou a apresentar sucessivos decréscimos coincidentemente com a implantação do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1957-1960), das turbulências institucionais dos governos de Jânio Quadros e de João Goulart (1960 – 1963), da ditadura do governo militar a partir de 1964 passando pela redemocratização a partir de 1985 e pelo fim dos transportes de passageiros em 1996 que determinou o abandono das estações e das respectivas oficinas.

O processo de privatização do transporte ferroviário ocorrido (1996-1999) não pode ser considerado por si só como fator que tenha contribuído com o declínio da CCEVFRGS, mas sim seu modelo que não estimulou o transporte de passageiros. A origem da CCEVFRGS, fundada em 1913, demonstra isto, pois remonta ao período em que o sistema ferroviário no RS era de responsabilidade de uma concessionária, a CACFB de capital privado (belga e norte-americano).

Também processos inflacionários e a concorrência das redes de supermercados que começavam a ser implantadas contribuíram para o enfraquecimento da cooperativa. Outro fator determinante foi a relação “simbiótica” que se estabeleceu a partir de 1913, entre uma atividade fundamental para o sistema produtivo – o transporte ferroviário, e uma atividade fundamental para o sistema social – a CCEVFRGS, que não era prioritário para a gestão da RFFSA. Ao mesmo tempo em que a CCEVFRGS buscava a autonomia através da oferta de gêneros de primeira necessidade, da industrialização destes produtos e de serviços de saúde e educação, a relação de dependência com a *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil* – CACFB (1913-1919), a *Viação Férrea do Rio Grande do Sul* – VFRGS (1920-1959) e a *Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima* – RFFSA (1959-1999)

a tornava refém não só em relação à garantia dos descontos dos gastos dos associados em folha de pagamento como também em relação à distribuição dos produtos através da rede ferroviária.

O sistema comercial, circunscrito ao ambiente ferroviário – cooperativa do tipo “fechado” – e os ideais de ordem, remetem ao paradigma utópico da *autarquia* na medida em que não se relacionava com consumidores além dos ferroviários e, como se constata, ao declínio do sistema de transportes ferroviário correspondeu um declínio da CCEVFRGS.

Observa-se então um objeto simbólica e materialmente fragmentado. Nos símbolos associados às construções e lugares ainda existentes e nas “construções” imaginárias daqueles que vivenciaram a dinâmica da CCEVFRGS e mesmo daqueles que, sem ter tido aquela experiência, a valorizam mediante a força dos relatos orais, escritos ou artísticos. Na materialidade fragmentada pela desconectividades regional e urbanas decorrentes da extinção das atividades comerciais, industriais, educacionais e da saúde e pelo abandono de alguns prédios.

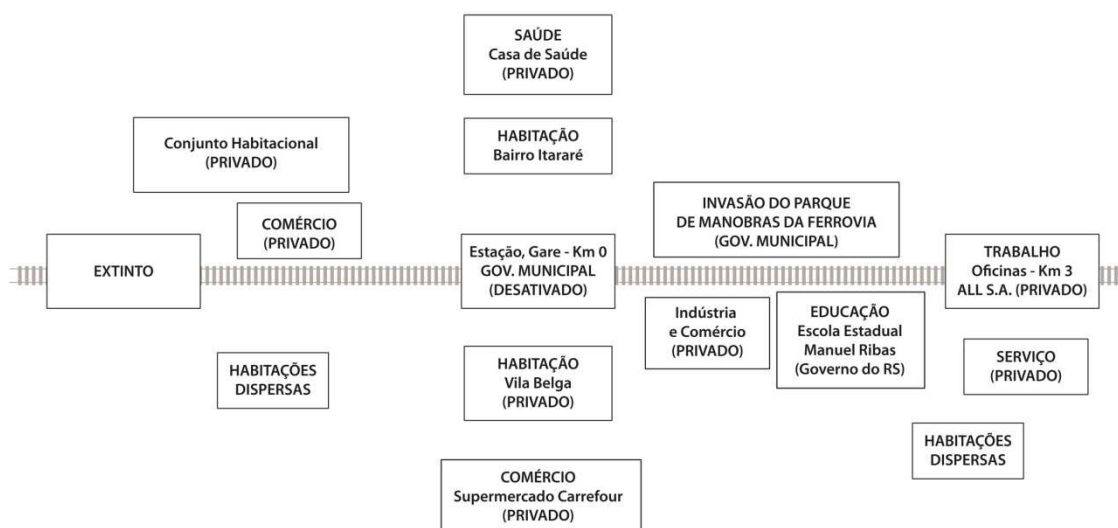


FIGURA 122 – Sinopse da fragmentação das relações sócio-espaciais das atividades da CCEVFRGS e da VFRGS em Santa Maria, RS.

CAPÍTULO VIII

A CCEVFRGS

O tempo revivido

“As experiências que o espírito parece ter atrás de si existem igualmente nas profundidades de seu ser presente”.

Hegel, 1907.

No *tempo revivido*, o espaço social pode não existir na sua totalidade material e nem a dinâmica de suas funções/atividades, apenas no campo do imaginário em que assume caráter multidimensional.

As reverberações da CCEVFRGS, percebidas no espaço social de sua influência, são investigadas por meio da análise dos discursos contidos em diversos textos que serviram de veículos para sua representação cujos suportes foram a escrita, o desenho, a fala, a paisagem. Estes *textos*, além de completar os cenários funcionam como amálgama à compreensão do todo

8.1 A escrita

“Não se trata de apresentar as obras literárias no contexto de seu tempo, mas de apresentar, no tempo em que elas nasceram, o tempo que as revela e conhece: o nosso.”

Walter Benjamin, 1931.

Cirilo Costa Beber, economista e empresário, no livro *Santa Maria: 200 anos, História da Economia no Município*, descreve o desenvolvimento da infraestrutura, dos serviços, indústria e comércio de Santa e registra importância da CCEVFRGS. Para Beber, o crescimento da Cooperativa foi *“rápido e espetacular”* tendo se tornado *“ponto de referência para os produtores rurais da região e para os atacadistas”* e a *“maior Cooperativa de consumo da América do Sul.”*⁴⁷³

Beber destaca a Escola de Artes e Ofícios como um *“estabelecimento de ensino sem similar na América”* que, instalado em

⁴⁷³ BEBER. Op. cit., p. 215.

“majestoso” prédio, após 50 anos de existência, “deixou de existir, infelizmente, devido à incapacidade de custeio pela entidade mantenedora, a Cooperativa dos Empregados da Viação férrea”. Seu fechamento constituiu uma “perda irreparável para Santa Maria e para o Estado”.⁴⁷⁴ Ainda em relação ao aspecto educacional destaca que

A poderosa Cooperativa dos Empregados da Viação férrea preocupou-se também com a formação profissional das filhas dos ferroviários, criando para isso, uma escola feminina de artes e ofícios. A escola Santa Terezinha foi fundada em 1º de junho de 1923 (...) e em 1928 passou a funcionar em novo e imponente edifício.⁴⁷⁵

Em 1984, o ator e cronista Edmundo Cardoso (1917-2002) dava boas vindas em carta ao amigo Iberê Camargo que retornava a Porto Alegre, onde se evidencia o valor atribuído à Escola de Artes e Ofícios.

Iberê: a nossa cidade ainda é quase a mesma. Os homens, as coisas, as casas e os gestos é que mudaram. O teu velho e lírico Liceu de Artes e Ofícios agora é escola de ensino dinâmico, justo ao preceito do momento. Os colégios modernos comprimem o ensino em veredas de adivinhações e aprendizado subliminar, que maltratam a geração de hoje e a do amanhã. A escola moderna nem sequer expulsa mais alunos travessos e peraltas como tu. Recupera-os nas salas de orientação para depois enterrá-los num cemitério de cruzes e assombros!⁴⁷⁶

O cronista santamariense ainda faz menção ao Bairro Itararé, de origem ferroviária, onde o artista morou e que foi motivo de paisagens do artista:

(...) E, por falar do Itararé, cenário fumacento e inesquecível da nossa adolescência, assomam à lembrança aqueles dois homens de meia-idade, bonitos e bem falantes, que eram o teu irmão Corbiniano e o meu pai Etelvino, mulherengos incorrigíveis. (...) ⁴⁷⁷

⁴⁷⁴ Ibidem, pp. 18-19.

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 19.

⁴⁷⁶ FUNDAÇÃO IBERÊ CAMARGO. *O artista – depoimentos*. Edmundo Cardoso, 1984. www.iberecamargo.org.br (Acessado em 21/05/2010).

⁴⁷⁷ Ibidem.

Para Ainsa, pela ficção podem-se reconstruir espaços da nostalgia e do “paraíso perdido”.⁴⁷⁸ Neste sentido podemos encontrar textos literários em que espaços da CCEVFRGS, se não são totalmente reconstruídos, são elementos estruturadores das narrativas como cenários onde atuam os personagens.

Podemos constatar esta abordagem, na medida em que a Cooperativa passa a ser “personagem” e cenário na literatura, como na obra coletiva *Arquimedes*, escrita por cinco escritores santamarienses. Nela, o personagem que dá nome ao romance, a caminho do Colégio Manoel Ribas – ex-escola Santa Terezinha da CCEVFRGS, onde leciona –, divaga sobre a idéia da fundação de uma cooperativa de estudantes, a CESMA, que viria a ser uma das maiores do país

Uma assembléia para fundar uma cooperativa é algo como cutucar os militares com vara curta. Seria mais uma afronta à ditadura. Cooperativa de estudantes e uma célula de comunistas eram quase a mesma coisa, pela ótica dos milicos, claro. (...). Cooperativa, para mim, é a dos ferroviários.⁴⁷⁹

O personagem tem encontros imaginários com ferroviários exaltando que a “*cooperativa voltará a ser a maior da América Latina*” e ainda devaneia pela memória ao lembrar-se das partidas de futebol no “*campo*” de areia da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor e da quantidade de “*artesãos e artífices formados pela escola*”.⁴⁸⁰ Também fazem parte dos cenários das andanças do personagem, a Casa de Saúde “*uma das conquistas*” da CCEVFRGS.⁴⁸¹

8.2 O desenho

“O visível excederá sempre o dizível.”

Louis Marin, 1973.

A partir da implantação e desenvolvimento da ferrovia surgiu ao norte – contíguo a ferrovia e suas oficinas –, um bairro ocupado predominantemente por ferroviários: o bairro Itararé que tem este nome em razão da implantação da ligação de Santa Maria com a cidade de Itararé em

⁴⁷⁸ AINSA. Op. cit. p. 39.

⁴⁷⁹ AZAMBUJA, A. C. *et al.*; CUNHA, A. R. M. (org). *Arquimedes*. Santa Maria: Movimento, p. 17.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, pp. 24,25,38.

⁴⁸¹ *Ibidem*, pp. 37-38.

São Paulo. A CCEVFRGS também contribuiu na caracterização deste lugar mediante a construção da Casa de Saúde em 1931. Em autobiografia, o pintor Iberê Camargo lembra que *“Na Escola de Artes e Ofícios (1927), já então morando com a avó Chiquinha no bairro de Itararé, comecei o meu aprendizado de pintura.”*⁴⁸²

É esta paisagem – tão querida por Camargo –, que é por ele fixada em desenho em 1969 (Fig. 122-1) cujo enquadramento busca captar as essências do *lugar* de suas vivências, de suas relações afetivas, de sua adolescência, ao qual, inúmeras vezes retornou, talvez para escapar das sombras de seus quadros que a partir de 1958 começaram a predominar na sua obra.⁴⁸³

O desenho denota uma rapidez que busca fixar uma paisagem que, tanto para ele como para a comunidade, estava sob o risco de desaparecer naqueles “anos de chumbo”. Apesar de sua produção pictórica se manter mergulhada na sombra, Camargo, ao rever os lugares de sua juventude retomava uma técnica e uma forma de expressão que adotara nos anos 1940: *“Na paisagem, nessa época, procurava fixar o instante fugidio. Queria aferrar, captar o mistério que vejo envolver o real. Minha visão era fenomenológica.”*⁴⁸⁴

Nela, apenas o *skyline* da natureza com seus morros parece ser perene em contraste com o *espaço social* da natureza humana que se transforma dramaticamente. Nesta paisagem, onde a natureza dos morros e da vegetação empresta um caráter bucólico ao bairro, o edifício da Casa de Saúde aparece sobranceiro na pequena colina que antecede os últimos contrafortes da Serra Geral.

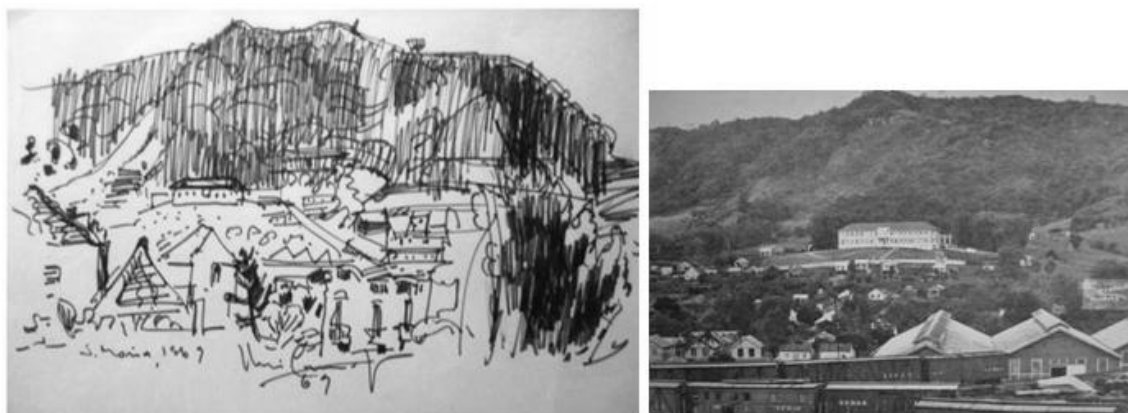
Esta localização quase central na composição do quadro, entre o primeiro plano onde predominam as construções do bairro e o plano de fundo onde dominam os morros é o ponto focal da perspectiva adotada por Camargo. Enquadramento semelhante tem a fotografia “Casa de Saúde” de 1933 (Fig.

⁴⁸² CAMARGO, I.. *Esboço autobiográfico*. Rio de Janeiro: s. n.,1985. Fonte: www.iberecamargo.org.br/content/artista/pensamentos_01.asp (Acessado em 01/05/2010).

⁴⁸³ Neste mesmo *Esboço autobiográfico*, Iberê registra: *“Aproximadamente em 1958, uma hérnia de disco provocada pela suspensão de um quadro no cavalete, obrigou-me a trabalhar quase que exclusivamente no ateliê. Seja por esta razão ou por motivos inconscientes, meus quadros começaram pouco a pouco a mergulhar na sombra. O céu das paisagens tornou-se azul-escuro, negro, dando ao quadro um conteúdo de drama.”*

⁴⁸⁴ *Ibidem*.

122-2) o que comprova o olhar do artista sobre aquele ambiente e os valores que atribuiu aos elementos compositivos da obra.



1 2
 FIGURA 123 – Paisagem do Bairro Itararé de Santa Maria. 1. Desenho de Iberê Camargo (crayon sobre papel, 1969). 2 – Casa de Saúde. Fontes: Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria, RS e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1933*. Santa Maria: Diretoria, 1934,

Em maio de 2010, foi pintada uma paisagem na empena cega da Biblioteca Municipal de Santa Maria (Fig. 123). Esta obra mostra a Av. Rio Branco pintada, a partir de fotografia dos anos 1950. Como vimos anteriormente, a Av. Rio Branco com seus bulevares, arquiteturas ecléticas e protomodernas, foi naquela época considerada como uma expressão urbanística do imaginário da modernidade que estava associado à ferrovia e à CCEVFRGS como bem demonstra o *Álbum Comemorativo do Centenário de Santa Maria* de 1959.

Neste caso, a técnica do *trompe l'oeil* é utilizada não apenas para iludir a percepção visual do espaço ou para dissimular prédios destruídos ou inacabados como no caso em questão, mas também para iludir a percepção do tempo, como um “túnel” em busca de um tempo e de um espaço perdido

A escolha desta imagem para ilustrar as comemorações do 152º aniversário da cidade – 17 de maio de 2010 – é emblemática de um imaginário social que vê naquele *fato urbano*, conforme Rossi, valores a serem lembrados. Valores estes que podem ser de um ritmo de vida mais adequado às características humanas, de uma respeitabilidade e sociabilidade que passava pelos cumprimentos entre pessoas desconhecidas, de arquiteturas evocativas de valores culturais aparentemente perenes que vinham da Europa ou de uma

idéia de progresso representado pela construção do edifício Taperinha, que se elevava no ponto focal da perspectiva, para se tornar o primeiro “arranha-céu” do interior do estado.

Desta forma, a escolha deste tema e desta época, entre tantos acontecimentos e épocas vivenciadas em 152 anos de existência do município, sugere a vontade de expressar o imaginário de uma modernidade perdida, na qual as estruturas arquitetônicas da CCEVFRGS exerciam importante papel na paisagem urbana de Santa Maria.

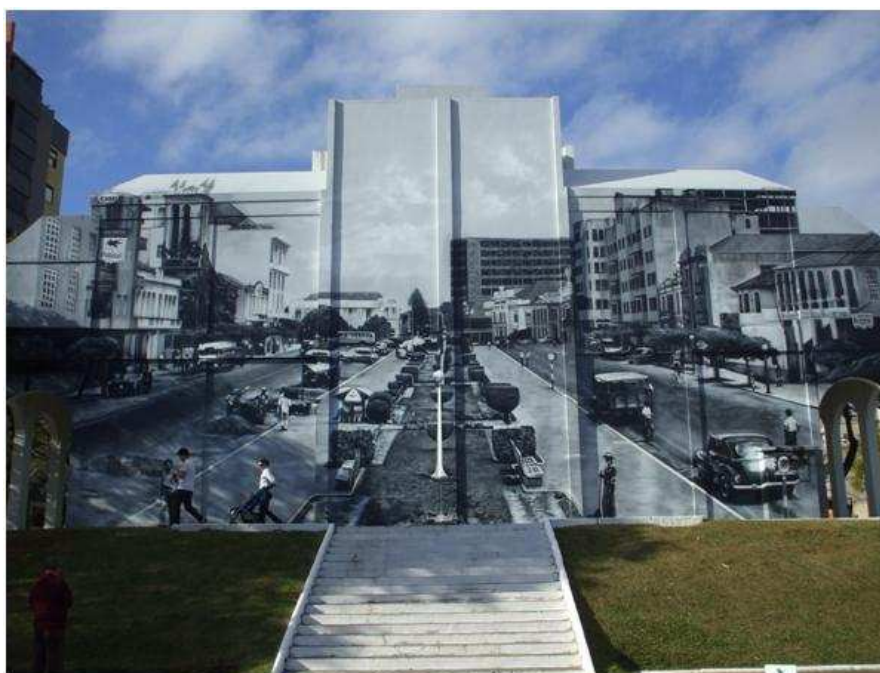
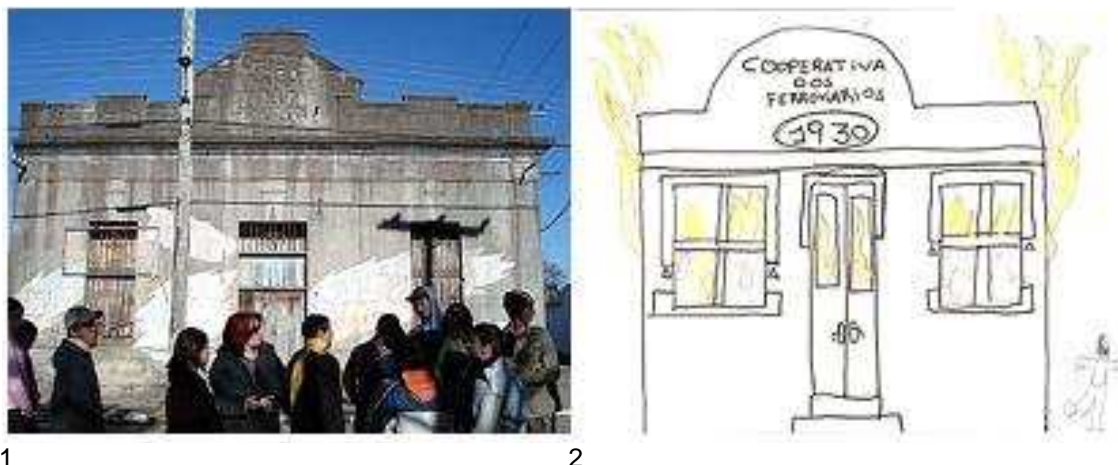


FIGURA 124 – Painel Mural na empena cega da Biblioteca Municipal de Santa Maria. Autor: Eduardo Cobra a partir de foto da década de 1950 de autor desconhecido, maio de 2010. Foto: Autor, 2010.

Nesta manifestação artística encontramos traços que caracterizam a instituição imaginária daquela sociedade (Castoriadis). Símbolos que nos dão conta da importância que teve não só a ferrovia na origem da criação deste lugar como também a CCEVFRGS, principalmente mediante o “majestoso” edifício da Escola de Artes e Ofícios que, à esquerda do fotógrafo desconhecido, escapou do enquadramento, mas que estimulou o desenvolvimento deste eixo viário.

Outra manifestação da importância da CCEVFRGS encontramos em trabalho de valorização da memória e do patrimônio desenvolvido por

professores e alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Pedro Brizolara de Souza em Pedro Osório. Este trabalho destacou o antigo prédio da cooperativa (Fig. 126).



1 2
 FIGURA 125 – Edifício do Armazém e farmácia de Pedro Osório. 1. Trabalho de valorização do patrimônio arquitetônico. 2 – Desenho feito por aluno em 2007 representando o prédio que havia incendiado em 1980. Fonte: <http://escolabrizolara.blogspot.com> (Acessado em 14/07/2010).

8.3 A fala

Para esta análise, foram entrevistadas pessoas agrupadas segundo suas relações com a cooperativa: funcionários, ex-funcionários, ex-associados, parentes de associados e escritores de Santa Maria.

O Sr. Abdo Motecy Farmacêutico e ex-vereador, 84 anos, irmão de ex-advogado da CCEVFRGS Dr. Jorge Motecy afirma que:

— *“A paixão dos comunistas moderados é que construiu a Cooperativa”.*

Ao empregar o substantivo “paixão”, expressa a compreensão de que a “instituição imaginária” da CCEVFRGS comportava componentes utópicos que iam além do pragmatismo e da funcionalidade, enfim, da racionalidade.

— *“A cooperativa era o local mais forte da esquerda. Existiam os comunistas moderados e os mais radicais, poderia se dizer anarquistas.”*

Estas afirmações vão de encontro ao discurso dos relatórios das diretorias da CCEVFRGS que, como vimos seguidas vezes, criticava o comunismo e sua vertente anarquista. A confrontação desta afirmação

com o discurso da diretoria da Cooperativa, sugere a existência de um embate ideológico no próprio seio da instituição.

- *“A revolução de 1964 fez um crime bárbaro ao não conservar a Escola Hugo Taylor”.*
- *“Parece a cooperativa em início do mês”.* Ao descrever a dinâmica gerada pela cooperativa, exemplificou com esta expressão que era usada na época para designar qualquer grande aglomeração de pessoas.

Dos seis escritores e cronistas entrevistados apenas um disse que conhecia a cooperativa apenas pela existência do prédio da administração e desconhecia sua história. Os outros, mesmo que a conhecendo parcialmente, manifestaram a importância e o que significou esta instituição para as comunidades atendidas.

Athos Ronaldo Miralha da Cunha, 50 anos, filho de ferroviário, engenheiro civil e escritor, freqüentou a Cooperativa na década de 70 junto com seu pai, ferroviário, e tem a lembrança de que ela fornecia todos os produtos que um supermercado oferece assim como um setor de roupas.

- *A minha vivência na Cooperativa dos ferroviários foi pelas mãos de meu pai que trabalhou quarenta anos na Viação Férrea. Primeiramente no Socorro e Ramiz Galvão e posteriormente como chefe de depósito em Santiago. Viajei de trem – no dormitório de Santiago a Rio Pardo – na minha infância. Então, trago comigo uma simpatia muito grande pelos ferrinhos.*

Ele ainda destaca que a CCEVFRGS atendia as demandas sociais dos cooperados como saúde, educação, habitação e, inclusive, um time de futebol da cooperativa dos ferroviários e buscava o preço justo e o “espírito associativo que rege a construção coletiva.”

- *A Cooperativa foi importante para Santa Maria como também para o estado. Santa Maria como centro geográfico do estado era pólo de convergência das vias férreas. A Cooperativa foi importante no desenvolvimento econômico de Santa Maria. Tanto é que a cidade ostentou por muito tempo o título de*

entroncamento ferroviário. Muitas greves dos ferrinhos iniciaram por Santa Maria. Alguns lugares esperavam a decisão de Santa Maria para tomar a sua no que diz respeito ao movimento paredista.

Também comenta que a repercussão da CCEVFRGS extrapolava os limites de Santa Maria:

— *Da mesma forma que foi importante para Santa Maria, foi para o estado. Sendo motivadora para a organização dos ferroviários na luta de suas causas e que também tenha sido fundamental na organização da categoria na consciência de classe. Essa cooperativa chegou a contar com 45 mil associados. Exemplo que meu pai contava: pelo apito da máquina anunciava-se a greve da categoria. Conforme o apito os trabalhadores sabiam que deveriam paralisar.*

No que se refere as construções da CCEVFRGS, menciona os prédios onde *“funcionava o mercado, a associação, o artes e ofícios, a casa de saúde etc. e que tem importância, além do aspecto arquitetônico, também por contar um pouco da história dos trabalhadores.”*

Em relação a possível influência da CCEVFRGS em outras iniciativas associativistas, destaca que Santa Maria é uma das cidades que tem uma maior consciência cooperativista além de acreditar que todas as cooperativas que hoje existem são inspiradas na cooperativa dos ferroviários e afirmar que *“Santa Maria é uma cidade cooperativista.”* E cita como exemplo as cooperativas Unicred, Unimed, Sicredi, Cooesperança e a CESMA – Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria que, na sua opinião, *“é o exemplo maior de cooperativismo atual com quase 40 mil associados.”* Ainda sob este aspecto, exemplifica *“o espírito de cooperação”* implícito em eventos como: a Feira do Livro, Santa Maria Vídeo e Cinema e o Santa Maria em Dança.

Para Pedro Brum Santos, professor de literatura da UFSM, e escritor,

— *Em um primeiro momento, a Cooperativa, que foi criada logo após a instalação do sindicato dos ferroviários, tinha em conta abastecer as famílias ferroviárias com suprimentos alimentícios, vestes e outros utensílios domésticos a preços*

menores que os praticados pelo mercado e com um sistema de desconto em folha.

Quanto aos produtos e serviços comenta que

— *A cooperativa, além de gêneros alimentícios de primeira necessidade, ofereceu muitos outros produtos e serviços como farmácia, fábrica de gelo, de sabão e crescentes recursos de saúde.*

Destaca a importância que a cooperativa teve ao ser

— *Fundamental, pois movimentava a economia local e experimentou, enquanto existiu, uma expansão constante, instalando postos em diversas regiões da cidade e em outros locais do Estado.*

E de ter se tornado referência

— *Para a força do modelo cooperativista, com inegável participação e influência na economia do Estado.*

Quanto às construções e espaços produzidos faz referência a administração central junto à Vila Belga, o armazém do Km 3, a Casa de Saúde

— *Alguns desses prédios – como o da própria Casa de Saúde – continuam sendo utilizados e mantêm oferta de serviços. Outros, infelizmente, estão abandonados. Sua preservação deveria ser prioridade num projeto de revitalização, de modo particular, da região coberta pelos empreendimentos dos ferroviários, cuja participação, na primeira metade do século XX, foi decisiva para o desenvolvimento da cidade.*

Chama a atenção de que a experiência da CCEVFRGS deixou marcas que ainda são percebidas em outras iniciativas:

— *Há todo um legado político deixado por esta iniciativa, a idéia da participação, da discussão e da conscientização que tornou Santa Maria, por muitos anos, um berço do trabalhismo e ainda hoje pode ser sentido no pensamento de esquerda que é forte na cidade. Ademais, houve outras experiências nessa área muito bem sucedidas em Santa Maria, como a rede popular de cooperativas (não lembro exatamente o nome) que ainda nos*

anos 80 possuía várias unidades na cidade. A Cooperativa dos Estudantes – na área cultural – e a cooperativa do Banco do Brasil – que funciona na forma de supermercado – todas ofertando produtos por preços muito competitivos, são atualmente, duas referências na cidade e que, certamente, foram inspiradas no grande exemplo dos ferroviários.

Tânia Lopes, professora, licenciada em Desenho e Plástica, escritora, chegou à Santa Maria em 1973 e lembra em relação à ferrovia que *“os trens já estavam sucateados”* como decorrência de uma *“‘reviravolta’ política/econômica que dava prioridade à construção de estradas como símbolo (questionável) de ‘modernidade/agilidade/economia’”*. Em relação à Cooperativa só depois, passados alguns anos, ao passar por um prédio *“semi-demolido”*, tomou conhecimento de que se tratava da Fábrica de sabão da Cooperativa e que depois soube do Hospital, das Escolas, do Clube, entre outros *“todos nascidos no berço do Cooperativismo”*

Destaca que

— *A VFRGS, a Cooperativa, no conjunto afetivo do “trem”, significavam muito para Santa Maria, a ponto da identidade de uma e de outra se confundirem” e que “por suas importâncias, deviam ter sido tratadas com mais respeito.*

Afirma não ter dúvidas *“que as Cooperativas que proliferaram em Santa Maria advêm do êxito que a Cooperativa dos Ferroviários teve”* e que *“serviu de exemplo, e ainda serve, pois o associativismo é democrático e símbolo de força e inteligência.”*

Vitor Otávio Fernandes Biasoli, 55 anos, professor de História na UFSM, escritor neto de ferroviário, chegou à Santa Maria em 1991 conhece as origens da cooperativa por meio de trabalhos acadêmicos, pesquisas pessoais e de relatos de parentes e entende que a criação e manutenção da Cooperativa teve a participação das empresas que administraram a estrada de ferro.

— *A Cooperativa existia principalmente na memória dos mais antigos e o que mais era lembrado era a loja da Cooperativa – que acredito que já estava desativada na época ou não era nem sombra do que existira até os anos 60. Os prédios onde*

funcionavam o açougue, a fábrica de massas, de velas e outros, estavam todos abandonados. Até a sede da Cooperativa estava num estado precário.

O caráter de reminiscência do depoimento é reforçado quando afirma que

— *Minha memória, hoje, trata desse assunto da maneira como vai aqui. Mas sempre desconfiando daquela fala comum na cidade: a de que a Cooperativa dos Ferroviários do RGS foi a maior da América Latina. Um exagero, provavelmente.*

A sua percepção é de que a Cooperativa procurou atender a várias demandas dos ferroviários que teria começado pela carne mediante a criação de um matadouro e de um açougue e, *“possivelmente, a produção de outros produtos derivados do boi. Aí, nesse caso, o sebo e a fabricação de velas.”*

Chama a atenção sobre um aspecto afetivo ao citar que

— *A loja para os cooperativados – muito lembrado por habitantes da cidade que tiveram suas infâncias marcadas por visitas a esta loja, pelo desejo de adquirir os produtos que eram vendidos ali, pelo orgulho ter terem conseguido adquirir essas mercadorias.*

Do seu ponto de vista, o empreendedorismo da instituição é exemplificado mediante as ações educacionais:

— *O maior serviço que a Cooperativa prestou foi quanto à educação: a criação da Escola de Artes e Ofícios, para os meninos, e, na seqüência, a Escola Santa Terezinha (prédio depois utilizado pelo Colégio Maneco) para as meninas, na década de 1920. Penso que essas escolas foram grandes empreendimentos.*

Em relação a significação destas iniciativas educacionais, o que chamou a sua atenção foi o fato de que os relatos de senhoras que tinham se formado na Escola Santa Terezinha eram feitos com muito orgulho e que tiveram suas vidas – suas atividades como esposas e mães de família – marcadas pelo que aprenderam ali e que outras se tornaram profissionais graças ao que aprenderam na escola e são gratas por isto.

Constata um registro da memória muito forte em relação às realizações da Cooperativa e cita que, em seu círculo de relações, *“há filhos de*

ferroviários que falam com satisfações dos momentos em que acompanharam suas mães nas visitas regulares à loja da Cooperativa.”

— *Entendo, porém, que o legado maior foi o da formação dada pela Escola de Artes e Ofícios, na Avenida Rio Branco, aos meninos, aos filhos dos ferroviários especialmente. A formação de gerações de ferroviários com padrão técnico elevado, segundo os relatos e mesmo os escritos sobre a escola.*

Em relação à importância que tinha ou tem a CCEVFRGS para o Estado do RS apesar de não ter uma idéia formada, tem registros de relatos de que

— *A Cooperativa chegava a todos os seus associados pelos caminhos da estrada de ferro. Que havia vários serviços que atingiam aos ferroviários de outros pontos, outras estações e assim por diante. Que alguns meninos, filhos de ferroviários, vinham de longe para estudar na Avenida Rio Branco.*

Destaca como edifícios importantes e significativos a antiga escola Santa Terezinha – atual Escola Estadual Manoel Ribas e a antiga Escola Hugo Taylor, onde funciona atualmente o Supermercado Carrefour. Cita também outros prédios que estão “em péssimo estado e alguns completamente em ruínas, como aqueles que ficam na esquina próxima à Escola João Belém.”

Ao seu juízo, “esse acervo de destruição é parte do cenário da cidade, do legado da cidade ou do modo como a cidade trata um dos empreendimentos que já foram dos mais apreciados.” e que

— *São símbolos tanto de um passado importante quando do modo como a cidade lida com este passado. Entendo que Santa Maria é de matriz ferroviária, que isto é presente para a elite cultural da cidade, que isto está presente nos relatos das pessoas mais simples, todas se referindo com muito orgulho a Estrada de Ferro e a Cooperativa, mas que são coisas ainda problemáticas. De alguma maneira, parece que a memória coletiva santa-mariense não sabe como lidar com o seu passado ferroviário. Entendo que a ruína dos prédios da Cooperativa seja índice dessa dificuldade.*

Para o escritor, apesar das péssimas condições materiais da arquitetura destes locais, lá ele encontra uma fonte de inspiração, pois lhe

agrada “o cenário da cidade de matriz ferroviária”. Gosta do que restou da Estação, da Vila Belga, dos prédios precários da Cooperativa e mesmo das ruínas e que às vezes fica chocado com o que vê – “com o abandono, com a decadência” – e passa meses sem caminhar por estes lugares.

Apesar de não ter evidências de influências de que a CCEVFRGS possa ter exercido, ele cita o pessoal que criou a CESMA, em 1978, como sendo um grupo que possa ter tido aquela instituição como referência. Destaca também que “a Cooperativa sempre surge vinculada a capacidade organizativa do movimento dos ferroviários, movimento marcante do ponto de vista político – este reconhecido pela historiografia do movimento operário no RGS”.

Parentes de associados da CCEVFRGS e com formação acadêmica superior têm consciência de que a cooperativa foi criada para atender às necessidades das famílias dos ferroviários do Rio Grande do Sul e lembram-se da importância dos serviços prestados como atendimento médico e hospitalar, bolsas de estudo para os filhos dos funcionários em escolas particulares, Escolas técnicas, Ensino fundamental. O fornecimento de Produtos alimentícios, vestuário, higiene, de ótima qualidade e medicamentos também é lembrado. Este grupo destaca como importantes os prédios dos armazéns, da fábrica de café, da Casa de Saúde e da Escola Hugo Taylor. O sentimento de “orgulho” e de “segurança” também é mencionado.

8.4 A paisagem arquitetônica

“Na realidade, desde as origens das coisas até o século XV da era cristã, inclusive, a arquitetura é o grande livro da humanidade, expressão principal do homem de seus diversos estados de desenvolvimento seja como força, seja como inteligência.”

Victor Hugo, 1831.

A paisagem arquitetônica como texto expressa necessidades individuais e coletivas por espaços funcionais, valorações estéticas associadas a valores culturais que se traduzem em imposições simbólicas materiais no sistema de forças discursivas da arquitetura da cidade.

Uma construção pode evocar valores históricos, culturais e tecnológicos variáveis de acordo com a escala de valores da sociedade onde ela ocorre.

Uma construção pode ser compreendida como um abrigo, uma ruína como testemunho histórico, um registro cultural, um monumento, um patrimônio cultural, um modelo de técnica construtiva, um modelo estético ou ainda um modelo de funcionalidade.

Estes mesmos lugares construídos, em ruínas ou não, têm valor testemunhal de uma época na medida em que ali podem estar inscritos materialmente textos e subtextos de processos civilizatórios.

Esculturas, pinturas, compartimentos, relações entre compartimentos, ordem ou desordem, têm o potencial de serem representações de valores culturais, morais e éticos de uma sociedade ou de um ou mais grupos sociais.

Neste sentido, a paisagem arquitetônica proposta pela CCEVFRGS contém um discurso que valoriza os edifícios destinados à educação, à saúde e à administração, nesta ordem. Discurso que se apóia numa linguagem arquitetônica em voga na Europa: o ecletismo que buscava reunir elementos arquitetônicos de diversas épocas.

As escolhas arquitetônicas das direções da CCEVFRGS deixaram claro esta escala de valores na medida da alocação de investimentos em seus edifícios. Os edifícios destinados às atividades educacionais e culturais são mais elaborados, mais complexos, mais imponentes e foram concebidos numa época em que a arquitetura brasileira se espelhava na estética do ecletismo da *École des Beaux Arts* de Paris. São exemplo desta compreensão os edifícios das Escolas de Artes e Ofícios Hugo Taylor (Fig. 127) e Santa Terezinha (Fig.128) em Santa Maria, Gravataí (Fig. 129) e Cacequi. (Fig. 130).

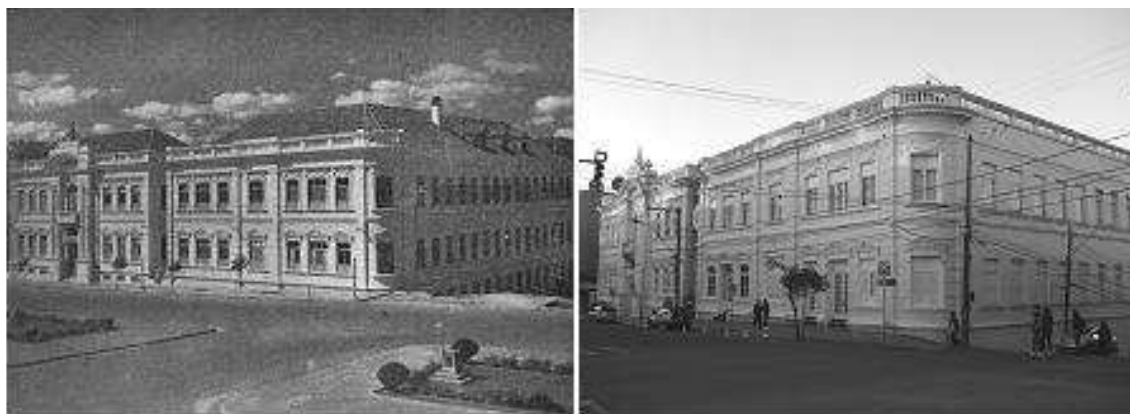


FIGURA 126 – Edifício da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor (nº13 no mapa de Santa Maria). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1921*. Santa Maria, 1922 e foto do autor (2010).



FIGURA 127 – Edifício da Escola Santa Terezinha (1929) atual Escola Estadual Manoel Ribas (nº 12 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1955*. Santa Maria: Diretoria, 1956 e Digifoto (2002).

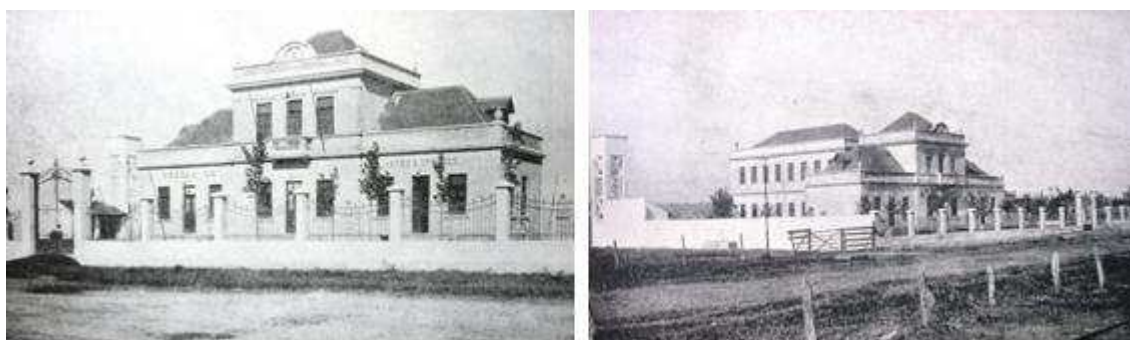


FIGURA 128 – Escola de Artes e Ofícios de Porto Alegre. em vista da fachada e lateral com bloco para refeitório e dormitório de alunos, construída na Estação do então distrito de Gravataí. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria, 1924.

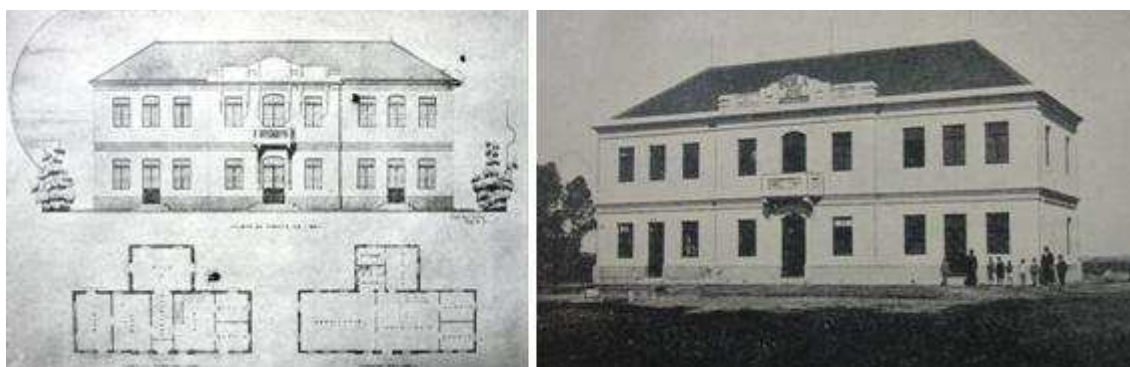


FIGURA 129 – Escola de Artes e Ofícios de Cacequi. 1 – Projeto. 2 – Edifício. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924.



FIGURA 130 – O edifício da Casa de Saúde (prédio número 6 no mapa de Santa Maria). Fontes: CCEVFRGS. *Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada, 1913-1963 – 50 anos*. Santa Maria: Diretoria, 1963 e foto do autor (2010).



FIGURA 131 – O edifício da administração central da CCEVFRGS (nº18 no mapa de SM). Fonte: Casa da Memória Edmundo Cardoso e foto do autor (2010).

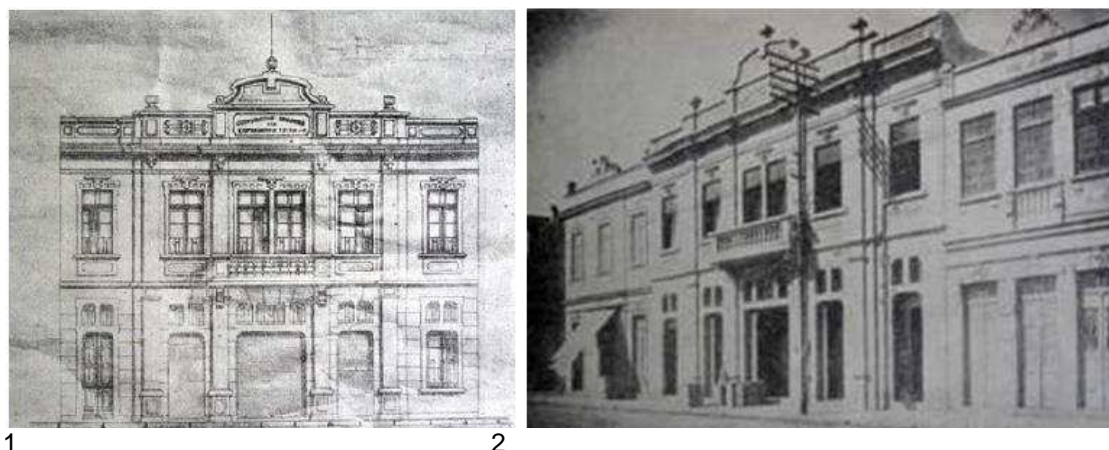


FIGURA 132 – Edifício para armazém e administração em Porto Alegre. 1 – Projeto da fachada 2 – Edifício dos Escritórios da Diretoria, Diretor Comercial e Contabilidade Geral no pavimento superior e Armazém com Farmácia e Alfaiataria no térreo. Fontes: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1920*. Santa Maria: Diretoria, 1921 e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1922*. Santa Maria: Diretoria, 1923.



FIGURA 133 – Edifícios da CCEVFRGS na Rua Manoel Ribas, Fonte: Casa da Memória Edmundo Cardoso e foto do autor (2010).



FIGURA 134 – Edifícios da CCEVFRGS na Rua Manoel Ribas, Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1925*. Santa Maria: Diretoria, 1926 e foto do autor (2010).



FIGURA 135 – O edifício da primeira sede dos escritórios da CCEVFRGS (n° 17 no mapa de SM) Fontes: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1920*. Santa Maria: Diretoria, 1921 e foto do autor (2010).



FIGURA 136 – O edifício do primeiro Armazém central (n° 19 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1920*. Santa Maria, 1922 e foto do autor (2010).



FIGURA 137 – Edifício da Padaria e Fábrica de massas e bolachas (n° 24 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. *Álbum de Fotografias*. Santa Maria, s. d. e foto do autor (2010).

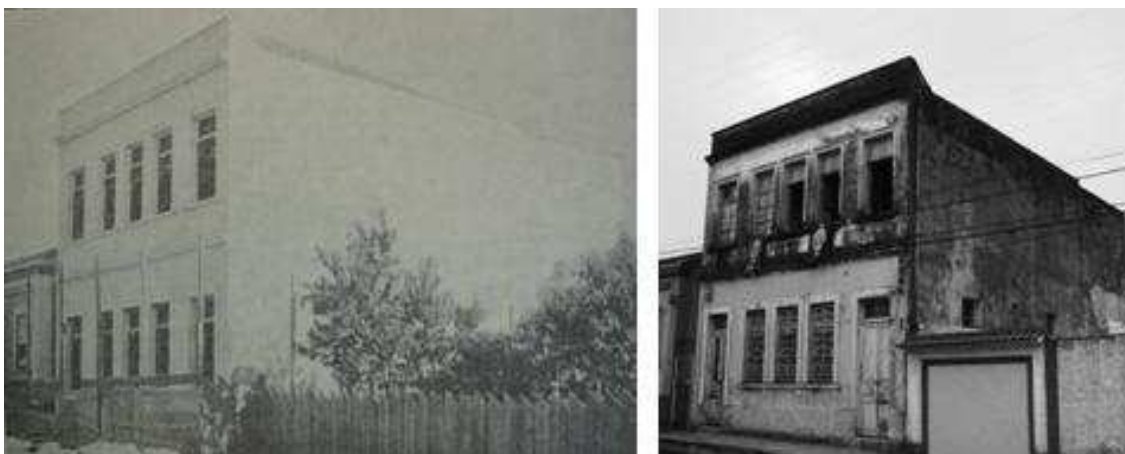


FIGURA 138 – Edifício da Fábrica de Confeções (n° 25 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1922*. Santa Maria, 1923 e foto do autor (2010).



FIGURA 139 – Edifício do armazém do Núcleo de Otávio Lima (n° 14 no mapa de SM) Fontes: CCEVFRGS. *Álbum de Fotografias*. Santa Maria, s. d. e foto do autor (2010).



FIGURA 140 – Edifício do açougue e da padaria do Núcleo de Otávio Lima (n° 14 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1962*. Santa Maria, 1963 e foto do autor (2010).



FIGURA 141 – Edifício do Armazém do Núcleo de Inspetor Goulart, Km 2 (n° 2 no mapa de Santa Maria). Fontes: CEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1961*. Santa Maria, 1962 e foto do autor (2010).



FIGURA 142 – Edifício da Fábrica de Café e Sabão (n° 26 no mapa de Santa Maria). Fontes: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1941*. Santa Maria, 1942 e foto de Marina Alcântara (2010).

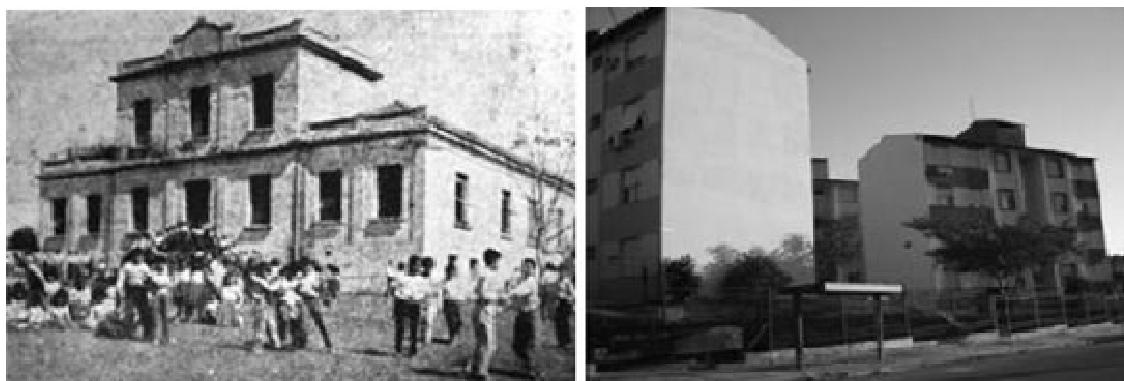


FIGURA 143 – Edifício do Grupo Escolar Rui Barbosa (n° 4 no mapa de Santa Maria). Fontes: CCEVFRGS. CCEVFRGS. *Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada, 1913-1963 – 50 anos*. Santa Maria: Diretoria, 1963, p. 56 e foto do autor (2010).



FIGURA 144 – Armazém e Farmácia de Pedro Osório na década de 60 e em 2007. Fontes: CCEVFRGS. *Álbum de Fotografias*. Santa Maria, s.d. e <http://escolabrizolara.blogspot.com> (Acessado em 14/072010).

Se existia, à época do tempo vivido, correlações entre espaços e suas funções e imaginário, no tempo “presentificado”, observa-se apenas correlações entre as existências pessoais e o imaginário, pois as atividades não mais ocorrem e os espaços podem existir apenas na sua geometria que lhes dá forma, mas não conteúdo. Nesse caso, as manifestações deixam transparecer que suas origens remontam a um instinto atávico de sobrevivência reflexo da sensibilidade que busca reagir às adversidades ambientais como às transformações dos espaços, das relações funcionais, das mudanças das atividades culturais originais. O desaparecimento de manifestações artísticas, culturais, políticas ou dos espaços de seus exercícios estimula a memória e a imaginação a construir, a reparar, a completar lacunas, enfim, a manter a estrutura do imaginário no qual as pessoas possam se referenciar ou se re-contextualizar num ambiente virtual onde encontram espaços existenciais e motivações para a vivência.

Conclusões

A questão da análise do pensamento utópico para a compreensão dos processos de produção do espaço social.

A investigação da instituição imaginária da CCEVFRGS demonstrou a ocorrência de traços de pensamentos utópicos não só no discurso de seus agentes como também nos discursos de representantes de setores sociais impactados pelas forças materiais e simbólicas geradas durante o processo histórico de implantação das atividades da cooperativa.

Estas constatações não autorizam supor que a CCEVFRGS tenha sido um projeto utópico fechado a ser perfectilizado em algum lugar no futuro, mas permitiu especular de que forma influenciaram na sua instituição imaginária.

Estas considerações se apóiam na proposta conceitual de que *pensamento utópico* e *utopia* pertencem à categorias de análise diferentes na medida em que compreendemos que o *pensamento utópico* é um *processo* imerso nas circunstâncias individuais e sociais e que a *utopia* é um *projeto* concluso, definido em todas as suas particularidades e caracterizada por uma totalidade.

A possível questão paradoxal do pensamento utópico.

Identificados traços de pensamentos utópicos nas origens da CCEVFRGS e na memória ainda viva da sociedade local e regional, avaliadas as condições materiais e funcionais remanescentes, podemos constatar que aqueles princípios idealizados se esvaíram em fragmentos sócio-espaciais possíveis de serem identificados por meio de estruturas arquitetônicas, de imagens, de textos e de discursos como notícias esparsas de um imaginário passado.

Entretanto, ao não se realizar, o pensamento utópico por si só não é paradoxal, pois seu campo de atuação é o campo imaginário onde surge e se

desenvolve como resposta às demandas existenciais das sociedades sempre na lógica interna da sua impossibilidade. Por outro lado, as estruturas sócio-espaciais dele decorrentes ocorrem no campo da materialidade dentro de outra lógica. Portanto, muito embora possamos identificar relações causa-efeito entre estes dois processos, pensamento utópico e espaço social situam-se em categorias analíticas diferentes.

A questão da importância da noção de espaço social para o pensamento utópico.

Este estudo permitiu destacar a importância do conceito de *espaço social* para investigações que objetivam a compreensão das razões da instituição imaginária de um determinado fato histórico-social. Considerando-se que *espaço social* é definido por peculiaridades culturais, processos históricos e contextos físicos, podemos entendê-lo como determinante para a caracterização de ambientes propícios ao surgimento do pensamento utópico. Estes ambientes podem se formar a partir de situações que geram inconformidades ao grupo social que nele vive o qual é estimulado a elaborar projetos alternativos e circunstancialmente impossíveis de realização.

As componentes físicas do espaço social podem ser compreendidas como potenciais “instrumentos” morfológicos a serem utilizados para reforçar ou induzir comportamentos e idéias. Neste sentido, os atributos do espaço são utilizados como suportes materiais das projeções do pensamento utópico, pois mesmo aquelas utopias não consideradas espaciais como as de cunho ético, moral, político, ou religioso, a dimensão física do espaço reforça suas formulações.

Assim, o pensamento utópico encontra, no *espaço social*, principalmente na *cidade* – uma de suas expressões mais complexas – as motivações e repertórios para suas manifestações posto que nela se exprime, em

forma e conteúdo, todo o espectro do pensamento, suas congruências e incongruências.

A questão das diferenças entre pensamento utópico e pensamento pragmático.

A resposta à questão relativa à distinção entre pensamento pragmático e pensamento utópico, suscitada pelo caso da CCEVFRGS, requer o entendimento de que o pensamento pragmático objetiva o atendimento de necessidades sociais imediatas de ordem prática e o pensamento utópico implica em considerar transformações sociais estruturais idealizadas e circunstancialmente impossíveis realizarem.

A análise para esta distinção não deve se limitar às expressões materiais e funcionais dos fatos sociais. Com esta limitação, a análise poderá demonstrar apenas se os desejos do grupo social em questão foram *a priori* limitados à melhoria das condições de vida levando em conta as relações entre demandas e ofertas, entre expectativas e realidades. Estas relações podem ser avaliadas quantitativa e qualitativamente segundo parâmetros técnicos, políticos ou culturais. Neste caso, a ocorrência de correlações entre necessidades básicas como habitação, saúde, educação, transportes e emprego e as respectivas ofertas quantitativas e qualitativas indicam que foram originadas a partir de pensamentos pragmáticos

A distinção entre estes dois tipos de pensamento poderá ser definida se considerarmos nas análises, além das materialidades e funcionalidades, as representações utilizadas nas suas formulações como, por exemplo, os discursos dos agentes sociais envolvidos no fato social em tela.

Neste sentido análises na perspectiva *histórico-cultural permitem* esclarecer em que circunstâncias sociais, econômicas, políticas, culturais, em suma, em que “ambiente”, como no caso da CCEVFRGS, foi

gestado o pensamento de que somente a busca da completa independência das estruturas econômicas e das políticas vigentes poderia libertar o trabalhador da “exploração” dos intermediários comerciais e das “ilusões” das revoluções imediatistas. Observa-se então, que tal pensamento não excluiu o pragmatismo do atendimento das necessidades elementares dos associados como alimentação e vestuário. Porém, esta subsistência era proposta dentro de uma perspectiva futura idealizada como sendo um primeiro patamar a ser vencido.

O relevante é que o cenário futuro daquela perspectiva continha obstáculos intransponíveis *vis-à-vis* ao quadro social contemporâneo. Mesmo assim, os fatos e dados comprovam a materialização dos projetos imaginados num crescendo que incluía a disponibilização de serviços de saúde como hospitais, consultórios médicos e odontológicos e farmácias, educação – desde os níveis elementares até os técnicos, a industrialização de alimentos, vestuário, móveis, fogões, utensílios domésticos e ferramentas.

Os projetos, desde os mais simples até os mais complexos, não foram pensados isoladamente como se cada um fosse decorrente do anterior, mas sim a partir de um arcabouço de *ordem prática*, como a venda de produtos a preço justo; de *ordem cultural*, como a valorização da educação e do exercício intelectual e manual; de *ordem ética e moral*, na medida em que tal sistema para se manter vai exigir dos participantes uma compreensão dos valores do cooperativismo.

A questão dos parâmetros do pensamento utópico.

As reflexões teóricas e o estudo de caso sugerem a possibilidade da existência de campos cognitivos distintos onde atua o pensamento utópico. *Um campo interior* – imaterial, dinâmico e processual. *Um campo exterior* – material, imaterial, dinâmico e

processual. *Um campo relacional* – material, imaterial, dinâmico e processual.

O *campo exterior* só é percebido desde a forma mais simples até sua infinita complexidade a partir da sensibilidade humana e o *campo interior* só é percebido também desde o mais primitivo instinto até as mais complexas elaborações intelectuais a partir da percepção e cognição do *campo exterior* o que vai caracterizar um *campo relacional*, condição *sine qua non* da própria compreensão do homem e da sua relação com o espaço.

A partir destas características, inferimos que o pensamento utópico só existe a partir da existência destes campos. Então, a questão que se coloca diz respeito à posição ou posições que assume o pensamento utópico nestes campos e quais seus significados e valores relativos nestas constelações de fatores. Neste raciocínio, o pensamento utópico nasce no *campo interior* regulado pelo grau de suas sensibilidades em face de inconformidades percebidas no *campo exterior* mediado pelo *campo relacional*.

A análise do caso da CCEVFRGS indica que o *campo interior* dos grupos sociais envolvidos se caracterizava por reações às condições precárias dos ferroviários. Tais reações eram decorrentes tanto das sensibilidades da “massa inculta” quanto das sensibilidades dos idealizadores e dirigentes – “humanistas” mais intelectualizados –, que buscavam, via o cooperativismo, uma solução para os problemas da classe. Estas considerações se baseiam no fato de que a grande maioria dos ferroviários não tinha formação educacional primária completa e de que na direção da CCEVFRGS havia técnicos e profissionais com formação acadêmica entre os quais, como vimos, chegaram a

governar estados, casos de Walter Jobim (RS) e Manoel Ribas (PR).

No caso dos observadores externos ao fato, como a comunidade local, os escritores, jornalistas e artistas, o *campo interior* se caracterizava por ser sensível às lutas dos trabalhadores, por se indignar pelas parcas condições das famílias destes trabalhadores, por ter consciência do valor do transporte ferroviário para o desenvolvimento e também por valorizar o fascínio da modernidade que a ferrovia trazia cuja qualidade, entre outros aspectos, dependia da qualificação dos ferroviários. Como constatamos, a CCEVFRGS tinha papel preponderante nesta qualificação.

Por outro lado, o *campo exterior*, foi caracterizado por questões salariais envolvendo os ferroviários e as concessionárias, que redundaram em greves já na primeira década do século XX caracterizando o cenário social quando, em 1913, foi fundada a CCEVFRGS. Cenário que recrudescer com a onda de greves no país em torno de 1917 tendo como pano de fundo a primeira guerra mundial e a revolução russa. Neste período, os princípios do comunismo, na sua vertente anarquista, encontravam adeptos e ativistas no meio trabalhista que estimulavam movimentos paredistas e sabotagens ao patrimônio ferroviário. A crise econômica mundial de 1929, a revolução de 1930, a ditadura Vargas a partir de 1937, a Segunda Guerra Mundial entre 1939 e 1945, a criação da RFFSA em 1957, o golpe militar de 1964, a privatização em 1999 e a extinção em 2007, se constituíram em eventos nacionais e internacionais que repercutiram no processo de desenvolvimento da CCEVFRGS.

Da tensão gerada por estes campos pudemos identificar um *campo relacional* constituído por relações internas, relações institucionais e por relações políticas.

As relações internas se caracterizavam pelo suporte aos associados no que se referia à saúde, educação, alimentação, fornecimento de utensílios e pecúlios. Relatórios e relatos orais indicam que existiam embates políticos internos quanto aos rumos da cooperativa, o que se evidencia pelas freqüentes críticas àqueles “radicais” que, supostamente de forma sub-reptícia, faziam propaganda contrária ao cooperativismo.

As relações institucionais ocorriam entre a CCEVFRGS e as gestoras da ferrovia – CACFB, VFRGS e RFFSA – e diziam respeito ao transporte de mercadorias, aos descontos em folhas de pagamento, à melhoria das condições de vida dos empregados da viação férrea mediante o fornecimento de produtos e de serviços de primeira necessidade além da formação educacional e profissional de seus filhos.

As relações políticas ocorriam nos âmbitos municipal, estadual e federal na medida em que as atividades da cooperativa incluíam o comércio, serviços de saúde e educacionais e o uso do transporte ferroviário, uma concessão do Estado. Neste nível de relações, se destacam questões relativas a impostos, convênios, taxas, entre outras questões que estavam sob a responsabilidade de ministérios federais como a própria regulamentação das cooperativas ou do governo estadual em relação ao ICMS e às Escolas Turmeiras que supriam o déficit público nesta área. Estas questões demandavam esforços freqüentes dos diretores e emissários da CCEVFRGS junto ao governo federal. Destas relações e a par do vulto que alcançou a cooperativa, emergiram personalidades políticas como Walter Jobim e Manoel

Ribas, já citados anteriormente, além de outros que alcançaram a Câmara de Vereadores, a Assembléia do Estado e a Prefeitura de Santa Maria.

***A questão da
determinação do que é
utópico e da produção
de “fatos urbanos”
por grupos não
dominantes***

Como vimos, sempre que a sociedade for estratificada em categorias econômicas, étnicas, raciais e culturais e que impliquem em diferenças qualitativas de vida, haverá a possibilidade do surgimento do pensamento utópico, pois ele decorre da vontade e ou da necessidade de mudança, de evolução, de progresso de um ou mais grupos que a compõe.

Mais do que estas considerações sobre o ambiente social estratificado que possibilita o pensamento utópico, podemos constatar que as utopias dele decorrentes expõem cada uma à sua maneira, as diferenças entre classes.

A CCEVFRGS, organização não representativa de uma classe dominante econômica ou politicamente – a ferroviária –, produziu espaços mediante o uso e a construção de diversos edifícios para abrigar suas atividades em diversas localidades do estado do Rio Grande do Sul. O conjunto destas atividades e edificações configurou uma rede regional de atendimento a seus associados. Principalmente em Santa Maria, estas construções se configuraram como elementos estruturadores da imagem e do imaginário urbanos. Mesmo que em meio a um tecido urbano tipologicamente diversificado, seus edifícios se destacavam como vértices de um polígono que continha a dinâmica das atividades ferroviárias e cooperativistas.

Em síntese esta tese procurou demonstrar que a instituição imaginária da CCEVFRGS que não configurou uma utopia, continha elementos de pensamento utópico que resultou na produção de

espaços sociais que se identificam com a história da sociedade onde atuou.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, José Pacheco de. (org.). *Álbum Ilustrado Comemorativo do 1º Centenário de Emancipação Política do Município de Santa Maria - Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrópole, 1958.
- AINSA, Fernando. *A reconstrução da Utopia*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2006.
- ALBUQUERQUE, Mario Marcondes de. *Manoel Ribas, o mito que ficou*. S.n., s. d..
- ANDRADE, Oswald. A marcha das utopias *in Obras Completas VI – Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da Subcomissão de transporte Ferroviário*. Porto Alegre, 1991.
- AZAMBUJA, Antônio Cândido. C. *et al.*; CUNHA, Athos. Ronaldo Miralha. (org). *Arquimedes*. Santa Maria: Movimento, 2010.
- BACZKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales. Memórias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.
- BANDEIRA, MONIZ *et al.* *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BEBER, Cirilo Costa. *Santa Maria 200 anos: história da economia do município*. Santa Maria: Pallotti, 1998.
- BELÉN, J.. *História do Município de Santa Maria, 1797 – 1933*. Santa Maria: Edições UFSM, 1989.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança – Vol. 1*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2005.
- _____. *O princípio esperança – Vol. 2*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2006.
- _____. *O princípio esperança – Vol. 3*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2006.
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1989.
- BREMAND, N.. "Charles Fourier (1772-1837)". Les premiers socialismes, bibliothèque virtuelle de l'Université de Poitiers. Publicado em sítio em 16/03/2009. <http://premierssocialismes.edel.univ-poitiers.fr/> (Acessado em 6/06/2010).
- CABET, Étienne. *Voyage en Icarie* (2e éd.). Paris: au bureau du "Populaire", 1945. Fonte: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k101886z.image.r=icarie>. (Acessado em 06/06/2010).

CAMARGO, Iberê. *Esboço autobiográfico*. Rio de Janeiro: s. n., 1985. Fonte: www.iberecamargo.org.br/content/artista/pensamentos_01.asp (Acessado em 01/05/2010).

_____. *Gaveta dos Guardados*. Augusto Massi (org). São Paulo: EDUSP, 1998.

CAMPANELLA, Tommaso.. *A Cidade do Sol*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Newton de. *Intermodalidade, intramodalidade nos transportes de longa distância no Brasil*. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 1995.

CCEVFRGS. *Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada, 1913-1963 – 50 anos*. Santa Maria: Diretoria, 1963.

_____. *Operação Coopfer – desenvolvimento planejado de projetos e empreendimentos geradores de riqueza*. Leopoldo P. da Silva (org.). Santa Maria: CCEVFRGS, BNCC, 1965.

_____. *Relatório – Exercício de 1933*. Santa Maria: Diretoria, 1934.

_____. *Relatório – Exercício de 1917*. Diretoria, Santa Maria: Diretoria, 1918.

_____. *Relatório – Exercício de 1920*. Santa Maria: Diretoria, 1921.

_____. *Relatório – Exercício de 1921*. Santa Maria: Diretoria, 1922.

_____. *Relatório – Exercício de 1922*. Santa Maria, 1923.

_____. *Relatório - Exercício de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924.

_____. *Relatório - Exercício de 1924*. Santa Maria: Diretoria, 1925.

_____. *Relatório – Exercício de 1926*. Santa Maria: Diretoria, 1927.

_____. *Relatório – Exercício de 1929*. Santa Maria: Diretoria, 1930.

_____. *Relatório – Exercício de 1930*. Santa Maria: Diretoria, 1931.

_____. *Relatório – Exercício de 1931*. Santa Maria: Diretoria, 1932.

_____. *Relatório – Exercício de 1934*. Santa Maria: Diretoria, 1935.

_____. *Relatório – Exercício de 1942*. Santa Maria: Diretoria, 1943.

_____. *Relatório – Exercício de 1946*. Santa Maria: Diretoria, 1947.

_____. *Relatório – Exercício de 1955*. Santa Maria: Diretoria, 1956.

_____. *Relatório – Exercício de 1962*. Santa Maria: Diretoria, 1963.

_____. *Relatório – Exercício de 1963*. Santa Maria: Diretoria, 1964.

_____. *Relatório – Exercício de 1964*. Santa Maria: Diretoria, 1965.

_____. *Relatório – Exercício de 1965*. Santa Maria: Diretoria, 1966.

_____. *Relatório – Exercício de 1966*. Santa Maria: Diretoria, 1967.

_____. *Relatório – Exercício de 1968*. Santa Maria: Diretoria, 1969.

_____. *Relatório – Exercício de 1974*. Santa Maria: Diretoria, 1975.

_____. *Resumo dos Empreendimentos, Visão Retrospectiva – 1955*. Santa Maria: Diretoria, 1955.

CHOAY, Françoise. *L'urbanisme, utopies et réalités – une anthologie*. Paris: Editions du Seuil, 1965.

_____. *Pour une anthropologie de l'espace*. Paris: Editions du Seuil, 2006.

CLAEYS, Gregory. Socialisme et utopie in SHAER, Roland, SARGENT, Lyman Tower (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibliothèque Nationale de France / Fayard, 2000.

COLRAT, Pascal. *World Democratic Tour*. Intervention artistique. Cité Internationale Universitaire de Paris, Paris: de 5 de março a 10 de abril de 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS TRANSPORTES. *Pesquisa Ferroviária CNT – 2002 - Relatório Analítico*. Fonte: <http://www.cnt.org.br>, (Acessado em 10/05/2010).

COSTA, Wanderley. Messias. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1977.

Decreto Executivo nº 161/97, de 8 de agosto de 1997.

DAVIS, James Colin. L'utopie et le Nouveau Monde, 1500-1700 in SHAER, Roland.; SARGENT, Lyman Tower (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Fayard, 2000.

DEBRUNE, J.. *Le Système de la Méditerranée de Michel Chevalier*. CONFLUENCES Méditerranée - N° 36 HIVER 2000-2001, p.187-194, www.confluences-mediterranee.com (Acessado em 14/08/2010).

DEBU-BRIDEL, J.. *L'Actualité de Fourier. De l'utopie au fouriérisme appliqué*. Paris: Editions France-empire, 1978.

Decretos federais 14.222 de 18 de junho e 14.224 de 21 de junho de 1920.

DELABRE, Guy; GAUTIER, Jean-Marie. *Vers une republique du travail. J.B.A. Godin, 1817-1888*. Paris: Editions de la Villette, 2000.

Manchete. *Diário do Interior*. Santa Maria, nºxx, p. xx, 11/11/1913.

ENGELS, Friedrich, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1988.

_____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Fulgor, 1962,

EQUITABLE PIONEERS. LAWS AND OBJECTS OF THE ROCHDALE SOCIETY. Rochdale: Hall, 1844, p. 3. (Cópia digitalizada) www.co-op.ac.uk, (Acessado em 29/10/2008).

Jornal *Gaspar Martins - Orgão Parlamentarista*. Nº31. Santa Maria, 3/11/1917.

FAUSTO, Boris (dir). O Brasil republicano III: estrutura de poder e economia. São Paulo: Difel, 1975.

FOURIER Charles. *Le nouveau monde industriel ou Invention du procédé d'industrie attrayante et naturelle distribuée en séries passionnées*. Paris: Éditions Flammarion, 1973. <http://classiques.uqac.ca> (Acessado em 06/06/2010).

_____. *Le nouveau monde industriel et sociétaire* (1829). Fonte: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, <http://cpdoc.fgv.br> (Acessado em 23/10/2009).

FUNDAÇÃO IBERÊ CAMARGO. *O artista – depoimentos*. Edmundo Cardoso, 1984. www.iberecamargo.org.br (Acessado em 21/05/2010).

GERVEREAU, Laurent. Une faille symbolique – l'utopie face à ses représentations in SHAER, Roland., SARGENT, Lyman Tower. (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibliothèque Nationale de France / Fayard, 2000.

GIDE, Charles. *Les Sociétés coopératives de consommation*. Paris: Armand Colin, 1904, (Versão digitalizada) <http://www.archive.org> (Acessado em 09/08/2009).

_____. *L'École de Nîmes – Édition du centenaire*. Paris: Presses Universitaires de Paris, 1945.

GODIN, Jean-Baptiste André. *Etudes Sociales*, nº5, p.78. Guise: Imprimerie Baré, s/d. (facsimile).

GOLPE no ensino técnico do Rio Grande! Destruído pelo fogo o Internato da Escola Hugo Taylor. *A Razão*. Santa Maria, nºXXX, p. x, 21/08/1954.

GONÇALVES, J. M. F.; Martins, G.. *Raio-X da produção - Investimento e participação dos modais de Transportes*. Engenharia, nº 591, p. 137, 2009. Fonte: www.brasilengenharia.com.br (Acessado em 14/05/2010).

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Indicadores de Desigualdade Social no Distrito Federal*. Brasília: CODEPLAN: NEP, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundação de Economia e Estatística,

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p.213.

HOLSTON, James. *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HUGO, Victor. *Notre Dame de Paris*. Paris: Editions de la Seine, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Inventário das Estações: 1874-1959*. Pesquisadoras Alice Cardoso e Frinéia Zamin. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *A ferrovia gaúcha e as diretrizes de "Ordem e Progresso": 1905-1920*. In Estudos Ibero-americanos II. Porto Alegre, 1977.

LE CORBUSIER. *A carta de Atenas*. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993.

LEENHARDT, Jacques (directeur d'études). *"Paysages et sociétés dans la littérature et les arts aux XIXe e XXe siècles"* (seminaire) – Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Janeiro a junho de 2007 (anotações).

_____. Imagem e história em viagem pitoresca e histórica ao Brasil, de Jean Baptiste Debret: o enterro do filho de um rei negro in LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P.; PESAVENTO, Sandra Jatahy.. *História e linguagem: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

LEFEBVRE Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.

LENNON, Johnn. *Imagine* (disco). Londres: Apple/EMI, 1971. Faixa 1.

MAINGUENEAU, Dominique. *L'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1991.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARIN, Louis. *Utopiques: jeux d'espaces*. Paris: Les éditions de minuit, 1973.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MELLO, Luiz. Fernando da Silva. *O imaginário do espaço e o espaço do imaginário: a ferrovia em Santa Maria, RS*. Porto Alegre, 2002. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, PROPUR, UFRGS.

MONCAN, Patrice. *Villes utopiques, Villes rêvées*. Paris: Editions du Mécène, 2003.

MORUS, Thomas. *A Utopia*. Porto Alegre: L & PM, 1997.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA. Lei Municipal nº 2983/88, de 6 de agosto de 1988.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA. Lei Municipal nº 4009/96, de 21 de outubro de 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Ramos*. www.ocb.org.br, consultado em 9/10/2009.

OWEN, Robert. Devoir, tome XIII, p. 265 in DELABRE, G.; GAUTIER, J. M.. *Vers une republique du travail. J.B.A. Godin, 1817-1888*. Paris: Editions de la Villette, 2000.

PAQUOT, Thierry; BERIDA, Marc. *Habiter l'utopie: Le Familistère Godin à Guise*. Paris: Édition de La Villette, 2004.

PASTORE, José. *Brasília: a cidade e o homem*. São Paulo: Ed. Nacional e da USP, 1969.

PESAVENTO, Sandra. Jatahy, *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. *Sensibilidades: escrita e leitura da alma*. Porto Alegre, (mimeo), 2006.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja nossa pátria: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

PICON, Antoine. *Les saint-simoniens. Raison, imaginaire et utopie*. Paris: éditions Belin, 2002.

PINHO, Diva Benevides. *A doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista*. São Paulo: Pioneira, 1966.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

PUTNAM, R. em “*Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*”, Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório – Etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

RICHARDSON, Benjamim Ward. *Hygeia – une cité de la santé*. Paris: Editons de la Villette, 2006.

RIOT-SARCEY, Michele; BOUCHET, Thomas; PICON, Antoine. *Dictionnaire des Utopies*. Paris: Larousse, 2006.

GIDE, Charles. *Compêndio d'economia Política*. Porto Alegre: Globo, 1953.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SARGENT, Lyman Tower. Les traditions anciennes, bibliques e médiévales in SHAER, Roland, SARGENT, Lyman Tower (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibliothèque nationale de France/Fayard, 2000.

_____. Traditions utopiques: thèmes et variations in SHAER, Roland.; SARGENT, Lyman Tower (orgs.). *Utopie, La quête de La société ideale en occident*. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Fayard, 2000.

SCAFI, Alessandro. *Mapping Paradise*. Londres: The British Library, 2006

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – Portaria nº 30, de 26 de outubro de 2000. Santa Maria.

SFEZ, Lucien. *A saúde perfeita – crítica de uma nova utopia*. São Paulo: Loyola, 1996.

SHAER, Roland et al.. *Utopie. La quête de la société idéale en Occident*. Le Cahier. Paris: BNF, 2000.

SÍTIOS

<http://cesma.com.br>

<http://classiques.uqac.ca/>

<http://gallica.bnf.fr>

<http://www.newlanark.org>

<http://premierssocialismes.edel.univ-poitiers.fr>

<http://salineroyale.com>

<http://www.cnt.org.br>

<http://www.co-op.ac.uk/>

<http://www.iberecamargo.org.br/>

<http://www.romorantin-leprojetoublie.deleonarddevinci.fr>

www.ocb.org.br,

SEMINÁRIOS E EVENTOS

“Paysages et sociétés dans la littérature et les arts aux XIXe e XXe siècles” (seminaire) JACQUES LEENHARDT (directeur d'études). – Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Janeiro a junho de 2007.

World Democratic Tour. Intervention artistique. PASCAL COLRAT. Cité Internationale Universitaire de Paris. Paris: de 5 de março a 10 de abril de 2007.

CORPUS

Relatórios da CCEVFRGS

CCEVFRGS. *Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada – 1913 – 1963 – 50 anos*. Santa Maria: Diretoria, 1963.

_____. *Operação Coopfer – desenvolvimento planejado de projetos e empreendimentos geradores de riqueza*. Leopoldo P. da Silva (org.). Santa Maria: CCEVFRGS, BNCC, 1965.

_____. *Relatório – exercício de 1917*. Diretoria, Santa Maria: Livraria do Globo, 1918.

_____. *Relatório – Exercício de 1917*. Santa Maria: Diretoria, 1918.

_____. *Relatório – Exercício de 1920*. Santa Maria: Diretoria, 1921.

_____. *Relatório – Exercício de 1921*. Santa Maria: Diretoria, 1922.

- _____. *Relatório – Exercício de 1922*. Santa Maria: Diretoria, 1923.
- _____. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924.
- _____. *Relatório – Exercício de 1924*. Santa Maria: Diretoria, 1925.
- _____. *Relatório – Exercício de 1925*. Santa Maria: Diretoria, 1926.
- _____. *Relatório – Exercício de 1926*. Santa Maria: Diretoria, 1927.
- _____. *Relatório – Exercício de 1929*. Santa Maria: Diretoria, 1930.
- _____. *Relatório – Exercício de 1930*. Santa Maria: Diretoria, 1931.
- _____. *Relatório – Exercício de 1931*. Santa Maria: Diretoria, 1932.
- _____. *Relatório – Exercício de 1933*. Santa Maria: Diretoria, 1934.
- _____. *Relatório – Exercício de 1934*. Santa Maria: Diretoria, 1935.
- _____. *Relatório – Exercício de 1942*. Santa Maria: Diretoria, 1943.
- _____. *Relatório – Exercício de 1946*. Santa Maria: Diretoria, 1947.
- _____. *Relatório – Exercício de 1955*. Santa Maria: Diretoria, 1956.
- _____. *Relatório – Exercício de 1962*. Santa Maria: Diretoria, 1963.
- _____. *Relatório – Exercício de 1963*. Santa Maria: Diretoria, 1964.
- _____. *Relatório – Exercício de 1964*. Santa Maria: Diretoria, 1965.
- _____. *Relatório – Exercício de 1965*. Santa Maria: Diretoria, 1966.
- _____. *Relatório – Exercício de 1966*. Santa Maria: Diretoria, 1967.
- _____. *Relatório – Exercício de 1968*. Santa Maria: Diretoria, 1969.
- _____. *Relatório – Exercício de 1974*. Santa Maria: Diretoria, 1975.
- _____. *Relatório de 1939*. Santa Maria: Diretoria, 1940.
- _____. *Resumo dos Empreendimentos – visão retrospectiva*. Porto Alegre: Diretoria, 1955.
- _____. *Resumo dos Empreendimentos, Visão Retrospectiva – 1955*. Santa Maria: Diretoria, 1955.

Jornais

A Razão, Santa Maria.

Correio do Povo, Porto Alegre.

Diário do Interior, Santa Maria.

Gaspar Martins, Santa Maria.

Zero hora, Porto Alegre.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Páginas da primeira edição de Utopia de Thomas More. Louvain: Thierry Martin, 1516. Fonte: Davis, J. C.. L'utopie et le Nouveau Monde, 1500-1700 in SHAER, Roland.; SARGENT, Lyman Tower (orgs.). <i>Utopie, La quête de La société ideale en occident</i> . Paris: Bibiothèque Nationale de France/Fayard, 2000, p. 114.....	20
FIGURA 2 – Ilustração do Capítulo I - A idade de Ouro da obra <i>Metamorfose</i> de Ovídio. s.n., 1563. 16 x 19 cm. Fonte: Shaer, R.; Lecoq, D.. les traditions anciennes, bibliques et médiévales in Shaer, R.; Sargent., L. T. (orgs.). <i>Utopie, La quête de La société ideale en occident</i> . Paris: Bibiothèque Nationale de France/Fayard, 2000, p. 43.....	21
FIGURA 3 – Topographia paradisi terrestri iuxta mentem et coniecturas authoris in Kircher, Athanasius. Arca Noé, publicada em 1675. Fonte: Scafi, A.. Mapping Paradise. Londres: The British Library, 2006, p. 316.....	22
FIGURA 4 – Lugares da vida comunitária de Owen. 1 – New Lanark. 2 – New Harmony. Ilustração de F. Bate conforme proposição de Robert Owen, 1838. Fontes: http://www.newlanark.org/pressimages/aerialview.jpg (Acessado em 19/08/2010) e http://en.wikipedia.org (Acessado em 19/08/2010) e http://en.wikipedia.org (Acessado em 10/06/2010).....	34
FIGURA 5 – Falanstério. 1 – Plano Geral. 2 – Edifício abandonado da Falange Norteamericana, Fontes: Fourier, C.. Le Nouveau monde industriel et sociétaire. Paris: Flammarion, 1845, p. 138. Edição digitalizada em http://www.uqac.quebec.ca (Acessado em 6/06/2010).....	38
FIGURA 6 – Evolução da rede ferroviária na França entre 1850 e 1941. Fonte: http://codegass.free.fr (Acessado em 14/08/2010).....	41
FIGURA 7 – “O Familistério ou o Palácio Social” imaginado por Godin. Fonte: Conseil général de l’Aisne. <i>Le jardin d’agrément et Le lavoir-piscine</i> . s. l. :s. n. : 2.000, pp. 10-11.....	45
FIGURA 8 – Familistério. Plano do conjunto de 1889. Litografia publicada em 1891 em Guise. Fonte: Paquot, T.; Bérída, M.. <i>Habiter l’utopie: Le Familistère Godin à Guise</i> . Paris: Édition de La Villette, 2004, p. 153.....	46
FIGURA 9 – Familistério. 1 – Vista norte do Pavilhão central e da ala norte. 2 – Pátio do pavilhão central. Fontes: Paquot, T.; Bérída, M.. <i>Habiter l’utopie: Le Familistère Godin à Guise</i> . Paris: Édition de La Villette, 2004, p. 287 e foto do autor.....	47
FIGURA 10 – World Democratic Tour. 1 - Capa. 2 – Detalhe do mapa. Fonte: Colrat, P.. <i>World Democratic Tour. Intervention artistique</i> , Paris, 2007 (mapa).....	56
FIGURA 11 – Primeira representação espacial de Utopia de Tomas More. Fonte: DAVIS, James Colin. L'utopie et le Nouveau Monde, 1500-1700 in SHAER, Roland.; SARGENT, Lyman Tower (orgs.). <i>Utopie, La quête de La société ideale en occident</i> . Paris: Bibliothèque Nationale de France/Fayard, 2000, p.114.....	92
FIGURA 12 – “Construção da representação da ilha de Utopia” por Marin. Fonte: MARIN, L.. <i>Utopiques: jeux d’espaces</i> . Paris: Les éditions de minuit, 1973, p. 77.....	93
FIGURA 13 – Esquema espacial da Cidade do Sol de Campanella.....	94
FIGURA 14 – Esquema espacial para uma cidade do período do Garantismo proposto por Fourier. Ilustração de M. Pinel Coll, Le Mécène; Fonte MONCAN, Patrice. <i>Villes utopiques, Villes rêvées</i> . Paris: Les Éditions du Mécène, 2003, p.93.....	96
FIGURA 15 – Pensamento utópico e a produção do espaço social. 1 - O Castelo no ar. Xilogravura (1928) de Maurits Cornelis Escher. Fonte: www.mcescher.com/Gallery/gallery-italian.htm (Acessado em 03/07/2010). 2 - Estação Orbital Internacional. Fonte: www.nasa.gov/multimedia/imagegallery/ (acessado em 03/07/2010).....	101
FIGURA 16 – Evolução da rede ferroviária no RS.....	109
FIGURA 17 – Investimentos públicos e a desconstrução do espaço social. 1 – Investimentos públicos nos diferentes modais. 2 – Povoado abandonado. Fontes: GONÇALVES, J. M. F. Martins, G.. <i>Investimento e participação dos modais de</i>	

<i>Transportes</i> . Engenharia, nº591(2009), p. 137 e Jornal Zero Hora, 12/12/1999, p. 1.	110
FIGURA 18 – Santa Maria. Urbanização em 1914 (simulação).....	112
FIGURA 19 – Santa Maria. A Estação Ferroviária circa 1899. Fonte: Arquivo Municipal de Santa Maria.....	113
FIGURA 20 – Santa Maria. Av. Progresso atual Av. Rio Branco em 1914. Fonte: Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria, comemorado erroneamente em 1914.....	113
FIGURA 21 – Santa Maria: a Vila Belga na década de 1910. Fonte: Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria, comemorado erroneamente em 1914.....	114
FIGURA 22 – Santa Maria. Urbanização em 1946 (simulação).....	115
FIGURA 23 – Estação Férrea de Santa Maria como representação da modernidade. Fonte: ABREU, José Pacheco de. (org.). Álbum Ilustrado Comemorativo do 1º Centenário de Emancipação Política do Município de Santa Maria - Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Metrópole, 1958, p. 117.....	116
FIGURA 24 – Estação Férrea de Santa Maria e sua Gare em 2010: o relógio “roubado” como metáfora do tempo perdido. Fonte: fotos do autor, 2010.....	117
FIGURA 25 – Mancha Ferroviária de Santa Maria na década de 1960.	119
FIGURA 26 – Vila Belga em 2008.	119
FIGURA 27 – Primeira Diretoria da CCEVFRGS. 1 – Edgard Paternot. 2 – Luiz W. Barbosa. 3 – Carlos Domingos Grivicich. Fonte: CCEVFRGS. Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada, 1913-1963 – 50 anos. Santa Maria: Diretoria, 1963, p. 21..	121
FIGURA 28 – Mapa das Escolas Turmeiras em 1946. Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório de 1946</i> . Santa Maria: Diretoria, 1947, p. 16.	146
FIGURA 29 – Diretoria CCEVFRGS em 1939. Sentado, no centro, o Administrador-Presidente Sr. José Simões Fº. Sentado, no primeiro lugar à esquerda, o consultor jurídico Walter Só Jobim. Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1939</i> . Santa Maria: Diretoria, 1940, p. 4.	151
FIGURA 30 – Gráfico da oscilação do custo de um rancho no armazém central de Santa Maria nos anos de 1945 e 1946. A expressão gráfica dos “dias difíceis do pós-guerra”. Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1946</i> . Santa Maria: Diretoria, 1947, p. 7.	153
FIGURA 31 – Variação do número de associados em relação às políticas governamentais.....	174
FIGURA 32 – Mapa dos locais das atividades comerciais, industriais e de serviços da CCEVFRGS – situação em 1959: a conectividade da idéia de rede.....	183
FIGURA 33 – Mapa dos locais das atividades educacionais da CCEVFRGS – situação em 1959: a conectividade da idéia de rede.	184
FIGURA 34 – Mapa dos locais das atividades comerciais, industriais, de serviços e educacionais da CCEVFRGS – situação em 1959: a conectividade da idéia de rede.	185
FIGURA 35 – Áreas e edifícios da CCEVFRGS e a mancha ferroviária em Santa Maria em 1966.	187
FIGURA 36– Armazém, padaria e açougue do Núcleo de Otávio Lima, próximo às oficinas do Km3 (nº 14 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. <i>Álbum de Fotografias</i> . Santa Maria, s. d. e CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1962</i> . Santa Maria: Diretoria, 1963.....	188
FIGURA 37– Armazém do Núcleo de Inspector Goulart, inaugurado em 1961 próximo às oficinas do Km 2 (nº2 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1961</i> . Santa Maria: Diretoria, 1962.....	188
FIGURA 38 – Matadouro e Salsicharia localizados próximo às oficinas do Km3 e do Núcleo de Otávio Lima. (nº 14 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. <i>Relatório –</i>	

<i>Exercício de 1922. Santa Maria: Diretoria, 1923 e CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1923. Santa Maria, 1924.</i>	188
FIGURA 39 – Áreas e edifícios centrais da CCEVFRGS e a mancha ferroviária em Santa Maria	189
FIGURA 40 – Prédio que agregava as funções de açougue, salsicharia e o Escritório Central da Cooperativa, anterior à construção do Edifício Sede em 1932 (n° 17 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1920. Santa Maria: Diretoria, 1921.</i>	190
FIGURA 41 – Armazém Central em fotografia anterior à construção do prédio da Administração, e imagem interna. Fontes: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1920. Santa Maria, 1922 e CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1923. Santa Maria, 1924;</i> (n° 19 no mapa de SM).	190
FIGURA 42 – 1. Vista aérea da mancha ferroviária nos anos 1930. No quadrante superior direito o edifício da Escola Santa Terezinha, a Vila Belga e prédios da CCEVFRGS. Fonte: Arquivo do Museu do Trem, São Leopoldo, RS. 2. Edifícios da administração e do armazém central de Santa Maria, anos 1930. Fonte: Casa da Memória Edmundo Cardoso.	190
FIGURA 43 – Seções de fazendas e de calçados do armazém central de Santa Maria. Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1949. Santa Maria: Diretoria, 1950.</i>	191
FIGURA 44 – Departamento de Indústrias com imagem interna do açougue localizado na parte frontal do edifício (n° 26 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1941. Santa Maria, 1942.</i>	191
FIGURA 45 – Padaria localizada no pavimento térreo e imagem interna da Fábrica de massas e bolachas no pavimento superior (n° 24 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. <i>Álbum de Fotografias. Santa Maria, s. d. e CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1962. Santa Maria, 1963.</i>	191
FIGURA 46 – Fábrica de Confeções em construção e projeto publicado no relatório de 1923, referindo-se ao mesmo como destinado à escola feminina e padaria (n° 25 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1922. Santa Maria: Diretoria, 1923 e CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1923. Santa Maria: Diretoria, 1924.</i>	192
FIGURA 47 – Departamento de Indústrias, com imagem interna da Fábrica de café e sabão (n° 26 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1941. Santa Maria: Diretoria, 1942.</i>	192
FIGURA 48 – Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor. 1. Tipografia da seção de impressão (n° 13 no mapa de SM). 2. Marcenaria. (n° 13 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1941. Santa Maria: Diretoria, 1942 e CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1925. Santa Maria: Diretoria, 1926.</i>	192
FIGURA 49 – Vagões restaurantes administrados pela CCEVFRGS. 1 – 2ª Classe. 2 – 1ª Classe. Fontes: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1918. Santa Maria: Diretoria, 1919 e CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1921. Santa Maria: Diretoria, 1922.</i>	193
FIGURA 50 – Escola de Artes e Ofícios masculina. 1 – Projeto da fachada. 2 – O edifício no contexto central da cidade (n° 13 do mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1918. Santa Maria: Diretoria, 1919 e Arquivo Municipal de SM.</i>	193
FIGURA 51 – Escola Santa Terezinha. Instalações antigas e edifício em construção (n° 12 no mapa de Santa Maria). Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1928. Santa Maria: Diretoria, 1929.</i>	193
FIGURA 52 – Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor. Vista externa do conjunto e vista do pátio interno no dia da inauguração das Oficinas. Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório de 1923. Santa Maria: Diretoria, 1924 e CCEVFRGS. Relatório de 1925. Santa Maria: Diretoria, 1926.</i>	194
FIGURA 53 – Exposição de produtos da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor. 1 - Metalurgia. 2 - Marcenaria.	195

- FIGURA 54 – Escola de Artes e Ofícios. 1 – Exposição dos alunos de pintura. 2 – Detalhe. Fonte: CCEVFRGS, *Relatório do ano de 1927*. Santa Maria, 1928.....196
- FIGURA 55 – Exposição anual da Escola de Artes e Ofícios de 1929. 1 – Quadros e trabalhos em gesso dos alunos da Secção de Pintura. 2 – Desenho a crayon sobre papel de Iberê Camargo (26/04/1929). Fontes: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1929*. Santa Maria: Diretoria, 1930 e Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria, RS.....197
- FIGURA 56 – Av. Rio Branco nos anos 1950. À esquerda as torres da Catedral Diocesana e à direita a Escola de Artes e Ofícios com seu internato. Fonte: PMSM. Arquivo Municipal.....198
- FIGURA 57 – Incêndio do edifício do internato da Escola de Artes e Ofícios em 1954. Fonte: CCEVFRGS. *Resumo dos Empreendimentos. Visão retrospectiva – 1955*. Santa Maria: Diretoria, 1955.....199
- FIGURA 58 – Casa da Vila Belga ocupada provisoriamente pela Escola Santa Terezinha, e novo prédio em construção no terreno lindeiro em vista pela Rua 13 de maio (nº 12 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924 e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1928*. Santa Maria: Diretoria, 1929.....200
- FIGURA 59 – Escola de Artes e Ofícios Santa Terezinha. (nº12 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1929*. Santa Maria, 1930.....201
- FIGURA 60 – Escola de Artes e Ofícios Santa Terezinha. 1 – Pátio interno. 2 – Prédio para aulas de cozinha, lavanderia e padaria (nº 12 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1929*. Santa Maria, 1930.....201
- FIGURA 61 – Escola de Artes e Ofícios Santa Terezinha. Classe de música e de serviços domésticos. (local não identificado). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1923*. Santa Maria: Diretoria, 1924.....201
- FIGURA 62 – Grupo Escolar Rui Barbosa. 1 – Vista frontal. 2 – Sala de aula. (nº 4 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. *Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada, 1913-1963 – 50 anos*. Santa Maria: Diretoria, 1963 e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1949*. Santa Maria: Diretoria, 1950.....202
- FIGURA 63 – Escola Ferroviária. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1955*. Santa Maria: Diretoria, 1956.....202
- FIGURA 64 – Atividade agropastoril. 1. Criação de caprinos. 2. Horta. (nº 3 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1941*. Santa Maria: Diretoria, 1942 e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1946*. Santa Maria: Diretoria, 1947.....202
- FIGURA 65 – Edifício principal da Casa de Saúde (nº 6 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1931*. Santa Maria: Diretoria, 1932 e CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1933*. Santa Maria: Diretoria, 1934.....203
- FIGURA 66 – A CCEVFRGS em Porto Alegre. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 7 de janeiro de 2009; (Acessada em 25 de maio de 2010).204
- FIGURA 67 – Armazém e Farmácia de Diretor Pestana. Fonte: CCEVFRGS. *Álbum de Fotografias*. Santa Maria, s. d.204
- FIGURA 68 – Posto de vendas da CCEVFRGS. 1 – Em primeiro plano a antiga Estação Férrea demolida no início da década de 1970 e à esquerda o Edifício Ely. 2 – Edifício Ely em foto atual. 3 – Vista interna do Posto de Vendas. Fontes: <http://wikimapia.org>, <http://ar>205
- FIGURA 69 – Projeto do edifício para armazém filial em Porto Alegre na rua Voluntários da Pátria. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1920*. Santa Maria: Diretoria, 1921.....205
- FIGURA 70 – CCEVFRGS em Porto Alegre. 1 – Edifício dos Escritórios da Diretoria, Diretor Comercial e Contabilidade Geral no pavimento superior e Armazém com Farmácia e Alfaiataria no térreo. 2 – Vista do armazém. Fonte: CCEVFRGS. *Relatório – Exercício de 1922*. Santa Maria: Diretoria, 1923.....206

FIGURA 71 – Escola de Artes e Ofícios de Porto Alegre. em vista da fachada e lateral com bloco para refeitório e dormitório de alunos, construída na Estação do então distrito de Gravataí. Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1923. Santa Maria, 1924.....	206
FIGURA 72 – A CCEVFRGS em Pelotas. Fonte da imagem aérea: Fonte: Google Earth; Data: 16 de maio de 2006 (Acessada em 25 de maio de 2010).....	207
FIGURA 73 – Armazém e Farmácia de Pelotas, inaugurado em 16 de junho de 1956. Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1955. Santa Maria: Diretoria, 1956.	207
FIGURA 74 – A CCEVFRGS em Passo Fundo. Fonte da imagem aérea: Fonte: Google Earth; Data: 10 de março de 2006 (Acessada em 25 de maio de 2010).	208
FIGURA 75 – Armazém de Passo Fundo. 1 – Em 1921. 2 – Em 1943 com a farmácia em anexo. Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1921. Santa Maria, 1922 e CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1942. Santa Maria, 1943.	208
FIGURA 76 – A CCEVFRGS em Bagé. Fonte da imagem aérea: Fonte: Google Earth; Data: 02 de julho de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).....	209
FIGURA 77 – Armazém de Bagé. 1 – Projeto inicial. 2 – Edifício construído (que não seguiu o projeto) com o prédio em anexo de dois pavimentos para a Escola masculina. Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1922. Santa Maria, 1923; CCEVFRGS. Álbum de Fotografias, s.d.....	209
FIGURA 78 – A CCEVFRGS em Pedro Osório (Antiga Olimpo). Fonte da imagem aérea: Fonte: Google Earth; Data: 02 de fevereiro de 2006 (Acessada em 25 de maio de 2010).....	210
FIGURA 79 – A CCEVFRGS em Pedro Osório. 1 – Armazém (Ainda Olimpo, anos 1960). 2 – Armazém e Farmácia. Fonte: CCEVFRGS. Álbum de Fotografias. Santa Maria, s.d.	210
FIGURA 80 – A CCEVFRGS em Uruguaiana. Fonte da imagem aérea: Fonte: Google Earth; Data: 06 de setembro de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).....	211
FIGURA 81 – A CCEVFRGS em Uruguaiana. Armazém e Farmácia de Uruguaiana em 1942 e a casa de moradia do gerente do armazém e encarregado da farmácia em 1954. Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1942. Santa Maria: Diretoria, 1943; e CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1954. Santa Maria, Diretoria, 1955.	211
FIGURA 82 – A CCEVFRGS em Alegrete. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 22 de maio de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).	212
FIGURA 83 – Armazém de Alegrete. Foto de 1973. Fonte: CCEVFRGS. <i>Arquivo de Fotografias</i> . Santa Maria.	212
FIGURA 84 – A CCEVFRGS em Santiago. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 02 de abril de 2006 (Acessada em 25 de maio de 2010).	213
FIGURA 85 – Armazém e Farmácia de Santiago. Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1940</i> . Santa Maria: Diretoria, 1941.	213
FIGURA 86 – A CCEVFRGS em Cruz Alta. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 13 de fevereiro de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).	214
FIGURA 87– Armazém de Cruz Alta. Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1940</i> . Santa Maria: Diretoria, 1941.....	214
FIGURA 88 – A CCEVFRGS em Rio Grande. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 31 de agosto de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).	215
FIGURA 89 – Armazém de Rio Grande. Projeto de reforma (fachada). Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1922. Santa Maria: Diretoria, 1923.	215
FIGURA 90 – A armazém de Rio Grande. 1 – Projeto de ampliação. 2 – Edifício em 1921. Fonte: CCEVFRGS. Relatório – Exercício de 1922. Santa Maria: Diretoria, 1923.	216
FIGURA 91 – A CCEVFRGS em Cacequi. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 10 de abril de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).	216
FIGURA 92 – Armazém de Cacequi. Aos fundos as casas dos empregados e a Escola em construção. Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1923</i> . Santa Maria: Diretoria, 1924.....	217

FIGURA 93 – Escola de Artes e Ofícios de Cacequi. 1 – Projeto. 2 – Edifício. Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1923</i> . Santa Maria: Diretoria, 1924.....	217
FIGURA 94 – A CCEVFRGS em Cacequi. Novas instalações para Farmácia (1) e Armazém (2). Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1930</i> . Santa Maria: Diretoria, 1931.....	217
FIGURA 95 – A CCEVFRGS em Montenegro. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 10 de abril de 2009 (Acessada em 25 de maio de 2010).	218
FIGURA 96 – Armazém e Farmácia de Montenegro. Foto s. d.. Fonte: CCEVFRGS. <i>Álbum de Fotografias</i> . Santa Maria, s. d.....	218
FIGURA 97 – A CCEVFRGS em Rio Pardo (Antiga Ramiz Galvão). Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 21 de janeiro de 2008 (Acessada em 25 de maio de 2010).	219
FIGURA 98 – Armazém e Farmácia de Ramiz Galvão (1973). Fonte: CCEVFRGS. <i>Arquivo Fotografias</i> . Santa Maria.	219
FIGURA 99 – Escola Mista de Ramiz Galvão. 1 – Vista frontal. 2 – Vista posterior. Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1933</i> . Santa Maria, 1934.	219
FIGURA 100 – A CCEVFRGS em Taquara. Fonte da imagem aérea: Google Earth; Data: 10 de março de 2005 (Acessada em 25 de maio de 2010).	220
FIGURA 101 – Armazém e Farmácia de Taquara. Fonte: CCEVFRGS. Foto s. d.. <i>Arquivo de Fotografias</i> , Santa Maria.	220
FIGURA 102 – Armazém e Farmácia de Porto Conde (distrito de São Jerônimo). Foto s. d.. Fonte: CCEVFRGS. <i>Arquivo Fotografias</i> . Santa Maria.	221
FIGURA 103 – Armazém de Piratini, construído em 1930. Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1930</i> . Santa Maria: Diretoria, 1931.	221
FIGURA 104 – Sinopse das relações sócio-espaciais entre as atividades da CCEVFRGS e da VFRGS em Santa Maria, RS.	222
FIGURA 105 – Sinopse típica das relações sócio-espaciais entre atividades da CCEVFRGS e da VFRGS em núcleos urbanos do RS.....	223
FIGURA 106 – Edifícios da CCEVFRGS em Santa Maria como elementos primários (Rossi). 1. Grupo Escolar Rui Barbosa. 2. Casa de Saúde. 3. Administração. 4. Fábrica de Massas. 5. Fábrica de Confecções. 6. Escola Santa Terezinha. 7. Escola Hugo Taylor.....	224
FIGURA 107 – Mapa da rede ferroviária do RS em 2010. Fonte: Governo Federal / Ministério dos Transportes. http://www.transportes.gov.br/bit/mapas/mapas-print/ferro/ALL/mapa-ALL.pdf (Acessado em 16/8/2010).....	226
FIGURA 108 – Mapa da rede de atendimento da CCEVFRGS.	226
FIGURA 109 – Fragmentação das relações sócio-espaciais das atividades da CCEVFRGS e da VFRGS em Santa Maria. Fonte da imagem aérea: Google Earth. Data: 29 de julho de 2009; acessada em maio de 2010.	228
FIGURA 110 – Fragmentação das relações sócio-espaciais das atividades da CCEVFRGS. Área dos edifícios centrais de Santa Maria. Fonte da imagem aérea: Google Earth. Data: 29 de julho de 2009; acessada em maio de 2010.	229
FIGURA 111 – Edifícios centrais da CCEVFRGS em Santa Maria. 1 – Primeira sede dos escritórios da CCEVFRGS (n°17 no mapa de SM – reformado). 2 – Sede atual da CCEVFRGS (n°18 no mapa de SM). Fotos: Autor, 2010.	230
FIGURA 112 – Edifícios centrais da CCEVFRGS em Santa Maria. 1 – Antigo armazém central (n°19 no mapa de SM) 2 – Depósito central (n°20 no mapa de SM). Fotos: Autor, 2010.....	230
FIGURA 113 – Edifícios centrais da CCEVFRGS em Santa Maria. 1 – Expedição (n° 21 no mapa de SM) 2 – Expedição (n°22 no mapa de S M). Fotos: Autor, 2010.	230
FIGURA 114 – Edifícios centrais da CCEVFRGS em Santa Maria. 1 – Antiga farmácia (n°23 no mapa de SM). 2 – Antigas Padaria e Fábrica de massas e bolachas (n°24 no mapa de SM). Fotos: Autor, 2010.....	231

FIGURA 115 – Edifícios centrais da CCEVFRGS em Santa Maria. 1 – Fábrica de Café e Sabão (nº26 no mapa de SM). 2 – Antiga Fábrica de Confecções (nº25 no mapa de SM). Fotos: Autor, 2010.	231
FIGURA 116 – Edifícios centrais da CCEVFRGS em Santa Maria. 1. Antiga Escola Industrial Hugo Taylor (nº 13 no mapa de Santa Maria). 2 – Escola Santa Terezinha atual Escola Estadual Manoel Ribas (nº12 no mapa de SM). Fotos: Autor, 2010;....	232
FIGURA 117– Edifícios periféricos da CCEVFRGS em Santa Maria. Armazém do Núcleo de Inspetor Goulart, Km 2 (nº2 no mapa de SM). Foto: Autor, 2010.....	233
FIGURA 118 – Edifícios periféricos da CCEVFRGS em Santa Maria. 1 – Armazém do Núcleo de Otávio Lima, Km 3. (nº 14 no mapa de SM). 2 – O edifício do açougue e da padaria do Núcleo de Otávio Lima (nº 14 no mapa de SM). Fotos: Autor, 2010.	233
FIGURA 119 – Local do antigo Grupo Escolar Rui Barbosa (nº4 no mapa de SM). 1 – Conjunto habitacional. 2 – Detalhe do letreiro com o nome do conjunto habitacional. Fotos: Autor, 2010.....	234
FIGURA 120 – Casa de Saúde (nº6 no mapa de SM). Foto: Autor, 2010.....	235
FIGURA 121 – Edifício da filial de Santiago. Foto: Marina Alcântara, 2010.....	235
FIGURA 144 – Sinopse da fragmentação das relações sócio-espaciais das atividades da CCEVFRGS e da VFRGS em Santa Maria, RS.....	238
FIGURA 122 – Paisagem do Bairro Itararé de Santa Maria. 1. Desenho de Iberê Camargo (crayon sobre papel, 1969). 2 – Casa de Saúde. Fontes: Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria, RS e CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1933</i> . Santa Maria: Diretoria, 1934,.....	243
FIGURA 123 – Painel Mural na empena cega da Biblioteca Municipal de Santa Maria. Autor: Eduardo Cobra a partir de foto da década de 1950 de autor desconhecido, maio de 2010. Foto: Autor, 2010.....	244
FIGURA 124 – Edifício do Armazém e farmácia de Pedro Osório. 1. Trabalho de valorização do patrimônio arquitetônico. 2 – Desenho feito por aluno em 2007 representando o prédio que havia incendiado em 1980. Fonte: http://escolabrizolara.blogspot.com (Acessado em 14/07/2010).....	245
FIGURA 125 – Edifício da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor (nº13 no mapa de Santa Maria). Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1921</i> . Santa Maria, 1922 e foto do autor (2010).....	254
FIGURA 126 – Edifício da Escola Santa Terezinha (1929) atual Escola Estadual Manoel Ribas (nº 12 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1955</i> . Santa Maria: Diretoria, 1956 e Digifoto (2002).....	254
FIGURA 127 – Escola de Artes e Ofícios de Porto Alegre. em vista da fachada e lateral com bloco para refeitório e dormitório de alunos, construída na Estação do então distrito de Gravataí. Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1923</i> . Santa Maria, 1924.....	254
FIGURA 128 – Escola de Artes e Ofícios de Cacequi. 1 – Projeto. 2 – Edifício. Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1923</i> . Santa Maria: Diretoria, 1924.....	254
FIGURA 129 – O edifício da Casa de Saúde (prédio número 6 no mapa de Santa Maria). Fontes: CCEVFRGS. <i>Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada</i> , 1913-1963 – 50 anos. Santa Maria: Diretoria, 1963 e foto do autor (2010).	255
FIGURA 130 – O edifício da administração central da CCEVFRGS (nº18 no mapa de SM). Fonte: Casa da Memória Edmundo Cardoso e foto do autor (2010).	255
FIGURA 131 – Edifício para armazém e administração em Porto Alegre. 1 – Projeto da fachada 2 – Edifício dos Escritórios da Diretoria, Diretor Comercial e Contabilidade Geral no pavimento superior e Armazém com Farmácia e Alfaiataria no térreo. Fontes: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1920</i> . Santa Maria: Diretoria, 1921 e CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1922</i> . Santa Maria: Diretoria, 1923.....	255
FIGURA 132 – Edifícios da CCEVFRGS na Rua Manoel Ribas, Fonte: Casa da Memória Edmundo Cardoso e foto do autor (2010).....	256

FIGURA 133 – Edifícios da CCEVFRGS na Rua Manoel Ribas, Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1925</i> . Santa Maria: Diretoria, 1926 e foto do autor (2010)...	256
FIGURA 134 – O edifício da primeira sede dos escritórios da CCEVFRGS (n° 17 no mapa de SM) Fontes: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1920</i> . Santa Maria: Diretoria, 1921 e foto do autor (2010).....	256
FIGURA 135 – O edifício do primeiro Armazém central (n° 19 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1920</i> . Santa Maria, 1922 e foto do autor (2010).....	257
FIGURA 136 – Edifício da Padaria e Fábrica de massas e bolachas (n° 24 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. <i>Álbum de Fotografias. Santa Maria</i> , s. d. e foto do autor (2010).....	257
FIGURA 137 – Edifício da Fábrica de Confecções (n° 25 no mapa de SM). Fontes: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1922</i> . Santa Maria, 1923 e foto do autor (2010).	257
FIGURA 138 – Edifício do armazém do Núcleo de Otávio Lima (n° 14 no mapa de SM) Fontes: CCEVFRGS. <i>Álbum de Fotografias. Santa Maria</i> , s. d. e foto do autor (2010).	258
FIGURA 139 – Edifício do açougue e da padaria do Núcleo de Otávio Lima (n° 14 no mapa de SM). Fonte: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1962</i> . Santa Maria, 1963 e foto do autor (2010).....	258
FIGURA 140 – Edifício do Armazém do Núcleo de Inspetor Goulart, Km 2 (n° 2 no mapa de Santa Maria). Fontes: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1961</i> . Santa Maria, 1962 e foto do autor (2010).	258
FIGURA 141 – Edifício da Fábrica de Café e Sabão (n° 26 no mapa de Santa Maria). Fontes: CCEVFRGS. <i>Relatório – Exercício de 1941</i> . Santa Maria, 1942 e foto de Marina Alcântara (2010).....	258
FIGURA 142 – Edifício do Grupo Escolar Rui Barbosa (n° 4 no mapa de Santa Maria). Fontes: CCEVFRGS. <i>CCEVFRGS. Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada, 1913-1963 – 50 anos</i> . Santa Maria: Diretoria, 1963, p. 56 e foto do autor (2010).....	259
FIGURA 143 – Armazém e Farmácia de Pedro Osório na década de 60 e em 2007. Fontes: CCEVFRGS. <i>Álbum de Fotografias. Santa Maria</i> , s.d. e http://escolabrizolara.blogspot.com (Acessado em 14/072010).....	259

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Rede Ferroviária do RS: principais linhas e seções.	104
QUADRO 2 – Rede Ferroviária do RS: Administrações após unificação das ferrovias.	105
QUADRO 3 – A CCEVFRGS e os contextos políticos, administrativos e ideológicos (1874-1911).....	123
QUADRO 4 – A CCEVFRGS e os contextos políticos, administrativos e ideológicos (1913-1921).....	124
QUADRO 5 – A CCEVFRGS e os contextos políticos, administrativos e ideológicos (1922-1930).....	144
QUADRO 6 – A CCEVFRGS e os contextos políticos, administrativos e ideológicos (1931-1959).....	156
QUADRO 7 – A CCEVFRGS e os contextos políticos, administrativos e ideológicos (1960-1974).....	172
QUADRO 8 – A CCEVFRGS e os contextos políticos, administrativos e ideológicos (1975-2007).....	175

INDICE REMISSIVO

- Ainsa, 14, 59, 61, 62, 63, 89, 241
 Andrade, 27, 28
 Bacon, 19, 29
 Baczko, 64
 Beber, 112, 239
 Benjamim, 14, 53, 274
 Bloch, 9, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 58, 59, 60, 61, 177
 Bolle, 14
 Bourdieu, 87
 Cabet, 52, 53, 89
 Camargo, 196, 197, 240, 242
 Campanella, 6, 19, 27, 29, 61, 88, 89, 93, 140
 Castoriadis, 10, 11, 77, 244
 Chevalier, 40, 271
 Choay, 88
 Colrat, 55
 Comte, 105, 129, 134, 138
 Considerant, 31, 37, 42
 Considerent, 37
 Costa, 112, 239
 Cunha, 145
 Da Vinci, 53
 Enfantin, 41
 Engels, 6, 27, 60, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 79, 134
 Erasmo, 20
 Escher, 101
 Fourier, 6, 17, 31, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 52, 64, 69, 74, 79, 89, 90, 94, 95, 96, 97, 132, 134, 135, 136, 140, 194, 221
 Garnier, 53
 Gide, 42, 71, 74, 76, 77, 78, 80, 132, 138, 139, 142, 149, 150
 Godin, 17, 31, 32, 34, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 89, 221
 Goulart, 107, 165, 172, 180, 233, 237
 Grivicich, 120, 122
 Harvey, 59, 61, 62, 65, 91
 Haussmann, 39
 Hénard, 53
 Hesíodo, 21, 22, 52
 Jobim, 132, 133, 136, 153, 161, 177, 194
 Kliemann, 104
 Kubitscheck, 106, 107, 156, 237
 Le Corbusier, 53, 90
 Leenhardt, 16
 Lefebvre, 116
 Lennon, 54, 55
 Maingueneau, 14
 Mannheim, 8, 9, 12, 15, 23, 24, 25, 27, 28, 56, 57, 58, 59, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 81, 88, 91, 130, 134, 155, 173, 176, 178
 Marin, 63, 92, 241
 Marx, 25, 27, 68, 69, 147
 Medeiros, 102, 126, 131
 More, 6, 9, 18, 19, 20, 26, 27, 28, 52, 56, 61, 63, 88, 89, 90, 91, 92, 97, 140
 Mure, 38
 Orwell, 53
 Owen, 6, 17, 31, 32, 33, 34, 39, 64, 69, 73, 74, 75, 77, 79, 91, 95, 132, 136, 194, 221
 Pesavento, 10, 13, 78, 85, 124, 126, 127, 129, 132
 Picon, 42
 Platão, 6, 19, 22, 23, 26, 27, 29, 52, 83, 87, 90, 91, 140
 Quadros, 107, 165, 172, 237
 Ribas, 120, 122, 132, 133, 134, 145, 149, 161, 177, 197, 227, 232, 233, 241, 251
 Richardson, 53
 Rossi, 8, 16, 57, 66, 82, 118, 158, 222, 243
 Saint-Simon, 6, 31, 38, 39, 40, 41, 69, 79, 91, 105
 saint-simonismo, 17, 38, 39
 Sfez, 55
 Vargas, 120, 141, 144, 145, 149, 177, 178, 203
 Vauthier, 120, 145
 Victor Hugo, 82
 Weber, 66
 Zamiatine, 53

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Faculdade de Arquitetura - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Ilmo(a). Sr.(a),

Estou desenvolvendo pesquisa para avaliar a importância que teve ou ainda tem a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul – CCEVFRGS – para a comunidade de Santa Maria e região. Para tanto, solicito sua colaboração respondendo as perguntas que seguem abaixo, valendo-se apenas da sua memória.

Luiz Fernando da Silva Mello
Doutorando do PROPUR/UFRGS

Identificação

Entrevistado (a)		Idade	Entrevista n°
-------------------------	--	--------------	----------------------

Vínculo com a CCEVFRGS	Período			Cidade(s)
	Início (ano)	Fim (ano)	Tempo total (anos)	
Ferroviário associado				
Funcionário da CCEVFRGS				
Parente de associado				
Sem vínculo ()				

Perguntas:

- O(A) Senhor(a) conhece a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul - CCEVFRGS?
- () sim
() não

Em caso afirmativo favor seguir respondendo.

- O(A) Senhor(a) sabe porque foi criada a CCEVFRGS?

- Poderia destacar alguns serviços e produtos que a CCEVFRGS fornecia?

-
-
- Que importância tinha ou tem a CCEVFRGS para o(a) Senhor(a)?
- () Nenhuma importância
 - () Pouca importância
 - () Muita importância
- Na sua opinião, que importância a CCEVFRGS tinha ou ainda tem para Santa Maria?
- () Desconheço
 - () Nenhuma importância
 - () Pouca importância
 - () Muita importância
- Na sua opinião, que importância a CCEVFRGS tinha ou ainda tem para o Estado do RS?
- () Desconheço
 - () Nenhuma importância
 - () Pouca importância
 - () Muita importância
- O (A) Senhor (a) acredita que a CCEVFRGS tenha ou tem exercido alguma influência em outras iniciativas associativistas em Santa Maria e na região?
- () Desconheço
 - () Não
 - () Sim
- O (A) Senhor (a) tem conhecimento de prédios onde funcionavam ou funcionam as atividades da CCEVFRGS?
- () Não
 - () Sim. Quais? _____
-
-
- Na sua opinião, estes prédios tinham ou ainda têm alguma importância para a Santa Maria ou para a região?
- () Desconheço
 - () Nenhuma importância
 - () Pouca importância
 - () Muita importância

Caso o(a) Senhor(a) queira acrescentar outras informações, favor utilizar o espaço abaixo.

Muito obrigado!

Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do R. G. Sul

SÉDE: SANTA MARIA

FUNDADA: 26 DE OUTUBRO DE 1913

Santa Maria, 31 de Outubro de 1939. - ED. 40/2623

ARMAZENS DE FORNECIMENTOS.

FARMACIAS,

ESCOLAS DE ALFABETISAÇÃO

EM TODA A RÉGIA DA VIAÇÃO FERREA

ESCOLAS DE ARTES

E OFÍCIOS

MASCULINA E FEMININA

E

CASA DE SAUDE

EM SANTA MARIA

AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Edifício

Passamos ás vossas mãos, afim de ser conservado no arquivo dêsse Conselho, dois documentos de valor histórico e elucidativo de nossa Cooperativa, quais sejam: - O original, á lapis, do primeiro Estatuto de nossa Casa, feito pelo punho de CARLOS DOMINGOS GRIVICICH, e os " Estatutos de La Cooperativa Nacional de Consumos " (Sociedad Anónima), de Buenos Aires, em cuja capa se encontra a rubrica do mesmo senhor, aposta em 26/5/1913, em Buenos Aires, e que, segundo versão corrente, trouxe-o para servir de modelo e base a esta Instituição que, cinco meses mais tarde, na cidade de Santa Maria, tornou-se numa esplêndida realidade, para honra do sistema Cooperativista em nosso Paiz.

Essa oferta a devemos á nímia gentileza dos nossos dignos amigos e associados, srs. Abelard Esprich de Verney e Octacilio Gonçalves Chaves, honrados Pagadores da Viação Férrea.

Saudações atenciosas

Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do R. G. S.

Sub-Director Commercial

Wfs/S.-

*Arquivos
de
14-11-*

Cooperativa de Consumo dos Empregados da P. T. & S. S.
(Sociedade cooperativa de responsabilidade limitada)

Da sociedade

✓ A «Cooperativa de Consumo dos Empregados da P. T. & S. S.», fundada no ano de 1913, é uma sociedade anônima de responsabilidade limitada, que vigorará durante o prazo de 30. annos a contar do dia 31 de dezembro de 1975, tendo sua sede na cidade de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, e será regida por estes estatutos.

Do objectivo

✓ A sociedade tem por principal objectivo:

- ✓ a) manter ^{em funcionamento} a ~~manter~~ para o fornecimento aos seus associados, de todos os generos de uso domestico geral e domesticos;
- ✓ b) applicar o seu patrimonio, lucros e rendimentos em beneficio exclusivo, geral e proporcionalmente, directo e indirectamente, aos seus associados, querendo,
 - 1.) fundar, manter e auxiliar instituições escolares, de artes e officios;
 - ✓ 2.) auxiliar ou encampar a sociedade «Fundo Mutuo dos Empregados da P. T. & S. S.», mediante reforma de estatutos sujeita a aprovação do Conselho Fiscal;
 - ✓ 3.) encampar a sociedade «Cassa de Socorro dos Empregados da P. T. & S. S.», mediante condições sujeitas a aprovação da Assembleia Fiscal;
 - ✓ 4.) estabelecer hospitais e pharmacias e outras de importancia.

Do Capital

O capital social é variável, ilimitado e representado em ações nominativas e do valor nominal de cem mil réis cada uma.

§ 1.º É facultado o pagamento em quotas mensais de 1% sobre cada 100% de arrendamento.

§ 2.º As ações obrigam a concorrer mensalmente com uma quota, integralizando cada ação de per si, até o máximo de dez ações.

§ 3.º As quotas serão cobradas pelas folhas de pagamento da Viagem Terra do P. G. do Sul.

O capital actual, realizado, é de ~~Rs~~ " 1.º
saber:

Saldo de balanço em 31 de dezembro 1911: 5

Acervo do estatuto «Syndicato Profissional» 5

Dividendos até 31 de dezembro 1911 que se
deixa de distribuir pelos socios, 5

§ 1.º O acervo do estatuto «Syndicato Profissional» se creditará directamente á conta de fundo de reserva.

§ 2.º Do saldo de balanço e dividendos em 31 de dezembro 1911, se emitirão ações em favor dos socios naquella data existentes, integralizando-se em réis, segundo a quota a cada um pertencente e que se verificará pela escripturação.

O capital mínimo com que a sociedade funcionarã será o de ~~Rs~~ 100.000x000.

A responsabilidade de socios é limitada ás cotizações de capital que tiverem feito.

Das accões

As accões são intransferíveis, só serão expedidas depois de integralizadas e não poderão ser canceladas.

§ 1.º No caso de extraviio de accões, se expedirão as mesmas para a regeneração do socio, após as requisições que a directoria julgar convenientes, ficando o requerente sujeito ao pagamento de cinco mil reis por accão.

§ 2.º Para evitar extraviios pedirá a directoria, desde que não haja contestação do socio, conservar em archive as accões, expedindo apenas simples certificados ^{de archivamento} renováveis a pedido do socio, independentemente de qualquer formalidade.

As accões e os certificados de archivamento levarão impressas no verso, as disposições dos arts. ... deste estatuto e serão assignados pelo presidente ^{thezourero} ~~presidente secretario ou seu substituto~~.

Dos socios

O numero de socios é illimitado, mas só poderão fazer parte da sociedade os empregados da Praça Terrena do Rio Grande do Sul, ou ^{empresários} que perceberem ^{salários} vencimentos por suas folhas de pagamento.

§ 1.º Excepção unica aos que estiverem ao serviço da sociedade em qualquer de seus departamentos.

Só terão direito de voto e poderão ser eleitos para os cargos electivos os que forem directam^{ente} empregados da Praça Terrena do R. G. do Sul.

Os socios que possuírem uma acção integralizada, e retirarem-se em ^{forma} dispensados dos serviços ^{a quem estiverem} ~~da~~ ~~Praça~~ ~~do~~ ~~Rio~~ ~~Grande~~ ~~do~~ ~~Sul~~, não perderão a ^{sua} qualidade se continuarem satisfazendo na caixa da sociedade a contribuição de que tratamos § 1.º 2.º do art. ...

§ 1.º O credito destes socios, no armarium, será ^{equivalente} aos fundos que tiverem na sociedade.

§ 2.º A falta de pontualidade nos pagamentos, após a tolerancia de sessenta dias, importará na compensação de contos e exclusão ^{do} do socio.

O socio que retirarse em ^{forma} dispensado dos serviços ^{a quem estiverem} ~~da~~ ~~Praça~~ ~~Terrena~~ ~~do~~ ~~Rio~~ ~~Grande~~ ~~do~~ ~~Sul~~ tem ^{qualidade} ~~de~~ ~~socio~~ ~~integralizado~~, se ^{embora} a ^{contribuição} ^{a quem estiverem} ~~do~~ ~~no~~ ~~serviço~~ ~~de~~ ~~aquella~~ ~~compañia~~ ~~sollicitarem~~ ~~de~~ ~~missão~~ ~~da~~ ~~sociedade~~, os que forem ^{causados}

Da escritura social

No escriptorio commercial da sede, será feita a escritura geral da sociedade com todos os requisitos legais e necessários.

§ 1.ª A escritura ^{de} propriamente commercial ficará a cargo de um profissional competente ^{na contabilidade} para a respectiva inspecção.

§ 2.ª A escritura ^{de} representada do organismo social ficará a cargo dos membros da directoria ^{ou} ^{da} ^{respective} ^{competente}.

A escritura social poderá ser examinada em qualquer occasião por qualquer socio, representando esse directoria que deva representar-se no acto.

Os membros do conselho fiscal terão ingresso no escriptorio commercial e seu departamento e poderão examinar a escritura independentemente de consentimento ou presença da directoria.

De partida de lucros

O saldo de lucros verificados por balanço será partilhado da seguinte forma:

10% para o fundo de reserva;

40% para o fundo de beneficência;

25% para dividendos aos accionistas;

25% para beneficência sobre o valor das
compras de cada socio.

da assembleia geral são soberanas

As deliberações feitas tomadas por maioria de votos; as eleições referidas por escriptura de coto e por esta forma também feitas tomadas quaesquer resoluções sempre que a directoria pella-ga seccionalmente.

Verificado o numero legal de socios, proce-se a eleição chamados successivamente, e na ordem da lista-titulo iras assignando no livro de proce-gas os termos abertos pelo Esccrituras.

§ 1.º Os analfabeta, rogados que antes assigra com duas testemunhas, não inscriptando se não sejam socios presentes.

Deliberada sobre a remuneração de membros da directoria, proce-se a eleição do presidente e o thesaurario o dozes do que proce-se a eleição de socios membros da directoria.

Ver a reg. sobre o direito de voto na reunião dos socios